



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

AGRONEGÓCIO E A NOVA DIVISÃO SOCIAL E
TERRITORIAL DO TRABALHO AGROPECUÁRIO
FORMAL NO NORDESTE

JUSCELINO EUDÂMIDAS BEZERRA

FORTALEZA - CEARÁ
2008

JUSCELINO EUDÂMIDAS BEZERRA

**AGRONEGÓCIO E A NOVA DIVISÃO SOCIAL E
TERRITORIAL DO TRABALHO AGROPECUÁRIO
FORMAL NO NORDESTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise de Souza Elias

**FORTALEZA - CEARÁ
2008**

JUSCELINO EUDÂMIDAS BEZERRA

**AGRONEGÓCIO E A NOVA DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO
AGROPECUÁRIO FORMAL NO NORDESTE**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG da Universidade Estadual do Ceará – UECE na área de concentração análise geoambiental integrada e ordenação do território nas regiões semi-áridas e litorâneas, para fins de obtenção do título de mestre.

Aprovada em 07/07/2008

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Denise Elias (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Epitácio Macário Moura
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Presidente Prudente

DEDICATÓRIA

*Aos meus queridos pais, irmãos, familiares,
amigos e ao saudoso companheiro de
estimação (gato)...*

Aos meus avós...

À Juliana (Caucaia) e Clarice

*Aos trabalhadores (as) submetidos à
encruzilhada do agronegócio*

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (CAPES)*

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa antes de qualquer coisa, reconhecer a importância do trabalho coletivo, da ajuda mútua, do companheirismo, do carinho, das palavras e dos gestos de apoio, do interesse despretensioso. Agradecer significa ainda reconhecer nossa pequenez para com o mundo que nos cerca, bem como das idéias e do conhecimento produzido pelas mulheres e pelos homens.

Esta longa jornada de escrita e elaboração da dissertação de mestrado teve início, pode-se dizer, desde que eu e Cíntia (sim não tinha como contar essa história na primeira pessoa) percorremos os corredores do Bloco G e vimos no flanelógrafo o anúncio para estágio voluntário para o Laboratório de Estudos Agrários. Da inscrição à seleção não demorou muito, contudo não tínhamos ainda a dimensão da riqueza de experiências que iríamos vivenciar a partir daquele momento. As pessoas que encontramos no início, além da Professora Denise para quem guardo um agradecimento adiante, foram sempre muito solícitas conosco. Anady, Tennyson, Jovanil, Lucenir, Alexsandra, Kennedy, Delma pessoas maravilhosas e simpáticas. Uma boa lição de generosidade que tive desde o início.

O tempo passou e os colegas do laboratório seguiram seus caminhos deixando sempre algo de enriquecedor. Enquanto isso, outras pessoas chegavam. E daí vieram Lorena, Gleison (meu pai musical e amigo especial), Iara (poço de tranquilidade e carinho), Fábio, Edílson (Transpira garra, inteligência e pensamento positivo), Profº Renato (Generosidade em pessoa) Diego, Sergiano (Inquietações sempre intrigantes), Ícaro (Idéias e viagens mil!). Neste ritmo de idas e vindas chegamos até ao grupo que temos hoje formado pelos amigos (sim amigos de verdade) Cíntia (irmã), Iara (doçura), Edna (Alegria), Priscila (Pureza), Rodrigo (Afável) e Camila (Confiança).

Claro que para orientar todo esse movimento de pessoas, de idéias, de projetos de vida, de carreiras profissionais teríamos que ter uma pessoa a quem coubesse o papel de ser aquela em que encontraríamos a segurança de um bom conselho, de um bom coração, de um grande suporte profissional e porque não até sentimental. Encontramos estes traços na Professora Denise que sempre acreditou na possibilidade de sermos pessoas melhores e realizar a tarefa, nem sempre muito fácil, de acreditar na Geografia. Tudo isso com muita seriedade, dedicação e

atenção. Enfim, a Professora Denise foi uma orientadora que faz jus ao sentido de orientação tanto acadêmica como das experiências de vida. Agradeço a Denise também por ter tido paciência comigo. Aliás, com a minha ansiedade, imaturidade e uma certa teimosia, não é todo mundo que aceitaria a tarefa de apaziguar os conflitos de um aspirante a pesquisador.

Embora a dissertação seja uma atividade acadêmica onde passamos bastante tempo nos muros da universidade, nossa vida caminha em paralelo. Sendo assim, gostaria de registrar o grande apoio que tive da minha família, em especial dos meus pais e das minhas tias Luzenir e Meire. Meus irmãos, Nilo e Willian, que só no olhar conseguimos sentir toda a admiração e confiança transmitida em forma de vibrações positivas. Minhas cunhadas que também depositam em mim confiança e admiração. Meus vizinhos irmãos Cláudio, Júnior, Claesen, Bebeto e minha segunda mãe “têê”. Minhas amigas especiais como a Márcia, Fernanda, Cris, Thycianne, Adelita, Vêvê, Flávia. Aos meus amigos Edgar, Ernildo, Janaílson e Brynner.

Voltando à Universidade, afinal passei mais tempo na UECE do que em qualquer outro lugar, gostaria de agradecer aos meus amigos da graduação Suzana, Tadeu, Anny, Germano, Marília, Inara, Emília, Marisa, Mariana, Michely, Luciana Martins, Santiago, PH, Tereza, Lyvia, Kleiton, Luziane, Vânia, com quem dividimos momentos tão especiais. Aos meus colegas do mestrado Nicolai (e sua eterna Clarice), Rony, Nayara, Tatiana, Lea, Feliciano, Iandra, Aridênio, Márcia, Cisne e Éder. Aos vizinhos especiais do NETTUR Luciana, Gerardo, Camila e a eterna Juliana (Caucaia). Aos Professores da UECE em especial a professora Cláudia Granjeiro, Luiz Cruz, Zenilde, Lidriana, Macário, Meneleu, Leda, Otávio e Ana Matos. Um agradecimento especial à querida família Utiyke (Eliane, Akira, Leidi, Elaine, Tota e Gabriel) que me deu apoio incondicional durante minha estadia na cidade de São Paulo sendo uma verdadeira parceira em grande parte de minhas conquistas e experiências. Na USP pude desfrutar de companhias enriquecedoras como a dos Professores Ariovaldo, Tônico e da Prof^a Lea Francesconi. Dos colegas de disciplina como Ricardo, Everton, Jânio, Edson, Igor, Marcos e Dirce. Na UNESP agradeço a atenção e generosidade do Prof^o Thomaz Júnior. Ah! Agradeço também ao grupo The Cranberries cujas canções têm embalado meus dias de alegrias e de tristeza, uma companhia visceral.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é compreender a divisão territorial do trabalho agropecuário formal nas áreas de expansão do agronegócio da fruticultura e da soja no Nordeste como signo da expansão do capital no campo. Para isso utilizamos a metodologia baseada na organização e execução de uma matriz metodológica a partir da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED), ambas pertencentes ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A adequação ao modelo preconizado pelo agronegócio no Nordeste brasileiro tem se processado de forma bastante veemente, graças ao constante processo de reestruturação produtiva da agropecuária. Nesse modelo, a natureza não representa um fator ofensivo à regulação econômica do território. Atualmente as áreas de expansão da agropecuária moderna têm se organizado a partir do desenvolvimento de atividades altamente lucrativas. É o caso da fruticultura que ocupa os vales úmidos dos rios São Francisco, Açu e Jaguaribe, bem como a expansão da sojicultura nos cerrados nordestinos, mais precisamente nos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia. A consecução do agronegócio no campo nordestino acelerou o processo de transição da *terra de trabalho* para a *terra de negócio* (MARTINS, 1991) via expropriação dos trabalhadores rurais e o crescimento do processo de territorialização do capital através da chegada de empresas agropecuárias, lócus da reprodução de formas de afirmação e negação do capital. Os rebatimentos para a classe trabalhadora se evidenciaram mediante o aumento do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste, sobretudo nas áreas de produção da fruticultura e da soja. A reestruturação produtiva agropecuária também acarretou inúmeras mudanças no perfil da classe trabalhadora como o aumento da participação das mulheres, da demanda por trabalho especializado e o surgimento de novas categorias sócio-ocupacionais. As áreas de expansão do agronegócio também foram exemplos da extrema precarização dos trabalhadores onde os mesmos atuam em extensas jornadas de trabalho, muitas vezes, em condições não compatíveis aos preceitos das normas trabalhista. Conclui-se que os trabalhadores do agronegócio no Nordeste estão numa verdadeira encruzilhada, pois destituídos dos meios de produção se submetem quase que inevitavelmente a venda de sua força de trabalho sendo alvos fáceis para a ocupação em atividades precárias. Contrariamente ao movimento de expansão do agronegócio globalizado e na busca por um novo modelo de orientação da sociedade é que os movimentos sociais nas áreas de expansão do agronegócio apresentaram uma maior dinâmica, através da ocupação de terras para a viabilização da reforma agrária e da soberania alimentar.

Palavras – chave: agronegócio, divisão territorial do trabalho agropecuário formal, Região Nordeste

ABSTRACT

The objective of the research is to comprehend the territorial division of the formal farming labor in the areas of expansion of the agribusiness of the fruits production and the soy production in the Northeast as sign of the expansion of the capital in the countryside. For this we use the methodology based on the organization and execution of a methodology from the database of the *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS) and *Cadastro de Empregados and Desempregados* (CAGED), both pertaining to the Ministry of work and labor (MTE). The adequacy to the model praised for the agribusiness in the Brazilian Northeast has been processed of vehement form, to the constant process of farming Restructuring of production. In this model, the nature does not represent an offensive factor to the economic regulation of the territory. Currently the areas of expansion of the modern farming have been organized from the development of highly lucrative activities. It is the case of the fruits production that occupies the humid valleys of the rivers San Francisco, Açu and Jaguaribe, as well as the expansion of the soy production in the open pasture northeastern, more necessarily in the States of the Maranhão, Piauí and Bahia. The achievement of the agribusiness in the northeastern countryside sped up the process of transition of the *land of work* for the *business land* (MARTINS,1991) by expropriation of the agricultural workers and the growth of the process of the capital territorialization through the farming companies, centre of the reproduction of affirmation forms and negation forms of the capital. The striking for the working class was evidenced by the increase of the supply of formal jobs in the sector of the farming ,mainly the microregions of expansion of the fruits production and the soy production. The farming Restructuring of production also caused many changes the profile of the working class as the increase of the participation of the women, the demand for specialized work and the sprouting of new partner-occupational categories. The areas of expansion of the agribusiness had also been examples of the extreme precarization of the workers where the same ones act in extensive hours of working, many times, in not compatible conditions to the rules of the norms working. It is concluded that the workers of the agribusiness in the Northeast are in problems, therefore dismissed of the means of production they have to submit your force of work being easily to co-opt for the occupations in precarious activities. In contrast to Global agribusines' expansion movement and in the yearn for a new model of orientation of the society is that the social movements in the areas of agribusiness expansion had presented more dynamic, through the land occupation for make possible the Agrarian Reform and the Alimentary Sovereignty.

Key-Words: agribusiness, territorial division of the formal farming labor, Northeast Region

LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 01 – Localização das áreas de estudo.....	22
CARTOGRAMA 02 - Área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).....	82
CARTOGRAMA 03 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Brasil - Regiões Geográficas – 1985	113
CARTOGRAMA 04 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Brasil – Regiões Geográficas – 1995	114
CARTOGRAMA 05 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Brasil – Regiões Geográficas – 2004	115
CARTOGRAMA 06 – Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Brasil – Unidades Federativas – 1985	123
CARTOGRAMA 07 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Brasil – Unidades Federativas – 1995.....	124
CARTOGRAMA 08 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Brasil – Unidades Federativas – 2004.....	125
CARTOGRAMA 09 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Nordeste – Unidades Federativas – 1985	132
CARTOGRAMA 10 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Nordeste – Unidades Federativas – 1995	135
CARTOGRAMA 11 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Nordeste – Unidades Federativas – 2004	134
CARTOGRAMA 12 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Maranhão – Microrregiões – 1985.....	183
CARTOGRAMA 13 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Maranhão – Microrregiões – 1995.....	184
CARTOGRAMA 14 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Maranhão – Microrregiões – 2004.....	185
CARTOGRAMA 15 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Piauí – Microrregiões – 1985.....	186

CARTOGRAMA 16 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Piauí – Microrregiões – 1995.....	187
CARTOGRAMA 17 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Piauí – Microrregiões – 2004.....	188
CARTOGRAMA 18 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Ceará – Microrregiões – 1985	189
CARTOGRAMA 19 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Ceará – Microrregiões – 1995	190
CARTOGRAMA 20 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Ceará – Microrregiões – 2004	191
CARTOGRAMA 21 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Rio Grande do Norte – Microrregiões – 1985.....	192
CARTOGRAMA 22 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Rio Grande do Norte – Microrregiões – 1995.....	193
CARTOGRAMA 23 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Rio Grande do Norte – Microrregiões – 2004.....	194
CARTOGRAMA 24 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Pernambuco – Microrregiões – 1985.....	195
CARTOGRAMA 25 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Pernambuco – Microrregiões – 1995.....	196
CARTOGRAMA 26 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Pernambuco – Microrregiões – 2004.....	197
CARTOGRAMA 27 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Bahia – Microrregiões – 1985.....	198
CARTOGRAMA 28 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Bahia – Microrregiões – 1995.....	199
CARTOGRAMA 29 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Bahia – Microrregiões – 2004.....	200

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Imagem de satélite mostrando a expansão da morfologia urbana de Petrolina avançando para os perímetros irrigados	140
--	-----

LISTA DE FOTOS

FOTO 1- Trabalhadores na viragem do melão no município de Limoeiro do Norte na microrregião do Baixo Jaguaribe (CE).....	149
FOTO 2 – Fachada da empresa multinacional Del Monte Fresh no município de Ipanguaçu -RN	225
FOTO 3 – Trabalhadores da empresa Del Monte Fresh na hora do almoço no município de Quixeré – CE.....	228
FOTO 4 – José Valderi Rodrigues. Ex-trabalhador da empresa BANESA (Grupo Nólem).....	230
FOTO 5 – Uso da tração animal na produção de banana na empresa Del Monte Fresh no município de Ipanguaçu – RN	231
FOTO 6 - Acampamento Chico Mendes (MST) no município de Palhano na microrregião do Baixo Jaguaribe – CE.....	234
FOTO 7 – Mulheres Trabalhadoras no <i>packing house</i> da empresa Del Monte Fresh no município de Ipanguaçu – RN	236

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução da área plantada (ha) na lavoura temporária no Nordeste	
.....	141
GRÁFICO 2 - Evolução da quantidade produzida na lavoura temporária no Nordeste	
.....	141
GRÁFICO 3 - Evolução da área plantada (ha) da fruticultura no Nordeste	142
GRÁFICO 4 - Evolução da quantidade produzida da fruticultura no Nordeste	142

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Nº de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária no Brasil.....	100
TABELA 2 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária no Brasil	100
TABELA 3 - Estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil ...	102
TABELA 4 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil.....	102
TABELA 5 - Participação percentual no número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária das regiões no total de estabelecimentos do Brasil	104
TABELA 6 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nas grandes regiões do Brasil	104
TABELA 7 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas grandes regiões no total de empregos no Brasil.....	108
TABELA 8 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas grandes regiões do Brasil	108
TABELA 9 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária no Estados no total de estabelecimentos do Brasil	117
TABELA 10 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nos Estados do Brasil.	117
TABELA 11 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária segundo unidades da federação no total do Brasil.....	119
TABELA 12 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil segundo unidade da federação	120
TABELA 13 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nos Estados no total de estabelecimentos da Região Nordeste	127

TABELA 14 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nos Estados da Região Nordeste.....	127
TABELA 15 - Participação percentual do número de empregos formais no setor da agropecuária nos Estados no total da Região Nordeste	129
TABELA 16 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nos Estados da Região Nordeste	130
TABELA 17 - Participação percentual da área plantada (ha) na fruticultura nas microrregiões no total da Região Nordeste	143
TABELA 18 - Participação percentual da quantidade produzida na fruticultura nas microrregiões no total da Região Nordeste	147
TABELA 19 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total de estabelecimentos das microrregiões de expansão da fruticultura.....	153
TABELA 20 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura	153
TABELA 21 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total de estabelecimentos da Região Nordeste	155
TABELA 22 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total das microrregiões de expansão da fruticultura.....	155
TABELA 23 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura	156
TABELA 24 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões da fruticultura no total da região Nordeste	159
TABELA 25 - Participação percentual do total de empregos formais gerados no setor da agropecuária nas microrregiões da fruticultura no total de empregos gerados no total da região Nordeste	160
TABELA 26 - Participação percentual da área plantada (ha) de soja nas microrregiões no total da Região Nordeste	168
TABELA 27 - Participação percentual da quantidade produzida de soja nas microrregiões no total da Região Nordeste	169

TABELA 28 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total de estabelecimentos das microrregiões de expansão da soja.....	172
TABELA 29 - Variação absoluta e percentual dos estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja.....	172
TABELA 30 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja no total de estabelecimentos da Região Nordeste.....	174
TABELA 31 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total das microrregiões de expansão da soja	174
TABELA 32 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja	175
TABELA 33 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões da soja no total da região Nordeste	176
TABELA 34 - Participação percentual do total de empregos formais gerados no setor da agropecuária nas microrregiões da soja no total de empregos gerados no total da região Nordeste	177
TABELA 35 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões da fruticultura e da soja no total de estabelecimentos da Região Nordeste.....	178
TABELA 36 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura e da soja.....	179
TABELA 37 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura e da soja no total da Região Nordeste	180
TABELA 38 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura e da soja...	180
TABELA 39 - Número de trabalhadores formais admitidos no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura segundo mês de admissão – 2004. ...	223
TABELA 40 - Número de trabalhadores formais admitidos no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja segundo mês de admissão – 2004	226

TABELA 41 - Estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste segundo gênero, grau de e instrução e faixa etária	237
TABELA 42 - Estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões segundo gênero, grau de instrução e faixa etária.....	240

SUMÁRIO

LISTA DE CARTOGRAMAS	09
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE FOTOS	12
LISTA DE GRÁFICOS.....	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	20
INTRODUÇÃO	21
1. A REGIÃO NORDESTE NO LIMAR DA GLOBALIZAÇÃO: AGRONEGÓCIO, IDEOLOGIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	37
1.1. O desenvolvimento da globalização e os processos de ordenação espaço-temporal.....	37
1.2 Pensar a geografia para se pensar o trabalho?	49
1.3 Reestruturação Produtiva da Agropecuária.....	59
1.4 O desenvolvimento do agronegócio no Nordeste	73
1.5 Subespaços dinâmicos do Nordeste: Um estudo das fronteiras agrícolas.....	84
2. IMPACTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO: A ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO CAPITALISTA	89
2.1 O desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil	95
2.2 O mercado de trabalho agropecuário formal nas grandes regiões e Estados do Brasil	103
2.3 O desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal no Nordeste	126
3. NORDESTE E A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO AGROPECUÁRIO FORMAL: UMA ANÁLISE DAS ÁREAS DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO.	136
3.1 Desenvolvimento do mercado de trabalho nas microrregiões de expansão da fruticultura	136
3.2 Desenvolvimento do mercado de trabalho nas microrregiões de expansão da soja	161
4. OS TRABALHADORES DO AGRONEGÓCIO: DILEMAS CONTEMPORÂNEOS E AS MUDANÇAS NO PERFIL DA CLASSE TRABALHADORA... ..	201

4.1 Novas faces e discursos do capital: o agronegócio como produto ideológico ..	202
4.2 Os trabalhadores na encruzilhada do agronegócio	215
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	250
ANEXOS	259
ANEXO A	260

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAIs	Complexos Agroindustriais
CCT	Centro de Ciência e Tecnologia
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CODEVASF	Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETARN	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEA	Laboratório de Estudos Agrários
MAG	Mestrado Acadêmico em Geografia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a conformação da divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal a partir da expansão do agronegócio da soja e da fruticultura no Nordeste. Como foco de nossa análise, optamos por perscrutar as principais microrregiões geográficas que foram afetadas pela difusão do agronegócio. São elas as microrregiões¹ de Gerais de Balsas (MA), Alto Parnaíba Piauiense (PI), Baixo Jaguaribe (CE), Mossoró (RN), Vale do Açu (RN), Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e Barreiras (BA). Temos ainda como objetivos específicos: compreender a territorialização do capital através da atuação das empresas no setor da agropecuária; analisar a expansão das relações de trabalho capitalistas através da evolução do número de empregos formais no setor da agropecuária; Analisar o perfil dos trabalhadores assalariados formais nas áreas de expansão do agronegócio da fruticultura e da soja no Nordeste.

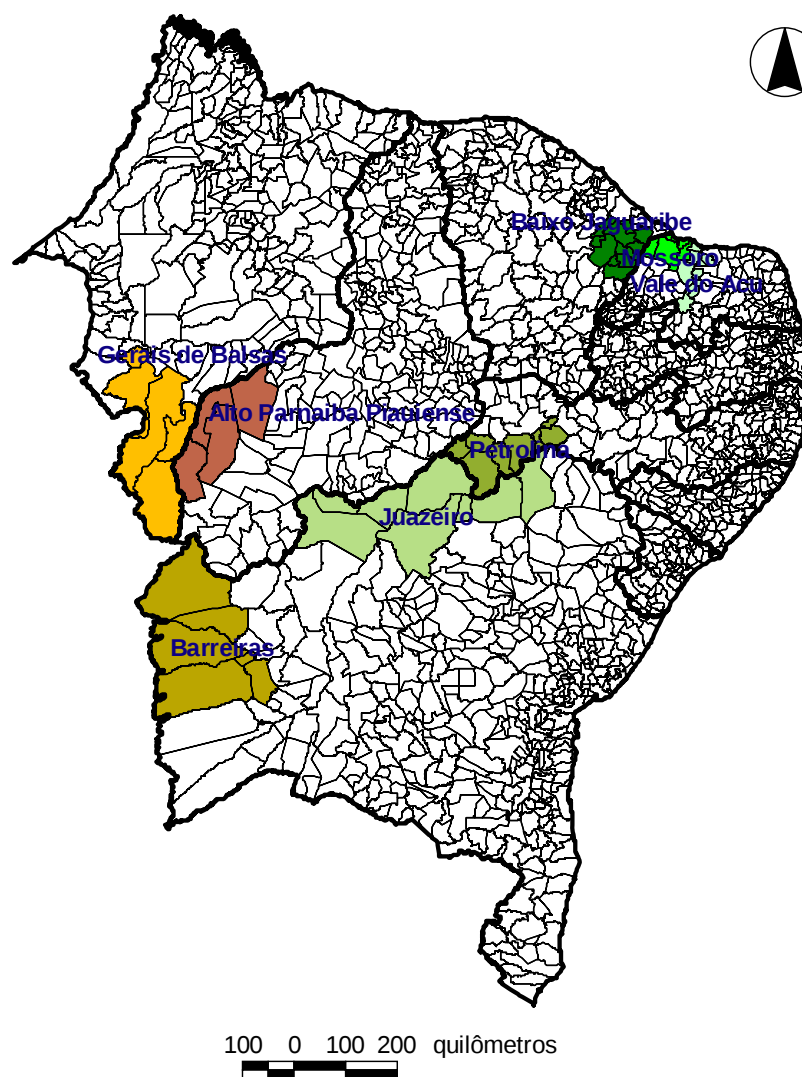
A escolha desta temática está em consonância com o movimento de expansão do capital no campo brasileiro e nordestino em particular. Este processo dá-se pela constituição das fronteiras agrícolas movidas pelo interesse da ampliação dos espaços de acumulação de capital promovendo um importante processo de ordenamento espaço-temporal como estratégia fundamental da dinâmica de expansão do capitalismo para novas regiões. Estas regiões foram ocupadas comercialmente através do crescimento da área plantada com produtos voltados para a exportação.

Neste caminho, várias áreas foram incorporadas ao processo de mudança da estrutura produtiva do território nordestino. As microrregiões que priorizamos na presente pesquisa compõem os chamados focos dinâmicos (ARAÚJO, 1997; 1999), pontos luminosos (SANTOS, 2001) que ajudam a concretizar o que se tem chamado de o “novo” Nordeste (ARAÚJO, 1999; HAESBAERT, 2002; ELIAS, 2006b; 2006c). Nos últimos anos estas áreas conheceram um importante crescimento nos investimentos realizados pelos setores públicos e privados compondo um cenário de vigor econômico, através da

¹ As microrregiões em estudo e seus respectivos municípios encontram-se no ANEXO A

substituição de produtos de menor composição orgânica do capital por produtos de alto valor agregado.

Cartograma 01 – Localização das áreas de estudo



Microrregiões

	Alto Parnaíba Piauiense
	Baixo Jaguaribe
	Barreiras
	Gerais de Balsas
	Juazeiro
	Mossoro
	Petrolina
	Vale do Acú

A euforia criada por um verdadeiro pacto de empreendedorismo rural ligado a perspectiva de desenvolvimento da agricultura de mercado (empresarial) movida pela injeção de recursos públicos através do Estado, colocou em destaque o setor do agronegócio como um caminho ao desenvolvimento de regiões marcadas pelo baixo desempenho econômico e pela utilização capenga de vastos territórios. Sendo assim, o agronegócio é apresentado ideologicamente como um meio de se chegar ao desenvolvimento econômico e colocar o Nordeste na crescente onda da mundialização do capital. O resultado da adoção desta lógica trouxe alterações significativas para o território e para a organização da classe trabalhadora através do incremento da divisão social e territorial do trabalho tanto no campo como nas cidades (ELIAS, 2007) que estão próximas das áreas em que a adequação a agricultura científica (SANTOS, 2000; ELIAS, 2003) é uma realidade cada vez mais presente.

Sendo assim, o Nordeste oferece hoje condições precípuas ao desenvolvimento da agricultura de mercado apresentando, ao contrário da imagem presente no imaginário social, vastos recursos naturais, mão-de-obra a preços irrisórios e volumosos incentivos fiscais. Nossa escolha pela análise dos setores da fruticultura e da soja deve-se ao fato de que estes setores são os que mais crescem no agronegócio nordestino. Este crescimento, em muitos casos, acontece numa velocidade antes nunca imaginada modificando rapidamente a dinâmica territorial e os fluxos econômicos incrementando o processo de urbanização nos cerrados nordestinos e consolidando verdadeiros oásis, no ponto de vista econômico, no sertão.

Como área tradicional da produção da fruticultura no Nordeste temos as microrregiões de Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e Mossoró (RN) acompanhadas do desenvolvimento mais recente das microrregiões do Vale do Açu (RN) e do Baixo Jaguaribe (CE). Estas áreas formam o grande pólo frutícola da Região Nordeste concentrando parte preponderante da produção das principais frutas exportadas tais como a manga, uva, melão, banana, abacaxi, mamão, melancia dentre outras. A produção moderna das frutas em pleno sertão acabou por criar uma ruptura nas possibilidades de produção no semi-árido, pois a procura pela regularidade climática presente nestas áreas foi paradoxalmente o elemento chave para que as empresas regionais, nacionais e multinacionais pudessem implantar seus estabelecimentos, dotados de infra-estrutura disponibilizada pelo Estado, contribuindo, também, para

dinamizar o mercado de terras na região e agravar o quadro de extrema concentração fundiária.

Concentrando a produção de soja no Nordeste temos em ordem de importância as microrregiões de Barreiras (BA), Gerais de Balsas (MA) e Alto Parnaíba Piauiense (PI). O desenvolvimento da produção de soja nestas regiões acompanhou o ritmo crescente desta commodity em virtude da procura incessante por novas áreas para manter o nível de produtividade e baratear os custos de produção. O quadro posto a partir deste panorama foi o da tomada dos cerrados nordestinos por grandes produtores de soja ensejando um cenário de fortes desigualdades sociais e de rápida substituição das paisagens naturais do cerrado para dar lugar à monocultura da soja criando, por sua vez, uma nova realidade socioespacial contrária à organização social já desenvolvida historicamente pelos povos cerradeiros que passam a ser expulsos violentamente pela marcha da produção da soja.

Mediante este contexto, partimos da seguinte hipótese inicial, qual seja: com o desenvolvimento do agronegócio da fruticultura e da soja no Nordeste tem ocorrido a expansão de um mercado de trabalho capitalista caracterizado pelo aumento do processo de proletarianização no campo. Esta dinâmica apresenta características peculiares, pois este processo ocorre dialeticamente mantendo traços de afirmação e negação do capital não se apresentado de maneira homogênea no tempo e no espaço.

Na busca da comprovação ou negação da hipótese inicial tivemos que lançar mão de pressupostos teóricos que pudessem nos conduzir ao desvendamento da nossa inquietação. Nesse sentido, nosso referencial teórico organizou-se a partir da compreensão de três grandes eixos temáticos como: Geografia e trabalho; reestruturação produtiva da agropecuária e o vínculo agronegócio e ideologia.

Acerca do primeiro tema, tratamos de elencar alguns questionamentos com vistas à compreensão de uma pretensa geografia do trabalho. Para isso, partimos dos principais autores da Geografia brasileira inseridos neste debate como os Professores Antonio Thomaz Júnior e Ruy Moreira ponderando que este temário não se propõe a ser um novo ramo da geografia, o que de fato seria caminhar para trás numa perspectiva retrograda visto a superação (se não total pelo menos parcial) que a geografia crítica possibilitou do conhecimento positivista e das

famosas “gavetas” do conhecimento. Sendo assim, procuramos demonstrar a necessidade da inserção da geografia na análise do mundo do trabalho através da leitura dos desdobramentos espaciais das contradições que regem o mundo do trabalho lançando mão de seus principais conceitos e categorias.

Nesse caminho, afirmamos ser extremamente necessário dar prosseguindo a esta perspectiva, mas não partindo do zero e sim buscando perscrutar os conceitos e categorias já amplamente discutidos na ciência geográfica de maneira a explicitar em que momento é possível identificar no debate epistemológico, a possibilidade de uma leitura do trabalho como elemento definidor da espacialização da sociedade. Para isso, recorreremos a título de exemplo as contribuições trazidas por Milton Santos em dois momentos de sua trajetória teórica de elucidação do objeto da geografia.

Procurando entender o fenômeno da reestruturação produtiva na agropecuária, realizamos um exercício de reflexão das transformações no processo produtivo a partir do momento em que houve uma mudança paradigmática no modelo de produção desta atividade desde o ultimato (OLIVEIRA, 1977) proferido pela burguesia industrial do Brasil na década de 1930, quando o setor da agropecuária se viu obrigado a intensificar seu ritmo de desenvolvimento das forças produtivas.

O resultado deste processo de reestruturação produtiva foi a organização do que Santos (2000) denominou de agricultura científica. Enquanto ao rebatimento territorial deste modelo de desenvolvimento da agricultura, indicamos que a reestruturação produtiva da agropecuária não se deu de forma homogênea. Assim, na região Nordeste, a noção que mais se adequa ao perfil produtivo ligado a agropecuária moderna está no que se refere ao processo pontual como se deu a modernização da agricultura. Dessa forma, procuramos evidenciar este processo a partir dos apontamos de Santos (2001) e Elias (2006b) quando propõem o entendimento da fragmentação do espaço agrícola mediante a modernização incompleta em pontos e manchas no território brasileiro.

Por último elegemos o eixo analítico que trata da relação entre agronegócio e a ideologia como aquele que melhor evidencia de uma maneira conjunta, todo o processo de consecução da lógica do agronegócio no Nordeste. Já que no centro deste aparato ideológico rumo à transformação do território nordestino num celeiro para o agronegócio, aparece como elemento fundamental a questão da

modernidade, materializada tanto no território como nos processos produtivos, e da redenção econômica trazida pela geração de emprego e renda no campo.

Para isso, partimos do pressuposto da consideração do agronegócio, segundo Fernandes (2005), como o novo nome do novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista que reforça o vínculo com a ideologia quando este cria uma tessitura de sentidos de potência e riqueza. Quanto ao conceito de ideologia procuramos realizar um breve construto histórico da discussão acerca da ideologia mostrando que nem sempre a ideologia deve ser vista como falsa consciência. Para isso, nos baseamos na proposição de Mészáros (2006) quando este considera a ideologia como uma *consciência prática da sociedade de classe*. Neste sentido, destacamos a importância do construto discursivo-ideológico do agronegócio que impacta diretamente na dinâmica socioespacial brasileira e nordestina em particular.

Ainda na tentativa de responder aos objetivos postos pela pesquisa e na busca orientada pela hipótese inicial, fez-se necessário a organização da metodologia em três eixos: i) Pesquisa bibliográfica de livros, revistas, periódicos (Portal CAPES), anais de eventos científicos e documentos técnicos nas bibliotecas e instituições públicas nos Estados do Ceará e de São Paulo tais como: Universidade Estadual do Ceará (Biblioteca Central); Biblioteca do Centro de Humanidades - UFC, Biblioteca do Mestrado em Engenharia Rural -UFC; Biblioteca da Faculdade de Filosofia ,Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP; Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração - FEA/USP, Secretaria da Agricultura do Estado do Ceará e Banco do Nordeste; ii) Organização de dados estatísticos de acordo com a matriz metodológica sobre o mercado de trabalho agropecuário formal a partir das bases de dados RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); iii) Elaboração de cartogramas com vistas à espacialização dos dados sobre o mercado de trabalho agropecuário formal.

A respeito da matriz metodológica é importante lembrar que o nome matriz ainda assusta muita gente, pois numa análise apressada logo a vinculam no sentido da elaboração de um molde para a realização da pesquisa. Todavia, o sentido também válido e que aqui coadunamos, é a de ver a matriz enquanto lugar onde algo se gera ou cria. Desse modo, a matriz metodológica é nada mais nada menos que a tentativa de operacionalizar as principais hipóteses da pesquisa

associadas às temáticas centrais. E aqui priorizaremos a análise no mercado de trabalho agropecuário formal.

Os indicadores referentes ao mercado de trabalho é um dos segmentos mais importantes da pesquisa. Desse modo, priorizamos a elaboração de uma matriz metodológica que contemplasse os principais temas e processos que fossem representativos das transformações decorrentes da formação de um mercado de trabalho capitalista. Para isso decidimos por elencar uma série de variáveis e indicadores que possibilitassem o maior entendimento da dinâmica das relações de trabalho no setor formal.

A matriz metodológica está organizada a partir da seguinte ordem: processo, variável, indicador, fonte de consulta/ comprovação. Os processos são justamente as idéias principais baseadas no recorte da realidade estudada da qual pretendemos, através de uma série de dados, chegar à comprovação das hipóteses pré-estabelecidas. As variáveis são entidades capazes de manifestar diferenças de valores.

São as variáveis que possibilitam a mensuração estatística dos dados utilizados de forma a permitir a apreensão das mudanças na realidade analisada. Os indicadores são recortes das variáveis perfeitamente identificáveis utilizados para caracterizar, tanto de forma quantitativa como qualitativa, os objetivos, metas e resultados. As fontes de consulta/comprovação são as bases de dados organizadas por instituições públicas, privadas ou grupos de pesquisa.

A matriz metodológica organizada tem como tema principal o mercado de trabalho agropecuário formal e como processos associados destacam-se: territorialização do capital no campo; difusão das relações de trabalho capitalistas; difusão do trabalho agropecuário especializado; composição etária da mão-de-obra ocupada; expansão do trabalho feminino no setor da agropecuária; nova espacialização dos empregos formais no setor da agropecuária e a sazonalidade do emprego agropecuário.

Como fonte de dados principal elegemos, devido a cobertura nacional sobre a mão-de-obra formal, a base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Portanto, convém explicitar de forma clara, as características das bases de dados referentes ao mercado de trabalho formal disponibilizada pelo MTE.

O Ministério do Trabalho e Emprego tem como componente de suas

bases de dados: Perfil dos Municípios; Informações do Emprego Público e Renda; Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A base do perfil dos municípios disponibiliza dados a respeito do mercado de trabalho formal em todas as unidades federativas, bem como as microrregiões e municípios. Sua principal função é possibilitar o uso de informações sobre as ocupações que mais admitiram ou demitiram e o saldo da movimentação das ocupações (Admitidos – Demitidos). Os dados podem ser obtidos tanto de forma agregada como desagregada podendo assim, oferecer maior nível de detalhe.

As Informações para o Emprego Público e Renda permite angariar informações adicionais a respeito do mercado de trabalho, como a população economicamente ativa (ocupada e desocupada) por raça e gênero, trabalhadores formais e informais por raça e gênero e a taxa de analfabetismo por gênero. Contudo, estas informações são baseadas nos dados do censo do IBGE de 2000.

Criado pela lei nº 4.923/65O, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), tem como principal objetivo fornecer dados para a compreensão da evolução do mercado de trabalho formal através de estatísticas conjunturais com a peculiaridade de agregar dados sobre a quantidade de admitidos e desligados com periodicidade mensal. Essa análise pode ser realizada em níveis geográficos que contemplam o Brasil, Unidades Federativas, Mesorregiões, Microrregiões e municípios em todos os grandes setores da economia. Todavia, a base oferece vários níveis de análise dos setores da economia, podendo chegar a mais de quinhentas subdivisões.

Os dados do CAGED são originados das declarações de todo empregador que tenha empregado cujo contrato de trabalho seja regido pela CLT e que tenha tido movimentação no mês (admissão, desligamento, transferência, morte ou aposentadoria). O CAGED é subdividido em CAGED estatístico e Perfil Estabelecimento. Em termos de informações disponíveis relativas ao empregado, o CAGED possibilita informações sobre o vínculo (Tempo de Emprego, Horas trabalhadas, Remuneração e Tipo de Movimentação) bem como, dados individuais (Sexo, Faixa Etária e Grau de Instrução).

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo de periodicidade anual criado no ano de 1975 pelo decreto de nº

76.900. Tem como objetivo, criar subsídios às políticas trabalhistas e de composição salarial, assim como, de contribuir com a análise estrutural do mercado formal brasileiro, já que contempla 97% do universo do mercado formal do Brasil. A RAIS possui algumas peculiaridades sendo que as mais importantes são ligadas ao fato de que a abrangência, em termos das movimentações do mercado de trabalho, é muito maior que a do CAGED. Desta forma, mesmo que determinados estabelecimentos não tenham tido alguma movimentação (Admitidos e Desligados), os empregadores devem declarar para a RAIS, já que esta tem como função oferecer dados a respeito do estoque de empregos, ou seja, a quantidade de empregos formais existentes no ano analisado.

A RAIS é subdividida em RAIS Estabelecimentos e RAIS Trabalhadores. A RAIS Estabelecimentos é responsável por oferecer estatísticas sobre a natureza jurídica, tipo, tamanho e o estoque de empregos em cada estabelecimento que venha a possuir empregados formais. Enquanto a RAIS Trabalhadores disponibiliza informações sobre os Empregos enfocando no tipo de vínculo e dados individuais a respeito do sexo, grau de instrução, faixa etária e a nacionalidade da mão-de-obra.

As demais informações para a realização da pesquisa referem-se aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Dados de instituições públicas e privadas nos diferentes níveis (Federal, Estadual e Municipal).

É importante destacar que o recorte temporal da pesquisa contempla os anos de 1985, 1995 e 2004. O recorte foi definido de acordo com as limitações de uso das bases. Como exemplo, podemos citar a RAIS e o CAGED, que apenas fornecem dados a partir do ano de 1985. Desta forma, optamos por definir um recorte temporal que possibilite a observação com um intervalo de dez em dez anos.

Agora que vimos tanto o referencial teórico como nossa metodologia, gostaríamos de apontar algumas dificuldades que ocorreram no decorrer da pesquisa vinculadas, principalmente, a escolha de determinadas temáticas e das polêmicas que as envolvem e que se colocaram como um desafio na compreensão e busca pelo real.

Os desafios postos para a atividade da pesquisa são inúmeros visto se tratar de uma atividade árdua, complexa, polêmica e multifacetada. Todavia, acreditamos que a importância de tal atividade nunca será questionada no universo

prático do saber. A Geografia assume este compromisso com a pesquisa a todo o momento que opta pelo exercício crítico e metodológico referendado pela reflexão sobre as transformações que hoje marcam o espaço geográfico em diversas escalas de atuação e em diversas temporalidades.

Esta reflexão é sempre iniciada por uma escolha que no nosso caso, recebeu atenção o processo de desenvolvimento do agronegócio no Nordeste a partir de um olhar panorâmico da divisão territorial do mercado de trabalho agropecuário formal. Porém, buscamos nos esquivar de uma investigação tributária de uma ótica reclusa da análise do mercado de trabalho como se tratasse de um mercado de pescado, de laticínio ou de qualquer outro tipo de análise onde prevaleça tão somente as estatísticas ocas e sem vida por detrás dos números. Isso sem afetar agudamente nossa compreensão acerca da importância das estatísticas, dos dados para ao esclarecimento de qualquer fenômeno. E também sem deixar de considerar que o estudo do mercado de trabalho guarda em comum com o mercado de pescado o fato de se tratar também de um mercado onde se compra e se vende uma mercadoria, no caso representado pela mercadoria força de trabalho.

A partir do momento que optamos por analisar as principais áreas de difusão do agronegócio no Nordeste obviamente tivemos que renunciar a algumas prerrogativas que tal escolha metodológica nos obriga como, por exemplo, a investigação profunda dos desdobramentos espaciais da contradição capital x trabalho para cada região afetada pela incursão territorial do agronegócio. Assim como, de enveredar na realização, sempre enriquecedora, de trabalhos de campo em todas as microrregiões. Conseguimos, em certa medida, amenizar a falta de trabalhos de campo em virtude da experiência do grupo² de pesquisa que atua no Laboratório de Estudos Agrários (LEA) do qual temos atuado nos últimos cinco anos, contando com a ajuda de órgãos de fomento à pesquisa, bem como da interlocução com pesquisadores de várias universidades. Fato este que tem contribuído em muito para aprimorarmos a compreensão das novas dinâmicas socioespaciais postas pelo agronegócio no Nordeste.

² Grupo de pesquisa do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual do Ceará cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado "Globalização e espaços agrícolas". É coordenado pela Prof.^a Dr.^a Denise Elias juntamente com outros dez participantes entre pesquisadores, doutorandos, mestrandos e alunos da graduação. Na ocasião da pesquisa sobre a Economia Política da Urbanização do Baixo Jaguaribe – CE (CNPq 2003-2006) o grupo teve oportunidade de realizar visitas técnicas às áreas de maior relevância no processo de expansão do agronegócio no Nordeste, percorrendo as principais regiões de expansão da fruticultura e da soja.

Apesar destas renúncias acreditamos que um olhar panorâmico, contextual do desenvolvimento do agronegócio nas principais áreas de difusão de uma agricultura moderna no Nordeste pode nos revelar processos em comum de uma ideologia que prega a valorização de espaços para a acumulação desenfreada do capital. Sendo assim, este olhar nos ajuda a desvendar várias questões como: Quais as áreas escolhidas pelo capital para compor o cenário de desenvolvimento da agronegócio no Nordeste? Quais os rebatimentos para a divisão social e territorial do trabalho no campo nordestino? Em que momento e sob qual lógica estes vetores de desenvolvimento (fruticultura e soja) passam a atuar no Nordeste? Quais os impactos para a estrutura produtiva do campo nordestino? Da produção da soja nos cerrados à produção da fruticultura no sertão nordestino como a classe trabalhadora do campo é afeta pelo comando do agronegócio?

Além das dificuldades e limites no campo teórico e prático tal como mostramos, tivemos ainda outros problemas pelo fato de nos colocarmos no debate de questões de forte caráter polemista que transitam em caminhos bastante movediços onde a possibilidade de cairmos em um fosso teórico nos acompanhou em vários momentos. Ou seja, o fato de termos escolhido falar do mercado de trabalho agropecuário formal nos trouxe alguns problemas, pois falar em proletarianização, assalariamento dos trabalhadores rurais no Brasil é trazer à tona um amplo debate teórico-metodológico acerca do universo das relações sociais de produção sob o desenvolvimento do capitalismo no campo onde aparecem imbróglis teóricos sobre o debate da existência/validade/continuidade do camponês no universo rural que envolve discussões que perpassam desde Marx e Lênin passando por Kautsky, Shanin, Chayanov dentre outros.

Esse desafio teórico nos impôs determinadas posturas de cunho metodológico e analítico que dentro do debate da geografia agrária brasileira vem tomando ares que criaram e continuam a criar mais cortina de fumaça que nos impede de enxergar novos horizontes teóricos. Nesse sentido, a produção literária da geografia agrária no Brasil, muitas vezes, tem se organizado através de estruturas bipolares em seu discurso se enraizando em análises científicas que, não contentes em abandonar a compreensão dialética da realidade, colocam a produção acadêmica das universidades (externa e/ou internamente) em blocos, ou melhor, em guetos.

Não que sejamos ingênuos em deixar de considerar esta prática como um recurso milenar na efetivação do debate acadêmico, contudo devemos atentar que esta prática nunca esteve tão próxima de se tornar um bloco político que “censura” e mesquinhamente tornam pelegas análises de visões e abordagens diferenciadas que não estejam dentro do padrão de enfoque teórico previamente concebido como correto, ou ingenuamente crítico, e legitimado pelas instituições tradicionais de ensino e grupos de pesquisa que se colocam como verdadeiro e exclusivo “reboque” do pensamento científico nacional.

Importante deixar claro também que a diversidade de enfoques da realidade não seja utilizada como defesa de um pluralismo teórico-metodológico que mais confunde do que explica criando verdadeiras armadilhas onde muitas vezes se esconde todo tipo de ataque à continuidade do pensamento crítico. Outra ressalva, diz respeito à importância da manutenção da diversidade de linhas de pesquisas particulares que versam sobre a complexidade do enfoque da produção do espaço agrário brasileiro em suas diferentes escalas, bem como em suas diversas dimensões sejam elas de ordem política, econômica e/ou cultural.

Sendo assim, devemos negar qualquer esquema teórico que comungue do pressuposto da existência de apenas um caminho pra se chegar à pretensa captura da realidade, pois seria de fato negar a riqueza da dialética como caminho que pode nos levar a compreensão da totalidade. Tal desafio não foi uma invenção no plano do discurso, muito pelo contrário este debate é o exemplo concreto dos desdobramentos postos pela renovação da ciência geográfica, sobretudo na geografia pós década de 1970 que instaurou de vez a validade do pensamento crítico baseado na influência do materialismo histórico e dialético enquanto caminho fundamental para capturarmos a totalidade sem esquecer das particularidades.

A opção pela interpretação do espaço agrário na perspectiva da compreensão dialética é de fato uma tarefa complexa, pois requer a profunda análise do movimento e da contradição do real enquanto caminho que orienta a tarefa analítica. Lefebvre (1975, p.174) nos indica um importante meio para que possamos nos libertar dos traços de formalismo e das “sutilezas da metafísica” quando propõe que “Se o real está em movimento, então que nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição.”

Sendo assim, uma das temáticas que mais contém os elementos do processo que estamos chamando de a *morte da dialética* são aquelas temáticas associadas ao debate acerca das transformações nas relações sociais de produção e seu desdobramento para a organização do espaço agrário brasileiro. Dito de outra forma é o velho debate sobre o campesinato e sua trajetória de efetivação no espaço agrário brasileiro, bem como o eixo analítico que diz respeito ao processo de modernização da agricultura e da chegada do agronegócio como principal vetor de transformações para a classe trabalhadora tendo como marco o processo de proletarianização. Nesse debate coadunamos com Angel Palerm apud Sevilla Gusmán;Gozalés de Molina (2005) quando afirma acerca do campesinato que:

“ ‘Resulta evidente que em lugar das hipóteses e as práticas de seu desaparecimento, se necessita uma teoria da sua continuidade e uma práxis derivada da sua permanência histórica’ que ‘não somente subsiste modificando-se, adaptando-se e utilizando as possibilidades que lhe oferece a mesma expansão do capitalismo e as contínuas transformações do sistema’,mas também que subsiste igualmente mediante as ‘vantagens econômicas perante as grandes empresas agrárias’ que possuem suas formas de produção.” (PALERM,A apud SEVILLA GÚSMAN;GONZÁLES DE MOLINA,2005,p.72)

É necessário pontuar que não partimos do pressuposto de que o processo de proletarianização existente nas áreas de expansão do agronegócio seja ele próprio um caminho sem volta e sem resistência, muito menos, que a proletarianização é um processo unilateral no desenvolvimento histórico na perspectiva pura e simplesmente linear de sucessão dos modos de produção. Sendo assim, entendemos que o processo de assalariamento no campo representa apenas uma das múltiplas e complexas facetas no amplo contexto das relações sociais de produção no campo sendo um exemplo crasso do processo dialético que acontece no espaço agrário.

Este esclarecimento faz-se necessário mediante ao intenso debate presente na geografia agrária brasileira que muitas vezes prefere dar ênfase a uma análise dicotômica, ponderando apenas que nem sempre é fácil superar esta perspectiva devido às inúmeras ciladas presentes no processo de leitura da realidade, ou, quando pior, prefere entender o campo numa perspectiva unívoca entronizando um dos maiores ataques ao pensamento dialético qual seja excluir da relação dialética um dos seus componentes.

Posto o caminho por nós priorizado, as escolhas no campo teórico e metodológico rumo a elucidação de nossa hipótese inicial, podemos adiantar de uma maneira sintética que nossa hipótese foi confirmada após a extensa análise da conformação da divisão territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste e da forma como esse processo se evidenciou através de um crescimento significativo do estoque de empregos formais no setor da agropecuária em todas as escalas de análise que vão desde a escala nacional, passando pela da Região Nordeste, como também, nas áreas de expansão do agronegócio da soja e da fruticultura.

Este crescimento tal como posto na hipótese não se apresentou de forma homogênea no tempo e no espaço, pois existiram microrregiões que desde a década de 1970 passaram por um rápido processo de reformulação em sua estrutura produtiva incorporando características que já demonstravam a consolidação do modelo engendrado pelo agronegócio. As transformações espaciais foram mais rápidas onde o capital encontrou menor presença de rugosidades (SANTOS, 1978), sobretudo naquelas áreas de consolidação das fronteiras agrícolas como no caso das microrregiões de produção da soja nos cerrados nordestinos. Estas pela tipologia da atividade da soja foram as que mais sofreram com o processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto como expressão da alta mecanização da lavoura. Enquanto que na fruticultura a necessidade de mão-de-obra braçal apresentou ritmos crescentes a ponto de em algumas localidades os empresários se queixarem da falta de trabalhadores.

Enquanto aos impactos sociais para a classe trabalhadora esta apresentou modificações características do processo de adoção da reestruturação produtiva da agropecuária com o aumento da demanda por trabalho especializado e de novas categorias sócio-ocupacionais, como também do crescimento da presença da mulher no mercado de trabalho. Contudo, a grande herança deixada pelo modelo agronegócio continuou sendo a extrema concentração dos meios de produção e da exploração da classe trabalhadora através de jornadas aviltantes de trabalho e de um constante ataque às normas trabalhistas denunciadas pelos sindicatos e pelos movimentos sociais. Estes demonstraram através da prática da ocupação de terra seu protesto contra o modelo devastador empreendido pelo agronegócio.

E como prova da afirmação e negação do capital observamos que o agronegócio contribuiu para a reprodução de relações não-capitalistas de produção através da parceria com os produtores que usufruem a renda da terra e da força de

trabalho familiar expondo o quadro extremamente complexo das relações de produção no espaço agrário nordestino.

A dissertação está organizada em torno de quatro capítulos. No primeiro capítulo nossa proposta foi a de perscrutar as principais transformações decorrentes do processo de mundialização do capital pautada na reestruturação produtiva de caráter flexível. Nesse sentido, priorizamos a ênfase nos imbricamentos advindos desse modelo tanto no que diz respeito aos dados econômicos, sociais, bem como da vinculação desse debate no âmbito da ciência geográfica. Também pretendemos contemplar no primeiro capítulo, o contexto atual das mudanças no mundo do trabalho sob a ótica da geografia do trabalho. Dessa forma, o que nos moveu foi o interesse em discutir os meandros do desenvolvimento do agronegócio no Nordeste através de uma análise que priorize os principais recortes históricos para a compreensão do processo de incorporação de novos espaços de reprodução do capital através do processo de ordenamento espaço-temporal.

O segundo capítulo teve como objetivo expor mais claramente nosso objeto, qual seja o estudo da organização territorial do mercado de trabalho agropecuário formal nas áreas de expansão da agricultura moderna no Nordeste. Assim, partimos do pressuposto de que a formação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista é um dos principais impactos sociais do avanço do agronegócio, visto que este possibilitou o aquecimento do processo de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, optamos por analisar a evolução do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil, bem como a dinâmica nas grandes regiões e nos Estados a partir da análise dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No terceiro capítulo tivemos como objetivo analisar a evolução do mercado de trabalho agropecuário formal no setor da agropecuária nas principais áreas de difusão do agronegócio no Nordeste dando ênfase às áreas de expansão da fruticultura e da soja. Nesse sentido mostramos brevemente os traços principais que possibilitaram o desenvolvimento da fruticultura e da soja nas microrregiões analisadas evidenciando as características peculiares de cada vetor econômico na organização socioespacial e os imbricamentos desta dinâmica para o mercado de trabalho agropecuário formal.

No quarto e último capítulo abordamos a relação do agronegócio e ideologia como germen do modelo de desenvolvimento pregado para a região

Nordeste e que tem na bandeira da geração de emprego e renda seu principal aporte ideológico. Analisamos, também, a situação de encruzilhada a qual estão submetidos os trabalhadores agrícolas procurando salientar as principais mudanças no perfil da classe trabalhadora como reflexo da reestruturação produtiva, bem como os principais conflitos sociais oriundos da difusão do agronegócio. Outro ponto que mereceu destaque no capítulo foi a investigação acerca do papel desempenhado pelos sindicatos e a forma de atuação dos movimentos sociais no combate as desigualdades sociais impostas pela lógica do agronegócio.

Capítulo 1

A REGIÃO NORDESTE NO LIMIAR DA GLOBALIZAÇÃO: AGRONEGÓCIO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

1.1 O desenvolvimento da globalização e os processos de ordenação espaço-temporal

Pensar a agricultura e a geografia agrária no Brasil é hoje se debruçar em um tema eivado de contradições seja no plano científico-acadêmico, político, econômico ou cultural. Soma-se a este fato o desafio de entender as transformações nas relações de trabalho a partir da compreensão do processo de reestruturação produtiva nas principais áreas de expansão do agronegócio no Nordeste brasileiro. De fato, trata-se de um tema bastante complexo. Porém, a mensagem que devemos ter em mente é de que o que nos move no entendimento de nossa realidade é a busca pela totalidade. Neste sentido, coadunamos com Konder (1992) quando afirma que:

“A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que agente tem dela. Há sempre algo que escapa as nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa que a visão de conjunto proporciona – que é a chama totalidade.”
(KONDER, 1992. p.37)

Ainda guiados pelo preceito fundamental da busca pela totalidade e sempre reconhecendo que esta se apresenta dialeticamente é que complementamos nossa percepção de acordo com os apontamentos expressos por Michel Lowy (1998) ao destacar que “A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto.”.

Neste sentido é que buscamos entender o processo de reestruturação produtiva como um sistema de inovações tecnológico-organizacionais da produção social capitalista (ALVES, 2000). Todavia, não compreendemos a reestruturação

produtiva dissociada das modificações gerais ocorridas na organização social da classe trabalhadora, bem como de seus rebatimentos espaciais. Desta forma, devemos sempre estar atentos aos desdobramentos do novo impulso da modernização capitalista em sua dimensão histórica e seus rebatimentos sob diversas esferas da sociedade.

O momento histórico no qual podemos apontar como o ponto fatídico para o entendimento das transformações que regem a processualidade da dinâmica capitalista foi, sem dúvida, o período do último quartel do século XX. Foi nesse período histórico que também vivenciamos profundas mudanças no que tange ao desenvolvimento das ciências sociais. O discurso do ‘fenômeno’ da globalização tornou-se força motriz das produções teóricas e práticas nos estudos que perpassaram a academia e povoaram a retórica de variados setores da sociedade. Esta nova orientação por parte das ciências sociais trouxe profundas modificações na interpretação da totalidade social. Octávio Ianni (1996) demonstra de forma brilhante essa nova etapa da sociedade e seus reflexos para o desenvolvimento das ciências sociais.

“Nesta altura da história, no declínio do século XX e limiar do XXI, as ciências sociais se defrontam com um desafio epistemológico novo. Seu objeto transforma-se de modo visível, em amplas proporções e, sob certos aspectos, espetacularmente. Pela primeira vez, são desafiadas a pensar o mundo como uma sociedade global. As relações, os processos e as estruturas econômicas, políticas, demográficas, geográficas, históricas, culturais e sociais, que se desenvolvem em escala mundial, adquirem preeminência sobre as relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala nacional. O pensamento científico, em suas produções mais notáveis, elaborado primordialmente com base na reflexão sobre a sociedade nacional, não é suficiente para apreender a constituição e os movimentos da sociedade global.” (IANNI, 1996, p.189)

Para o autor, estamos diante de uma nova etapa do desenvolvimento sócio-histórico caracterizado por um processo que decorre da realidade em vigor redesenhada no interior do próprio Estado-Nação. Estas mudanças se materializaram num arsenal de publicações nos vários campos do saber que repercutiram na produção de metáforas que tinham como objetivo esclarecer o processo de globalização. Desta forma, “As metáforas parecem florescer quando os modos de ser, agir, pensar e fabular mais ou menos sedimentados sentem –se abalados” (IANNI, 1996:14).

As metáforas mais disseminadas foram às expressões baseadas em torno da idéia de um globo unitário como a “aldeia global”, “fábrica Global”, “sociedade global”. Todas tinham como combustível a difusão de inovações no campo da eletrônica e na internacionalização do modelo americano de desenvolvimento da economia e da política, remodelando *pari passu* os valores culturais. Em último nível, estas expressões representavam verdadeiros símbolos de uma ocidentalização marcada profundamente pela intervenção dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Porém, vale destacar também o papel do Japão como grande propulsor da modernização tecnológica, industrial e organizacional.

As expressões supracitadas foram interpretadas por Alves (2001) como sendo verdadeiros *ícones impressionistas* do processo de globalização, pois representavam uma espécie de sintoma do que viria a ser o real processo de globalização tendo em vista que, para o autor, o marco para se pensar no efetivo processo de mundialização do capital é a década de 80 do século XX. Segundo Alves:

“Até os anos de 1980, a ideologia da globalização propriamente dita não surgia ainda como uma realidade sócio-histórica que se impunha, tal como ocorre nos nossos dias, tendo em vista que a própria globalização como mundialização do capital, ainda não tinha se constituído plenamente”.(ALVES, 2001, p.38)

O prelúdio para que pudéssemos considerar a década de 1980 como momento efetivo de concretização da mundialização do capital foi o cenário advindo das transformações ocorridas nos “trinta anos gloriosos do capital”. O período pós Segunda Guerra mundial foi marcado pela dinâmica de soerguimento das taxas de lucro mediante o incremento da produção em massa para o consumo em massa do padrão fordista. No decorrer dos anos posteriores, o que se viu foi um aumento substantivo da produção industrial acompanhado das exigências do padrão taylorista/fordista de produtividade do trabalho.

O esgotamento desse padrão de crescimento se deu mediante à verdadeira enxurrada de mercadorias dando margem para a conformação de uma crise de superprodução que culminou na década de 1970. Foi justamente neste período que o quadro até então de euforia devido às elevadas taxas de produtividade, pela garantia dos benefícios do *welfare state* e pela ilusão do pleno emprego logo viria a sucumbir encerrando o deslumbre da sociedade de consumo

de massa. Antunes (2003) indicou os traços mais evidentes da decadência do apogeu da fase gloriosa do capital como: 1) queda das taxas de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; 3) hipertrofia da esfera financeira; 4) maior concentração de capitais graças as fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do welfare state e de seus mecanismos de funcionamento; 6) incremento acentuado das privatizações. Estes foram os principais vestígios para a conformação de uma grave crise do sistema capitalista que nos acompanha até hoje e não pára de cessar. De acordo com Mészáros:

“Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio *sistema do capital*. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é construído.” (MÉSZÁROS, 2000, p.7)

Como podemos perceber, o cenário esboçado aponta para um momento de redefinições para o modelo capitalista. Nesse ínterim, inicia-se o que muitos autores denominam da ofensiva do capital na década de 80 do século XX, período em que o capital buscou a todo e qualquer custo a retomada das taxas de lucro. Este modelo ofensivo elegeu para o combate os setores que representavam os maiores obstáculos à expansão da reprodução do capital. Neste sentido, a década de 1980 inaugura a adoção de um modelo neoliberal de regulação da economia, de novas estratégias no plano da relação Estado e empresas capitalistas, bem como um novo modelo de gestão da produção onde a lógica reinante era a da flexibilidade do processo produtivo, bem como do mercado de trabalho.

Na análise da crise do capital proposta por Harvey (2006), o autor considera que a incapacidade do fordismo e do keynesianismo diante das contradições do capitalismo devia-se a sua rigidez. Para Harvey, existiam problemas de rigidez nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos padrões de consumo. Aliado a estes fatores deu-se uma profunda reestruturação tecnológica e organizacional, bem como o surgimento de setores produtivos inteiramente novos. O combate à rigidez fordista foi substituído por um novo impulso a mundialização do capital que o autor denominou de *acumulação flexível*.

A categoria da flexibilidade tornou-se fundamental para se entender o novo estágio de acumulação do capital, contudo é interessante atentar para o alerta de Alves (1999) quando mostra que:

“...existe um perigo em exagerar a significação da acumulação flexível, de vê-la como algo essencialmente novo. Uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando ‘flexibilizar’ as condições de produção – principalmente da força de trabalho. Um dos traços ontológicos do capital é a sua notável capacidade em ‘desmanchar tudo que é sólido’, revolucionar, de modo constante, as condições de produção; pôr – e repor- novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos (Marx,1990).” (ALVES,1999, p.86)

Dito isto, o autor faz outro alerta que complementa nossa percepção da significação da categoria da flexibilidade frente ao novo período de acumulação capitalista. Sendo assim, o autor continua:

“Se não podemos exagerar a significação da acumulação flexível, tendo em vista que ela apenas ex-põe o ser-precisamente-assim do capital, por outro lado, existe o perigo de considerar que nada mudou, isto é, considerar que a flexibilidade, sob a mundialização do capital, é apenas uma mera condição ideológica (...) o que procuramos salientar é que a nova manifestação da categoria de flexibilidade, pela sua velocidade, intensidade, e principalmente amplitude, é uma realidade histórica (e política) de novo tipo, uma descontinuidade no interior de uma continuidade plena’.” (ALVES,1999,p.89-90)

No âmbito da acumulação flexível, outro grande destaque que vai complexificar ainda mais os ditames da mundialização do capital é a conformação de uma organização hierárquica das frações do capital, onde quem assumiria o topo dessa hierarquia teria obrigatoriamente traços que o vincularia a idéia da própria ontologia do capital, ou seja, seu alto grau de flexibilidade, de constante movimento. Desta forma, uma fração do capital que mais teria este grau de efemeridade, fugacidade característico do atual sistema temporal seria o capital financeiro. É justamente o traço da efemeridade que assume a globalização entendida como mundialização do capital, onde o capital financeiro assume sua centralidade plena.

Alves (1999) aponta no seu estudo, as principais características da mundialização do capital, onde podemos perceber claramente a importância da esfera financeira. Assim, destacamos: 1) poder crescente do capital-dinheiro

altamente concentrado; 2) predomínio do investimento e da produção em relação à troca; 3) acirramento do processo de centralização financeira e de concentração industrial no plano nacional e internacional; 4) interpenetração entre os capitais de vários países. Tais proposições reforçam a idéia de que a mundialização do capital é muito mais definida enquanto uma globalização do capital e de suas operações do que meramente uma globalização das trocas de intercâmbio de mercadorias que remontam ainda ao século XVI (Alves, 1999).

Como vimos, a organização do processo sócio-histórico está cada vez mais condicionado pela mundialização do capital. A partir da crise do capital e a consumação da acumulação flexível, segue-se um constante e perverso processo de soerguimento do capital a custa de intensas modificações. Entendendo o espaço como uma instância social (Santos 2002, 2005), podemos perceber uma série de transformações socioespaciais que de forma alguma estão dissociadas do contexto político, econômico e cultural vinculados à mundialização do capital.

Os desdobramentos espaciais da mundialização do capital nos colocam em um amplo debate com forte caráter polemista. Dessa forma, temas como o fim das fronteiras, fim das barreiras espaciais, divisão internacional do trabalho, desterritorialização, ou mesmo, o do fim da própria geografia colocam a ciência geográfica numa posição de destaque no debate contemporâneo acerca da mundialização do capital.

A onda de fluidez provocada pelos fluxos econômicos do capital financeiro propiciou um novo enfoque, ou mesmo, um novo despertar para a relação espaço-tempo. Neste sentido, Harvey (2006) fala da compressão espaço-tempo onde o desenvolvimento dos transportes, das comunicações, bem como das rápidas trocas de fluxos, tanto materiais quanto imateriais, redefinem a idéia da velocidade, do encolhimento das distâncias e, portanto, da maior velocidade de consecução da reprodução do capital.

Essa nova experiência espaço-tempo e de adensamento da esfera do capital rentista parasitário expôs um debate polêmico em que a geografia foi colocada como um “bode expiatório” no sentido que assumiu todo o ônus de uma pretensa fragilidade da questão do espaço, das barreiras espaciais frente uma economia cada vez mais fluída onde a questão da localização geográfica tornou-se secundária. Dito de outra forma, de acordo com Strange, apud Haesbaert (2006) seria a conformação de uma economia não territorial dando ênfase, também, a

fragilidade do Estado-Nação em gerir os fluxos “desterritorializados”, do capital financeiro global. De acordo com Chesnais:

“A esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais. O investimento externo direto do setor financeiro representou a principal cidadela no IED durante a década de 80. No entanto, é fundamentando-se no movimento da globalização financeira, que certos autores julgam poder anunciar o ‘fim da geografia’ (R. O’Brien, 1992).” (CHESNAIS,1996:p.239)

A fluidez territorial propiciada pela dinâmica do capital financeiro global “pós-fordista” foi muitas vezes confundida como sinônimo de desterritorialização (HAESBAERT, 2006) no sentido de que os fluxos comerciais, financeiros e de informações enfraqueceu, cada vez mais, as bases territoriais da economia. É nesse bojo que fortaleceram-se concepções que atestavam a existência de finanças sem lugar (SANTOS, 2002) e que graças à globalização financeira a geografia não teria mais razão de ser, portanto, seria mesmo o fim da geografia.

Contrapondo-se àqueles que vêem no desenvolvimento do capitalismo financeiro e no maior poder de decisão das empresas capitalistas o enfraquecimento da prerrogativa espacial, Harvey (2006) responde afirmando que:

“...a queda de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Vemos hoje, e não é pela primeira vez na história do capitalismo, evidências que apontam para a tese oposta. O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estruturas etc, assumem crescente importância. O domínio superior do espaço é uma arma ainda mais poderosa na luta de classes; ele se torna um dos meios de aplicação da aceleração e da redefinição de habilidades a forças de trabalho recalcitrantes.” (HARVEY, 2006, p.265)

Na desconsideração do espaço pelo tempo, Santos (2002) diz que este tipo de interpretação é “delirante” já que nessa nova experiência do tempo e o uso da maior velocidade dos fluxos, das informações, é um benefício que poucos conseguem desfrutar. Esta idéia muito se aproxima da crítica elaborada por Massey (2000) em sua geometria do poder. Para a autora devemos levar em consideração a

existência de uma diferenciação social expressa na compressão espaço-tempo na medida em que diferentes indivíduos em distintas espacialidades e condições sociais estão inseridos neste jogo. Assim, devemos resgatar a complexidade da compressão espaço-tempo a partir da diferenciação dos seus sujeitos e objetos, e das relações de poder profundamente desiguais. Ainda neste embate teórico sobre a relação espaço e tempo na égide da globalização, Santos (2002, p.203) vai ainda mais longe quando afirma que “Se consideramos o espaço tal como existe em dado momento, como uma realidade objetiva, e o tempo como as ações que nele vão se inserir, então é o tempo que depende do espaço e não o contrário”.

Mediante o contexto exposto, podemos alertar que desconsiderar as colocações supracitadas é não perceber como a questão do espaço é essencial no modelo de reprodução do capital visto que o desenvolvimento de atividades lucrativas depende diretamente do jogo de dominação dos espaços mais susceptíveis a adequação ao modelo de exploração dominante.

A consideração do espaço na elucidação das leis gerais de reprodução da sociedade é comumente vista como secundária. Galvão (2003, p.30) captou bem esta deficiência quando coloca em pauta que a compreensão das determinações espaciais da dinâmica de reprodução da sociedade é tida como uma discussão complementar ou acessória. Daí surge o que autor estabeleceu como uma *regra de bolso* onde “... quanto mais genérica e abstrata a discussão, menos importante seriam as determinações espaciais; quanto mais concreta e específica a discussão, mais relevantes as contextualizações e apropriações da dimensão espacial ou territorial.”.

Entre os autores que mais contribuíram para afirmar a importância do espaço no processo de acumulação do capital está o geógrafo inglês David Harvey. No centro deste debate podemos destacar o que autor denominou ser o processo de ajuste espacial ou ordenação espaço-temporal.

Antes de adentrarmos nos desdobramentos da proposição de Harvey acerca dos processos de ordenação espaço-temporal torna-se necessário alertar para aquilo que o autor deixa claro tratar-se de uma discussão pouco compreendida e muito rechaçada por aqueles que crêem, como já afirmamos, ser esta discussão desnecessária ou mesmo simples do ponto de vista da concepção banal já amplamente difundida da dimensão espacial. Neste sentido Harvey propõe que:

“...seria demasiado fácil sucumbir a esse ‘fetichismo espacial’ que iguala todos los fenómenos *sub specie spatii* y trata las propiedades geométricas de las pautas espaciales como algo fundamental. El peligro opuesto está en ver la organización espacial como un mero reflejo de los procesos de acumulación y reproducción de clase.” (HARVEY,1990,p.377)

Dito isto, podemos perceber que o que está em jogo é captar a necessidade do capitalismo da expansão geográfica do capital como ponto nevralgico do processo. Para isso, a proposição de desvendar a concepção da ordenação espaço-temporal defendida por Harvey, torna-se fundamental. O ponto central dessa idéia está na leitura que Harvey (2005) realiza da obra do filósofo alemão Hegel.

Ao analisar a obra “Filosofia do direito” o autor identificou que Hegel, ao tratar das contradições inerentes a sociedade civil burguesa, procurou explicar o estágio de pobreza gerado pela concentração de riqueza. Nesse caminho analítico marcado pelo quadro generalizado de pobreza e vislumbrando o cenário calamitoso de ruptura social, Hegel, segundo Harvey, sugeriu duas medidas que poderiam solucionar o problema das contradições internas da sociedade civil burguesa. A primeira proposição seria a cobrança de impostos dos mais ricos para favorecer os pobres através do auxílio da beneficência pública. Porém, Hegel logo concluiu que esta solução somente exacerbaria o problema. A segunda proposta elaborada por Hegel baseava-se na busca de mercados em outros países e mesmo na fundação de colônias. A partir deste exercício enveredado por Hegel na tentativa de solucionar as contradições internas da sociedade civil burguesa é que Harvey questiona:

“Será que a sociedade civil pode ser salva das contradições internas (e no fim, da sua dissolução) por uma transformação interna: a realização do Estado moderno como ‘realidade da Idéia ética’? Ou será que a salvação está no ‘ajuste espacial’, isto é, a transformação externa por meio do imperialismo, do colonialismo e da expansão geográfica? Essas são as intrigantes questões que Hegel deixa em aberto.” (HARVEY,2005,p.101)

A partir da idéia da necessidade da expansão geográfica para novos territórios como medida para solucionar o aumento excessivo de excedente de capital é que Harvey (2003, p.78) vai buscar compreender “a tendência capitalista crônica derivada teoricamente de uma reformulação da teoria da tendência a queda da taxa de lucro, de Marx, de produzir crise de sobreacumulação.” Para o autor, as

crises de sobreacumulação podem ser desencadeadas tanto através de excedentes de capital como também de excedentes de força de trabalho.

Um exemplo crasso de uma dessas crises periódicas do capitalismo foi a década de 1930 onde o acréscimo de mercadorias em circulação acarretou uma queda elevada da taxa de lucro, levando milhares de investidores a falência pelo desvio de somas anteriormente aplicadas em setores cujo excedente de produção alcançou patamares exorbitantes. Nesse momento de aguda crise de sobreacumulação diversas estratégias de controlabilidade do excesso de capital foram forçadas.

Nesse caminho, uma das experiências mais exitosas demonstrou ser, justamente, a idéia do ajuste espacial, pois, segundo Harvey (2003, p.78), "...a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo.". Dessa forma, o que podemos concluir através da leitura das idéias supracitadas é que os processos de ordenação espaço-temporal ou de ajuste espacial promovem exatamente a produção de espaços onde o capital se desenvolve continuamente, dando margem à sua expansão para novas porções do espaço. Segundo Harvey:

"O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis." (HARVEY, 2005, p.118)

Perante o contexto exposto e aliado à dinâmica atual da mundialização do capital, sobretudo nos países da periferia capitalista, o que podemos identificar é que a abertura comercial e financeira potencializa a partir das medidas neoliberais têm possibilitado os processos de ordenação espaço-temporal, visto que nos últimos anos o número de empresas multinacionais e transnacionais que deslocaram somas consideráveis de seus excedentes para outros países alcançou números representativos sendo as responsáveis diretas pela dinamização das economias periféricas na acumulação de capital sob a batuta do Estado.

No Brasil esse fenômeno ganha corpo principalmente a partir da adoção das políticas neoliberais iniciadas com maior êxito durante o governo de

Fernando Collor no início da década de 1990, continuando na era FHC e paradoxalmente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Tal fato pode ser analisado, mormente, a partir da desnacionalização da base produtiva da economia. Os dados sobre o fluxo do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) mostram uma reviravolta dos fluxos de investimentos de capital no Brasil.

O grande marco desta reviravolta foi a década de 1990 que representou a abertura definitiva da economia brasileira frente aos capitais internacionais culminando com o pacote de privatização engendrado pela política entreguista dos governos Collor e FHC. De acordo com Oliveira (2003, p.6) “O IDE líquido na economia brasileira aumentou de US\$ 1 milhão entre 1990-94 para US\$ 17 milhões em 1997, chegando à cerca de US\$ 30 milhões em 1999.”.

Os dados apresentados pela autora refletem o momento em que o capital internacional começa a participar decisivamente na redefinição do papel econômico da economia brasileira agora caracterizada como campo fértil para a especulação financeira. Numa perspectiva setorial de aplicação do IDE é importante frisar a importância de setores que foram beneficiados com as privatizações tais como o setor de energia e telecomunicações. Segundo dados do Banco Central do Brasil, a distribuição dos investimentos diretos estrangeiros por setor de economia para o ano de 2006 mostra que o setor de serviços foi responsável por 54,53%(US\$ 12.124,40) do total do IDE investido no Brasil, acompanhado do setor da Indústria que concentrou 39,43% (US\$ 8.743,78).

O setor da agricultura, pecuária e do extrativismo mineral foi o que menos recebeu investimentos externos representando, do total, apenas 6,13%(US\$ 1.363,12). Porém, atualmente a tendência deste setor é receber mais investimentos devido ao desenvolvimento da agroenergia com a propalada descoberta de uma nova “commodity” brasileira representada pela produção do etanol, bem como a crescente descoberta de novas áreas de expansão da soja. Cabe ainda destacar que para alguns analistas, se consideramos as atividades associadas ao setor do agronegócio, a participação no total do IDE pode até duplicar.

Os dados supracitados são de extrema importância para captarmos a processualidade da formação de uma nova divisão social e territorial do trabalho visto que os investimentos de grandes grupos internacionais são hoje responsáveis pela dinamização de várias regiões através da instalação de empresas do setor automobilístico, da microeletrônica, das telecomunicações, do setor farmacêutico,

bem como do agronegócio. Dessa forma, faz-se necessário o olhar atento do processo de ordenação espaço-temporal promovido pelas empresas que cada vez mais intensificam sua lógica expansionista numa gama variada de espaços sob a égide da mundialização do capital.

Nesse âmbito e tentando contribuir para reforçar a importância do espaço na dinâmica da mundialização do capital temos as idéias de Santos (2000, 2005a) que além de nos propiciar uma leitura sobre as transformações na organização espacial mediante a conformação do meio-técnico-científico - informacional, o autor traz importantes contribuições para que possamos compreender a *lógica espacial* dos grupos hegemônicos. De acordo com Santos:

“No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”. (SANTOS, 2000, p.79)

O interesse vital da utilização dos espaços da fluidez por parte dos grandes grupos hegemônicos revela a verdadeira magnitude do espaço na confrontação de uma sociedade desigual pautada pela apropriação e dominação do espaço. Para Santos (2000, p.81) “Com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história”.

Esse jogo de interesses que se desenrola no espaço e pelo espaço reforça a idéia de que é indubitável que a mundialização do capital tem embrionariamente sua dimensão espacial refutando as leituras que a colocam em posição secundária esvaziando seu conteúdo teórico e epistemológico. Assim, a complexidade do atual momento sócio-histórico requer da geografia uma ampliação no campo da análise crítica que possa dar subsídios à interpretação dos ditames do processo de mundialização do capital. Voltamos, então, ao começo quando pontuamos ser de extrema valia a consideração da busca pela totalidade não dissociando dos acontecimentos que pretendemos perscrutar em sua dinâmica maior. É neste contexto que buscaremos entender as metamorfoses do espaço geográfico e em especial do espaço agrário dando destaque às mudanças do

mundo do trabalho. Para isso torna-se necessário, antes, discutir a relação entre geografia e trabalho.

1.2 Pensar a geografia para se pensar o trabalho?

Muito se tem pensado sob as contradições do dito *mundo do trabalho*. Tal temática aparece no atual momento histórico-social e no discurso científico como um tema que não se esgota no devir sociológico e/ou antropológico. Neste ínterim, importantes estudos consolidados em grupos de pesquisas mostram a emergência de um olhar mais abrangente para a questão do trabalho no século XXI.

De acordo com Thomaz Júnior (2002), a geografia se coloca, como de praxe, tardiamente neste debate. Talvez, este “atraso” deva-se a pertinência da imaturidade epistemológica enfrentada pela própria ciência no que tange a um debate mais profundo sobre as principais categorias e conceitos que norteiam o pensamento geográfico que passou por vários momentos nebulosos cujas marcas desse período teimam em não cessar.

Nos últimos anos várias pesquisas³ têm posto como objetivo principal inserir a geografia no seio da discussão sobre as transformações no mundo do trabalho. Daí, a emergência por parte dos geógrafos de se debruçar numa análise que contemple um aparato teórico-prático da geografia sobre a temática do trabalho. Este percurso teve início a partir do momento em que a geografia passou a analisar não só o trabalho enquanto elemento central na construção e organização do espaço, mas também quando esta passa a analisar, é certo que de forma muito incipiente, o sujeito dessa relação, ou seja, o trabalhador e as relações sociais a partir da ótica antagônica da sociedade de classes.

Os desdobramentos do desenvolvimento histórico do pensamento geográfico em que o trabalho surge como um aporte inteligível na compreensão do espaço, só pôde encontrar maior foco de difusão quando a ciência geográfica passou por um momento de conturbadas rupturas e redefinições no campo teórico, político e ideológico na década de 1970. Nesse momento, uma série de estudos

³ Como destaque nos estudos sobre a relação entre Geografia e Trabalho destacam-se as pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET) da UNESP de Presidente Prudente em São Paulo. O CEGET é coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

tiveram como objetivo debater temas e conceitos fortemente amparados numa crítica social das contradições engendradas pelo modelo sociometabólico do capital.

É neste âmbito que temas como o trabalho, passaram a fazer parte de uma geografia renovada e atenta para o desdobramento espacial das contradições que regem as relações sociais de produção sob o capitalismo. Contudo, uma plêiade de posicionamentos divergentes marcou o debate da relação entre geografia e trabalho. Assim, a idéia da existência de uma geografia do trabalho não encontrou total aceitação no universo acadêmico.

A relação, não necessariamente em termos de construção de uma epistemologia no que toca a sua forte carga empírico-lógica, entre a geografia e a categoria trabalho não é necessariamente uma novidade. Se fizermos uma apreciação histórica do trabalho como tema na geografia iremos chegar, segundo Thomaz Júnior (2002), a idéia de gênero de vida de Paul Vidal de La Blache. Os trabalhos de geografia econômica no início do século XX já demonstravam uma preocupação no entendimento do trabalho apreendido enquanto fator de produção. Nesta linha podemos destacar as contribuições de Pierre George (1969) no livro “Sociologia e Geografia” que dedica parte importante de sua reflexão sobre o trabalho como elemento valorativo central da formação das paisagens. Segundo Thomaz Júnior (2002) podemos, no limite, analisar as contribuições de Pierre George como uma geografia do emprego.

Para Francesconi (2004) buscando a geografia do trabalho que não existe devemos antes perguntar o que existe. Nesse sentido, muitos geógrafos consideram que uma geografia do trabalho é algo redundante no sentido de que a própria concepção de espaço, sobretudo o espaço pós-advento de uma perspectiva crítica, já carrega consigo o trabalho enquanto elemento primordial.

Nesse caso, poderíamos exemplificar a partir de uma breve análise do exercício epistemológico elaborado por Milton Santos. Para isso, torna-se necessário avaliar dois momentos em sua vasta obra. Na tentativa de diferenciar paisagem de espaço, Santos em *A metamorfose do espaço habitado* (1988) vai dizer que “O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (o contexto social).”. Já em sua obra maior *A Natureza do Espaço* (2002) Santos vai propor de forma mais elaborada sua teoria do espaço, marcando definitivamente uma das concepções mais difundidas do objeto de estudo da geografia. Sendo assim, para o autor “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e

também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”. É exatamente aqui, neste caminho de reflexão engendrado por Santos, que o mesmo faz uma advertência decisiva para aqueles que almejam interpretar o par indissociável *sistema de objetos e sistemas de ações* como simplesmente um sinônimo do par *forças produtivas e relações de produção*. Para Santos:

“Copiando de forma simplória o que está inscrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto de relações sociais de produção. Mas vale a pena lembrar que a interpretação simplória da relação dialética entre forças produtivas e relações de produção há muito tempo deixou de ter vigência plena (...) Deste modo, um enfoque no estudo do espaço que apenas deseje partir dessa famosa dialética das forças de produção e das relações de produção não pode levar a nenhuma clareza metodológica, já que, nas condições históricas atuais, essas duas categorias clássicas as mais das vezes aparecem confundidas. Neste caso, deixam de ser analiticamente válidas. É indispensável encontrar outros pontos de partida.”(SANTOS, 2002, p.63-64)

Como vimos, o caminho de reflexão exposto acima é árduo não só pelo peso das categorias de análise envolvidas como também do caráter polemista que as envolve. Nesse sentido, o convite a problematização mais elaborada deve ser posto como um alvo a ser alcançado.

Outro caminho de análise acerca da validade da geografia do trabalho pode ser representado, numa perspectiva mais direcionada, por aqueles estudiosos que priorizaram a análise da fixação do valor no espaço. Nessa perspectiva, para alguns estudiosos, interessa mais à geografia o trabalho morto do que o trabalho vivo. Essa demarcação a princípio simplória tem na raiz de seu discurso a preocupação sobre a demarcação epistemológica sob pena de se cair num âmbito de discussões onde os conceitos e categorias da geografia entrariam mais como apêndice do que como elemento central.

O panorama apresentado nos apresenta uma série de caminhos que tanto na negação ou na afirmação de uma geografia do trabalho põe a nu o imbróglio teórico da questão que hora nos move. Tal fato, revela, antes de mais nada, que muitos neurônios necessitam ser gastos nessa questão.

Partilhamos de uma visão que possa conceber o trabalho enquanto elemento central na compreensão do espaço. Porém, não partimos de uma idéia em que o trabalho esteja implícito nas concepções teóricas, ou seja, trata-se de

compreender que o debate sobre o mundo do trabalho envolve uma discussão de caráter indissociável com a realidade espacial, pois a dimensão espacial da sociedade é fruto de um processo historicamente produzido pelas relações sociais centradas no trabalho enquanto ato teleológico expresso no intercâmbio do homem e a natureza, ou, para não adentrarmos numa posição unívoca, da relação sociedade e espaço (MOREIRA, 2002).

A compreensão do trabalho como ato teleológico encontra total pertinência nas contribuições de Lukács. Para o autor, a partir das bases do pensamento de Marx, o trabalho ocupa posição primordial na compreensão do pôr teleológico. Tal fato pode ser evidenciado quando o autor reconhece que:

“Para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único lugar onde pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro por teleológico como momento efetivo da realidade material. Este reconhecimento correto da realidade lança luz, em termos ontológicos, sobre todo o conjunto de questões. Antes de mais nada, a característica real decisiva da teleologia, isto é, o fato de que ela só pode adquirir realidade quando for posta, recebe um fundamento simples, óbvio, real: nem é preciso repetir Marx para entender como qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de um tal por, que determine o processo em todas as suas fases.” (LUKÁCS, 1981, p.11).

É sempre importante lembrar que a defesa de uma geografia do trabalho não seja utilizada como retórica ao positivismo científico, bem como da banalização de estudos setoriais que ingenuamente ou propositalmente praticam uma geografia adjetivada sob pena de cair num discurso vago de conteúdo epistemológico e rico em proposições utilitaristas. Portanto, reconhecer o debate deste temário, que em momento algum se propõe como um novo ramo⁴ da geografia (THOMAZ JÚNIOR, 2002), é ao mesmo tempo reconhecer a complexidade teórico-metodológica advinda de um enfoque analítico que priorize inexoravelmente a relação homem e meio e sociedade e espaço. Segundo Moreira:

“A relação homem-meio e relação sociedade espaço são, ambas, formas de metabolismo, metabolismo natural e metabolismo social, respectivamente, metabolismo por meio do qual o homem faz-se a si mesmo, ao mesmo tempo que faz a sociedade e a história, hominizando-se pelo trabalho. Chamemos o primeiro de metabolismo

⁴ Ruy Moreira é ainda mais enfático e criterioso quando diz que é necessário destacar a *geografia do trabalho* com letra minúscula, pois devemos enfatizar que se trata não de uma corrente nova na Geografia.

ambiental e ao segundo por metabolismo espacial, um ocorrendo dentro do outro. “ (MOREIRA, 2002, p.21)

De acordo com a visão exposta por Moreira, percebemos claramente a importância da categoria do metabolismo como regente do processo de concreção espacial. O desdobramento da interpretação da categoria do metabolismo nos leva à discussão, ao nosso ver central, de um problema claramente exposto por Mészáros quando coloca a idéia dos sistemas de mediação. Segundo Mészáros (2002), no período do domínio expresso do trabalho concreto⁵ é possível verificar a consecução de um momento caracterizado como o sistema de mediação de primeira ordem onde reina a busca pela necessidade através do trabalho criador de valores de uso. Neste sistema, a mediação primária reina absoluta enquanto ontologia própria do homem. Segundo Antunes (2003, p.20), “Nenhum desses imperativos de mediação primários necessitam do estabelecimento de hierarquias, estruturas de dominação e subordinação”.

Foi somente no desenrolar de uma nova etapa da história da sociedade e de seus modos de produção que a questão do excedente da produção trouxe um ponto fundamental para se entender a lógica de exploração do mercado. No plano das relações de trabalho tivemos o incremento da divisão social do trabalho que contribuiu para que se impusesse a subordinação estrutural do trabalho ao capital.

É neste ínterim, que passamos por um momento de transição que teve como marco a passagem para um sistema de mediação de segunda ordem que tem como essência o metabolismo societal do capital. Para Mészáros:

“As mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois elas se interpõem, como ‘mediações’, em última análise destrutiva da ‘mediação primária’, entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza”. (MÉSZÁROS, 2002, p.179)

O desenvolvimento da sociedade assentada na mercadoria, na expansão da esfera do valor de troca impôs um ritmo frenético de produtividade que

⁵ Pensamos o trabalho concreto conforme as proposições de Marx quando afirma que “Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de *trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.*” (MARX, 2002, p.68) (Grifo nosso)

em si guarda seu caráter altamente destrutivo fruto da natureza própria do capital intercalado *pari passu* com o aumento gradativo da técnica. Tal fato, imprescindivelmente, nos coloca num novo patamar de compreensão da esfera do trabalho e de seus desdobramentos para o território. Diante dos problemas expostos e do novo grau de organização da classe trabalhadora sob bases antes inimagináveis, o trabalho se coloca paradoxalmente no centro da produção e da destruição, cabe a nós avançarmos rumo a novos horizontes teóricos que possam dar conta da compreensão da esfera do trabalho na sociedade capitalista.

A geografia do trabalho encontra total pertinência histórica na compreensão do atual sistema temporal devido ao momento onde o debate sobre a centralidade do trabalho se faz salutar frente ao contínuo processo de reestruturação produtiva de caráter flexível que aparece como o envoltório da trama do processo de expansão do capital trazendo consequências nefastas para a classe trabalhadora.

Nesse caminho, temas como globalização, divisão internacional do trabalho, relação campo e cidade, reestruturação produtiva, fordismo, toyotismo, desemprego e mesmo idéias como a do fim da sociedade do trabalho, colocam a geografia como ciência que pode nos fornecer uma plêiade de direcionamentos importantes para a discussão de temas que recobrem o mundo do trabalho. Segundo Thomaz Júnior:

“É recorrente apontarmos que o processo de reestruturação produtiva do capital provoca um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho e isso remete a profundas alterações no espaço e no território (enquanto categorias de uso interligado), portanto, nas diferentes escalas de análise. Esses referenciais teóricos nos põe na linha de frente para captarmos o movimento através das suas contradições, pelo viés da sua dimensão espacial.” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 9-10)

Diante do exposto, faz-se necessário adentrarmos na discussão sobre as principais transformações no mundo do trabalho através do enfoque analítico que seja passível de uma interpretação geográfica, mas em que nenhum momento eleja esta ciência com um caminho único sob pena de se cair num discurso unilateral.

Para Coppans apud Castel (2005) “Há muito tempo se procura a pedra filosofal; foi encontrada, é o trabalho”. A afirmação de Coppans não nos deixa dúvida de que é o trabalho que ocupa o centro das preocupações da sociedade. Mesmo aqueles autores que se renderam ao profetismo e ao catastrofismo

elocubrando teorias acerca dos possíveis e variados “fins” também elegeram o trabalho como elemento central de suas profecias. Tentando não incorrer no vício de alguns intelectuais de se “jogar o bebê fora junto com a água do banho” é necessário situar que dentre os autores que pregam o fim do trabalho existem aqueles que conseguem concretizar de maneira extremamente lúcida sua crítica ao capitalismo. Assim, um dos autores mais conhecidos e que merecem nosso reconhecimento é o alemão Robert Kurz ex-componente do grupo KRISIS atual participante do grupo EXIT. Este apesar de declarar no manifesto contra o trabalho organizado pelo KRISIS (1999, p.77) que o “O monopólio de interpretação do mundo pelo campo do trabalho precisa ser rompido”, consegue, com sua deliciosa ironia, tocar no âmago das questões mais urgentes na crítica à sociedade do capital.

No quadro da produção científica-intelectual é incontável o número de artigos (REVOL, 1997) que têm como preocupação o trabalho. As motivações devem-se ao fato da crise enfrentada pelo capitalismo e de suas tentativas de supressão. O ponto nevrálgico para o soerguimento das taxas de acumulação reside exatamente na esfera do trabalho. Esta situação redesenha completamente o quadro da classe trabalhadora que passa a sofrer constantemente com a ameaça do desemprego. A sociedade do emprego “vista do abismo” apesar de ser uma realidade incontestável e passível de comprovação pode nos levar a um desvio de compreensão fruto dos mecanismos ideológicos que hoje impregnam a sociedade do trabalho.

O risco está justamente na confusão do que se entende ser o trabalho e o emprego. No primeiro lance podemos pensar que se trata de uma diferenciação simplória ou mesmo banal, porém, quando indagamos sobre o conteúdo filosófico de um dos termos envolvidos é possível identificar que se trata, na verdade, de uma discussão de extrema complexidade.

Seguindo os preceitos de Marx (2005) de que a burguesia não pode se desenvolver sem revolucionar constantemente seus meios de produção, podemos apreender que as transformações no processo produtivo é uma condição fundamental para que se torne exeqüível o processo de reestruturação produtiva do capital. A mundialização do capital a partir da década de 1980 veio consolidar o quadro de precarização nas relações de trabalho ao implantar um modelo de acumulação flexível. Para os capitalistas restam, se quiserem perpetuar a taxa de

lucro excedente, se adequar aos ditames impostos pelo ritmo frenético de constante renovação das forças produtivas.

Para Katz (1996.p.10) “Sob o capitalismo, a mudança tecnológica subordina-se ao princípio da concorrência. ‘Inovar ou morrer’ é a regra geral de sobrevivência da indústria. Os empresários devem renovar seus produtos para preservar mercados e lucros, frente à ameaça da concorrência”. Ainda segundo o autor, existe fenômenos que estão intimamente associados à tecnologia contemporânea são eles: a intensidade, o descontrole e a opressão social. Essas características vinculam-se diretamente a processualidade do próprio capital visto que sobre o controle deste modelo sóciometabólico a técnica é o instrumento de extorsão da mais valia, portanto veículo de extração do valor, da intensificação da circulação dos fluxos e das informações que hoje são apropriados pela classe dominante.

O resultado desse processo para a classe trabalhadora pode ser evidenciado no atual quadro de extrema flexibilidade dos mercados de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas associadas a etapa da produção, ou , como prefere Alves (2001), a ofensiva do capital na produção possibilitou uma série de vantagens para o capital. No momento em que há uma completa reestruturação do capital para “enxugar” o processo produtivo (produção exuta, *clean production*) com a introdução de máquinas e equipamentos prenes das sucessivas revoluções industriais que hoje estão sob domínio hierárquico da microeletrônica, fez com que uma série de funções ocupacionais se tornassem obsoletas, a mercadoria força de trabalho se tornava supérflua.

Na era da gestão sem estoque, várias inovações foram realizadas a partir das novas formas de gestão da produção nascidas com o advento do toyotismo, possibilitando o maior controle do processo produtivo, bem como redefinindo a relação capital x trabalho. Neste ínterim, alguns planos como o TQC (Total Quality Control, Controle de Qualidade Total), CCQS (Círculos de Controle de Qualidade), Kanban, Just in Time e etc disseminaram-se na década de 1980 e hoje passam a fazer parte do vocabulário e do cotidiano dos diversos setores da economia.

No segundo momento, a inserção da técnica cumpre duplamente seu papel, pois além de propiciar a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto

acaba criando, também, um mecanismo fundamental para a elevação das taxas de lucro, a saber, o famoso exército de reserva. Enquanto vemos notícias desoladoras do aumento das taxas de desemprego os empresários capitalistas comemoram, pois quanto mais pessoas destituídas de seus postos de trabalhos e ávidos por uma ocupação precária, menor serão os salários e, portanto, mais baixos serão os encargos trabalhistas por parte dos capitalistas. Segundo Harvey:

“Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis”.(HARVEY, 2006, p.143)

Como podemos perceber o quadro para a classe trabalhadora é de extrema precarização. O desemprego é apenas um dos reflexos do novo paradigma da moderna gestão da produção. De acordo com Castel:

“O desemprego não é um bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade que, efetivamente, fazem sombra pra muita gente.”(CASTEL,2005,p. 516-517)

A esperança em se encontrar uma “jazida de emprego” (CASTEL, 2005) diminui-se a cada momento em que novos sulcos de modernização tecnológica – organizacional provocam o aquecimento da mais-valia absoluta (aumento da jornada de trabalho) e da mais-valia relativa (incremento de capital constante). Segundo Antunes (2005), a forma flexibilizada da acumulação capitalista impacta diretamente no mundo do trabalho. Podemos destacar, segundo o autor, algumas das principais transformações quais sejam: 1) crescente diminuição do proletariado fabril estável, resquício do binômio taylorismo/fordismo;2) aumento de um novo proletariado ligado, principalmente, ao setor de serviços, representados pelos trabalhadores terceirizados, subcontratados, *part-time*;3) exclusão dos jovens e idosos do mercado de trabalho;4) aumento do trabalho infantil, sobretudo nos

países da periferia capitalista;5) maior participação do trabalho feminino denotando uma nova divisão sexual do trabalho;6) expansão do trabalho no “Terceiro Setor”;7) incremento do trabalho em domicílio, tele-trabalho

O panorama supracitado pode ser empiricizado globalmente. Todavia, se atentarmos para os países da periferia capitalista, e mais especificamente o Brasil, podemos encontrar conteúdos, formas e desdobramentos totalmente distintos seja pela sua industrialização hipertardia, seja pelo recente passado colonial. O fato é que não podemos desconsiderar a formação sócio-espacial pré-existente em nossa análise para que não nos deixemos embriagar por uma leitura dos problemas desconectada da realidade concreta local fazendo lembrar da já propalada importância do universal e do particular.

A Divisão Internacional do Trabalho é uma realidade cada vez mais presente nas economias periféricas. A existência de quadros completamente distintos corroboram para a necessidade de compreendermos as peculiaridades do processo de adequação à lógica da produção supérflua e destrutiva (ANTUNES, 2005). Nesse marco, torna-se necessário perscrutar sobre o papel do Estado nos países periféricos na mediação da relação entre capital x trabalho, quais suas formas de atuação perante o domínio das grandes corporações?. Como se dá a atuação dos movimentos sociais nacionais na contestação do metabolismo societal do capital na cidade e no campo? Quais os impactos territoriais da inserção de uma nova divisão internacional do trabalho? Todas as questões são sem dúvida muito complexas e o quadro que podemos vislumbrar aponta para uma série de desafios. Segundo Pochmann:

“... as economias não-desenvolvidas transformam-se em uma grande feira mundial de concorrência pelos menores custos de trabalho possíveis, a ser visitada por compradores de força de trabalho que representam as grandes corporações transnacionais. Quanto mais dóceis os governos, e submissos à lógica de exploração intensiva de trabalho, mais dependentes são suas políticas macroeconômicas nacionais. De um lado, são colocados em marcha os programas macroeconômicos de integração subordinada e passiva, por meio da adoção de políticas neoliberais de liberalização comercial sem critérios, de desregulamentação financeira, de enxugamento do Estado (desvios de funções e dilapidação do patrimônio), de desnacionalização econômica e de especialização produtiva. Com isso, pretende-se estimular a atração de investimentos estrangeiros, o que muitas vezes desincentiva o melhor aproveitamento das oportunidades nacionais.” (POCHMANN, 2001, p.8-9)

Diante dos desafios propostos, priorizaremos a análise da reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil e em especial na região Nordeste e seus rebatimentos nas relações de trabalho. Dessa forma, acreditamos poder contribuir na compreensão dos impactos da divisão internacional do trabalho sob a lógica de dominação das grandes multinacionais que atuam no agronegócio e que são responsáveis pela implantação de relações tipicamente capitalistas no campo. O momento chave para captar estas transformações para a classe trabalhadora está justamente no exercício de análise das mudanças no processo produtivo adotadas no setor da agropecuária.

1.3 Reestruturação produtiva da agropecuária

Para que possamos compreender com maior afinco o processo de reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil torna-se necessário antes adentrarmos na análise da particularidade da formação econômico-social brasileira. A opção por este caminho analítico justifica-se pelo fato de no Brasil ter ocorrido uma série de eventos de ordem política, social e econômica que interferiram decisivamente na forma de desenvolvimento do capitalismo em terras tupiniquins. Sendo assim, a elucidação deste processo pode nos apontar uma série de respostas à forma de desenvolvimento da lógica da reestruturação produtiva no Brasil, principalmente se consideramos o processo histórico de redefinição do papel agrário-exportador da economia brasileira para um perfil mais adequado a lógica de desenvolvimento urbano-industrial.

Contudo, não podemos esquecer a importância de um caminho teórico que priorize o entendimento da particularidade da formação do capitalismo no Brasil, já que como afirmou Marini apud TRASPADINI; STÉDILE; (2005) jaz aqui a formação de um *capitalismo sui generis*. Dito isto, optamos pela leitura que considera esse capitalismo *sui generis* como a expressão da constituição da via colonial de entificação do capitalismo conforme mostra Chasin (1978).

Para o autor, inspirado na teoria da via prussiana, a forma que o capital atuou no Brasil foi, sobretudo, uma interação complexa e contraditória do

historicamente velho e do historicamente novo. A teoria da via prussiana⁶ emergiu da discussão proposta por Lênin ao indagar acerca da modalidade de reprodução do capitalismo na região da Prússia sob bases totalmente opostas perante o modelo desenvolvido nos demais países da Europa, ou seja, erigia na região da Prússia uma via não clássica de desenvolvimento do capitalismo onde um dos traços principais foi a manutenção da grande propriedade rural numa espécie de “feudalismo modernizado”. Para Chasin:

“Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o *novo* emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação ‘pelo alto’ o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se ‘reúnem os pecados de todas as formas de estado’.(CHASIN,1978,p.625)

Movido pelo objetivo da compreensão da formação do capitalismo no Brasil, Chasin busca através do conceito de via prussiana enaltecer alguns traços que também podem ser identificados no Brasil. Sua grande virtude foi agregar a esta análise toda a particularidade dos processos históricos que deram concretude ao modelo desenvolvimento do capitalismo. Neste ponto, não poderia ter ficado de fora a herança colonial entranhada no país, sendo este um fato que qualifica uma série de desdobramentos. Daí a proposição do autor de adequar, sob marcos histórico-concretos vigentes no território brasileiro, a denominação de via colonial de entificação do capitalismo.

A era colonial ainda deixa marcas profundas na formação econômico-social brasileira. A obra do historiador Caio Prado Júnior é um exemplo de como a

⁶ Tal debate não é estranho à leitura geográfica (MORAES, 2002) no sentido de que a compreensão dos processos de encontro e desencontro de uma perspectiva de unificação do território alemão, permitiu à geografia sua conformação enquanto ciência. Nesse sentido, seus conceitos estavam em plena sintonia com a proposta de unificação territorial, bem como da necessidade do Estado para a garantia de tal projeto. Esta saída seria a única maneira de competir com as demais nações na partilha do mundo e, portanto, da garantia de uma expansão territorial para novas terras.

herança colonial, muitas vezes mal compreendida⁷, define e redefine os caminhos trilhados para organização do território. Sendo assim, não devemos nos assustar com a semelhança da atual “função” de determinados setores econômicos considerados fundamentais para a economia brasileira com a definição elaborada por Prado Júnior (1966, p.123) quando diz que o Brasil era uma “área geográfica ocupada e colonizada com o objetivo precípua de extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercados europeus”. Os processos se modificaram, tornando-se mais velozes, novos agentes econômicos ganham cena, novos produtos para novos padrões de consumo. Todavia, a exploração dos mais pobres, a luta severa por novos territórios, e a reprodução do capital sustentada pela lógica imperialista continuou a todo vapor.

Como podemos perceber, o Brasil e o desenvolvimento do seu capitalismo já nasceram sob a égide de uma dinâmica específica quando situada no marco histórico. Sendo assim, uma possível vinculação entre o que aconteceu na Prússia e a forma como se organizou o capitalismo no Brasil deve ser entendido a partir da particularidade desse processo frente ao ritmo de desenvolvimento econômico dos demais países. Chasin é enfático no seu cuidado de não deixar se render a uma comparação vaga e apressada da realidade alemã e da realidade brasileira. Porém, a viabilidade dessa comparação, segundo o autor, deve-se ao fato de:

“... tanto no Brasil, quanto da Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo ‘alto’ caracterizou os processo de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclue as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influíram, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do ‘verdadeiro capitalismo’, do modo de produção especificamente capitalista é retardatária, *tardia*, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro casos, verifica-se. Para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumarássima indicação do problema, que o *novo* paga alto tributo ao *velho*.” (CHASIN, 1978,p.627)

⁷ Aqui podemos citar o debate polemista e inconcluso sobre a existência ou não de relações feudais no território brasileiro. Este debate esteve no centro das discussões das diversas correntes de interpretação da história econômica no Brasil onde a figura de Caio Prado Júnior foi marcante, principalmente no seio dos debates do partido comunista.

A evolução tardia, ou mesmo, hiper-tardia do verdadeiro capitalismo no Brasil configurava-se perfeitamente com a herança do panorama econômico-político engessado a partir da sobreposição da burguesia agrária brasileira sustentada durante décadas pela via colonial de desenvolvimento do capitalismo. Foi apenas no início da primeira metade do século XX que o país assistiu o início do desmonte da estrutura de dominação agrário-exportadora dando lugar lentamente a dominação do capital urbano-industrial.

Porém, como demonstrou Chasin, esse processo não foi automático, muito menos fácil de ser superado, pois devido a heranças político-ideológicas deflagradas por numerosos representantes de renome nacional, no caso as idéias integralistas de Plínio Salgado, viam no embate ao projeto urbano-industrial a chance de mostrar ao país a importância de um pensamento que pudesse preservar a vida no campo, ou seja, a idéia da proposta ruralista de “À terra, pois, há que regressar”.

Os desdobramentos desse conflito entre “ruralistas e industrialistas” confirmava apenas o estágio de mudanças por quais passavam o país, onde a esperança da redenção econômica fincada na terra dava espaço ao desejo forçado de rumar para outros horizontes movidos pela promessa de emprego nas indústrias então localizadas nas cidades brasileiras de destaque. Para trás, ficava a herança da vida no campo destruída pelo contínuo processo de concentração das terras levando inexoravelmente à expropriação dos trabalhadores, dando margem ao que conhecemos como o processo de êxodo rural.

Essa nova conformação vigora ainda em muitas nuances na compreensão do espaço agrário brasileiro e da dinâmica social engendrada pelo surto de industrialização hiper-tardia iniciado no Brasil. Dessa forma, daremos ênfase neste momento ao entendimento da evolução da atividade da agropecuária frente ao panorama esboçado.

A atividade agropecuária historicamente tem sido analisada por setores da sociedade, como um segmento ainda ligado à visão restrita de produção de excedente alimentar, ou mesmo, de uma eterna fornecedora de matéria-prima. Tal fato tem possibilitado a formação de um grande empecilho que impede uma análise mais apurada das transformações inerentes à atividade agropecuária mediante a produção flexível e as respectivas alterações no processo produtivo associado ao setor.

A posição aqui defendida compartilha com a visão de que a atividade agropecuária foi um dos segmentos econômicos que mais tem radicalizado seu processo de intervenção humana na dinâmica própria da natureza, a ponto de análises como a de Silva (1981) alertar para uma verdadeira subordinação da natureza ao capital.

Essa revolução tecnológica tem se constituído a época que remete ao século XIX como bem salienta Kautsky (1986), sendo fruto dos primeiros contatos da agricultura com a indústria. O resultado dessa intrínseca relação remonta a formação dos complexos agroindustriais (CAI), representando uma nova etapa de ampliação da acumulação de capital que ganha uma maior diversidade de atuação, podendo agora, expandir suas relações historicamente restritas apenas ao setor do comércio.

Segundo Muller (1989), a constituição de um padrão agrário moderno era a expressão da aplicação da ciência no processo produtivo associado à atividade agropecuária e, em última instância, a supressão do divórcio entre agricultura e indústria. Dessa forma, podemos compreender que a formação do complexo agroindustrial se tornaria uma condição *sine qua nom* para entender a reestruturação produtiva da agropecuária.

Uma periodização sobre a reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil em particular, tende a se organizar a partir do que conhecemos sobre o movimento de substituição de importações e a expansão dos produtos industriais voltados para a agricultura na década de 1950. Todavia, existiram determinadas condições políticas que se reverteram em profundas alterações na dinâmica de acumulação de capital na economia brasileira. Estas transformações foram impulsionadas a partir da crise de 1930 quando houve uma sobrepujança de uma burguesia industrial em detrimento da burguesia agrária.

Conforme Oliveira (1977, p.84) a burguesia industrial durante sua fase de expansão impôs aos demais setores e as demais regiões do Brasil, uma alteração do modelo de reprodução do capital. Desse modo, o setor da agropecuária se viu num dilema, como bem mostra o autor “O ultimato do capital industrial à economia agroexportadora podia ser sintetizado em: ‘ou te reproduzes como eu, ou te extinguirás’.”

Como vimos, o setor da agropecuária se viu posto obrigatoriamente num novo modelo de padrão agrário. A partir daí, podemos perceber que estava em processo a formação das bases de uma agricultura científica (Santos, 2000; Elias,

2002,2003b). As complementações desse processo foram aceleradas a partir do momento que houve uma intensificação de inovações químicas e mecânicas na agropecuária resultando na alteração da base técnica durante o decorrer da segunda metade do século XX.

Na década de 1960, pode-se considerar o período onde se delineou uma série de intervenções do capital empresarial no setor da agropecuária originando a fase da incorporação dos grandes conglomerados capitalistas no espaço agrário. O resultado da maior presença do capital empresarial no campo resultou na união de capitais industriais, agrários e bancários, durante a década de 1970 (SILVA, 1996)

Contudo, foi na década de 1980 que se deu início a um processo que Ramos (2001, p.376) entende como sendo um momento em que “Cresce a artificialidade das áreas em razão de um novo conteúdo técnico, que possibilita novos usos do território”. Esta artificialização também se deu no processo produtivo da agropecuária. Assim, a agricultura conheceu uma nova fase de expansão caracterizada pelo uso de técnicas altamente modernas onde a mais disseminada é a biotecnologia.

O setor da agricultura também passou por várias mudanças materializadas pela ampla modernização do processo produtivo. Essa modernização somente foi possível graças a maior interligação da indústria que fornecia os produtos necessários a maior tecnificação em escala industrial. Desta forma, torna-se extremamente notável a disseminação de técnicas inovadoras, com o uso crescente de insumos químicos (fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas, inseticidas, fungicidas e corretivos) e inovações mecânicas (tratores, colheitadeiras, máquinas para plantio). Mais tardiamente teríamos um novo momento da modernização da agricultura com a adoção da biotecnologia.

“Com a biotecnologia, muito do que era apenas ficção antes da revolução tecnológica pode-se transformar em realidade. A engenharia genética propiciou o melhoramento genético das plantas e dos animais; criou novas espécies de plantas mais resistentes às intempéries, às pragas e doenças; diminuiu o ciclo produtivo de algumas culturas, viabilizando maior número de safras; adequou algumas plantas a solos adversos etc, além de ser vetor para a eficiência dos demais insumos modernos (fertilizantes, inseticidas etc.). Dessa forma, as transformações do setor agropecuário, que já se processavam de modo notável com o uso das inovações mecânicas e físico-químicas, com a difusão da biotecnologia procederam-se de maneira muito mais acelerada, causando

metamorfoses radicais nessa atividade, que passou a se realizar cada vez mais calcada na lógica da produção industrial.” (ELIAS, 2003a, p.88).

O maior uso da biotecnologia possibilitava a superação de um dos grandes empecilhos da natureza em contraposição ao capital, já que a agricultura é um dos setores que tem como característica peculiar sua maior dependência dos fatores naturais, como o tempo de produção da mercadoria, assim como, dos processos naturais que interferem na produção como as chuvas, geadas, secas e pragas nas lavouras. Porém, com a modernização da agricultura e em especial o desenvolvimento da biotecnologia, o tempo de produção foi bastante afetado, minimizando, assim, o problema posto por Graziano (1981) quando diz que “quanto maior for a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho efetivo, menor será o período de valorização do capital”. Com a diminuição do tempo de produção das mercadorias, a rotação do capital dava-se com maior velocidade.

Tendo a modernização da agricultura pautando o processo de tecnificação do campo, graças à inserção da ciência, da tecnologia e da informação, dão-se novas reorientações na dinâmica dos espaços agrários. A análise do processo de desenvolvimento da agricultura inerente ao período técnico-científico-informacional no território brasileiro tem como traço principal, o processo desigual e excludente de desenvolvimento.

De acordo com as transformações supracitadas e seus desdobramentos na organização do espaço, podemos perceber o porque de Santos atribuir ser a geografia uma filosofia das técnicas (Santos, 2002). A técnica é, sem dúvida, o motor das inovações na sociedade vista na totalidade de suas dimensões. E compreendendo o espaço como um componente social, não podemos deixar de indagar o processo de modernização e alterações orgânicas ligadas ao espaço agrário. E para isso temos no conceito de meio-técnico-científico-informacional proposto por Santos, o arcabouço teórico norteador que nos ajuda no avanço do estudo do espaço agrário perante a mundialização do capital. De acordo com o autor:

“O meio geográfico em via de constituição (...) tem uma substância científico-tecnológico-informacional. Não é nem meio natural, nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço (...). É a cientificização e a tecnificação da paisagem. É, também, a

informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço.”
(SANTOS, 2005a, p.148).

Como podemos notar, além da técnica e da ciência, a informação torna-se uma categoria importante para entender a nova dinâmica dos espaços diante do processo de mundialização do capital. Assim, a atividade agropecuária torna-se, no atual sistema temporal, altamente dinâmica assimilando as principais mudanças da produção flexível típico de uma agricultura científica diretamente associada ao meio técnico-científico-informacional. Dito isto, podemos compreender as mudanças operadas nos espaços agrários que também se modernizaram e se adequaram ao regime de acumulação flexível.

Porém, apesar do desenvolvimento e materialização de um novo padrão agrário, este modelo não se dá de forma homogênea no espaço. Desse modo, coadunamos com Muller (1989, p.21) quando diz que “...não há fundamento empírico que suscite generalizar os processos agrários”. Mediante o processo supracitado precisamos reconhecer que a atual disposição da agricultura moderna é fruto da composição histórica do Brasil Arquipélago (Santos, 2001), ou seja, de uma mecanização incompleta do território. Percebendo esta fragmentação é que Santos (2001) vai elaborar o conceito de Região Concentrada, bem como o de pontos luminosos.

Como afirma Elias (2003b) a região concentrada comporia a área onde o meio técnico-científico-informacional se dá de forma contígua. Como exemplo desta região concentrada no território brasileiro, podemos destacar a região Sudeste, em especial o Estado de São Paulo que representa o núcleo difusor do padrão agrário moderno, e os Estados da Região Sul. Vale ressaltar que alguns estudiosos começam a refletir sobre a inclusão, na região concentrada, de alguns estados da região Centro-Oeste tendo em vista o desenvolvimento da atividade agropecuária moderna ligada à produção de soja.

Na região Nordeste, o conceito que mais se adequa ao perfil produtivo ligado a agropecuária moderna está no que se refere ao processo pontual como se deu a modernização da atividade analisada. Dessa forma, coadunamos com Santos (2001) quando propõe o entendimento da modernização incompleta em pontos do território brasileiro através da idéia dos pontos luminosos.

No Nordeste, as principais áreas onde se verifica uma maior adequação ao padrão agrário moderno atrelado a dinâmica da agricultura científica

são, de acordo com Elias⁸ (2006b), os cerrados dos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia com a produção de soja, bem como os vales úmidos de importantes rios como o São Francisco, Jaguaribe e Açu através do desenvolvimento da agricultura irrigada voltada para a produção de frutas tropicais com destaque para a fruticultura irrigada.

Tomamos por objeto de estudo a reestruturação produtiva da agropecuária como força motriz não só das metamorfoses territoriais vinculadas ao meio técnico-científico-informacional, como também, da reorganização social e econômica tendo como destaque a reorganização territorial da classe que vive do trabalho no campo.

Os trabalhadores rurais não escaparam ao avanço insaciável do capital no campo. Dessa forma, o conflito capital versus trabalho também assume centralidade plena quando debatemos o perfil fundiário do Nordeste e seus conflitos (como exemplo podemos citar a proliferação e fortalecimento dos movimentos sociais), bem como a nova situação dos trabalhadores rurais frente à adequação ao modelo do agronegócio.

No atual sistema temporal se quisermos entender a nova dinâmica das relações de trabalho no Nordeste agrário, temos que analisá-las através da compreensão dos impactos sociais gerados pela adequação ao padrão agrário moderno, caracterizado pela expansão da agricultura científica, bem como a atuação do Estado de forma a inserir a região em um novo estágio de reprodução do capital em parceria com os capitais empresariais local, nacionais e internacionais.

As relações de trabalho no Nordeste passam por profundas transformações devido ao constante enfileiramento de perfis produtivos distintos que marcam o território nordestino. Ou seja, trava-se um embate de uma agricultura pautada pela dinâmica do agronegócio e uma agricultura camponesa de base familiar tradicional. Suas relações atingem níveis complexos que configuram o que Oliveira (1997) mostra ser o resultado explícito do processo desigual e combinado de expansão do capital.

Desse modo, temos numa ponta a territorialização do capital através da instalação de grandes conglomerados capitalistas que imprimem um novo perfil

⁸ A Professora Denise Elias juntamente com a equipe de pesquisadores do grupo de pesquisa "Globalização e espaços agrícolas", realizou, por ocasião do projeto de pesquisa do CNPq intitulado "Economia Política da Urbanização do Baixo Jaguaribe (CE)", várias viagens aos principais focos de expansão do agronegócio no Nordeste. Este projeto resultou na publicação de um livro intitulado "Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais na Região Nordeste".

de utilização da renda da terra, bem como a imposição de uma nova categoria de relação social de trabalho baseado na expansão do trabalhador assalariado formal.

Na outra ponta temos a agricultura familiar e camponesa (predominante no Nordeste) que convive diretamente com o padrão capitalista de exploração e que muitas vezes, reproduz o modelo capitalista nas próprias entranhas da agricultura camponesa através da exploração indireta da renda terra e das relações de trabalho não-capitalistas por parte dos grandes grupos empresariais associados ao setor. É neste âmbito peculiar da reprodução do capital no campo que ganha força o avanço do agronegócio potencializando, assim, inúmeras transformações territoriais, bem como na organização da classe trabalhadora.

As transformações em curso na agropecuária caracterizada pela reestruturação do processo produtivo formam responsáveis pelo estabelecimento de um novo perfil do mercado de trabalho nas áreas de expansão do agronegócio. Dessa forma, faz-se necessário esclarecer quais foram as principais alterações na classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2003) no campo de acordo com o novo modelo de exploração do agronegócio no espaço agrário. Contudo, é necessário ainda pontuar como o que entendemos ser a classe trabalhadora perante a instauração do processo de reestruturação produtiva. Desse modo o entendimento de uma nova morfologia do trabalho faz-se salutar.

Para muitos autores, o caráter multifacetado do trabalho no século XXI exige de nós uma nova compreensão sobre o que consideramos ser a classe trabalhadora. Para Antunes (2005), uma noção contemporânea da classe trabalhadora nos oferece um amplo e rico cabedal analítico para captar os novos sentidos do trabalho. A partir da constatação de que hoje a noção de classe trabalhadora que impera é àquela que restringe apenas ao universo do trabalho produtivo Antunes considera que:

“Como todo trabalhador produtivo, ele é assalariado, mas a recíproca não é verdadeira, pois nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea da classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. (...) Portanto, uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora, hoje, *classe-que-vive-do-trabalho*, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo do trabalho temporário, pela trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente,

da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva.” (ANTUNES,2005,p.51-52)

Como vimos, a nova concepção da classe trabalhadora proposta pelo autor está concatenada com a nova lógica de embate entre capital e trabalho e seus imbricamentos que vão muito mais além de uma visão unilateral adequada à realidade de países totalmente distantes da realidade multifacetada dos países da periferia capitalista. Todavia, a problemática gerada a partir dessa discussão e que pretendemos discutir é da idéia que intenta para o fato de o camponês também estar incluído na classe trabalhadora.

Diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho no campo e na cidade algumas temáticas têm emergido no debate. Uma das discussões mais polêmicas diz respeito às mudanças no conceito de classe trabalhadora. Os reflexos dessas discussões no mundo agrário se revelam ainda mais fortes já que historicamente vivenciamos aguerridas disputas conceituais acerca das peculiaridades das relações sociais de produção no campo. O artigo de Thomaz Júnior “Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil” nos dá um importante traço de como se dá este debate na atual estágio da conformação da classe trabalhadora.

Pretendemos expor esse debate à luz do diálogo entre autores que se dedicaram a esta discussão. Começamos com as contribuições do sociólogo José de Souza Martins. Para este autor existem profundas diferenças na consciência de classe quando confrontamos os lavradores do campo e os trabalhadores das fábricas. Para Martins (1991), o operário da fábrica e o lavrador se defrontam com o capital de modos diferentes. O primeiro é um trabalhador expropriado das suas ferramentas, máquinas, equipamentos e objetos de trabalho. Sendo assim, a única coisa de que dispõe o operário é a sua força de trabalho. A força de seus braços é sua mercadoria onde o capital dela se apropria à custa da produção da mais valia. O lavrador entra na relação com o capital de forma diferenciada já que a mercadoria que ele troca com o capitalista, ao contrário do operário, não é a sua força de trabalho e sim o produto do seu trabalho. Segundo Martins:

“Quando o trabalhador vende diretamente a sua força de trabalho, essa socialização mediada pela troca o atinge diretamente. A mercadoria que aí nasce é produto do trabalho combinado, social,

socializado, de muitos trabalhadores. Quando, porém, o trabalhador é proprietário dos seus instrumentos de trabalho, suas ferramentas, sua terra, esse processo atinge o fruto do seu trabalho, mas não o atinge diretamente. Ele comparece perante a sociedade, perante o mercado, sozinho, dono das coisas que produziu, quando muito junto com a sua família, isolado e isoladamente” (MARTINS,1991,p.16)

Essa condição de isolamento posta pelo autor se reflete mesmo no plano da consciência de classe. Assim, prossegue Martins (1991.p.16) “Só uma força de fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social.”. É o capital essa força que procura colocar o lavrador no mesmo patamar de exploração dos trabalhadores operários. Todavia, para o autor tanto o lavrador como o operário da fábrica são *antagonizados e violentados* pelo capital, porém, suas condições se expressam de formas politicamente distintas. Por fim, tratando da diferença da conduta de classe dos lavradores camponeses e dos operários trabalhadores das cidades Martins observa que:

“Os fundamentos da conduta e da consciência do lavrador do campo são completamente diferentes. Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, *pertence a outra classe social*, cujas relações sociais são de outro tipo, cujos horizontes e limites são outros. Esperar que os lavradores do campo, os posseiros, os arrendatários, os colonos, os parceiros, os pequenos proprietários, ajam como se fossem operários, aprendam a pensar como a classe operária, é esperar o impossível. Essa espera é um absurdo e, quando se transforma numa exigência político-partidária, é até mesmo um crime. É uma espera idealista, reacionária. Nós não temos o menor direito de esperar que o lavrador venha a ‘aperfeiçoar’ a sua consciência até o ponto de começar a pensar como um operário expropriado, como um trabalhador da fábrica. Ele pensa diferente de um operário não porque seja politicamente retardado, mas porque é social e politicamente diferente.” (MARTINS,1991,p.15-16) (grifo nosso)

Como vimos, o grande cerne da questão abordada por Martins é a preocupação de que a força da concepção de classe trabalhadora fortemente arraigada na figura do operário, sobretudo o operário fabril das cidades, subverta as peculiaridades do sujeito-social camponês defendendo que este possui sua forma particular de perceber sua condição de classe.

“O lavrador não vive em condições históricas que lhe permitam ver que a contradição que determina o movimento da sociedade capitalista é a da produção social, combinada com a apropriação

privada, capitalista, dos resultados do trabalho. Portanto, ele não pode libertar-se sozinho. Ele conhece o nome do seu opressor, que é o capital e a propriedade capitalista, mas seus olhos estão velados pela autonomia do trabalho, pela sua solidão. A exploração que o alcança não é indireta, tem muitas mediações, por isso cria também a ilusão da liberdade, quando já é profundamente escravo. Essa ilusão, porém, é a nesga de luz que lhe permite ver o corpo do adversário, embora não lhe mostre o caminho que está além deste, que permitirá superá-lo.” (MARTINS, 1991, p.19-20)

Baseado nos apontamentos supracitados é possível propor algumas inquietações tais como: Até que ponto este protecionismo que circunda a percepção de classe dos lavradores camponeses, conforme o autor coloca a questão numa bolha envoltória? Tentando responder esta questão utilizando o pensamento do próprio autor, é importante ressaltar a idéia da unidade na diversidade. Para Martins a unidade das lutas, seja dos trabalhadores do campo ou da cidade, não deve partir da idéia como se todos vivessem nas mesmas condições históricas e tivessem a mesma percepção dos problemas da sociedade e sua solução. Nesse sentido, Martins (1991, p.20) reconhece que “Essa unidade somente existirá se for elaborada politicamente, se for uma unidade da diversidade. Por isso, a grande questão hoje é a da democracia, que reúna a força dos oprimidos do campo e da cidade sem submetê-los à violência terrorista da ditadura e da unanimidade de pontos de vista.”

Partindo desse pressuposto é que alguns autores começam a atentar para o re-exame teórico da definição da classe trabalhadora colocando o campesinato como ponto central. Destacamos as contribuições de Thomaz Júnior para que possa nos auxiliar neste diálogo. Segundo Thomaz Júnior (2006, p.160) é possível notar no âmbito acadêmico um traço em que “A rigidez dos modelos e esquemas interpretativos está prevalecendo sobre o fenômeno histórico (...) As formulações predefinidas refutam o processo histórico empírico real da formação das classes”. A análise referendada pelo autor prioriza o entendimento da classe trabalhadora sob o marco da reestruturação produtiva do capital acentuando as extremas mudanças no universo do trabalho no que tange a fragmentação, heterogeneização e precarização da classe trabalhadora. Assim, para Thomaz Júnior:

“Disso depreendemos que a classe trabalhadora se apresenta multifacética internamente, e diferenciada em frações e segmentos, o que dificulta ainda mais a constituição de uma consciência de classe para si. Isso mais ainda quando na teoria (no âmbito da elaboração) não se fundamenta os posicionamentos com base nos rearranjos em

marcha e os vínculos dialéticos com o processo social mais geral.”
(THOMAZ JÚNIOR, 2006, p.147)

A compreensão das transformações verificadas no universo do trabalho quando lidas a partir da relação do camponês com as diversas formas de metamorfoses da realização do capital traz proposições interpretativas altamente polêmicas como, por exemplo, a de considerar o camponês como parte da classe trabalhadora. Nessa premissa, os novos conteúdos da relação campo-cidade aparecem com toda força, já que é na luta a favor da *unificação orgânica do trabalho* contra o capital através da ação política que os movimentos sociais do campo e da cidade podem unir os *trabalhadores da terra* e os camponeses para criar novas articulações. Para Mendonça:

“Ao se compreender o campesinato como uma fração da classe trabalhadora a estrutura do movimento social se altera profundamente, precisamente a do movimento sindical arraigada à fábrica, entendida como o *locus* da produção do valor, atualmente vivenciando a perplexidade diante das sérias debilidades em assegurar uma ação política transformadora. A novidade é perceber que as novas formas de controle social do capital sobre o trabalho alteraram a estrutura interna do modo de vida dos camponeses e *trabalhadores da terra*, possibilitando uma *nova articulação do movimento operário com o movimento camponês*, reconstituída pelas contradições envoltas no processo de reprodução do capital denotando um novo conteúdo na relação cidade-campo e, certamente, ações políticas de cariz nova e transformadora.”
(MENDONÇA, 2004, p.425)

É interessante notar que nos diversos posicionamentos teóricos postos até aqui em momento nenhum, os autores ensaiaram discutir se o camponês ou movimento do campesinato existe ou não, se resiste ou não ao movimento insaciável do capital. Esta coerência harmônica deve-se ao fato dos autores reconhecerem que as relações capitalistas de produção também se reproduzem a partir de relações não capitalistas como afirma o próprio Martins (2002), assim como, Oliveira (1997). Dito isto, a grande diferença é que Thomaz Júnior (2006, p.134) defende que não devemos deixar que o nosso reconhecimento da existência e relevância do campesinato na leitura do campo brasileiro fique restrito a essa forma específica de realidade “resguardando às formas assalariadas uma segunda ordem de importância”, pois de acordo com Thomaz Júnior:

“Para aqueles que se propõe especializados no campesinato, as demais formas de externalização do trabalho assumem peso e sentido de menor expressão. O mesmo vale para aqueles que se dedicam a compreender o proletariado, com gradações se rural ou urbano, com as mesmas limitações ou preconceitos.” (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p.78)

Este *insight* proposto pelo autor de entender o campo como não só camponês é de extrema valia para que possamos repensar o conteúdo das novas relações que hoje caracterizam o campo brasileiro. Mediante este cenário proliferam-se inúmeras possibilidades analíticas inerentes ao exercício de reflexão acerca do conteúdo e da organização dos espaços agrários vitimados pelo processo de difusão do agronegócio globalizado.

A partir do contexto exposto é possível notar o quanto se trata de uma discussão de alto conteúdo polemista visto se tratar de um debate inconcluso, porém, profundamente rico, pois é fruto de indagações que nasceram no próprio processo de leitura da complexidade das relações sociais de produção no campo brasileiro. Nesse ínterim, não podemos dissociar a leitura do processo de reestruturação produtiva da agropecuária sem atentarmos para os desdobramentos da imposição desse modelo por parte, principalmente, do agronegócio. Visto que a conformação de uma agricultura científica está visceralmente ligada ao agronegócio, deixando claro que a captura da técnica como instrumento de controle social numa sociedade de classe exerce um caráter demasiadamente estratégico.

Daremos prosseguimento tentando compreender as particularidades atinentes a dinâmica geográfica implementada pelo agronegócio na Região Nordeste sempre tendo como marco de reflexão o processo de ordenamento espaço-temporal promovido pelo capitalismo no território brasileiro.

1.4 O desenvolvimento do agronegócio no Nordeste

O incansável e saudoso estudioso da geografia Manuel Correia de Andrade em seu clássico livro “A terra e o homem no Nordeste” (2005, p.35) começa afirmando que “É o Nordeste uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas do País”. Este quadro apresentado pelo autor apenas reflete a condição histórica da região estigma que tem se transformado o Nordeste. Este fato se fortalece, pois a cada artigo científico que é produzido abordando os diversos aspectos políticos, econômicos e culturais de uma região que em sua essência é

diversa não se revelando em sua inteireza por um simples olhar, outras tantas reportagens veiculadas pela mídia enfatizam o Nordeste enquanto uma região problema, das secas calamitosas, de sua população faminta e ávida por um pouco de água, ou atualmente, por um benefício de mais um programa social do governo.

De forma alguma, também, queremos mostrar a idéia de um Nordeste moderno que se abre, cada vez mais, para a economia de mercado sem que indaguemos por questões fundamentais como: para que e para quem este “Novo Nordeste” é uma realidade vivida? Quais são seus mecanismos de reprodução? Quais as implicações sociais e ambientais para a implementação desse modelo? Como vimos, estamos completamente imersos no caldeirão das ideologias que ronda nossa vida cotidiana da qual forneceremos adiante, uma pequena amostra da sua viabilidade prático-discursiva quando confrontada com o projeto de desenvolvimento do agronegócio. Dessa forma, pretendemos investigar o desenvolvimento do agronegócio no Nordeste abordando como o capital vem selecionando as áreas para sua expansão e como esse processo se repercute nas mudanças das relações de trabalho no campo.

É impossível não sentir a sensação de *dé já vu* quando observamos como se dá a expansão do agronegócio nas fronteiras agrícolas do Nordeste brasileiro. Esse modelo perverso de desenvolvimento todos nós já pudemos constatar desde a devastação realizada pela produção da cana-de-açúcar na zona da mata nordestina, assim como, de modo mais intenso, no Estado de São Paulo. Do mesmo modo, o desenvolvimento da sojicultura nas regiões Sul e Centro-Oeste. O que está em voga, portanto, é compreender o processo de produção e reprodução do modelo sociometabólico do capital que cada vez mais ganha expressão no espaço agrário brasileiro. Todavia, não devemos apreender disso tudo que se trata de um processo homogêneo, pois seria negar a capacidade de contestação dos sujeitos históricos como o camponês, bem como os movimentos sociais de responder dialeticamente aos ditames da acumulação do capital no “Novo Nordeste”.

O Nordeste compõe atualmente uma das regiões brasileiras que tem sofrido com a expansão e ocupação de lugares voltados para a produção de uma agropecuária atenta aos ditames do agronegócio. Estas áreas são exemplos do processo pontual como se deu o desenvolvimento da atividade agropecuária denotando que o processo de reestruturação produtiva privilegiou determinados

espaços, bem como atividades que pudessem propiciar a expansão contínua das taxas de lucro no setor.

Tal estágio em muito se contrasta com o processo sócio-histórico comumente associado à região, já que a mesma possui no imaginário da sociedade brasileira uma imagem diretamente relacionada à pobreza, à estagnação econômica e às calamidades provocadas pelos efeitos climáticos nos períodos de seca. Contudo, com as inovações tecnológicas associadas à atividade da agricultura podemos constatar que a lógica do capital se instaura de maneira preponderante de modo a subordinar a natureza ao capital.

Nesse sentido é que podemos constatar o desenvolvimento do agronegócio enquanto ideologia que prega a ruptura com o arcaico presente na figura da agricultura de subsistência, ao mesmo tempo em que se apresenta como um vetor de modernidade na agricultura nordestina com o discurso da promoção de uma redenção econômica através de sua vocação exportadora e da criação de empregos no campo. Tal imagem, também disseminada pelo Estado mediante o apoio às políticas de desenvolvimento do agronegócio, apenas oculta seu caráter concentrador dos meios de produção, contribuindo para se instaurar um cenário calamitoso de pobreza e expropriação.

A gestação desse modelo de reprodução do capital no Nordeste teve seu início no processo de inserção da região na economia mundo. Nesse sentido é que se intercala as mudanças que vêm sendo processadas no Nordeste com a concepção que defendemos acerca da categoria região nos estudos geográficos. Dessa forma, coadunamos com Santos (1988) que ao incorporar a compreensão da região como parte de uma totalidade associada à dinâmica do período técnico-científico, totalidade essa desarmônica fruto de desdobramentos históricos, parte do princípio de que:

“Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é únicos (...) É neste contexto que o estudo regional assume importante papel nos dias atuais, com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dada suas especificidades. A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do

Planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes.” (SANTOS,1988,p.46-47)

Ainda de acordo com Santos e levando em consideração os novos arranjos organizacionais que atuam na região, o autor assinala que:

“Na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem por que sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição.”(SANTOS, 2002, p.285)

De acordo com Brito (2005, p.11), Santos chega a considerar a região como uma abstração caso não levemos em conta a totalidade. Assim: “A região seria uma das partes desta totalidade, cindida pela divisão internacional do trabalho e refletida no espaço. As regiões são lugares funcionais dentro do movimento global do capital hegemônico (SANTOS, 1997, p.131).”. Feitas estas considerações é possível compreender como a região Nordeste também se insere nas mudanças ocorridas no processo de internacionalização do capital. Todavia, cabe ressaltar sua característica de desenvolvimento induzido que, como não podia deixar de ser, teve influência notável da intervenção do Estado.

Para elemento de recorte temporal podemos identificar o período da crise de 1930 como o momento decisivo de redefinições na divisão inter-regional do trabalho que vai marcar a atual conjuntura da formação do mercado de trabalho no Nordeste. De acordo com Oliveira⁹ (1977), o dualismo entre um Nordeste algodoeiro-pecuário e um Nordeste açucareiro asseguravam o tom do debate da divisão regional do trabalho. Contudo, é somente na crise enfrentada pela economia em suas diversas escalas durante a década de 1930 que pudemos notar a tomada do poder econômico representado pelo capital industrial concentrado na região Centro-Sul. Segundo Oliveira:

⁹ Oliveira foi um dos autores que também contribuiu para o debate sobre o conceito de Região. Para o autor a região seria “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição.”(OLIVEIRA,1977,p.29).Lencioni (2003,p.172) comenta que o conceito de região proposto por Oliveira recebeu bastante críticas entre os geógrafos por seu raciocínio conduzir à “ idéia de perecimento da região ante o processo homogeneizador da produção capitalista.”

“O desenvolvimento industrial da ‘região’ de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma *divisão regional do trabalho nacional* em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o interior.” (OLIVEIRA,1977,p.74)

Acrescenta este fato a realização de um equivalente geral interno pela primeira vez sedimentado através do desenvolvimento do capital industrial e regido, para utilizar uma expressão de Oliveira, pelo “Estado-Burguesia” predominante da região Centro-Sul. Tal fato representou a secundarização da economia agrário-exportadora, bem como da classe política regional com sérios prejuízos às famosas figuras carimbadas do regionalismo brasileiro, em especial os coronéis nordestinos.

É interessante ressaltar ainda que, o alardeado movimento de substituição de uma burguesia agrária por uma burguesia industrial merece ser avaliada com todo afinho, já que muitos dos investimentos realizados nas fábricas e indústrias nascentes proviam duplamente do setor rural. Primeiro através dos investimentos públicos em grande parte oriundos da balança comercial favorável às exportações dos produtos agropecuários. Segundo, pelos próprios representantes da classe dominante agrária que investiram maciçamente no setor industrial quando da queda das taxas de lucro do setor de origem.

O fim do domínio da economia agrário-exportadora promoveu no plano da economia nacional uma reviravolta elegendo novos atores e imprimindo novas dinâmicas polarizadas pela proeminência do capital urbano-industrial. No que tange às relações de poder e de exploração entre as regiões advindo deste novo panorama, Oliveira (1977) destaca as estratégias da penetração do capital. Para o autor:

“Restava, para completar a ‘nacionalização’ do capital, submeter o próprio capital das outras ‘regiões’ às leis de reprodução e às suas formas, que passavam a ser predominantes na ‘região’ que assumiu o controle do processo de industrialização. Tal ‘nacionalização’ operou-se por vários modos: ora succionando os excedentes de capital que não podiam ‘reproduzir-se’ nas suas ‘regiões’ originais, o que é fato notório na história nacional, ora impondo as mercadorias de produção da região que se industrializava sobre as que produziam nas demais ‘regiões’.” (OLIVEIRA,1977,p77)

A lógica hegemônica de domínio das regiões onde se processou de forma mais voraz a reprodução capital acabou por impor as demais regiões uma

padronização no uso das forças produtivas, bem como das relações sociais de produção. Foi neste momento, que a fragilidade da formação socioespacial do Nordeste pôde ser evidenciada. O incipiente processo de industrialização nesta região aliado a maior integração regional mediante a criação de infra-estruturas de transporte, expôs a fragilidade da economia nordestina contribuindo decisivamente para dar início ao processo de destruição da economia regional. A decadência do padrão que ligava o Nordeste a um equivalente externo provocou inúmeras restrições ao crescimento econômico.

É sob este contexto de aprofundamento dos desequilíbrios regionais que teve início a intervenção do Estado no Nordeste ampliando a discussão, agora no plano nacional, sobre os entraves ao desenvolvimento regional. Neste ínterim, temos como exemplo maior a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste (SUDENE) em 1959 que contribuiu decisivamente no aquecimento tanto intra como inter-regional do jogo de classes.

Apesar de pontuarmos a importância da SUDENE no processo de intervenção do Estado no Nordeste, é preciso considerar, neste contexto, a criação de um órgão pioneiro na atuação do Governo Federal que foi o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), fruto da reestruturação do IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) em 1945. A criação do órgão supracitado situa-se no marco das medidas tomadas pelo Governo Federal para conter a inquietude da população afetada pelas secas. As reivindicações, à medida que se tornavam mais acentuadas, contribuíram para uma atuação mais precisa dos órgãos governamentais. Ramos (2002, p.48) mostra que “A grande insatisfação geral da população nordestina, em relação à atenção despendida pelo Governo Federal para a região, estaria ameaçando a unidade do território nacional”. Neste sentido, a resposta do governo foi exatamente no sentido de traçar metas baseadas em diagnósticos mais elaborados da realidade nordestina, tais como o GTDN, a fim de obter um melhor quadro da quantidade de problemas que precisariam ser solucionados. O melhor instrumento para solucionar estes problemas seria pensar na realização de prognósticos para a formulação de estratégias contempladas nas políticas de planejamento regional.

Além da alardeada unidade nacional, muitos outros fatores propiciaram uma intervenção mais efetiva. Uma delas que perpassa a estrutura social do poder político regional era justamente o perigo da destruição da *pax*

agrariae e o crescimento das forças populares em especial a das ligas camponesas (OLIVEIRA, 1977). A solução mais almejada para conter os conflitos contra a unidade burguesa emergiu com a criação em 15 de dezembro de 1959 da SUDENE. Para Oliveira:

“A SUDENE levou longe demais sua própria ideologia e seus argumentos ideológicos, travestidos em linguagem técnica ‘neutra’ e a política, na exacerbação do fantasma da ‘região-problema’, a ‘área mais pobre do Hemisfério Ocidental’ “ a ameaça à unidade nacional’, a área de onde emergiram os conflitos que poderiam pôr em risco essa ‘unidade’- no fundo uma ‘unidade da nação burguesa’.” (OLIVEIRA,1977,P.120)

A SUDENE tornava-se pretexto da intervenção planejada com motivações, sobretudo políticas no direcionamento da economia regional sem implementar rupturas que mais de perto afetassem os interesses das classes dominantes. O *modus operandi* da SUDENE sustentava-se numa base desenvolvimentista fortemente voltada para a tomada de ações que pudessem potencializar o crescimento industrial mediante uma forte política creditícia, bem como propiciar maiores investimentos em infra-estrutura. No que toca a agricultura, cabe destacar um fator importante que nos permitirá entender a atual organização do território no que tange as principais áreas de expansão do agronegócio no Nordeste. De acordo com Pereira (2004), no plano de ação proposto pelo GTDN duas questões fundamentais contidas no seu *Plano de Ação* direcionava explicitamente quais seriam os rumos para a agricultura. Nesse sentido, podemos destacar conforme o autor: 1) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto provocado pelas secas; 2) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar a economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense. Complementando as recomendações endossadas no GTDN, Aguiar (1993) ainda destaca:

“Com respeito aos problemas agrícolas, a SUDENE, em suas duas décadas de existência, seguiu a estratégia formulada pelo GTDN, cuja programação em grandes linhas resume-se no seguinte: ampliação da oferta de terras; reorganização da economia da zona semi-árida; investimentos em pesquisas e experimentação agrônômica e racionalização do abastecimento e da comercialização da produção agrícola.” (AGUIAR,1993,p.24)

Seguindo os passos direcionados pelo Plano de Ação do GTDN, podemos perceber quais foram as raízes que influenciariam no desenvolvimento da agricultura no Nordeste. A primeira questão citada no Plano de Ação diz respeito exatamente ao fomento da agricultura irrigada para as zonas semi-áridas. Tal característica será responsável por uma dinamização das economias sertanejas, principalmente nas regiões próximas aos mais importantes recursos hídricos como veremos adiante. A segunda questão liga-se diretamente a inserção do Maranhão, e aqui compreendemos por extensão amplas áreas do que hoje denominamos como os cerrados nordestinos, como partícipe ativo para a concretização da *Operação Nordeste* idealizada por Celso Furtado.

É sob o panorama apresentado que teremos como análise a compreensão da organização dos espaços agrícolas imersos pela modernização da agricultura referendada por diversas literaturas como sendo as “frentes de expansão”; “focos dinâmicos” (ARAÚJO, 1997,1999), ou seja, os pontos luminosos (SANTOS, 2001) da agricultura responsáveis pela consecução de várias metamorfoses nos espaços agrários, bem como no que toca diretamente nas relações de trabalho.

Vários são os estudos que têm se debruçado na tarefa de entender o crescimento econômico da região Nordeste. Apesar dos variados aspectos que cada estudo tem priorizado, há, pelo menos, uma característica unânime em todos eles, a de que o crescimento econômico tem se processado de forma desequilibrada tanto em sua relação inter-regional, como em sua relação intra-regional.

O Estado, no âmbito do Governo Federal, em seus diversos planos para o fomento do desenvolvimento regional, acompanha uma tendência de propor regionalizações para a aplicabilidade dos investimentos. No atual governo, o Ministério da Integração Nacional em sua política nacional de desenvolvimento regional implementou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) que visa:

“... identificar o que é estratégico na região para a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, sendo a REGIONALIZAÇÃO o elo de ligação entre o que está proposto nos níveis normativos e estratégicos e a ação efetiva que se dará no território, *locus* específico da atuação dos atores sociais que em última instância constituem o objetivo de nossa do esforço de planejamento (...) É a REGIONALIZAÇÃO que permite rebater no território as diretrizes e prioridades emanadas do nível estratégico e

é a partir dela que se propõe ações e apostas estratégicas que representam o primeiro degrau no esforço de operacionalização do plano.” (PDNE,2006,p.77)

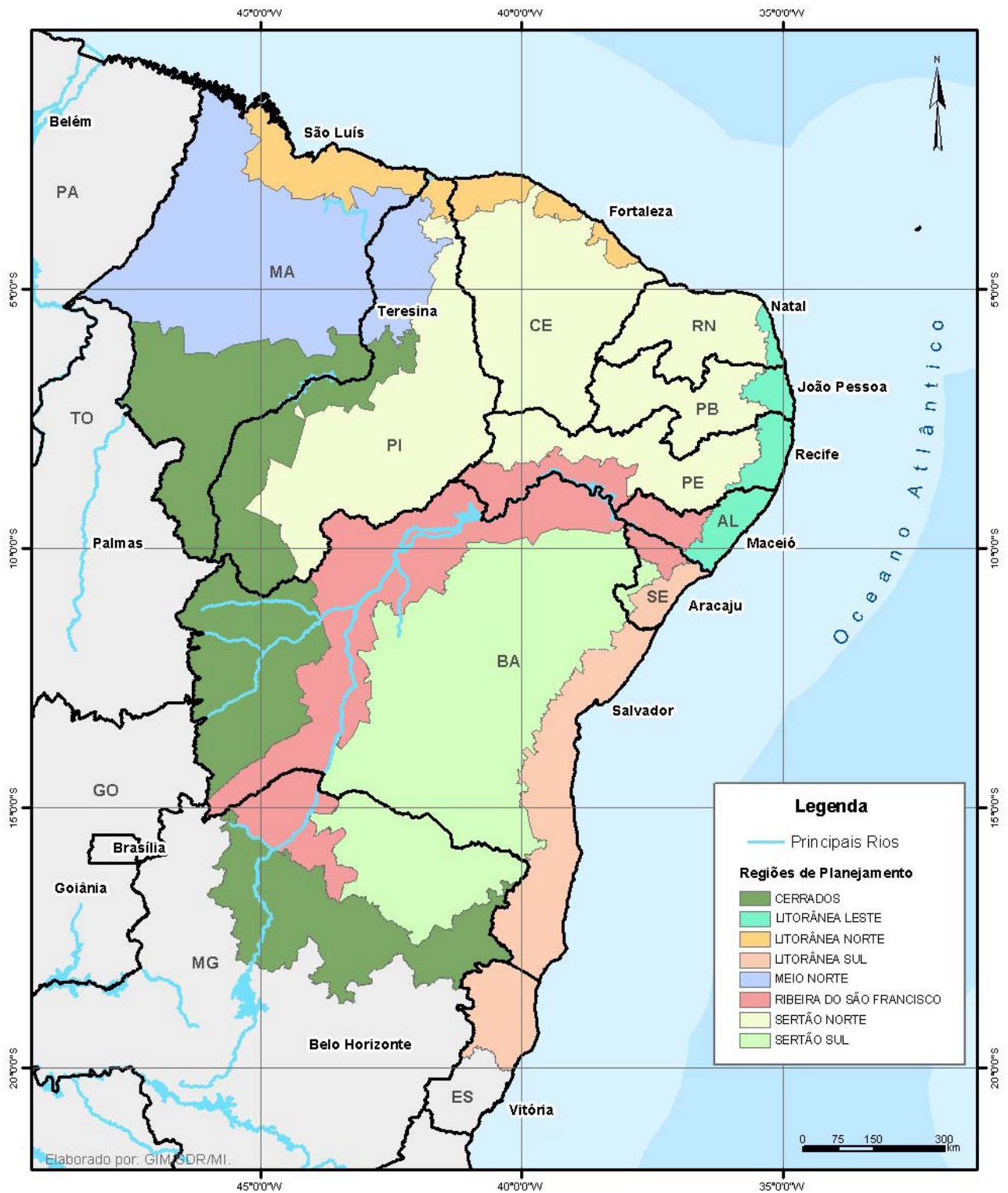
No PDNE foram delimitadas oito regiões (Cartograma 01) de planejamento ou área-programa estratégica, são elas: Meio-Norte, Sertão Norte, Ribeira de São Francisco, Sertão Sul, Litorânea Norte, Litorânea Leste, Litorânea Sul, Cerrados. Para fins de análise priorizaremos as áreas referentes ao Sertão Norte, Ribeira de São Francisco e Cerrados por representarem as regiões onde erigem os focos dinâmicos da agricultura do Nordeste.

A região do Sertão Norte congrega cinco Estados nordestinos (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) totalizando 701 municípios. Suas características geoambientais destacam-se pela predominância das áreas semi-áridas. Em termos de atividades econômicas podemos destacar: a pecuária bovina de corte e leite, laticínios, pecuária ovino-caprina, avicultura e algodão, atividade salineira, extração de petróleo e extração mineral.

A região da Ribeira do São Francisco identifica-se por fazer parte do Vale do Rio São Francisco e as bacias de seus afluentes dividindo o sertão norte do sertão sul. Sua ocupação esteve condicionada pela existência de um rio perene responsável pela atração de um contingente populacional significativo. Por ser considerada uma área de exceção frente ao domínio da depressão sertaneja, suas principais atividades econômicas relacionam-se à agricultura praticada na beira dos rios. Dessa forma, é perceptível a importância da agricultura irrigada.

Por último, os Cerrados formam as áreas de ocupação mais recente, estendendo pelos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Devido à contigüidade das características naturais optou-se pela incorporação do norte de Minas Gerais. Os cerrados compõem a principal fronteira agrícola em expansão, principalmente devido ao desenvolvimento da cadeia produtiva da soja.

Cartograma 02 – Área de Atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE)



Fonte : Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste

Dentre as potencialidades de desenvolvimento econômico identificadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste para as regiões supracitadas, destacam-se as cadeias produtivas da fruticultura, bem como da soja. Estas culturas refletem diretamente o processo de transformação da estrutura produtiva. Ao tratar do novo perfil econômico da Região Nordeste, Castro (2002) ressalta que a natureza, neste modelo de desenvolvimento, tem representado um papel importante na reorganização das atividades econômicas não mais sendo vista como ofensiva à regulação econômica do território. A partir daí, segue-se uma série de transformações com o objetivo de inserir a região Nordeste num amplo circuito espacial de produção voltado para atender a demanda do consumo globalizado.

A estrutura produtiva do território nordestino foi amplamente reformulada de forma a garantir meios para a reprodução do capital na agropecuária. O que se procedeu foi à substituição de produtos de menor composição orgânica do capital por produtos de consumo globalizado e maior valor agregado através de transformações no processo produtivo associado à lógica da agricultura científica (Santos, 2000; Elias, 2003b). Sobre a agricultura científica e seu desenvolvimento coadunamos com Elias quando mostra que:

“A reestruturação produtiva da agropecuária brasileira processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva (...) Isso significa que ela privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente susceptíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e do consumo” (ELIAS, 2003b, p.324)

O resultado deste processo no Brasil incluindo o Nordeste foi a fragmentação do espaço agrícola. Desta forma, o conceito que mais se adequa ao período em voga está no que se refere ao processo pontual como se deu a modernização da atividade agropecuária. Assim, como já afirmamos, coadunamos com Santos (2001) quando propõe o entendimento da modernização incompleta em pontos do território brasileiro através da idéia dos *pontos luminosos*.

Diante das transformações ocorridas com a implantação de uma nova lógica de produção da agropecuária, várias atividades foram sendo introduzidas no perfil produtivo da região onde podemos destacar a produção de frutas, bem como a expansão da soja nos cerrados nordestinos. Estas atividades foram a que mais se adequaram as emergências do crescimento do agronegócio mediante a atuação do

Estado no fornecimento de créditos financeiros voltados ao aquecimento da agricultura comercial.

No momento dessas reformulações nas tendências econômicas anunciadas para setores específicos da economia podemos perceber que:

“Assiste-se, desde então, a radical mudança do discurso sobre as possibilidades econômicas do semi-árido, notadamente sobre os seus vales úmidos, e dos cerrados do Nordeste, construindo-se um novo imaginário social sobre estas áreas, consideradas agora com várias vantagens comparativas, para as quais se vislumbram amplas oportunidades para o agronegócio globalizado, em especial, de frutas tropicais, para o primeiro bioma, e soja, para o segundo.” (ELIAS, 2006b, p.34)

O resultado desse processo para a dinâmica espacial é criação de novas áreas de expansão do capital fortemente associada aos ditames do agronegócio. Dito isto, o estudo das fronteiras agrícolas como a formação de espaços de acumulação de capital e tensionamento do conflito social emerge de maneira especial.

1.5 Subespaços dinâmicos do Nordeste: um estudo das fronteiras agrícolas

A expansão do capital para novas áreas é intrínseca a sua própria natureza. Os desdobramentos que essa característica traz para a organização sócioespacial têm interessado diversos estudiosos. Este avanço do capital para novos horizontes está diretamente ligado à busca incessante de melhores condições para a consecução da lógica perversa de reprodução do capital criando novos espaços de acumulação. Segundo Harvey:

“A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político.” (HARVEY, 2005, p.193)

Dentre os movimentos de expansão geográfica do capital, destacaremos a conformação das fronteiras agrícolas.

A discussão sobre a fronteira agrícola está repleta de visões que ora apontam para a coalizão de interesses que tentam colocar este movimento como

natural da nossa sociedade hora como momento onde expressa, sem medo de qualquer retórica contrária, o momento onde o lado voraz do “capitalismo selvagem” fica mais evidente.

Para Huertas (2005) o interesse nos estudos sobre a fronteira agrícola nasceu a partir do momento em que os estudiosos começaram a perceber como se dava o movimento das frentes pioneiras de expansão. Ainda segundo o autor, este temário foi tratado primeiramente pelo historiador norte-americano Frederik Turner que utilizou os termos *front* e *pionner* para tratar do avanço da sociedade norte-americana rumo as terras do oeste dos Estados Unidos na segunda metade do século XIX. Segundo Huertas (2005), um exemplo da influência das obras do historiador estadunidense no Brasil pode ser claramente percebido na importante obra do geógrafo francês Pierre Monbeig que tratou da expansão da economia cafeeira no Estado de São Paulo. Monbeig contribui para firmar no meio acadêmico brasileiro o interesse nos estudos das frentes pioneiras. O Brasil se firmou como um dos principais laboratórios que ainda hoje demanda grandes estudos seja por sua extensão territorial continental, seja por seu enorme potencial natural. Estes elementos juntos contribuem ainda para que o Brasil seja alvo preferencial para expansão do capital via exploração dos países que ocupam a posição de grandes centros do capitalismo mundial através dos seus conglomerados empresariais.

A expansão da fronteira agrícola no Brasil confunde-se com a própria história da modernização da agricultura e da incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde já que o crescimento desenfreado das culturas agrícolas voltadas para exportação demandava além da incorporação de novas áreas de plantio, novas tecnologias que fossem capazes de incrementar a produtividade do setor. Neste sentido, o papel dos insumos modernos e da biotecnologia foi de extrema importância para firmar o processo de expansão da fronteira agrícola através da agricultura de mercado. Vale ressaltar, também, o peso da pecuária, sobretudo a pecuária extensiva, como atividade responsável pelo intenso avanço da fronteira agrícola.

Os impactos deste processo sob o prisma da dinâmica espacial nos remetem ao entendimento das transformações espaciais associadas ao processo de avanço da fronteira agrícola como sendo também o avanço da civilização técnica (Santos, 2002). Uma vez que os atores hegemônicos que encabeçam o processo de expansão da fronteira agrícola são ligados a interesses que não tem nenhum vínculo

com o local, a não ser aquele ligado a exploração dos recursos naturais e sociais, imperando a lógica de conformação da fronteira agrícola pautada por interesses exógenos. Nesse sentido, configura-se com clareza aquilo que Santos (2000) denomina de verticalidades, ou seja, os espaços dos fluxos dominados pelas empresas, vide representantes da burguesia agrária e/ou urbana, sintonizadas com o Estado, são integrados de forma vertical com níveis econômicos e sociais mais abrangentes atendendo aos interesses das grandes empresas hegemônicas. Para Santos:

“As verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais ‘modernizados’ e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados. O elenco de condições de realização das verticalidades mostra que, para sua efetivação, ter um sentido é desnecessário, enquanto a grande força motora seria aquele instinto animal das empresas mencionado, há decênios, por Stephan Hymer e agora multiplicado e potencializado pela globalização.” (SANTOS, 2000,p.108)

Este instinto animal das empresas mencionado por Santos vai dar o tom da expansão da fronteira agrícola sob a ótica do agronegócio e torna claro que a agricultura moderna que chega às áreas de expansão já nasce prenhes do modelo priorizado no período técnico-científico-informacional. Segue-se a este dado, o fato de se tratar de regiões onde a menor presença de rugosidades (SANTOS, 1978) as torna extremamente vulneráveis ao processo de expansão da mecanização do território. Esta lógica está concatenada com a imposição de novos usos do território priorizando a temporalidade globalizada das empresas regidas por fluxos internacionais, bem como do emprego de modernas tecnologias e padrões de gestão do processo produtivo.

Segundo Huertas (2005), a coerência da fronteira sob o período técnico-científico-informacional pode ser explicitada através de um grupo de variáveis das quais destacam-se: expansão crescente do complexo agroindustrial após a década de 1990; presença marcante do capital externo e das empresas transnacionais; configuração de novos “corredores de exportação” e incremento da intermodalidade no sistema de transportes; produção orientada preferencialmente ao mercado externo; incremento da regulação técnica, organizacional e informacional da produção agropecuária (comercialização da produção, logística de transportes e de estocagem, agricultura de precisão e relação inversamente proporcional entre a

área e a arena de produção); introdução de novos estilos de vida, principalmente no que diz respeito ao consumo e etc.

Como pudemos perceber, a fronteira agrícola está associada com a criação de novos espaços da acumulação onde se evidencia uma nova sociabilidade, novos contornos moldados pela inserção de uma dinâmica produtiva regulada pelo poder do mercado e das grandes empresas. Contudo, a despeito da tradição que foi imposta pelos estudos, principalmente entre os geógrafos, das frentes pioneiras relacionando-se quase que inevitavelmente aos desdobramentos econômicos da expansão do capital sobre territórios novos, torna-se necessário fazer uma reflexão sobre este processo, pois a questão da fronteira não se resume apenas a seus aspectos econômicos. Neste contexto, uma das principais e mais importantes críticas foi elaborada por Martins. Para este autor:

“...a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.” (MARTINS, 1997, p.12-13)

Não se trata aqui de renegar os estudos que dão ênfase à compreensão da dinâmica espacial da questão da fronteira, até porque é esse o objetivo que nos move. Porém, não devemos deixar de refletir sobre o caráter extremamente complexo desta temática acentuando que ela tem em si um forte conteúdo onde emerge a questão do conflito social. Neste ínterim, questões como o avanço da reprodução do capital via agronegócio não estão dissociadas, ao nosso ver, do conflito de classes, das lutas dos camponeses, dos índios e dos trabalhadores rurais. Dito isso, ainda conforme Martins:

“O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, *a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*. É isso o faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de uma lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Não só desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.” (MARTINS,1997,p.150-151) (grifo nosso)

O estudo das fronteiras agrícolas está repleto de polêmica devido à multiplicidade de questões e ponderações que foram postas no debate teórico. Dentro das regiões priorizadas em nosso estudo, aquelas que mais se identificam com o conceito de fronteira agrícola são aquelas que fazem parte do desenvolvimento da soja nos cerrados nordestinos por estas áreas apresentarem vastas áreas incorporadas pela marcha da agricultura capitalista. Contudo, compartilhamos com o entendimento que as demais áreas identificadas com a expansão do agronegócio na fruticultura, apesar de representarem áreas de povoamento tradicional, guardam em si a característica de serem áreas onde o movimento de transformação da estrutura produtiva aliado a territorialização do capital no campo configurou um quadro de expansão dos grupos capitalistas através da produção de frutas frescas para a exportação. Nesse sentido, os processos que discorreremos acerca da criação de novos espaços de acumulação e de extremo conflito social também podem ser encontrados nas regiões da fruticultura.

De acordo com o contexto apresentado, passaremos a analisar a formação do mercado de trabalho capitalista a partir da dinâmica de expansão do emprego formal no setor da agropecuária. Para isso partiremos de um jogo escalar que abarque desde a compreensão do processo de expansão dos empregos formais no setor da agropecuária no Brasil, passando por suas regiões, seus estados até se chegar às microrregiões de difusão do agronegócio no Nordeste. Assim, destacamos, de acordo com a subdivisão estabelecida pelo IBGE, as microrregiões de Petrolina em Pernambuco e Juazeiro na Bahia, microrregiões de Mossoró e Vale do Açu no Rio Grande do Norte e a do Baixo Jaguaribe localizada no Estado do Ceará como lócus da expansão da atividade da fruticultura no Nordeste. Do outro lado, temos as microrregiões de Barreiras na Bahia, Balsas no Maranhão e Alto Parnaíba Piauiense no Estado do Piauí que formam as principais áreas de expansão da produção de grãos nos cerrados nordestinos.

Capítulo 2

IMPACTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO: A ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO CAPITALISTA

Se, como vimos o capital tem embrionariamente a necessidade de se expandir para novas áreas em busca da formação de novos espaços de acumulação, ele também tem como ponto nevrálgico a exploração do trabalho. Tal fato apenas confirma o que já expôs Marx (2002, p.571) quando afirmou que “A produção capitalista (...) só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”. Dessa forma, temos a combinação de duas lógicas estruturais que regem a vastidão de problemáticas sociais vinculadas à questão agrária no Brasil e potencializadas com o desenvolvimento do agronegócio, ou seja, a articulação entre expropriação e exploração dos trabalhadores.

A questão da expropriação está diretamente ligada a um dos principais traços históricos da questão agrária brasileira, qual seja a concentração da propriedade da terra. Os últimos Censos Agropecuários organizados pelo IBGE revelaram ou mesmo ratificaram que os grandes estabelecimentos rurais são responsáveis pela concentração de grande parcela da área total. Para Martins:

“A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos.” (MARTINS, 1991, p.50-51)

O autor expõe de fato, o momento em que se dá início a profundas modificações nas relações de trabalho sendo o exemplo mais emblemático desse processo, a formação de um mercado de trabalho eminentemente capitalista. Como sabemos, refletir sobre a formação de um mercado de trabalho no Brasil é dar início a um longo caminho de apreciação histórica rumo à compreensão do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Este percurso não poderia deixar

de ser turvo, pois involuntariamente vem à tona uma série de discussões que foram a agenda principal de variados debates acerca das mudanças nas relações de produção no Brasil.

Como exemplo, poderíamos destacar o automatismo de parte da academia em considerar o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre enquanto um momento consecutivo e linear da nossa história marcada por datas que apenas transpareciam os atos decisórios da pressionada coroa em decretar a extinção do cativeiro dando origem, como num passe de mágica, a toda uma gama de trabalhadores livres que vieram engrossar a fileira de “vendedores da força de trabalho” juntamente com os imigrantes recém chegados da Europa. Contrapondo-se a essa prerrogativa, Szmrecsányi (1997, p.30) diz que “A abolição do escravismo e o estabelecimento do regime de trabalho livre no Brasil não foram eventos singulares e consecutivos entre si”. Ianni (2005, p.30) acrescenta afirmando que “A transformação do escravo em operário (...) não foi um processo rápido, harmônico e generalizado”.

Um dos autores que mais contribuíram para esclarecer a dinâmica complexa e contraditória do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi o sociólogo José de Souza Martins, sobretudo em sua obra intitulada *O cativeiro da Terra*¹⁰. O autor parte do princípio de que é necessário pensar em uma nova visão acerca deste importante momento histórico onde a economia cafeeira representava o *locus* da expansão de velhas e novas relações de produção na agricultura. Sendo assim, dedicou-se a perscrutar o que realmente representava a mão-de-obra escrava e sua relação com o senhor na composição da fazenda em contraponto ao trabalho livre originado na crise do escravismo durante o auge da produção cafeeira no Brasil do século XIX. Para Martins:

“... as relações de produção entre o senhor e os escravos produziam, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada. De outro lado (...) produziam um

¹⁰ A tese defendida por Martins (2002, p.9-10) em sua obra é a de que “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-se à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. Este pensamento é resultado de toda uma análise que o autor propõe desde a dissolução das relações de trabalho baseadas no regime escravista passando pelo trabalho livre até se chegar a relações mais complexas tais como o regime de trabalho identificado no Brasil durante a crise do modelo escravista que foi intitulado como o regime de colonato.

trabalhador igualmente específico, cuja gênese não era mediada por uma relação de troca de equivalentes (não era mediada pelo fazendeiro-comerciante), mas era mediada pela desigualdade que derivava diretamente de sua condição de renda capitalizada, de uma sujeição previamente produzida pelo comércio (era mediada, pois, pelo fazendeiro-rentista). A escravidão colonial definia-se, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial.” (MARTINS, 2002, p.15-16).

Neste cenário destacado pelo autor, a mão-de-obra escrava não apresentava uma das características fundamentais para a existência de um trabalhador livre, qual seja a quebra da condição de despojamento absoluto (MARTINS, 2002). A condição para que o trabalhador possa entrar no mercado de trabalho é que ele tenha a liberdade de poder vender a sua força de trabalho. Nesse sentido, para Martins:

“O trabalho livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas, diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra” (MARTINS, 2002, p.12).

Nesse momento, foi rompido o fator fundamental da reprodução da economia colonial, pois o trabalhador (escravo) antes entrava no processo como mercadoria onde não só o produto do trabalho como o próprio trabalhador representava o elemento central nas relações de comércio. Vislumbrando a ruptura do modelo de produção colonial através da renda capitalizada no trabalhador escravo, os fazendeiros passaram a estabelecer novos marcos para garantir o processo de reprodução da sua própria classe. Com a proibição do tráfico negreiro através da Lei Bill Aberdeen em 1845 e, como uma espécie de resposta a este horizonte aterrorizado posto pelos decretos da Inglaterra, cinco anos mais tarde a promulgação da Lei de Terras, pouco a pouco foi se consolidando o marco decisivo para a criação de um mercado de trabalho livre no Brasil. Para Moreira (1990), a criação da Lei de Terra propiciou ao mesmo tempo tanto a preservação do latifúndio como a organização de um novo momento para as relações de trabalho.

Soma-se a esse panorama a consolidação e/ou justificativa para o processo de mudança do foco da renda capitalizada na pessoa do trabalhador escravo para a terra, ou seja, para uma renda territorial capitalizada. Dava início

então ao que hoje conhecemos como o mercado de terras no Brasil. Segundo Martins (2002), uma das novas fontes de renda para o fazendeiro passou a ser a abertura de novas fazendas em terras mais férteis. Assim, a principal fonte de lucros dos fazendeiros passou a ser a renda diferencial propiciada pelas vantagens locais, bem como naturais das terras. Sintetizando esse processo Martins (2002, p.32) afirmou que “... num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa”.

Na dissolução do regime de trabalho escravo e na conseqüente expansão do trabalho livre, a condição do trabalhador agora separado de sua força de trabalho ensejava uma nova querela, pois naquele momento passaria a existir uma “igualdade” jurídica entre o detentor da força de trabalho e o senhor da fazenda. Soma-se a esse fato, tal como aponta Martins (2002), a necessidade de uma nova modalidade de coerção do trabalho não mais centrada no aspecto físico, ou seja, o trabalho forçado, mas sim numa coerção de caráter ideológico, pois afinal a partir daquele momento uma das ironias mais recalcitrantes passou a vigorar através do ditado popular bastante disseminado onde “trabalha quem quer”. Este dado torna-se ainda mais complexo após o advento do trabalho livre quando se trata de trabalhadores vindos do regime escravocrata, bem como do processo de imigração¹¹. Martins captou este processo quando afirmou que:

“Com ele (advento do trabalho livre), o primeiro (escravo) ganhou a propriedade da sua força de trabalho: enquanto que o segundo (imigrante), expulso da terra, liberado da propriedade, tornou-se livre, isto é, despojado de toda propriedade que não fosse a da sua força de trabalho. Para um a força de trabalho era o que ganhara com a libertação; para outro era o que lhe restara (...) Para o escravo, a liberdade não é o resultado imediato do seu trabalho, isto é, trabalho feito por ele, mas que não é seu. A liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho, ele passa a ser livre para recusar a outrem a força de trabalho que agora é sua. Para o homem livre, despojado dos meios de produção, ao contrário, o seu trabalho passa a ser a condição da liberdade.” (MARTINS, 2002, p.17) parênteses nosso

¹¹ Na tese de doutorado de Barbosa (2003) intitulada “A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento” o autor realiza uma leitura histórica da formação do mercado de trabalho no Brasil a partir da análise da transição de um não-mercado de trabalho composto na era colonial pela força de trabalho cativa para um quadro de exploração da força de trabalho baseado no assalariamento de trabalhadores imigrantes. Sobre o papel dos imigrantes e sua vivência conflituosa com os grandes proprietários, ao autor ressalta um ponto importante quando mostra as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes na chegada ao Brasil onde os mesmos foram explorados e ludibriados a ponto de o autor destacar que “Na prática, os próprios trabalhadores assumiam o ônus da criação da mão-de-obra livre, inexistente ou indisponível, e portanto da ausência de mercado de trabalho.” (BARBOSA, 2003, p.92)

A partir da legitimação moral e jurídica da liberdade da venda da mercadoria força de trabalho o que se assistiu no Brasil foi a trajetória da constituição de um quadro de profunda pauperização da massa de trabalhadores submetida à jornadas de trabalho cada vez mais alarmantes onde quem não consegue vender sua força de trabalho está condenado a cair no alto estágio de degradação humana. Este processo tem se espalhado por todos os rincões do planeta, seja nas grandes metrópoles, nos núcleos urbanos menos expressivos, como também, no campo através da proletarianização massiva dos trabalhadores agrícolas.

Segundo Ianni (2005, p.128), “O proletariado, como categoria política fundamental da sociedade agrária brasileira, ocorreu na época em que se verificou a hegemonia da cidade sobre o campo, quando o setor industrial suplantou o setor agrícola (econômica e politicamente) no controle das estruturas de poder no país”. A trajetória do proletariado rural é desde então uma interação complexa da exploração da força de trabalho através do domínio por parte da burguesia agrária de grandes extensões de terra.

Esta classe que concentra os meios de produção é composta não só pelos remanescentes da burguesia agrária oriunda da revolução de 1930 como também, dos representantes da burguesia urbana e industrial que viram no processo de expansão do mercado de terras um elo fundamental para a existência de extensas reservas de capital ou mesmo da exploração da força de trabalho sob moldes pré-capitalistas com a utilização de trabalho escravo como no caso já amplamente divulgado do uso de trabalho escravo no Brasil por parte da montadora de automóveis alemã Volkswagen.

A concretização do processo de expropriação dá margem, também, a um tipo de transformação muito peculiar no campo brasileiro e que foi descrito majestosamente por Martins quando tratou da *terra de trabalho* e da *terra de negócio*. Nesse ínterim, devemos ressaltar que o caráter unificador da terra de trabalho e da terra de negócio é que ambas representam a propriedade privada, porém, devemos ponderar de acordo com o autor, a existência de uma diferença fundamental. Apesar de se tratar da propriedade privada existem diferentes regimes de propriedade tais como o regime de propriedade capitalista e o regime de propriedade familiar.

A primeira, propriedade capitalista, caracteriza-se por ser um regime de propriedade onde impera a lei da exploração do trabalho pelo capital, portanto um instrumento de exploração. A propriedade de regime familiar é propriedade do trabalhador que a usa apenas enquanto meio de garantir a reprodução social de sua família não almejando auferir nenhum lucro oriundo da exploração da força de trabalho de outrem. Para Martins:

“Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço e quem dela precisa para trabalhar e não tem.” (MARTINS, 1991.p.55).

O avanço do agronegócio tem acentuado o processo tanto de expropriação quanto de exploração dos trabalhadores contribuindo enormemente para que haja uma intensa transformação da terra de trabalho para a terra de negócio. A terra de negócio é representada pela presença cada vez maior de empresas de grande, médio e pequeno porte que imprimem uma nova lógica de produção no campo brasileiro.

A implantação dessa lógica é a responsável pelo aprofundamento do processo de territorialização do capital no campo através do acirramento da concentração de terra dando início à intensificação da divisão social e territorial do trabalho no campo. Dessa forma, o lócus da criação de relações de trabalho tipicamente capitalista passa a ser toda e qualquer produção que tenha como interesse vital a reprodução da terra de negócio mediante o ganho de capital resultante da exploração da mais-valia do trabalhador.

No Brasil, seguindo os passos de sua herança colonial, podemos induzir que é na relação conflituosa da lógica engendrada pelo agronegócio e suas culturas voltadas para a exportação, onde reside o epicentro da geração de conflitos tanto no que diz respeito à luta pela terra, como também do conflito capital x trabalho configurado a partir da expansão do mercado de trabalho capitalista. Sendo assim, vejamos como se deu o desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil e em especial na Região Nordeste.

2.1 O desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil

A agricultura no Brasil exerce um papel significativo na formação socioespacial brasileira. Quando falamos das questões associadas às relações de trabalho no campo, existe uma série de processos sócio-históricos que nos remete a pensar sobre as principais características da formação de um grande contingente de trabalhadores que labutam na agricultura, estando, estes, sujeitos a inúmeras modificações engendradas a partir da inserção do modelo de produção capitalista no campo resultado do conflito histórico que perpassa desde a transformação da terra em mercadoria em 1850, passando pelo conchavo estabelecido pelos representantes da burguesia agrária na transformação do escravo em trabalhador livre até a conformação de um quadro extremamente complexo e contraditório das relações de trabalho no campo do qual participa uma gama de atores sociais imersos no caldeirão que se tornou a agricultura capitalista.

É sob a égide do metabolismo societal do capital que podemos entender o processo de expansão da classe trabalhadora através da precarização do trabalho temporário, do subemprego, bem como a destituição dos meios de produção. Destacamos também, o crescimento dos trabalhadores assalariados nas pequenas, médias e grandes empresas do setor agropecuário. Desta forma, torna-se de extrema importância o entendimento de uma nova nuance nas relações de trabalho no campo brasileiro, qual seja a formação de um mercado de trabalho agropecuário formal.

A formação de um mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil é bastante recente. O emprego formal ou de carteira assinada tal qual conhecemos hoje é, sem dúvida, uma conquista histórica dos trabalhadores na garantia de melhores condições de trabalho. Todavia, esta modalidade de contrato de trabalho está condenada a uma perpétua luta entre capital x trabalho pelo simples fato de representar uma afronta ao capital, pois garante a afirmação de uma série de direitos trabalhistas que não condizem, muitas vezes, com os interesses de expansão sempre crescente das taxas de lucro e por consequência da extração da mais-valia.

Na história da luta da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho devemos reconhecer no processo de confronto entre capital x trabalho, uma espécie de hiato quando da criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que garantiu acesso a benefícios tais como a aposentadoria, licença maternidade,

férias remuneradas e o famoso décimo terceiro salário. Não obstante as leis trabalhistas representarem reconhecidamente uma vitória da classe trabalhadora vale destacar que essas leis sempre foram mediadas por um acordo tácito da burguesia e do Estado em momentos especiais da história do desenvolvimento capitalista no Brasil. A própria CLT deve ser entendida como um momento oportuno no desenrolar dos conchavos políticos na Era Vargas. Nesse sentido, Antunes destaca que:

"... o Getulismo demonstrou enorme competência ao captar uma das principais reivindicações dos trabalhadores urbanos, reelaborá-las e devolvê-las como uma *dádiva do Estado*. Getúlio as apresentava como um presente para as massas, como uma antecipação, como *um pai que doa para seu povo algumas de suas principais reivindicações*. Este foi o centro da arquitetura getulista, necessária para manter o seu projeto nacionalista, estatal e industrial." (ANTUNES, 2006, p.85)

O cenário exposto pelo autor demonstra como muitos desafios estão postos para a classe trabalhadora que sucessivamente recebe ataques de todos os flancos na tentativa de ser ainda mais vitimada pelo capital, sobretudo no que momento de maior vigor da flexibilização dos contratos de trabalho que oportunamente possibilitam o capital e o modelo neoliberal solapar as leis trabalhistas. É no bojo da erosão dos direitos trabalhistas que o emprego formal representa para muitos trabalhadores a garantia mínima de acesso às conquistas trabalhistas. Para os trabalhadores rurais de determinadas porções do território brasileiro o acesso ao emprego formal é apenas um caminho que começa a ser trilhado.

Embora saibamos que existe uma histórica concentração da população economicamente ativa no setor primário, é sabido que as leis trabalhistas angariadas pelos trabalhadores urbanos não foram completamente estendidas para os trabalhadores agrícolas visto que somente em 1963 foi estabelecido o Estatuto do Trabalhador Rural que marcou definitivamente a captura política e institucional das relações de trabalho no meio rural.

É importante pontuar que não é de nosso interesse dar vida à criação de empregos formais no campo e na cidade como a panacéia para o histórico conflito entre capital x trabalho, pois partimos do pressuposto que somente a emancipação da classe trabalhadora e portanto a destruição do metabolismo

societal do capital, pode libertar nossa sociedade da exploração do trabalho abstrato e da violação ao direito da liberdade e de uma vida plena de realizações que escampam do projeto de sociedade balizada pelo valor de troca. Contudo, não devemos ser ingênuos ou falsamente rígidos em não acreditar que em pleno século XXI, muitos setores da agricultura brasileira ainda se sustentam através da velada exploração pura da mais-valia absoluta dos trabalhadores em condições análogas a escravidão, fazendo com que o emprego formal e a garantia das leis trabalhistas seja um direito mínimo que para muitos está longe de ser alcançado.

Para que possamos realizar a leitura do processo de formação do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil e no Nordeste em particular, pretendemos primeiramente apresentar a base de dados que nos permite uma análise fidedigna do desenvolvimento de um mercado de trabalho formal no setor da agropecuária. Para isso, é de suma importância a utilização dos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados do MTE nos possibilitaram a obtenção de um retrato do atual movimento de expansão das relações de trabalho capitalistas no setor analisado. Antes de adentrarmos na análise do desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal é necessário destacar algumas características dos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Os dados do MTE estão organizados, principalmente, a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A RAIS é um registro administrativo de periodicidade anual que cobre todo o território nacional e propicia informações sobre o emprego formal como: número de estabelecimentos, tamanho dos estabelecimentos por quantidade de empregados, estoque de empregos formais e etc. A RAIS é de fundamental importância para a análise do mercado de trabalho já que cobre aproximadamente 97% do universo do mercado formal brasileiro.

O CAGED tem periodicidade mensal e é responsável pelos dados estatísticos do fluxo de admissão e desligamentos dos trabalhadores com registro formal no regime celetista. Assim, é possível obter informações sobre: Total dos estabelecimentos informantes, total de admissões, desligamentos, taxa de rotatividade, saldo ou variação absoluta de emprego, variação relativo do emprego dentre outras. Como vimos, as bases de dados organizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego são de extrema importância na análise da dinâmica do

emprego formal no Brasil. Dito isto, passamos agora a análise da evolução do mercado de trabalho agropecuário formal.

Para melhor apreensão da dinâmica da formação do mercado de trabalho formal optamos pela periodização da análise que abarca o período de 1985 a 2004. Com o intuito da busca pela inteligibilidade dos dados aqui apresentados, optamos por estabelecer um intervalo de aproximadamente dez anos. Assim, adotamos na pesquisa o intervalo temporal que contempla os anos de 1985, 1995 e 2004.

De acordo com o objetivo exposto em nossa metodologia de sempre coadunar os dados empíricos com uma leitura que possa evidenciar os principais processos dos quais buscamos analisar, daremos início à análise dos dados sobre o mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil. Neste caminho, não poderíamos deixar de levar em consideração o processo de territorialização do capital no campo aqui entendido enquanto o processo que tem em seu âmago a apropriação por parte do grande capital de grandes extensões de terra. Contudo, nos desviaremos da análise da territorialização do grande capital que se apropria da terra através da consolidação de um grande número de latifúndios improdutivos, onde a terra serve como capital de reserva e como instrumento político e de coação à classe trabalhadora.

Aqui priorizaremos a territorialização do capital realizada pelas grandes e médias empresas, como também produtores individuais que são responsáveis pela implementação de estabelecimentos produtivos onde podemos notar o movimento de transformação da estrutura produtiva e a dinamização da produção dos principais produtos do agronegócio. Estes são aqueles estabelecimentos que passam a se tornar os principais responsáveis pela formação de um mercado de trabalho agropecuário formal.

Avaliando a expansão dos estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária no Brasil percebemos que houve um significativo crescimento. Este fato quando verificado através do recorte temporal adotado, nos revela algumas características que são o reflexo da história econômica do desenvolvimento da agricultura no país. A década de 1980 é vista por muitos como o momento de inflexão da trajetória de desenvolvimento econômico esboçado desde o período pós – Segunda Guerra Mundial e que culminou no chamado milagre econômico. A agricultura, a exemplo da indústria, seguiu o ritmo de

transformações tecnológicas se colocando com um setor capaz de responder aos desígnios do grande capital na garantia de um cenário de ampliação da agroindústria, da expansão da fronteira agrícola e da continuidade da produção de importantes commodities.

Estas transformações no contexto econômico também ensejaram uma certa “profissionalização” marcada pela vocação empresarial do setor que teve seu gérmen, para além da competitividade da produção de produtos para o mercado externo que forçou o desenvolvimento contínuo das forças produtivas no campo, na promulgação em 1963, portanto nas vésperas do golpe militar, do Estatuto da Terra. Na ocasião o estatuto deixava claro o interesse pela empresa rural como paradigma do desenvolvimento da produção e das relações sociais no campo com a extinção gradativa do minifúndio e do latifúndio. Confirmando o projeto para garantir a expansão da iniciativa privada no campo e completar a desapropriação dos camponeses e trabalhadores rurais, tivemos o apoio indelével do Estado na injeção de recursos públicos mediante o acesso ao crédito propiciado pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965. O SNCR beneficiou em sua grande maioria as empresas agrícolas e os grandes proprietários de terra que puderam ter acesso a importantes somas de recursos para a capitalização de seus empreendimentos, garantido a modernização do setor. Contudo, este panorama logo veio a sucumbir mediante a crise do Estado brasileiro na chamada década perdida.

Segundo Belik e Paulillo (2000), foi na década de 1980 que os repasses dos créditos agrícolas começaram a sofrer um forte declínio puxado pelo aumento das taxas de inflação e do desmantelamento do modelo cambial favorável ao setor. A partir daí as empresas e os produtores passaram a buscar formas alternativas para o financiamento da produção abrindo mão de recursos próprios, bem como do empréstimo via bancos privados. É justamente neste período que podemos identificar a maior relação dos capitais bancários e do setor da agropecuária (SILVA, 1996) tendo como resultado, a maior participação do capital financeiro. Aqui vale ressaltar uma lacuna presente na análise dos autores supracitados, pois se houve de um lado uma queda do financiamento da atividade agropecuária pelo Estado, por outro lado os recursos públicos foram bastante utilizados de forma indireta para a garantia da infra-estrutura através dos incentivos fiscais. Fatores esses extremamente importantes para a consolidação da iniciativa empresarial no setor, sobretudo no momento da propalada guerra fiscal.

A década de 1990 surge no Brasil como o momento de reorganização da economia mundial frente ao avanço da crise estrutural do capital e seus mecanismos de compensação dentre os quais podemos destacar o arrocho neoliberal. É nesse momento em que o setor do agronegócio alcança patamares exorbitantes na geração de lucro. Os grandes grupos empresariais tornaram-se cada vez mais presentes em amplas parcelas do território brasileiro, elevando o agronegócio como o “supersetor” que fornece a estrutura da dinâmica econômica do país.

O resultado engendrado pelo contexto apresentado propiciou um aumento do número de estabelecimentos com vínculos formais no Brasil (Tabela 1). Segundo dados do MTE/RAIS pudemos perceber que no primeiro intervalo da pesquisa (1985 -1995) houve um crescimento vertiginoso no número de estabelecimentos com vínculos formais. Dito de outra forma foi registrado no Brasil o surgimento de 189.394 novos estabelecimentos que possuíam trabalhadores com carteira assinada no setor da agropecuária, o que representou um aumento percentual de 1032,57%.

Este crescimento pode nos levar a interpretações diferenciadas, pois se pensarmos no crescimento absoluto e percentual gerado no período considerado (Tabela 2), logo percebemos que se trata, como já abordamos, de uma verdadeira marcha rumo a profissionalização do setor. Leia profissionalização como o avanço da agricultura empresarial de iniciativa estritamente mercadológica. Outra interpretação recai no fato enleante frente ao número pouco representativo de estabelecimentos registrados no ano de 1985 (18.327). Fato este que nos faz refletir sobre o estágio relativamente recente de mudanças na estrutura produtiva no país, bem como a força da produção familiar de base camponesa.

TABELA 1- Nº de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária no Brasil

	1985	1995	2004
Brasil	18.342	208.626	297.580

Fonte: MTE/RAIS

TABELA 2 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária no Brasil

	Variação Absoluta			Variação Percentual (%)		
	1985-1995	1985-2004	1995-2004	1985-1995	1985-2004	1995-2004
Brasil	189.394	279238	89.844	1032,57	1522,40	43,25

Fonte: MTE/RAIS

No segundo intervalo da pesquisa (1995-2004) pudemos perceber que houve uma queda no ritmo de crescimento de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais. Desse modo, a variação percentual que foi superior a 1000% no intervalo anterior, transformou-se em um aumento de apenas 43,25% (89.844). A queda no ritmo de crescimento do número de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais parece confirmar o que percebemos enquanto horizonte, ou seja, o desenvolvimento cada vez maior da reestruturação produtiva no setor da agropecuária que vai se converter no aumento do desemprego tecnológico também no campo em virtude da mecanização da lavoura.

Quando analisamos o cômputo final do recorte temporal, ou seja, o intervalo de 1985 a 2004, o saldo final foi a criação de 279.238 novos estabelecimentos formais no setor da agropecuária. O crescimento dos estabelecimentos que utilizavam mão-de-obra formal conforme os dados, indica uma mudança no perfil do setor da agropecuária no Brasil. Este perfil é sem dúvida tributário de uma lógica que tem em sua capitalização o traço necessário a sua manutenção no cenário de abertura comercial do país.

Foi devido à existência de um maior número de estabelecimentos formais que também deu início a organização do mercado de trabalho no setor analisado. Assim, passamos agora a análise da evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil (Tabela 3).

A evolução da mão-de-obra formal na agropecuária brasileira apresentou ritmo de crescimento também crescente tal como foi verificado no número de estabelecimentos. No primeiro intervalo foi registrado no Brasil um crescimento percentual de aproximadamente 200% no número de empregos formais. Em números absolutos foram gerados no Brasil durante o período de 1985 a 1995, 663.273 novos empregos formais, ou seja, praticamente duplicou o então estoque existente no ano de 1985.

Dando continuidade a análise da evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária. Vimos que no segundo intervalo houve um decréscimo expressivo no número de empregos gerados. O que é revelado pelo baixo nível percentual apresentado com um crescimento de apenas 30,99%. Contudo, quando tomamos para a análise o cômputo final relativo ao saldo do

estoque de empregos formais no setor da agropecuária pudemos verificar que houve um salto relevante no número de trabalhadores assalariados com carteira assinada no setor da agropecuária no Brasil. De acordo com os dados abaixo, foram criados 972.171 novos postos formais de trabalho na agropecuária brasileira.

TABELA 3 - Estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil			
	1985	1995	2004
Brasil	333.468	996.741	1.305.639

Fonte: MTE/RAIS

TABELA 4 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil						
	Variação Absoluta			Variação Percentual (%)		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Brasil	663.273	308.898	972.171	198,90	30,99	291,53

Fonte: MTE/RAIS

Os resultados positivos na variação do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil confirmam, em parte, a tese de que existe um processo paulatino de crescimento do trabalho assalariado no campo. A explicação para esse quadro advém do desenvolvimento de uma agricultura capitalista responsável pelo processo de expropriação dos trabalhadores rurais e camponeses, processo este que pode ser perpétuo tendo como base o modelo de reprodução do capitalismo, e por isso dialético o que nos faz pensar na tese da afirmação e negação do capital nas relações de trabalho no campo brasileiro, tendo como inspiração as teorias de Rosa Luxemburgo. Esta perspectiva traduz-se numa espécie de antídoto contra as perspectivas unilaterais vigentes no debate da geografia agrária.

Dito isso, a análise do banco de dados sobre o mercado de trabalho formal no setor analisado adianta um quadro de profundas modificações na agropecuária brasileira denotando o alto grau de capitalização do território. Seus reflexos para o mundo do trabalho começam a se evidenciar a partir da formação de um mercado de trabalho agropecuário formal signo da inserção do modelo de reprodução do capital no campo. Vejamos agora como se deu este processo sob o prisma da divisão territorial do trabalho em suas diversas escalas.

2.2 O mercado de trabalho agropecuário formal nas grandes regiões e Estados do Brasil

Agora que vimos um pouco sobre o contexto da formação do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil, vamos prosseguir nossa apreciação tendo como ponto de partida a análise da distribuição dos estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nas grandes regiões e nos estados. Para isso, começemos por entender a lógica da configuração territorial dos estabelecimentos que abrigam relações de trabalho sob a categoria de trabalhadores no circuito formal do emprego.

A análise dos dados logo nos chama atenção para a concentração dos estabelecimentos na região Sudeste (Tabela 5), que no ano de 1985 concentrou mais de 60% do total de estabelecimentos no Brasil. Esse fato está em completa consonância com o papel que esta região ocupa na divisão regional do trabalho no país. É esta região que apresenta grande parte dos produtos que foram a marca do período de glória e ascensão da economia agrário-exportadora, notadamente no que diz respeito à produção cafeeira que foi o centro de difusão econômica e política do país no século XIX e início do século XX. O avanço das forças produtivas no campo e as bases da relação entre agricultura e indústria também tiveram como foco de difusão a região Sudeste, o que possibilitou o surgimento de atividades de alta inversão de ciência e tecnologia sendo o berço de culturas com alto valor agregado na monocultura comercial.

A região Sul ocupou a segunda colocação na participação percentual da distribuição dos estabelecimentos formais. No ano de 1985, esta região participou com 19,24 %. Sua representatividade deve-se em grande parte a importância da produção de culturas como a soja, o arroz, bem como de culturas adaptáveis ao clima subtropical tais como a uva, maçã, centeio, cevada, trigo e etc.

A região Nordeste assim como as demais regiões Centro-Oeste e Norte ocuparam papel secundário na participação percentual das regiões na concentração dos estabelecimentos com empregos formais no Brasil no ano de 1985. Sendo que a região Nordeste ainda concentrou 11,27% destes estabelecimentos, seguido da região Centro-Oeste com 6,77% e da região Norte com apenas 2,17%. Estas regiões no ano de 1985 abrigaram pouco destaque no

cenário da divisão regional do trabalho devido à brevidade da expansão da agricultura comercial.

TABELA 5 - Participação percentual no número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária das regiões no total de estabelecimentos do Brasil

Regiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Região Norte	398	2,17	2.130	1,02	12.385	4,16
Região Nordeste	2.068	11,27	13.345	6,40	25.473	8,56
Região Sudeste	11.091	60,47	119.914	57,48	149.080	50,10
Região Centro-Oeste	1.241	6,77	25.286	12,12	54.344	18,26
Região Sul	3.529	19,24	47.061	22,56	56.298	18,92
Brasil	18.342	100,00	208.626	100,00	297.580	100,00

Fonte: MTE/RAIS

TABELA 6 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nas grandes regiões do Brasil

Regiões	Diferença Absoluta			Variação Percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Região Norte	1.732	10.255	11.987	435,18	481,46	3011,81
Região Nordeste	11.277	12.128	23.405	545,31	90,88	1131,77
Região Sudeste	108.823	29.166	137.989	981,18	24,32	1244,15
Região Centro-Oeste	24.045	29.058	53.103	1937,55	114,92	4279,05
Região Sul	43.532	9.237	52.769	1233,55	19,63	1495,30
Brasil	190.284	88.954	279.238	1037,42	42,64	1522,40

Fonte: MTE/ RAIS

No ano de 1995, notamos transformações expressivas do próprio movimento do capital na dinâmica geográfica do capitalismo no espaço agrário brasileiro. Estas transformações interferiram para que fosse gerado um novo quadro para a organização da produção na agropecuária, e que serviram como prelúdio para a atual conformação espacial da dinâmica das relações de trabalho.

De acordo com os dados, o registro de uma maior quantidade de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária em relação ao ano de 1985, ensejou, para além de um aumento absoluto de 190.284 estabelecimentos, uma nova organização territorial expressa de forma diferenciada entre as grandes regiões brasileiras. Assim, marcada a continuidade da concentração dos estabelecimentos na região Sudeste com 57,48% do total de estabelecimentos com vínculos formais no Brasil e um acréscimo de 108.823 estabelecimentos em relação ao ano anterior, foi possível verificar também o crescimento da região Centro-Oeste e da região Sul, bem como a queda na participação das regiões Nordeste e Norte.

A região Centro-Oeste quase dobrou sua participação percentual saindo dos 6,77% em 1985 para 12,12% em 1995. No período analisado a variação

em termos absolutos foi de 24.045 estabelecimentos. Esse crescimento pode ser explicado pela marcha da produção de soja que ganhou força, sobretudo a partir da década de 1980 (SANTOS; SILVEIRA, 2004), assim como, da criação de gado que tomou conta da região no período analisado. Dito de outra forma foi o exemplo claro da consolidação do processo de expansão da fronteira agrícola no país, ou como temos refletido, de mais um exemplo do processo de ajuste espacial desencadeado pela imperiosa necessidade de acumulação capitalista.

Constatado o crescimento significativo da região Centro-Oeste, que chegou a quase duplicar sua participação percentual no país, tivemos, no caso da região Nordeste, o movimento inverso com uma queda em sua participação percentual. Assim, no ano de 1995, ao contrário dos 11,27% de participação no total de estabelecimentos com vínculos formais no ano de 1985, foi registrada uma participação de apenas 6,40%. Um exercício de reflexão sobre o possível esclarecimento do que poderia ter causado este resultado pode ser evidenciado quando avaliamos o declínio de importantes atividades tais como a produção da cana-de-açúcar na zona da mata nordestina. O cultivo da cana-de-açúcar migrou para a região Sudeste após sucessivas crises de produção desencadeadas pela falta de sintonia com o desenvolvimento das forças produtivas e da capacidade de produção exigida em virtude da demanda excessiva por álcool a partir da criação do Programa Nacional do Alcool (PRO-ÁLCOOL).

Apesar de pontuada a queda na participação percentual da região Nordeste tal fato, não significou a inexistência de um crescimento no número de estabelecimentos com vínculos formais. Pois, quando avaliamos o período de 1985 a 1995 foi possível perceber que houve um acréscimo de 11.277 estabelecimentos. Isso nos faz pensar nos aspectos já destacados por Santos; Silveira (2004) quando afirmam que há no campo nordestino áreas descontínuas e especializadas subordinadas em grande parte ao consumo local. De fato, tal como veremos adiante, estas áreas continuam sendo descontínuas e especializadas, porém o desenvolvimento do agronegócio tem contribuído para extrapolar o mercado local e regional substituindo por produtos de alto valor comercial para exportação.

A região Norte também apresentou uma elevação no número de estabelecimentos com emprego formal no setor da agropecuária. Este aumento foi de 1.732 estabelecimentos o que gerou em termos percentuais uma elevação de 435,18%. Todavia, devido ao ritmo de crescimento mais elevado na participação

percentual das demais regiões, a região Norte apresentou uma queda na participação percentual chegando a representar no ano de 1995, apenas 1,02% do total de estabelecimentos com emprego formal no setor da agropecuária no Brasil. A região em análise apresenta o que muitos afirmam ser a última fronteira agrícola do Brasil. As pressões para o uso produtivo da Amazônia sejam para a criação de gado sejam para uma elevação da exploração de mineral e do extrativismo têm despertado o interesse de vários grupos empresariais de diferentes setores da economia. O crescimento da iniciativa privada na região Norte reflete o mecanismo histórico da grilagem de terras, do uso de milícias privadas e do apoio das forças políticas regionais. O futuro que reserva qualquer área de expansão da fronteira agrícola não poderia deixar de ser o de agravamento do conflito social (MARTINS, 1997) e da marcha da civilização técnica (SANTOS, 2002) movida pelos auspícios do lucro.

No ano de 2004, a lógica da especialização produtiva e da consolidação das áreas de expansão da agricultura empresarial deu provas cabais de sua capacidade de ordenar a dinâmica da divisão social e territorial do trabalho com a disseminação de estabelecimentos com empregos formais em todas as regiões. Em termos de participação percentual, a região Sudeste continuou sendo destaque com 50,10 % do total de estabelecimentos no Brasil. Todavia, sua representatividade tem sido minada com o desenvolvimento das demais regiões, pois, como vimos no ano de 1985 a região em destaque chegou a concentrar 60,47% do total de estabelecimentos com emprego formal.

O grande destaque do ano de 2004 foi sem dúvida a região Centro - Oeste, esta região esteve muito próxima de ocupar o segundo lugar na participação percentual dos estabelecimentos com emprego formal no setor da agropecuária se colocando atrás somente da região Sul que apresentou, em comparação ao ano de 1995, uma queda de 3,64% em sua participação nacional na distribuição dos estabelecimentos com emprego formal. O quadro experimentado pela região Sul tem sido exposto pelos números pouco representativos no último intervalo onde a região ficou em último lugar obtendo, assim, o menor crescimento do número de estabelecimentos com emprego formal no setor da agropecuária.

Ainda na perspectiva de destacar a pujança da região Centro-oeste no surgimento de novos estabelecimentos, destacamos o fato desta região ter apresentado em termos de variação absoluta (Tabela 6) no período de 1995 a 2004,

um desempenho muito próximo da região Sudeste perdendo para a última por apenas 108 estabelecimentos a mais registrados na região supracitada. O resultado confirma a velocidade do avanço da agricultura capitalista na região esboçando um panorama preocupante no que diz respeito aos impactos sociais trazidos por este modelo de organização do território orquestrado pelo agronegócio.

As demais regiões como no caso do Nordeste e Norte também apresentaram crescimento, tendo a última, registrado um crescimento significativo com a criação de 10.255 estabelecimentos com emprego formal na agropecuária no período de 1995 a 2004. A região Nordeste manteve sua trajetória ascendente seguindo a região Sudeste e Centro-Oeste na participação percentual dos estabelecimentos com emprego formal. Este desempenho foi o reflexo da difusão do agronegócio na região alavancado pelo processo paulatino de transformação de sua estrutura produtiva.

A trajetória da evolução dos estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nas grandes regiões do Brasil a partir da ótica que prioriza o recorte temporal adotado, ou seja, o período de 1985 a 2004, nos mostra a representatividade do crescimento da agricultura capitalista em todas as regiões. Sendo assim, pudemos constatar que houve a primazia da região Sudeste frente às demais, principalmente no primeiro momento onde a lógica de incorporação das inovações tecnológicas no processo produtivo acontecia de maneira mais tímida, aliado ao momento histórico de extrema concentração da agricultura empresarial na região Sudeste.

De acordo com os dados no período de 1985 a 2004, somente a região Sudeste foi responsável pelo incremento de 137.989 estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária. O que representou aproximadamente 50% do total de estabelecimentos criados no Brasil.

Seguindo a região Sudeste tivemos como grande destaque a região Centro-Oeste com a criação de 53.103 novos estabelecimentos, representando no total de estabelecimentos gerados no Brasil 19,01 %. As demais regiões em ordem de importância na participação percentual da criação de estabelecimentos com empregos formais no setor da agropecuária foram às regiões Sul com 18,89%, Nordeste com 8,38% e a região Norte com 4,29%.

O mercado de trabalho agropecuário formal quando interpretado através da dinâmica do estoque de empregos formais nas grandes regiões que

compõem o Brasil (Tabelas 7 e 8), nos revela traços elucidativos na conformação de uma nova organização territorial do trabalho. Tomando como base o recorte temporal aqui adotado, pudemos chegar a determinados resultados.

Em termos da participação no total de empregos formais na agropecuária pudemos verificar que nos anos considerados na análise houve uma forte concentração espacial dos empregos na Região Sudeste. Em 1985, a Região Sudeste possuía mais empregos formais do que as demais regiões juntas. Dessa forma, a participação da região analisada no total de empregos formais era de 57,56% (191.925).

O segundo lugar na participação percentual da distribuição dos empregos formais no setor da agropecuária foi a Região Sul, esta participou com 18,06%. Seguida de perto pela Região Nordeste com 15,58%. Em último lugar ficou a Região Norte com 2,29%.

TABELA 7 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas grandes regiões no total de empregos no Brasil

Regiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Região Norte	7.621	2,29	19.059	1,91	51.917	3,98
Região Nordeste	51.962	15,58	158.231	15,87	228.965	17,54
Região Sudeste	191.925	57,55	555.939	55,78	624.615	47,84
Região Centro-Oeste	21.733	6,52	83.438	8,37	188.229	14,42
Região Sul	60.227	18,06	180.074	18,07	211.913	16,23
Brasil	333.468	100,00	996.741	100,00	1.305.639	100,00

Fonte: MTE/RAIS

TABELA 8 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas grandes regiões do Brasil

Regiões	Diferença Absoluta			Variação Percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Região Norte	11.438	32.858	44.296	150,09	172,40	581,24
Região Nordeste	106.269	70.734	177.003	204,51	44,70	340,64
Região Sudeste	364.014	68.676	432.690	189,66	12,35	225,45
Região Centro-Oeste	61.705	104.791	166.496	283,92	125,59	766,10
Região Sul	119.847	31.839	151.686	198,99	17,68	251,86
Brasil	663.273	308.898	972.171	198,90	30,99	291,53

Fonte: MTE/RAIS

Em 1995, a organização espacial dos empregos em termos de sua distribuição no espaço não apresentou alterações significativas onde se manteve a supremacia da Região Sudeste com 55,78% do total de empregos formais. No que

diz respeito à variação absoluta na criação de empregos formais no setor da agropecuária no período de 1985 a 1995, pudemos verificar que na Região Sudeste foram criados 364.014 empregos formais o que representou 54,88% do total de empregos formais criados no Brasil.

Relativo ao desempenho da região supracitada deve-se pontuar que o período em destaque foi o momento em que a agricultura capitalista era marcada por sua extrema concentração regional e também quando o processo de mecanização da lavoura galgava ainda seus primeiros passos. Sendo assim, as atividades em voga na época caracterizavam-se por uma forte demanda por trabalhadores malgrado o processo de desterritorialização dos trabalhadores do campo e sua migração para os centros urbanos.

As regiões Sul e Nordeste mantiveram-se, tal como na participação percentual referente ao ano de 1995, no segundo e terceiro lugar respectivamente na geração de empregos formais com a criação de 119.847 postos de empregos formais para a primeira região e 106.269 para a segunda. Na geração de novos postos de emprego formal no setor da agropecuária no período de 1985 a 1995, a região Norte participou com apenas 1,72%.

No ano de 2004, o grande destaque foi o crescimento da Região Centro-Oeste com o aumento da participação percentual na distribuição espacial do mercado de trabalho agropecuário formal que passou a representar 14,42% (188.229) do total contra a participação de 8,37% do ano de 1995 e 6,52% do ano de 1985. Apesar da dominância da Região Sudeste na divisão regional dos empregos pudemos perceber que na comparação com o ano de 1995, as únicas regiões que apresentaram queda na participação percentual do número de empregados formais na agropecuária foram as Regiões Sudeste e Sul com queda de 9,71% e 1,83% respectivamente.

Avaliando a dinâmica da geração de empregos formais no setor da agropecuária nas grandes regiões brasileiras, passamos agora à análise dos números relativos a variação absoluta de acordo com o recorte temporal adotado na pesquisa.

Assim, no primeiro intervalo da análise (1985-1995), a performance da Região Sudeste se mostrou como sendo o grande destaque como o maior número de empregos formais gerados no intervalo analisado. Assim, somente a Região Sudeste representava 54,87% (364.014) dos postos formais criados no Brasil.

A Região Sul ocupou a segunda posição na geração de empregos com a criação de 119.847 postos de trabalho. Este número representou 18,06% dos empregos formais gerados no setor da agropecuária no Brasil. Na terceira colocação ficou a Região Nordeste com 106.288 empregos criados totalizando 16,02 % dos empregos formais criados no Brasil.

A Região Centro-Oeste, apesar de representar a maior taxa de crescimento percentual no número de empregos no intervalo analisado, ficou apenas na quarta posição na geração de empregos formais no setor da agropecuária representando 9,30% ou 61.705 novos empregos.

A Região Norte apresentou uma dinâmica diferenciada no que toca a expressividade do mercado de trabalho nas regiões que compõem o Brasil. Contudo, no período analisado apresentou uma taxa de crescimento do número de empregos formais de 150,08%. Em termos de geração de empregos (variação absoluta) foram criados na Região Norte 11.438 novos postos formais no setor analisado totalizando 1,72% dos empregos formais gerados no Brasil.

No segundo intervalo da pesquisa (1995-2004) foi o período onde a nova conformação da dinâmica do mercado de trabalho agropecuário formal vai se apresentar em números concretos através da dinâmica regional tanto no que diz respeito aos dados da variação absoluta quanto a variação percentual.

Neste intervalo, o grande destaque na geração de empregos formal no setor da agropecuária foi a Região Centro-Oeste onde foi registrado a criação de 104.971 totalizando, assim, 33,92% do total de empregos gerados no Brasil. Em segundo lugar na geração de empregos no intervalo supracitado foi a Região Nordeste com a criação de 70.734 dos empregos formais. Este número representou 22,89 % do total de empregos gerados no Brasil no setor analisado.

A Região Sudeste no referido intervalo apresentou números poucos expressivos na geração de empregos (variação absoluta), assim como, na variação percentual que representa a evolução do estoque de empregos formais. Desse modo, a Região Sudeste gerou 68.676 novos empregos formais no setor da agropecuária totalizando 12,35% do total de empregos gerados no cômputo geral nacional. Esses números em muito se diferenciam do intervalo anterior onde foi registrado na Região Sudeste a geração 364.014 novos empregos formais no setor da agropecuária.

A Região Norte conquistou a quarta posição na geração de empregos formais no setor analisado. O número final da geração de empregos na Região Norte foi de 32.858 novos empregos formais ou 10,63 % do cômputo geral do Brasil.

Em último lugar na geração de empregos no Brasil foi a Região Sul com a geração de apenas 31.839 novos empregos formais no setor da agropecuária ou 10,30% do total de empregos formais gerados no Brasil. Para ilustrar a inexpressividade na criação de novos empregos na Região Sul basta apenas fazer a comparação com o Estado da Bahia que tomado isoladamente, gerou mais empregos do que toda a Região Sul. Vale ressaltar, como já foi dito anteriormente na análise da dinâmica dos Estados, que esse baixo número verificado na Região Sul em muito se deve ao baixo desempenho do Estado do Rio Grande do Sul com a criação de apenas 277 empregos entre o período de 1995 e 2004.

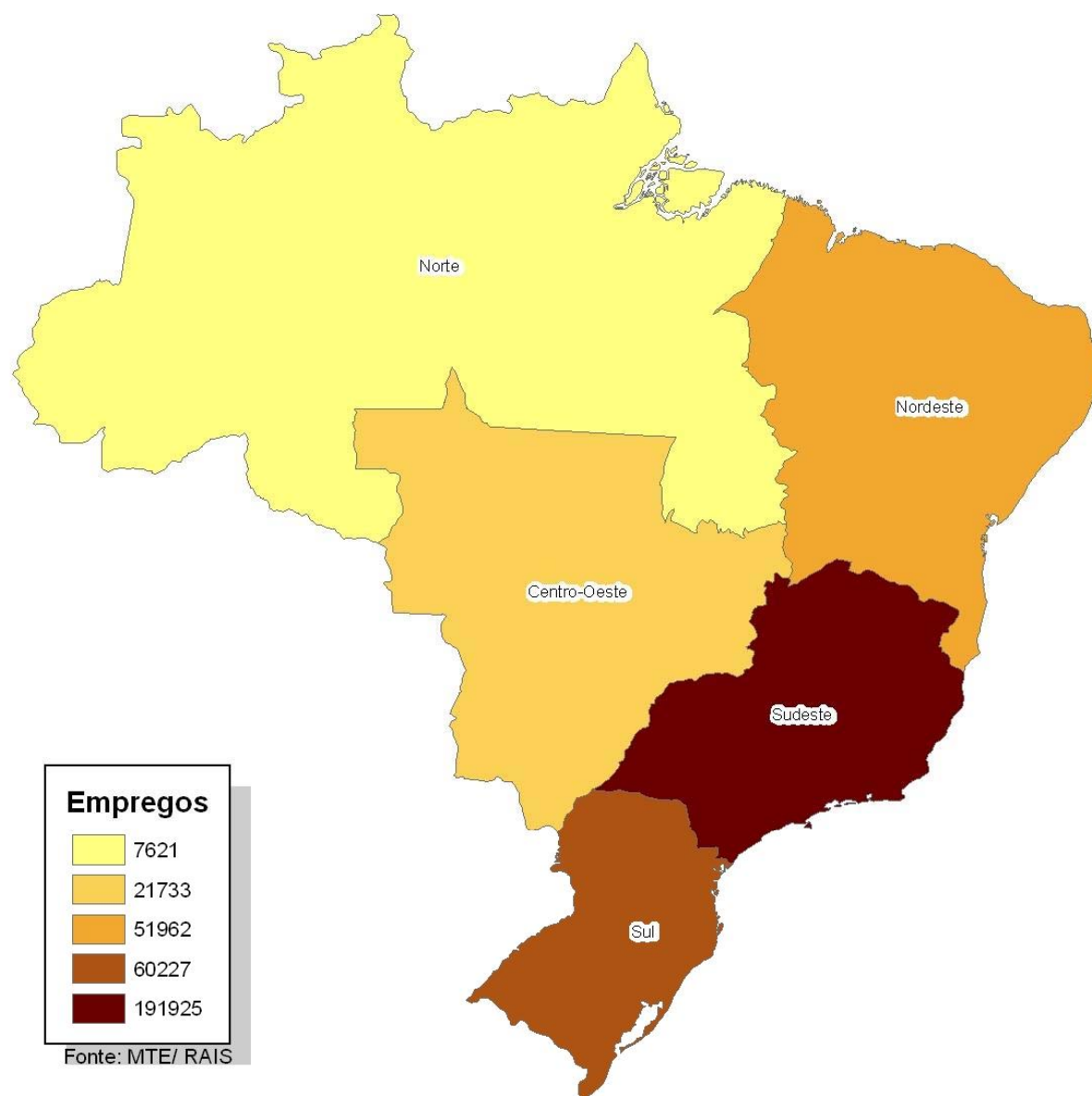
No resultado final do recorte temporal utilizado (1985-2004) o destaque foi a Região Sudeste com a geração de 432.690 novos empregos formais no setor da agropecuária. O que representou 44,50% do total de empregos criados na agropecuária do Brasil. Confirmando o maior desenvolvimento das regiões que atualmente estão associadas a processos de especialização produtiva do território, o segundo lugar na geração de novos empregos no setor da agropecuária foi a Região Nordeste com 18,20% (177.003) do total de empregos formais seguido pela Região Centro-Oeste com 17,12% (166.496), Região Sul com 15,60% (151.686). E na última posição ficou a Região Norte com a criação de 44.296 empregos ou 4,55% do total de empregos formais criados.

Uma explicação para o processo de realocação espacial da dinâmica do emprego formal no Brasil, tal como acabamos de ver, pode ser enveredada tendo como base a proposta defendida por Ramos (2007) quando aborda a dinâmica macroeconômica da geração de empregos como efeito das mudanças no modelo cambial a partir do ano de 1999. Esse ano passa então, segundo o autor, a ser o ponto de inflexão para que possamos refletir sobre as diferenciações regionais na demanda por trabalho. No modelo anterior ao ano de 1999, onde reinava a era do câmbio fixo, a economia brasileira foi bastante afetada pela abertura comercial e a valorização da moeda local frente ao dólar. Esta combinação de fatores trouxe impactos negativos para o setor industrial sendo este uma das principais vítimas do modelo de câmbio fixo em virtude da invasão das mercadorias importadas e a conseqüente elevação da competitividade no mercado interno.

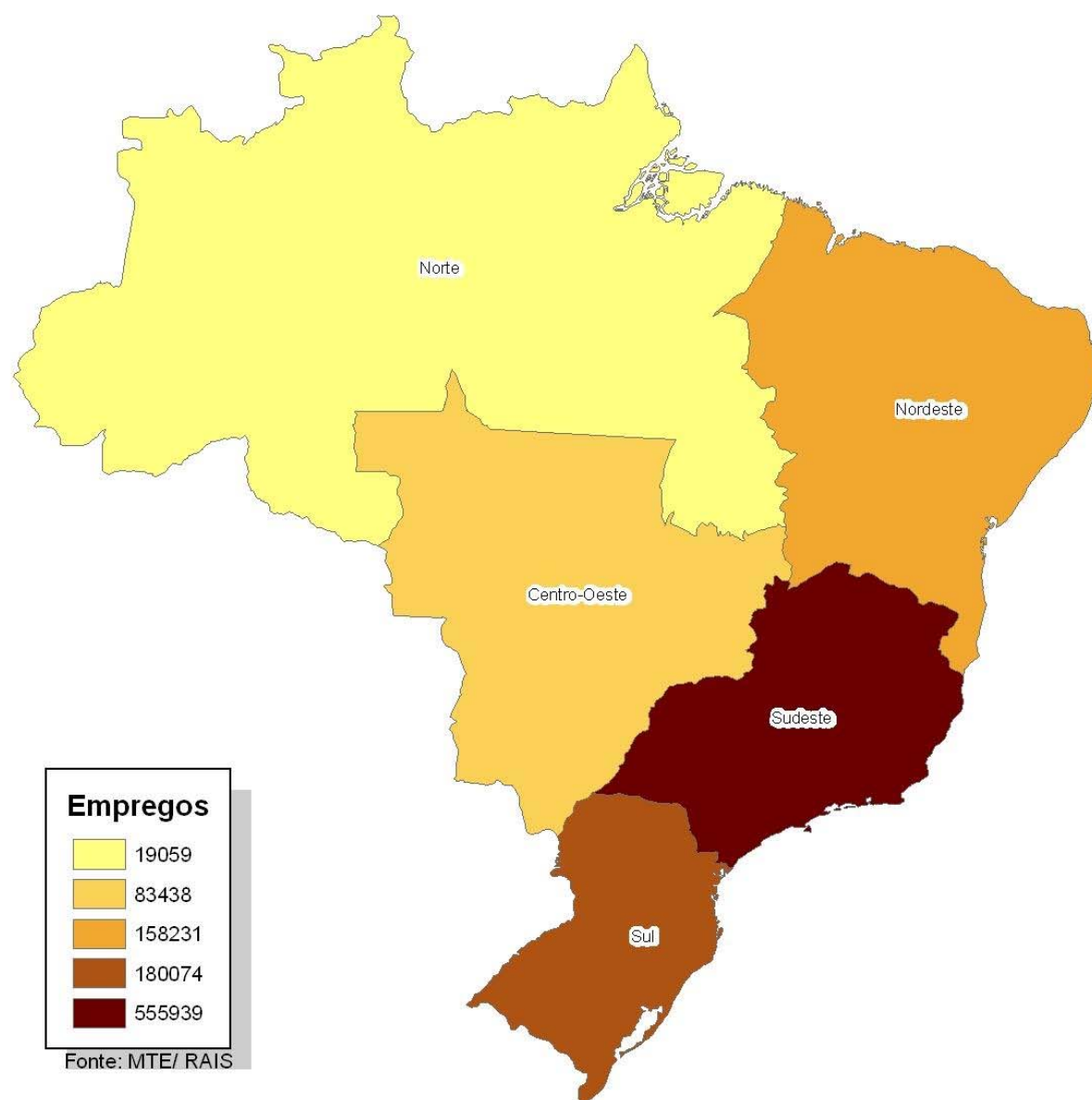
Nesse quadro, as regiões que apresentavam menor desenvolvimento industrial, tais como a Região Nordeste, Centro-Oeste e Norte, foram beneficiadas pelos processos de dispersão territorial da produção como meio do capital compensar os custos impostos pelo avanço compelido das forças produtivas e dos índices de produtividade. No momento posterior ao ano de 1999 quando houve a flutuação da taxa de câmbio e sua desvalorização, um dos principais setores beneficiados foi justamente o da agricultura mediante a valorização do dólar. Tal fato aqueceu o setor do agronegócio que passou a buscar incessantemente a expansão de suas áreas de cultivo para a produção de *commodities*. Este cenário nos parece bastante salutar para a compreensão do processo de territorialização do capital via ajuste espacial e conseqüentemente para a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil.

Os cartogramas apresentados na seqüência demonstram de forma ilustrativa a evolução da participação de cada região geográfica no contexto da expansão do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil, evidenciando o destaque para as regiões Nordeste e Centro-Oeste no que se refere ao incremento destas regiões na divisão regional do trabalho, bem como a força polarizadora da região Sudeste e a nítida perda de participação da região Sul.

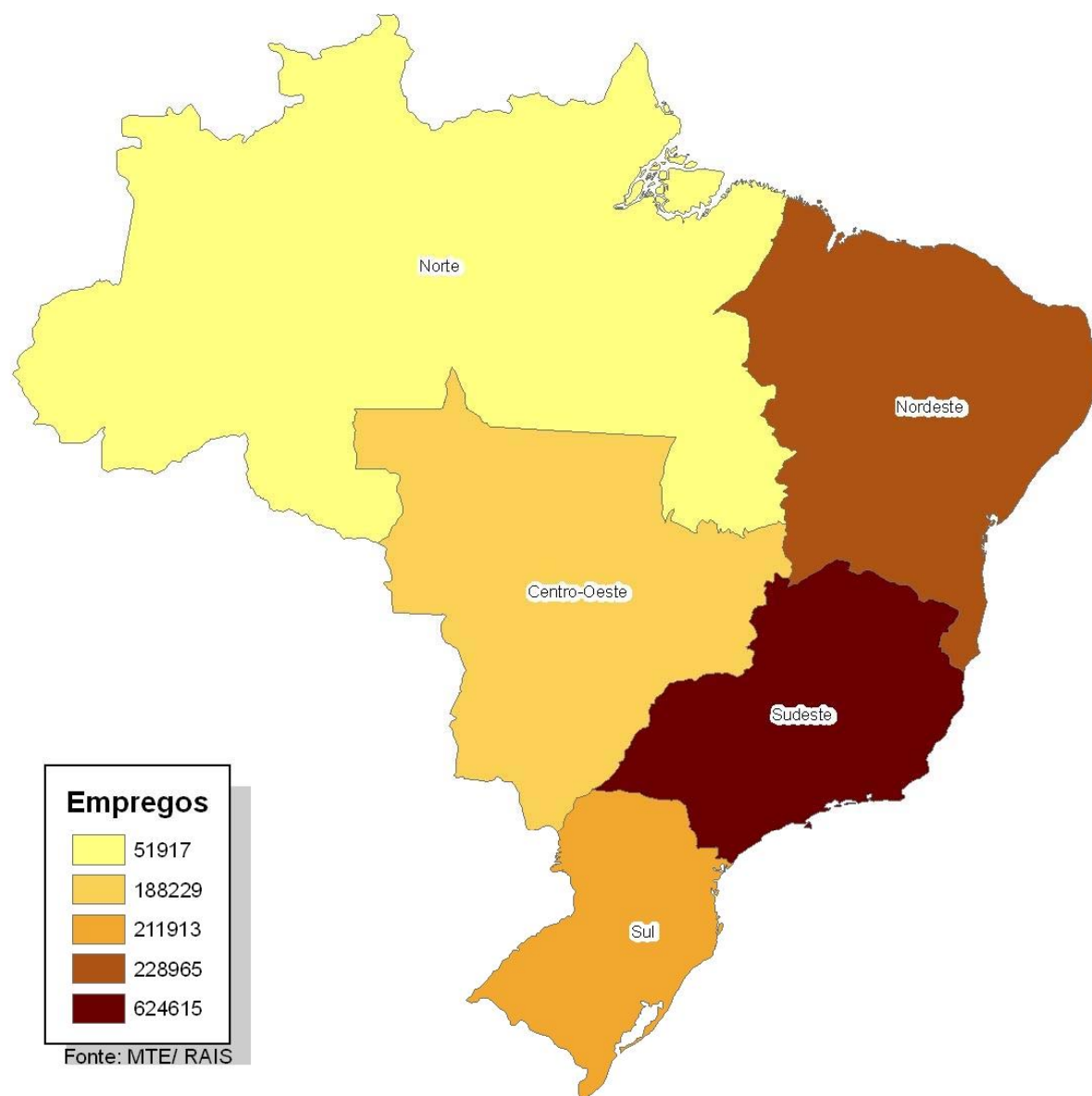
CARTOGRAMA 03 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Brasil - Regiões Geográficas - 1985



CARTOGRAMA 04 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Brasil - Regiões Geográficas - 1995



**CARTOGRAMA 05 - Distribuição espacial dos empregos formais
no setor da agropecuária - Brasil - Regiões Geográficas - 2004**



Com o intuito de aprimorar nossa percepção acerca da territorialização do capital no campo através de um olhar que alcance diversas escalas espaciais de referência, damos prosseguimento na análise do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil tendo como objetivo realizar uma leitura a partir da dinâmica apresentada pelos estados¹² (Tabelas 9 e 10).

Desse modo, tal como na dinâmica apresenta pelas grandes regiões os estabelecimentos com emprego formal no setor da agropecuária concentravam em poucos estados. No ano de 1985, somente os estados de São Paulo e Minas Gerais foram responsáveis por concentrar mais da metade (52,13%) dos estabelecimentos com empregos formais no Brasil no setor analisado. Ainda no ano de 1985, com exceção dos estados supracitados somente os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro isoladamente registraram mais de 5% na participação percentual. Outro dado alarmante da concentração dos estabelecimentos com empregos formais no Brasil é o dado que mostra que doze estados tomados isoladamente apresentavam participação inferior a 1% do total de estabelecimentos com emprego formal no setor da agropecuária no Brasil.

No ano de 1995 o quadro esboçado acima não sofreu grande alterações com a primazia dos estados de São Paulo e Minas que concentraram no ano em destaque 52.91% do total de estabelecimentos com emprego formal no setor da agropecuária no Brasil. É importante destacar o crescimento na variação absoluta de alguns estados que ano de 1985 apresentavam pouca relevância são eles os estados de Mato Grosso do Sul onde foi registrado a criação de 10.995 mil estabelecimentos, Goiás com a criação de 8.432 estabelecimentos e o Estado da Bahia com a criação de 7.188 de estabelecimentos.

¹² Vale ressaltar que a criação do Estado de Tocantins se deu no ano de 1988. Desta forma, o mesmo não aparece no ano de 1985.

TABELA 9 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária no estados no total de estabelecimentos do Brasil

Estados	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Acre	18	0,10	114	0,05	472	0,16
Alagoas	146	0,80	604	0,29	1.102	0,37
Amapá	7	0,04	18	0,01	67	0,02
Amazonas	51	0,28	74	0,04	243	0,08
Bahia	546	2,98	7.734	3,71	14.389	4,84
Ceara	378	2,06	653	0,31	904	0,30
Distrito Federal	112	0,61	441	0,21	963	0,32
Espírito Santo	298	1,62	3.691	1,77	6.941	2,33
Goiás	320	1,74	8.752	4,20	23.485	7,89
Maranhão	129	0,70	297	0,14	1.309	0,44
Mato Grosso	337	1,84	4.626	2,22	12.311	4,14
Mato Grosso do Sul	472	2,57	11.467	5,50	17.585	5,91
Minas Gerais	4.364	23,79	53.093	25,45	71.833	24,14
Pará	280	1,53	879	0,42	4.498	1,51
Paraíba	105	0,57	686	0,33	982	0,33
Paraná	1.614	8,80	23.219	11,13	27.698	9,31
Pernambuco	505	2,75	1.966	0,94	2.872	0,97
Piauí	72	0,39	232	0,11	463	0,16
Rio de Janeiro	1.230	6,71	5.923	2,84	7.486	2,52
Rio Grande do Norte	109	0,59	345	0,17	1.211	0,41
Rio Grande do Sul	1.294	7,05	19.167	9,19	21.495	7,22
Rondônia	37	0,20	433	0,21	2.904	0,98
Roraima	5	0,03	23	0,01	70	0,02
Santa Catarina	621	3,39	4.675	2,24	7.105	2,39
São Paulo	5.199	28,34	57.297	27,46	62.820	21,11
Sergipe	78	0,43	828	0,40	2.241	0,75
Tocantins	*	*	589	0,28	4.131	1,39
Total	18.342	100,00	208.626	100,00	297.580	100,00

Fonte: MTE/ RAIS

TABELA 10 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nos estados do Brasil

Estados	Variação Absoluta			Variação percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Acre	96	358	454	533,33	314,04	2522,22
Alagoas	458	498	956	313,70	82,45	654,79
Amapá	11	49	60	157,14	272,22	857,14
Amazonas	23	169	192	45,10	228,38	376,47
Bahia	7.188	6.655	13.843	1316,48	86,05	2535,35
Ceara	275	251	526	72,75	38,44	139,15
Distrito Federal	329	522	851	293,75	118,37	759,82
Espírito Santo	3.393	3.250	6.643	1138,59	88,05	2229,19
Goiás	8.432	14.733	23.165	2635,00	168,34	7239,06
Maranhão	168	1.012	1.180	130,23	340,74	914,73
Mato Grosso	4.289	7.685	11.974	1272,70	166,13	3553,12
Mato Grosso do Sul	10.995	6.118	17.113	2329,45	53,35	3625,64
Minas Gerais	48.729	18.740	67.469	1116,61	35,30	1546,04
Pará	599	3.619	4.218	213,93	411,72	1506,43
Paraíba	581	296	877	553,33	43,15	835,24

Paraná	21.605	4.479	26.084	1338,60	19,29	1616,11
Pernambuco	1.461	906	2.367	289,31	46,08	468,71
Piauí	160	231	391	222,22	99,57	543,06
Rio de Janeiro	4.693	1.563	6.256	381,54	26,39	508,62
Rio Grande do Norte	236	866	1.102	216,51	251,01	1011,01
Rio Grande do Sul	17.873	2.328	20.201	1381,22	12,15	1561,13
Rondônia	396	2.471	2.867	1070,27	570,67	7748,65
Roraima	18	47	65	360,00	204,35	1300,00
Santa Catarina	4.054	2.430	6.484	652,82	51,98	1044,12
São Paulo	52.098	5.523	57.621	1002,08	9,64	1108,31
Sergipe	750	1.413	2.163	961,54	170,65	2773,08
Tocantins	*	3.542	*	*	601,36	*
Total	190.284	88.954	279.238	1037,42	42,64	1522,40

Fonte: MTE/ RAIS

Em 2004 pela primeira vez os estados de São Paulo e Minas Gerais passaram a concentrar menos da metade dos estabelecimentos com emprego formal no setor da agropecuária no Brasil. Este resultado expressou as mudanças ocorridas na divisão regional do trabalho a partir do maior desenvolvimento do agronegócio em amplas porções do território brasileiro. Podemos evidenciar este momento a partir da análise do período de 1995 a 2004 onde pudemos perceber o ritmo de crescimento do número de estabelecimentos com empregos formais na agropecuária sendo puxado pelos estados que atuam como as mais recentes áreas de expansão do agronegócio.

Dessa forma, de acordo com a análise dos dados relativos ao período de 1995 a 2004 pudemos perceber que todos os estados pertencentes a região Centro- Oeste, ou seja, os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul registraram a criação de estabelecimentos com empregos formais no setor da agropecuária superior ao estados da região Sul e da região Sudeste com exceção do estado de Minas Gerais que foi o estado que mais gerou estabelecimentos com emprego formal no Brasil com 18.740 novos estabelecimentos.

A região Centro-Oeste e seus estados compõem hoje o *locus* de expansão da agricultura capitalista colaborando para compor um importante foco de difusão de culturas de exportação como a soja e do desenvolvimento da agropecuária.

Na região Nordeste o grande destaque foi o estado da Bahia que ocupou a quarta colocação no ranking dos estados que mais registraram o surgimento de estabelecimentos com emprego formal. Nesse íterim, os estados da região Norte também apresentaram importantes destaques tais como o estado do

Pará com a criação de 3.619 estabelecimentos e do estado de Tocantins com 3.542 estabelecimentos com emprego formal.

O estudo sobre a participação percentual dos Estados na composição do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil (Tabela 11) revelou com bastante evidência que o destaque da análise foram os Estados que até hoje atuam na dianteira do processo de proletarização da mão-de-obra agrícola, ou seja, São Paulo e Minas Gerais. Estes Estados juntos congregavam, em 1985, 53,24 % (177.535) do número total de trabalhadores formais no setor da agropecuária. Enquanto aos demais Estados, apenas o Rio Grande do Sul e o Paraná, tomados isoladamente, obtiveram participação percentual acima dos 5%. Desta forma, pudemos perceber a profunda concentração espacial da mão-de-obra formal no setor analisado no Brasil.

Em 1995, foi possível chegar à mesma dinâmica apresentada anteriormente onde se repetiu a hierarquia dos Estados de São Paulo e Minas Gerais na concentração da mão-de-obra formal. Assim, os Estados citados reuniam 51,08% (509.158) do total de empregos formais no setor. Outro dado que também persistiu no quadro geral do mercado de trabalho agropecuário formal, foi a baixa participação relativa aos demais Estados com índices percentuais inferiores a 5% na participação percentual dos empregos formais no Brasil.

TABELA 11 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária segundo unidades da federação no total do Brasil

Estados	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Acre	136	0,04	1.627	0,16	2.113	0,16
Alagoas	6.290	1,89	14.153	1,42	9.997	0,77
Amapá	12	0,00	598	0,06	637	0,05
Amazonas	949	0,28	778	0,08	2.499	0,19
Bahia	11.690	3,51	48.860	4,90	79.447	6,08
Ceara	8.398	2,52	9.958	1,00	18.827	1,44
Distrito Federal	1.994	0,60	4.692	0,47	5.512	0,42
Espírito Santo	4.846	1,45	16.699	1,68	28.339	2,17
Goiás	5.977	1,79	25.153	2,52	61.463	4,71
Maranhão	2.141	0,64	6.714	0,67	10.081	0,77
Mato Grosso	7.300	2,19	17.949	1,80	65.322	5,00
Mato Grosso do Sul	6.462	1,94	35.644	3,58	55.932	4,28
Minas Gerais	48.696	14,60	185.911	18,65	224.844	17,22
Pará	6.209	1,86	11.661	1,17	27.115	2,08
Paraíba	1.216	0,36	9.546	0,96	16.265	1,25
Paraná	26.145	7,84	76.802	7,71	93.162	7,14

Pernambuco	16.577	4,97	48.660	4,88	57.993	4,44
Piauí	846	0,25	2.135	0,21	4.632	0,35
Rio de Janeiro	9.544	2,86	30.082	3,02	28.785	2,20
Rio Grande do Norte	3.219	0,97	13.081	1,31	22.960	1,76
Rio Grande do Sul	21.209	6,36	74.200	7,44	74.477	5,70
Rondônia	260	0,08	2.158	0,22	7.053	0,54
Roraima	55	0,02	365	0,04	674	0,05
Santa Catarina	12.873	3,86	29.072	2,92	44.274	3,39
São Paulo	128.839	38,64	323.247	32,43	342.587	26,24
Sergipe	1.585	0,48	5.124	0,51	8.763	0,67
Tocantins	*	*	1.872	0,19	11.836	0,91
Total	333.468	100,00	996.741	100,00	1.305.639	100,00

Fonte: MTE/ RAIS

TABELA 12 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil segundo unidade da federação

Estados	Variação Absoluta			Variação percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Acre	1.491	486	1.977	1096,32	29,87	1453,68
Alagoas	7.863	-4.156	3.707	125,01	-29,36	58,93
Amapá	586	39	625	4883,33	6,52	5208,33
Amazonas	-171	1.721	1.550	-18,02	221,21	163,33
Bahia	37.170	30.587	67.757	317,96	62,60	579,62
Ceara	1.560	8.869	10.429	18,58	89,06	124,18
Distrito Federal	2.698	820	3.518	135,31	17,48	176,43
Espírito Santo	11.853	11.640	23.493	244,59	69,70	484,79
Goiás	19.176	36.310	55.486	320,83	144,36	928,33
Maranhão	4.573	3.367	7.940	213,59	50,15	370,85
Mato Grosso	10.649	47.373	58.022	145,88	263,93	794,82
Mato Grosso do Sul	29.182	20.288	49.470	451,59	56,92	765,55
Minas Gerais	137.215	38.933	176.148	281,78	20,94	361,73
Pará	5.452	15.454	20.906	87,81	132,53	336,70
Paraíba	8.330	6.719	15.049	685,03	70,39	1237,58
Paraná	50.657	16.360	67.017	193,75	21,30	256,33
Pernambuco	32.083	9.333	41.416	193,54	19,18	249,84
Piauí	1.289	2.497	3.786	152,36	116,96	447,52
Rio de Janeiro	20.538	-1.297	19.241	215,19	-4,31	201,60
Rio Grande do Norte	9.862	9.879	19.741	306,37	75,52	613,26
Rio Grande do Sul	52.991	277	53.268	249,85	0,37	251,16
Rondônia	1.898	4.895	6.793	730,00	226,83	2612,69
Roraima	310	309	619	563,64	84,66	1125,45
Santa Catarina	16.199	15.202	31.401	125,84	52,29	243,93
São Paulo	194.408	19.340	213.748	150,89	5,98	165,90
Sergipe	3.539	3.639	7.178	223,28	71,02	452,87
Tocantins	*	9.964	*	*	532,26	*
Total	663.273	308.848	972.121	198,90	30,99	291,52

Fonte: MTE/ RAIS

No ano de 2004, algumas mudanças se procederam na dinâmica do mercado de trabalho agropecuário formal, com a queda na participação percentual do número de empregos formais nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Todavia, vale ressaltar o importante desempenho do Estado da Bahia que pela primeira vez passou a representar mais de 5% do total de trabalhadores formais no setor da agropecuária no Brasil.

A análise relativa à criação de empregos formais no setor da agropecuária nos Estados do Brasil (Tabela 12) mostra que no primeiro intervalo da abordagem aqui destacada (1985-1995), pudemos verificar que houve um acréscimo significativo na criação de postos formais em todos os Estados, com exceção do Estado de Amazonas que apresentou saldo negativo neste período.

O grande destaque do intervalo foi o Estado de São Paulo que, de acordo com os dados da RAIS, obteve um acréscimo de 194.408 novos empregos formais no setor da agropecuária. Seguido de Minas Gerais com a geração de 137.215 novos empregos formais. Assim, do total de empregos gerados no Brasil, aproximadamente 50% foram criados nos Estados supracitados.

Contudo, foi no segundo intervalo da análise (1995-2004), que pudemos verificar uma nova organização territorial dos empregos. Pois, neste período, do total de empregos gerados no Brasil o Estado onde foi registrado o maior acréscimo no número de empregos formais no setor da agropecuária foi Mato Grosso com 47.373 novos empregos formais. A terceira e quarta colocação ficaram com os Estados de Goiás e Bahia com 36.310 e 30.587 novos empregos respectivamente.

Como podemos notar, houve uma nova reformulação nos Estados que apresentaram uma maior movimentação no ritmo de contratação, denotando que as áreas de recente expansão do agronegócio apresentaram acréscimo significativo na representação do número de empregos formais gerados. Assim, podemos indicar que existe uma nova organização do mercado de trabalho agropecuário onde é possível identificar que os Estados das Regiões Centro-Oeste e Nordeste são os que mais apresentaram avanços na evolução do estoque de empregos no setor da agropecuária.

Na análise dos dados referentes aos Estados, pudemos verificar que no ano de 1985 houve uma forte concentração espacial dos estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária, com destaque para os Estados de São

Paulo com 28,37% (5.199), seguido de Minas Gerais com 23,81%(4.364) e Paraná representando 8,81%(1.614) do total nacional. Desta forma, vale ressaltar que somente os três Estados supracitados concentravam mais de 60% do total de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária.

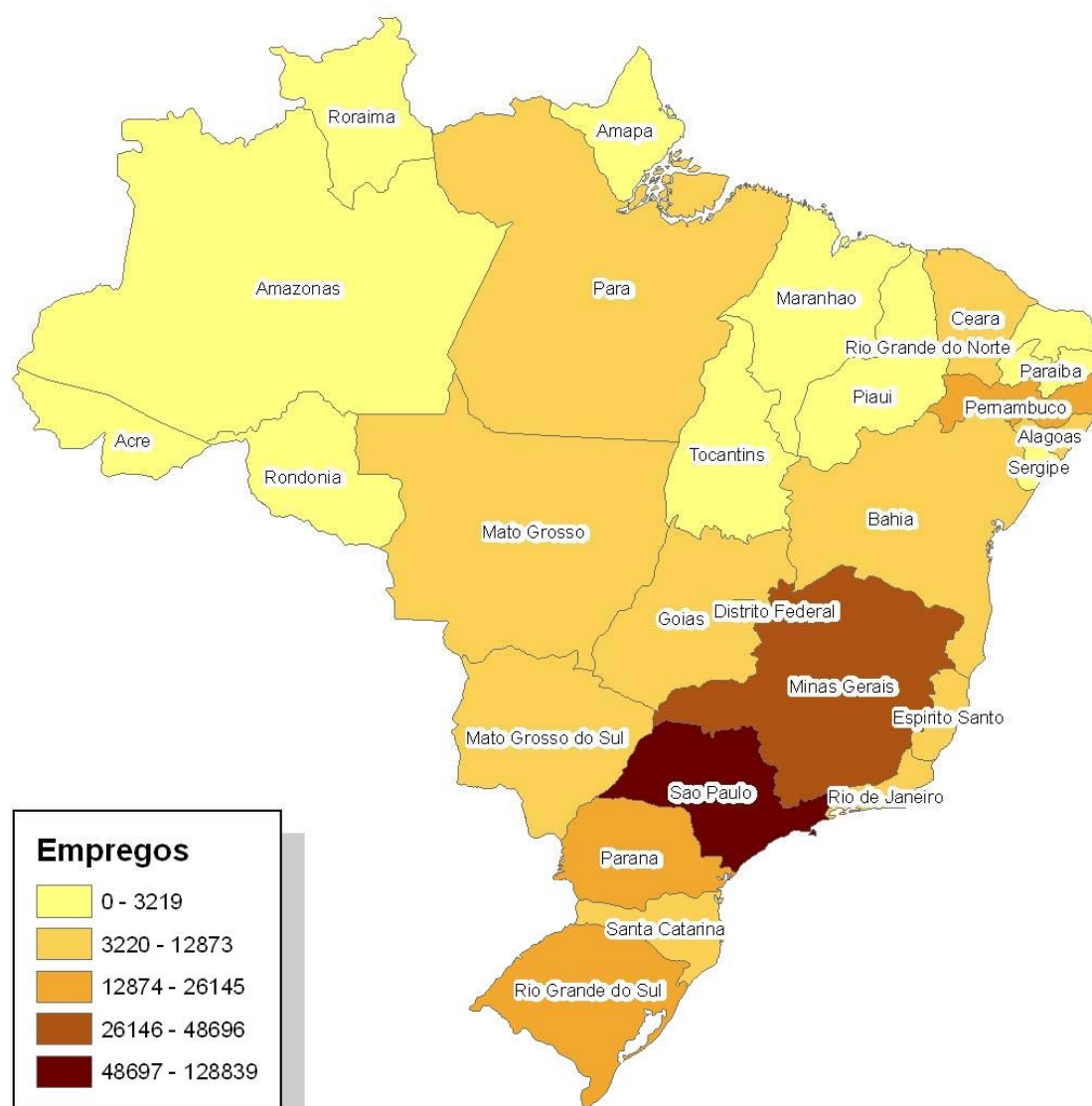
Outro dado importante revela que dos Estados analisados no ano de 1985, com exceção do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, bem como os já citados anteriormente, apresentaram números percentuais inferiores a 5% (tomados isoladamente) na participação dos estabelecimentos formais existentes no Brasil.

No ano de 1995, a dinâmica verificada no ano anterior praticamente não sofreu alterações. Assim, os desdobramentos supracitados se repetem com índices de concentração espacial dos estabelecimentos formais nos mesmos Estados já citados (São Paulo, Minas Gerais e Paraná) com ligeiro aumento de 4%, bem como a manutenção do quadro em que a maioria dos Estados apresentou índices com registros abaixo de 5%. Contudo, a exceção deste caso passava a ser representado pelos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

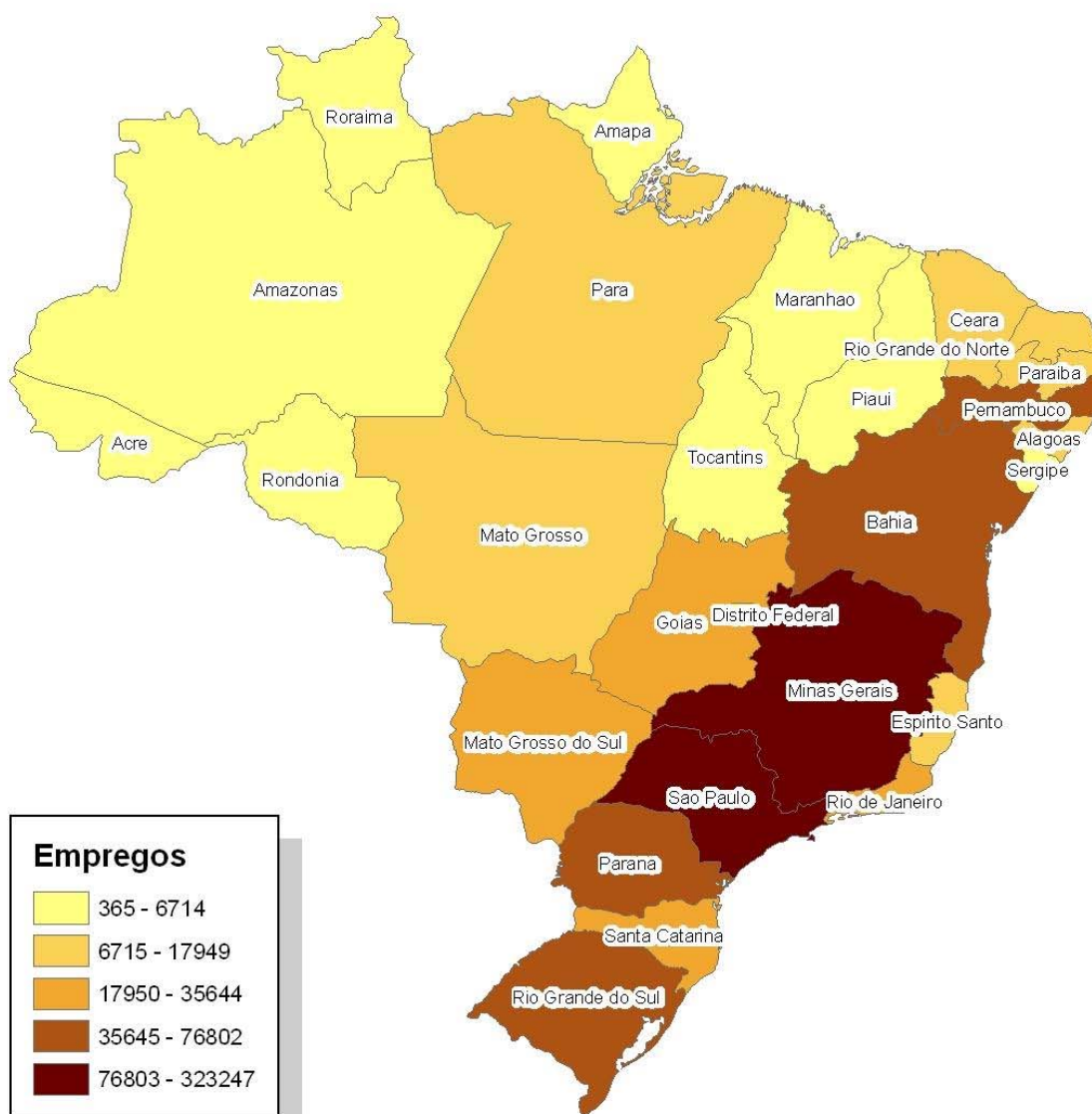
No ano de 2004, apesar da constante característica da concentração espacial dos estabelecimentos formais, houve movimentações diferenciais no mercado de trabalho agropecuário formal. O destaque ficou por conta da perda da histórica hegemonia do Estado de São Paulo que passou a ocupar o segundo lugar, perdendo para Minas Gerais, na participação do número de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil. Outro dado importante foi o aumento do número de Estados que passaram a registrar índices maiores do que 5% com destaque para o estado de Goiás.

Vejamos agora os cartogramas que demonstram a espacialização dos empregos formais no Brasil segundo suas unidades federativas nos anos de 1985,1995 e 2004.

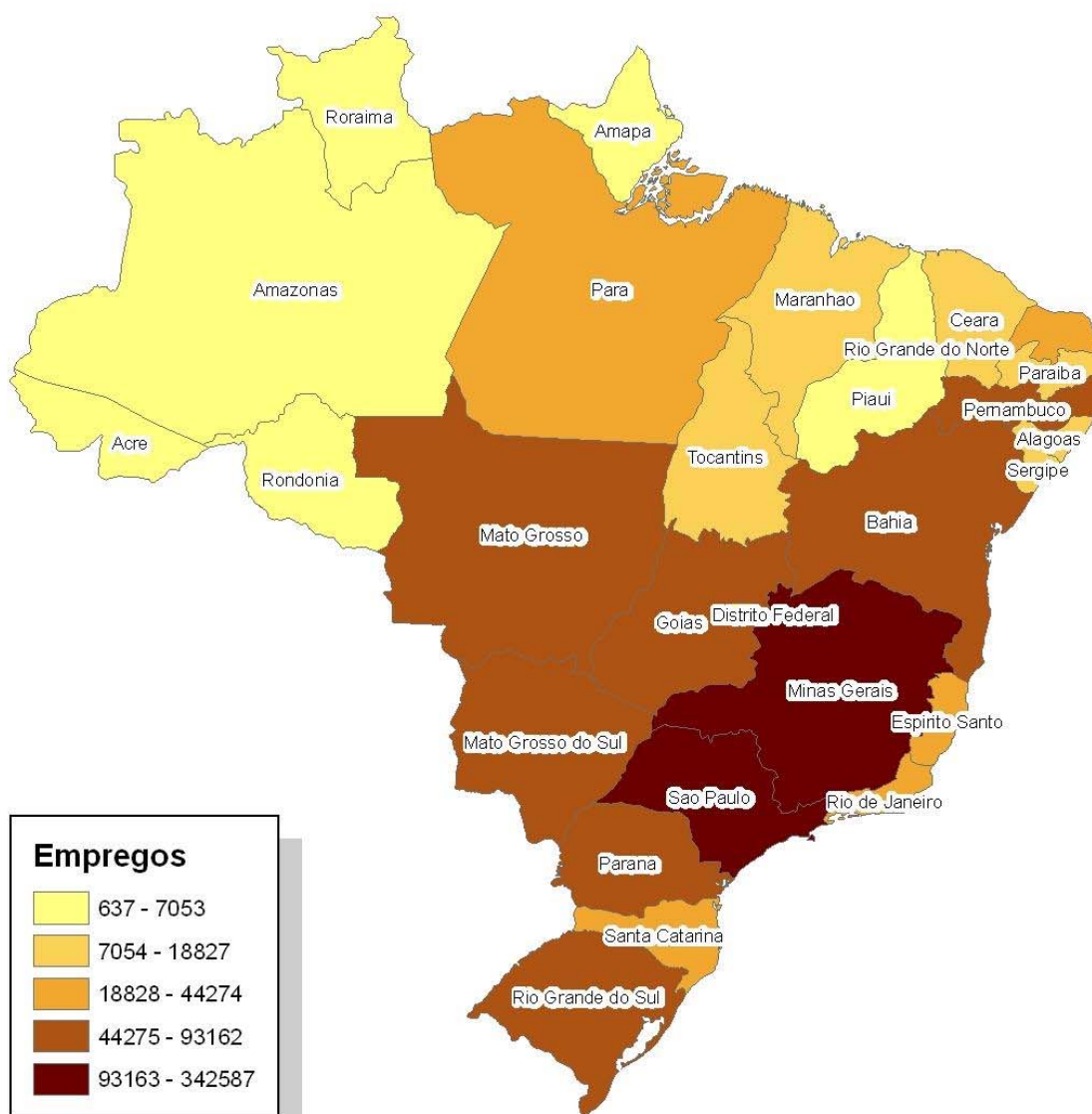
Cartograma 06 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Brasil - Unidades Federativas - 1985



CARTOGRAMA 07 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Brasil - Unidades Federativas - 1995



CARTOGRAMA 08 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Brasil - Unidades Federativas - 2004



2.3 O desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal no Nordeste

Embora tenhamos visto até agora vários dados que abordam diretamente ou indiretamente a região Nordeste e seus respectivos estados faz-se necessário ainda, uma contextualização acerca da dinâmica interna do mercado de trabalho agropecuário formal onde a escala espacial de referência seja não mais o Brasil, mas a região Nordeste como um todo.

Sendo assim, observa-se que quando o tema é a expansão dos estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária como indicativo do processo de territorialização do capital no campo, a região Nordeste abriga relações não muito díspares do panorama evidenciado no Brasil (Tabelas 13 e 14). Dito isto, pudemos chegar a resultados que mostraram a dominância dos estados da Bahia e Pernambuco na concentração dos estabelecimentos com emprego formal no setor analisado.

No ano de 1985, os estados da Bahia e Pernambuco juntos representavam 50,82%, ou seja, mais da metade dos estabelecimentos com empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste. O que prova a importância do papel econômico desempenhados pelos estados na história econômica da região onde emergiram importantes culturas como a cana-de-açúcar, a produção cacaueteira, a atividade fumageira, produção de milho, algodão e mais recentemente a fruticultura como importantes atividades que foram responsáveis por colocar os respectivos estados no patamar de berçários da disseminação da agricultura empresarial como fruto da divisão inter-regional do trabalho.

Os demais estados, com exceção do Ceará que no ano de 1985 concentrou 18,28% do total de estabelecimentos participaram de maneira secundária na distribuição espacial dos estabelecimentos com empregos formais no Nordeste demonstrando o estágio incipiente da inserção de uma agricultura empresarial.

TABELA 13 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária no estados no total de estabelecimentos da Região Nordeste

Estados	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Alagoas	146	7,06	604	4,53	1.102	4,33
Bahia	546	26,40	7.734	57,95	14.389	56,49
Ceara	378	18,28	653	4,89	904	3,55
Maranhão	129	6,24	297	2,23	1.309	5,14
Paraíba	105	5,08	686	5,14	982	3,86
Pernambuco	505	24,42	1.966	14,73	2.872	11,27
Piauí	72	3,48	232	1,74	463	1,82
Rio Grande do Norte	109	5,27	345	2,59	1.211	4,75
Sergipe	78	3,77	828	6,20	2.241	8,80
Nordeste	2.068	100,00	13.345	100,00	25.473	100,00

Fonte: MTE/RAIS

TABELA 14 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nos estados da Região Nordeste

Estados	Variação Absoluta			Variação percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Alagoas	458	498	956	313,70	82,45	654,79
Bahia	7.188	6.655	13.843	1316,48	86,05	2535,35
Ceara	275	251	526	72,75	38,44	139,15
Maranhão	168	1.012	1.180	130,23	340,74	914,73
Paraíba	581	296	877	553,33	43,15	835,24
Pernambuco	1.461	906	2.367	289,31	46,08	468,71
Piauí	160	231	391	222,22	99,57	543,06
Rio Grande do Norte	236	866	1.102	216,51	251,01	1011,01
Sergipe	750	1.413	2.163	961,54	170,65	2773,08
Nordeste	11.277	12.128	23.405	545,31	90,88	1131,77

Fonte: MTE/RAIS

Em 1995 embora tenha sido registrado um aumento em termos absolutos de 11.277 novos estabelecimentos em comparação ao ano de 1985, a concentração destes foi a grande marca do período analisado. Onde os estados da Bahia e Pernambuco concentraram 72,68% dos estabelecimentos. A explicação para este processo deve-se em grande parte a primazia dos estados supracitados na criação de novos estabelecimentos, pois os mesmos concentraram, também, 76,69% do total de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária no Nordeste. Os demais estados isoladamente, exceto Sergipe e Paraíba, não chegaram se requer a registrar 5% no total de estabelecimentos no Nordeste.

O ano de 2004 foi marcado pelo aumento do número de estabelecimentos com vínculos formais representado pela criação de 12.128 novos estabelecimentos. Também no ano de 2004, o quadro de alta concentração dos estabelecimentos com empregos formais, malgrado a queda percentual da

participação dos dois mais importantes estados, se confirmou com a concentração de 67,76% dos estabelecimentos nos estados da Bahia e de Pernambuco.

Para os demais estados, a flutuação relativa à queda e aumento da participação percentual na região Nordeste em comparação ao ano de 1995 atingiu boa parte dos estados. Assim, os estados que apresentaram aumento na participação percentual foram os estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Já aqueles que apresentaram queda em sua participação percentual foram os estados de Alagoas, Ceará e Paraíba.

Esta desigualdade na distribuição e no ritmo de crescimento do número de estabelecimentos com vínculos formais que acompanhou o período analisado foram, sem dúvida, reflexo da estrutura econômica e social da região. Como já afirmamos em outro momento, o processo de adequação aos marcos da agricultura moderna nesta porção do território nacional se deu de forma diferenciada apresentando áreas descontínuas de forte especialização produtiva com a adoção de técnicas modernas tendo sua produção alcançado importantes janelas de mercado. Paralelamente a este movimento do capital na região temos também, a resistência da arcaica estrutura de distribuição de terras que foi e que continua sendo um poderoso entrave ao processo de mecanização do território (SANTOS, 2004).

Esta realidade nos últimos anos tem sido alterada, apesar de que algumas características tenham sido mantidas tais como a estrutura fundiária, a medida em que novos vetores econômicos passam a direcionar suas ações rumo ao desenvolvimento e difusão do agronegócio. Dessa forma, os dados apresentados até aqui no que diz respeito à constatação do aumento do número de estabelecimentos que passam a contratar mão-de-obra formal no setor da agropecuária são indícios de um novo momento para que possamos entender o movimento do capital no campo nordestino a partir da lógica da instalação de grandes e médias empresas que tem propiciado o surgimento de uma nova etapa para as relações de trabalho.

Nesse sentido, daremos continuidade ao nosso exercício de reflexão balizado pela investigação empírica acerca da formação de um mercado de trabalho agropecuário formal na região Nordeste (Tabela 15).

Como vimos a Região Nordeste obteve um papel expressivo na nova organização territorial do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil. Uma

análise atenta à dinâmica intra-regional nos mostra que os mesmos delineamentos que foram verificados no nível nacional também se mostraram no Nordeste.

De acordo com os dados da RAIS, no ano de 1985, tomando os nove Estados que compõem a Região Nordeste, pôde-se verificar que os Estados da Bahia e Pernambuco, juntos concentravam 54,44% (28.267) do número de vínculos formais existentes no setor da agropecuária. Os Estados que, também, apresentaram números importantes na participação percentual dos empregos formais foram os Estados do Ceará com 16,16% (8.398), seguido do Estado de Alagoas com 12,11% (6.290).

Contudo, foi no ano de 1995 que a questão da concentração espacial dos empregos se agravou no Nordeste. Já que os Estados da Bahia e Pernambuco passaram a concentrar mais empregos. Assim, os respectivos Estados concentravam 61,63% (97.520) do total de empregos formais no setor analisado. Todos os demais Estados, considerados isoladamente, não chegaram a obter índices superiores a 10%. O destaque nesta queda da participação percentual foi o Estado do Ceará que representou apenas 6,29% (9.958), ou seja, uma queda de aproximadamente 9,87% se comparado com o ano anterior (1985).

No ano de 2004, o quadro do mercado de trabalho agropecuário formal em termos da participação percentual no estoque de empregos na Região Nordeste praticamente não foi alterado. Já que houve uma forte concentração dos empregos formais nos Estados da Bahia e Pernambuco com 60,03% (137.440) do total de empregos formais existentes no ano de 2004.

TABELA 15 - Participação percentual do número de empregos formais no setor da agropecuária nos estados no total da Região Nordeste

Estados	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Alagoas	6.290	12,10	14.153	8,94	9.997	4,37
Bahia	11.690	22,50	48.860	30,88	79.447	34,70
Ceará	8.398	16,16	9.958	6,29	18.827	8,22
Maranhão	2.141	4,12	6.714	4,24	10.081	4,40
Paraíba	1.216	2,34	9.546	6,03	16.265	7,10
Pernambuco	16.577	31,90	48.660	30,75	57.993	25,33
Piauí	846	1,63	2.135	1,35	4.632	2,02
Rio Grande do Norte	3.219	6,19	13.081	8,27	22.960	10,03
Sergipe	1.585	3,05	5.124	3,24	8.763	3,83
Nordeste	51.962	100,00	158.231	100,00	228.965	100,00

Fonte: MTE/RAIS

Analisando a evolução do nível de emprego formal no setor da agropecuária na Região Nordeste pudemos verificar que no primeiro intervalo considerado na análise (1985-1995) o grande destaque estadual na geração de empregos foi registrado na Bahia que chegou a representar aproximadamente 35% (37.170) dos empregos formais criados na Região Nordeste no intervalo supracitado. Seguido de Pernambuco com 30,19% (32.083) do total de vínculos formais gerados no setor da agropecuária. Também é válido destacar o papel desempenhado pelo Estado do Rio Grande do Norte que obteve um dos maiores de crescimento (306,37%) no número de empregos formais criados no Nordeste. Do lado oposto, o Estado do Ceará apresentou um dos menores índices de geração de empregos representando apenas 1,46% (1.560) do total de empregos formais criados.

No segundo intervalo adotado na análise (1995-2004) pôde-se perceber que houve um decréscimo na geração de empregos na Região Nordeste de aproximadamente - 41%. Tal fato em muito se deve a queda na geração de empregos relativos aos Estados da Bahia e Pernambuco que apresentaram índices negativos se comparado com o intervalo anterior. Todavia, os respectivos Estados concentravam aproximadamente 56,43% (39.920) do total de empregos formais criados no setor da agropecuária na Região Nordeste.

TABELA 16 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nos estados da Região Nordeste						
Estados	Diferença Absoluta			Variação Percentual		
	1985-1995	1985-2004	1995-2004	1985-1995	1985-2004	1995-2004
Alagoas	7.863	3.707	-4.156	125,01	58,93	-29,36
Bahia	37.170	67.757	30.587	317,96	579,62	62,60
Ceará	1.560	10.429	8.869	18,58	124,18	89,06
Maranhão	4.573	7.940	3.367	213,59	370,85	50,15
Paraíba	8.330	15.049	6.719	685,03	1237,58	70,39
Pernambuco	32.083	41.416	9.333	193,54	249,84	19,18
Piauí	1.289	3.786	2.497	152,36	447,52	116,96
Rio Grande do Norte	9.862	19.741	9.879	306,37	613,26	75,52
Sergipe	3.539	7.178	3.639	223,28	452,87	71,02
Nordeste	106.269	177.003	70.734	204,51	340,64	44,70

Fonte: MTE/ RAIS

No cômputo final do período analisado (1985-2004) ratificou-se a tendência dos Estados da Bahia e Pernambuco serem os maiores concentradores dos empregos formais gerados na Região Nordeste. Dessa forma, os respectivos Estados, mais uma vez, concentraram mais empregos do que todos os demais

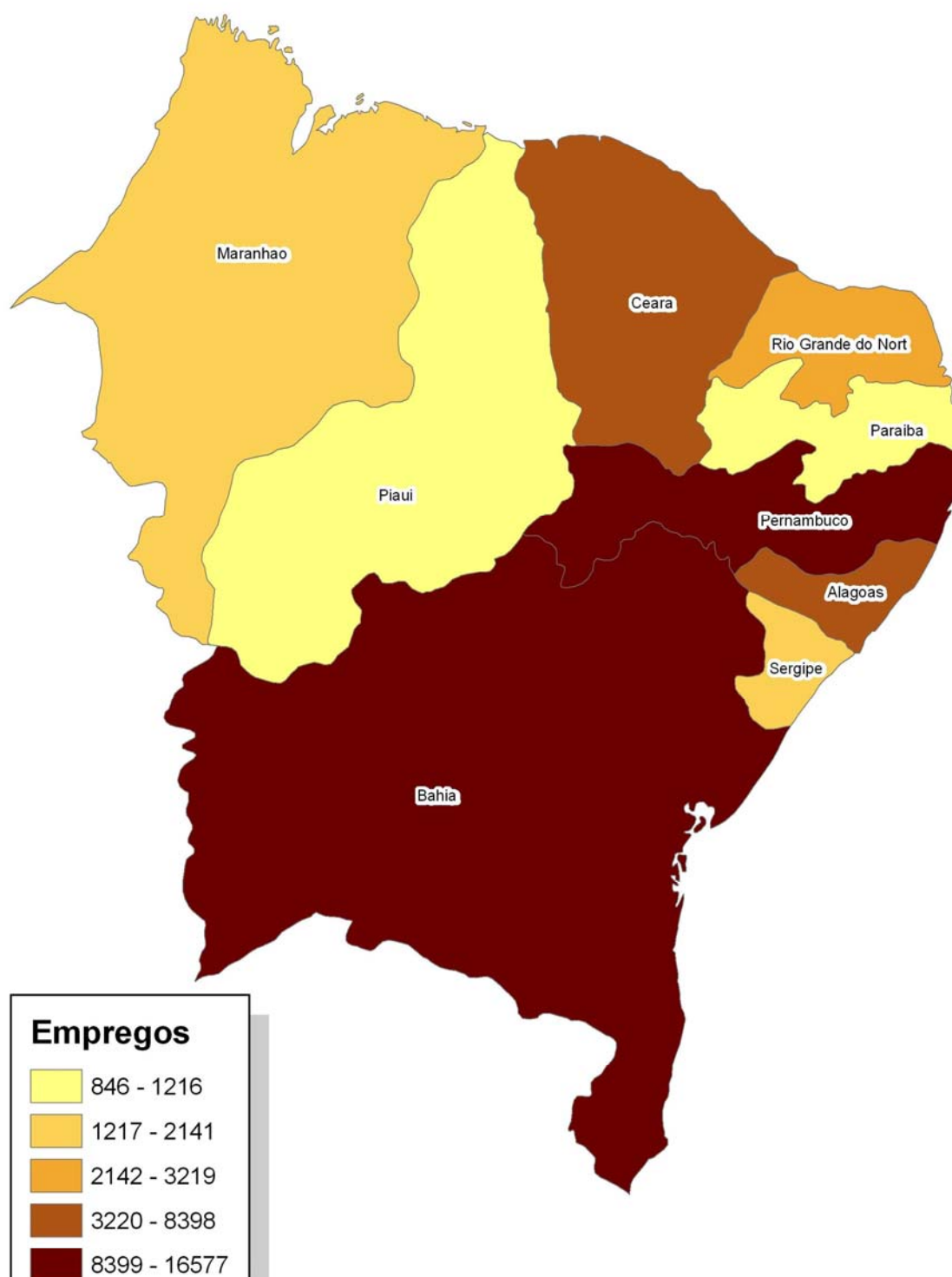
Estados juntos. Contudo, pudemos verificar que alguns Estados vêm crescendo sua participação na divisão territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste. É o caso dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

De acordo com os dados estatísticos sobre o mercado de trabalho formal no setor da agropecuária é possível, agora, identificar o sentido e a lógica de uma nova organização territorial do mercado de trabalho com vistas à identificar as novas territorialidades da inserção de relações de trabalho marcadas pelo padrão capitalista de exploração.

Como buscamos compreender a expressão espacial da inserção do modelo preconizado pelo agronegócio no mercado de trabalho, torna-se nítido nosso interesse em analisar os subespaços dinâmicos da agricultura onde mais de perto é possível notar a conformação de um novo quadro nas relações de produção. Assim, daremos início a análise da representatividade das microrregiões analisadas no mercado de trabalho agropecuário da região Nordeste.

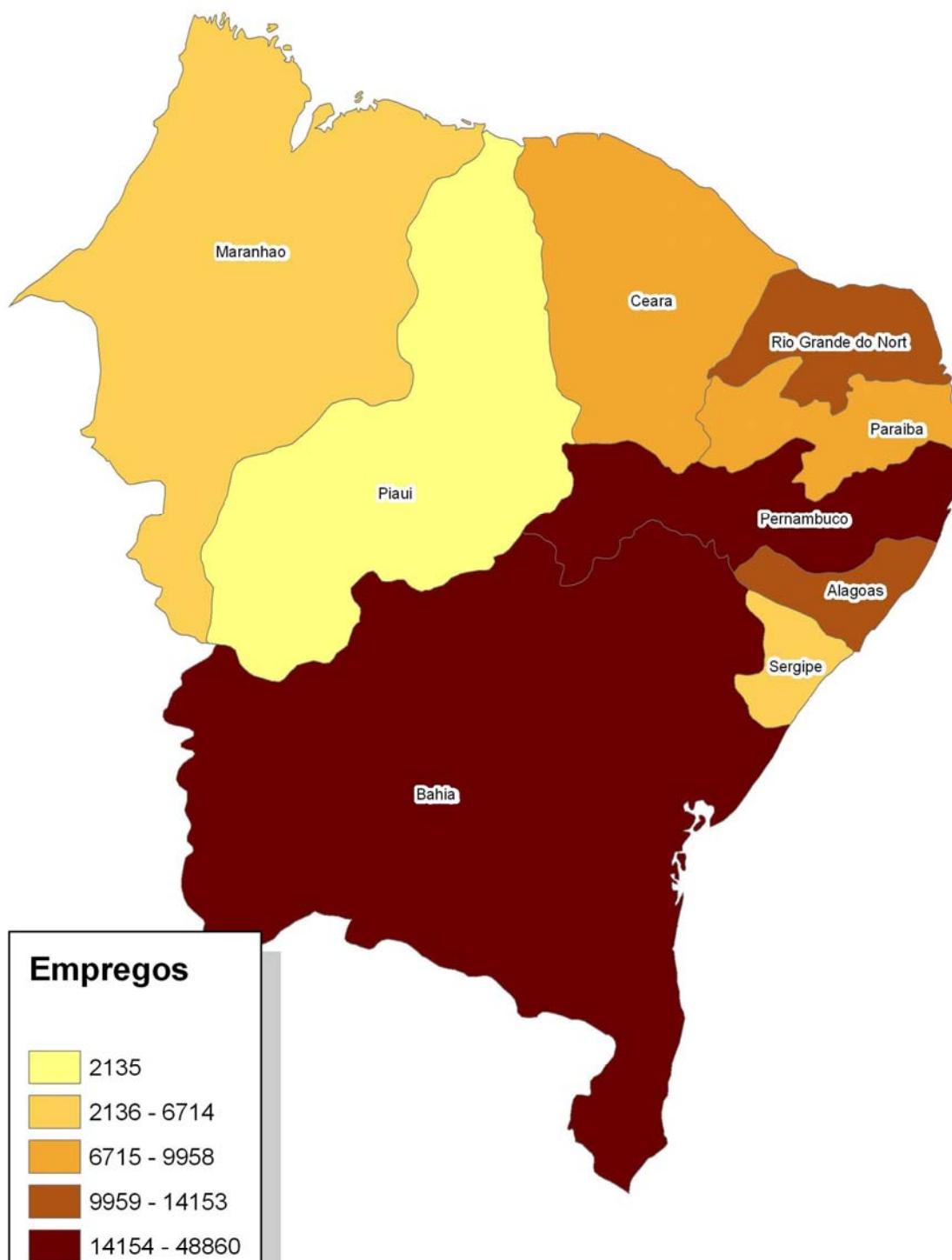
É preciso pontuar ainda, a importância de compreendermos as alterações do mercado de trabalho regional através da análise atenta dos principais vetores econômicos identificados como de maior importância na atual fase de alteração da estrutura produtiva do Nordeste. Suas peculiaridades vão influenciar decisivamente na conformação do padrão de sazonalidade da mão de obra, bem como da organização sócio-ocupacional além dos conflitos sociais existentes. Nesse sentido torna-se salutar o estudo das especificidades da dinâmica do trabalho na atividade da fruticultura e da produção da soja.

Cartograma 09 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Nordeste - Unidades Federativas - 1985



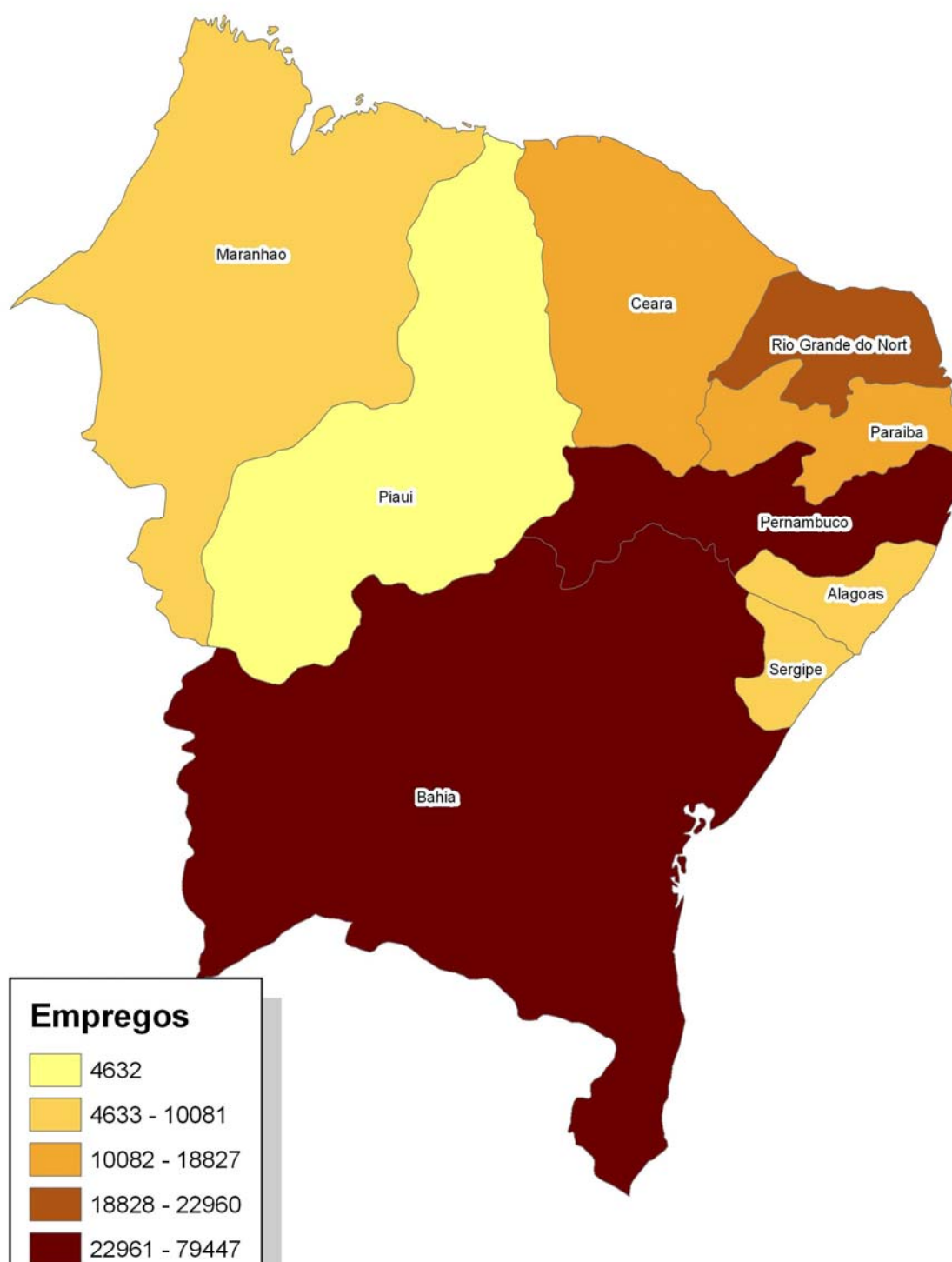
Fonte: MTE/ RAIS

Cartograma 10 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Nordeste - Unidades Federativas - 1995



Fonte: MTE/ RAIS

Cartograma 11 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Nordeste - Unidades Federativas - 2004



Fonte: MTE/ RAIS

Os dados analisados até aqui tiveram como objetivo explicitar através dos dados disponibilizados pelo MTE um dos fatores que contribuem para que hoje tenhamos no Brasil uma divisão territorial do trabalho fortemente influenciada pelos vetores de atuação do agronegócio. Este quadro guarda consigo a conformação de um mercado de trabalho formal no campo e aqui compreendemos como um dos traços do avanço do capitalismo que dialeticamente se implanta no espaço agrário brasileiro.

E antes de recuperarmos uma discussão unilateral da significância do que representa o trabalho assalariado no campo, aqui compreendemos esse processo como apenas um dos inúmeros processos que ocorrem no campo brasileiro e nordestino em particular. Sua relevância teórica refere-se não à afirmação de que o trabalho assalariado sufocará a existência do camponês, ou mesmo, das formas veladas de extração da mais-valia e das relações de trabalho arcaicas como o trabalho escravo, mas sim pelo imbricamento dialético que ocorre na reprodução de relações não capitalistas de produção em plena consonância com o desenvolvimento do agronegócio.

No próximo capítulo, daremos um maior fôlego à confirmação da assertiva supracitada com a continuidade da análise do desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal tendo como ênfase as microrregiões de expansão do agronegócio e da soja.

Capítulo 3

Nordeste e a divisão territorial do trabalho agropecuário formal: uma análise das áreas de desenvolvimento do agronegócio

No cenário das relações de trabalho no campo nordestino esboçado no capítulo anterior, foi possível perceber um aumento significativo do contingente total do mercado de trabalho agropecuário formal. Neste capítulo temos como intuito delinear esta análise no plano intra-regional qualificando aquelas microrregiões de destaque no agronegócio tentando entender como a organização territorial do trabalho agropecuário formal é bastante influenciada pelas mudanças na estrutura produtiva e pela adoção de novos produtos que compõem o quadro da produção do agronegócio com especial destaque para a fruticultura e a soja.

Tal escolha se justifica não só por estes produtos serem um dos principais destaques do agronegócio na região, mas também, devido ao traço peculiar de cada atividade que expõe as contradições existentes no mercado de trabalho onde de um lado temos uma atividade que demanda um número significativo de mão-de-obra e outra que é o principal exemplo da incorporação da tecnologia no processo produtivo com consequências danosas na geração de desemprego contribuindo para adensar o grave quadro social nas áreas de expansão do agronegócio.

3.1 Desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal nas microrregiões de expansão da fruticultura

O crescimento da produção de frutas frescas no mundo reflete uma tendência mundial de valorização dos produtos “naturais”. Nessa esteira da renovação dos hábitos alimentares da população, os grupos do setor alimentício souberam captar esta onda de inovação que tem sua raiz no padrão de beleza balizado pela mídia e aquecido pelo setor de marketing, bem como da indústria cultural do cinema e das redes de televisão que juntos buscam impor um modelo único de beleza. Dito isto, não podemos dissociar o surgimento de novos ditames nos hábitos alimentares, do projeto da geração saudável do século XXI. O ponto de união está justamente no processo apontado por Marx de mercantilização da vida

onde todas as esferas da vida humana são invadidas por relações de troca baseadas na exploração da mais-valia de outrem.

Nos últimos anos do século XX, a fruticultura se transformou em um dos principais vetores de desenvolvimento econômico do agronegócio da Região Nordeste. Esta atividade foi uma das alternativas mais promissoras para a inserção do Nordeste na economia de mercado através da atuação do Estado na proposição de políticas públicas que potencializaram a implantação de variados sistemas de objetos (SANTOS, 2002) que dinamizaram fluxos de toda ordem.

O resultado deste processo foi a disseminação de um ideário que reforçava a necessidade da ruptura com um padrão de uso não produtivo das terras, minando o simbolismo da terra como ícone da dominação opressiva e do poder político dos grandes latifundiários para dar lugar, também, a uma nova forma de opressão realizada pelos grandes e médios grupos empresariais que exercem uma atividade moderna, produtiva e de valioso potencial econômico que tem como essência a busca pelo lucro via exploração direta e indireta da renda da terra e da mais-valia dos trabalhadores. A materialidade trazida por este projeto foi responsável por instaurar uma nova fase de desenvolvimento caracterizada pela produção intensiva de produtos de alto valor agregado como o caso da produção de frutas frescas no Nordeste.

Como destaque do processo de especialização produtiva potencializado pelo avanço da fruticultura no Nordeste podemos destacar, de acordo com a subdivisão estabelecida pelo IBGE, as microrregiões de Petrolina (PE), Juazeiro (BA); Mossoró (RN), Vale do Açu (RN) e Baixo Jaguaribe (CE).

As microrregiões supracitadas apresentam alguns processos gerais na organização de seu território. Estes devem ser lidos levando em consideração a diferença destes eventos no espaço e no tempo e que aqui consideramos juntos apenas enquanto exercício de análise e reflexão. Dentre os principais processos gerais identificados nas microrregiões analisadas, podemos destacar: o uso comercial das terras em virtude da existência de condições naturais favoráveis à expansão da fruticultura; o apoio indelével do Estado na construção de um novo panorama para a dinamização das economias regionais; mudança na estrutura produtiva e o crescimento do número de empresas que atuam no setor da fruticultura; desenvolvimento de uma agricultura conectada aos novos parâmetros de modernização tecnológica.

As microrregiões analisadas apresentam condições naturais precípuas para a consecução da fruticultura tais como a luminosidade, solos férteis, o curto período chuvoso e a paradoxal (pois desigual) disponibilidade de recursos hídricos nos vales úmidos de importantes rios como o São Francisco, Açu e Jaguaribe.

A fruticultura como a grande aposta para a dinamização das economias sertanejas foi eleita, dentre outros fatores, pela possibilidade da garantia, em pleno sertão, de condições aptas à instalação de atividade produtivas outrora impossibilitadas em face da inexistência do acesso à água. Este problema foi solucionado através da criação de um espaço que congrega uma série de condições artificiais de abastecimento hídrico. Nesse sentido, a implantação dos perímetros irrigados públicos foi um dos principais sistemas técnicos agrícolas de artificialização da paisagem que possibilitou a criação de verdadeiros oásis no sertão (ELIAS, 2005).

Os primeiros perímetros nasceram no pleno apoio das políticas da SUDENE (CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2006) nas décadas de 1960 e 1970. A instalação dos projetos públicos possibilitou aos então colonos, a oportunidade de desenvolver no sertão nordestino culturas até então inimagináveis. Este dado é elucidativo da intervenção estatal na economia nordestina onde por muitas décadas o Estado interveio consideravelmente na construção de obras para a garantia da oferta hídrica e, principalmente, no fomento a criação de infra-estrutura para os projetos de irrigação.

Tal característica predominou durante todo o último quartel do século XX. Nesse caminho, destacam-se as ações superpostas de diversos órgãos governamentais como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), do Bando do Nordeste (BNB), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) dentre outros.

No que diz respeito à existência dos perímetros irrigados o DNOCS aparece como um órgão fundamental na organização, normatização e manutenção do uso dos sistemas de engenharia associados aos perímetros. Sendo assim, o DNOCS foi responsável por implementar dezenas de projetos públicos de irrigação, bem como grandes obras que garantiram a expansão da fruticultura. É o caso, por exemplo, de duas das principais obras hídricas do Nordeste como a Barragem

Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte e o açude Castanhão no Estado do Ceará.

Montada a infra-estrutura necessária à produção irrigada e comprovado o potencial econômico desta atividade nas microrregiões analisadas, o que se assistiu foi o processo paulatino de substituição dos colonos de perfil familiar com baixa produtividade e atuação restrita apenas ao mercado regional/local, para dar lugar ao modelo hegemônico da lógica competitiva da iniciativa privada através da atuação do padrão empresarial. Um dos fatores que contribuíram para instauração deste quadro foi o crescimento abusivo dos custos de produção para os colonos com o pagamento das taxas de energia elétrica, da assistência técnica e da compra de insumos químicos para a produção. Este conjunto de problemas foi um ponto decisivo que tornou a produção nos perímetros praticamente inviável para os pequenos produtores.

Nesse sentido, mais uma vez assistimos a captura política das grandes obras hídricas tal como foi mostrada por Oliveira (1977). Com a diferença que agora se trata de uma captura que extrapola os interesses eleitorais e de apoio político para se chegar ao domínio das grandes empresas interessadas nos maiores insumos produtivos que o sertão nordestino pode oferecer, ou seja, oferta hídrica, regularidade climática, terra e mão-de-obra baratas e o apoio do Estado onde muitas vezes o político e o empresário do agronegócio são a mesma pessoa.

Nesse novo modelo as empresas foram privilegiadas não só por já contarem com a infra-estrutura adequada como, também, foram beneficiadas pela política de incentivos fiscais para sua instalação e o acesso aos créditos agrícolas que, como mostra a história da agricultura no Brasil, sempre foram destinados em sua grande maioria para os grandes produtores.

Com a chegada das empresas nos perímetros e em grande parte da extensão dos vales úmidos no Nordeste, deu-se início ao processo de mudança da estrutura produtiva. Tal fato representa uma condição fundamental para o aprofundamento do agronegócio no Nordeste.

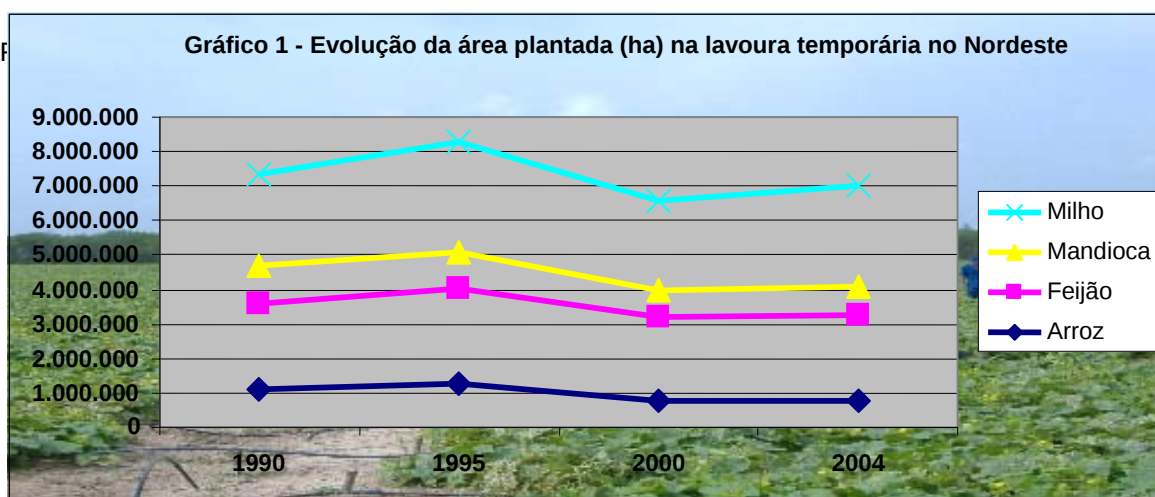
As alterações na organização territorial se expressam por múltiplas formas e conteúdos onde o traço mais evidente dá-se pelo incremento do processo de divisão social e territorial do trabalho que se expressa tanto no campo como na cidade. No campo, podemos identificar uma produção cada vez adequada à lógica da agricultura científica passando a compor um cenário marcado pela presença

contínua de inovações no setor produtivo através da incorporação de variados elementos dinamizadores da produção. Esta passa a ser cada vez mais dispersa territorialmente chegando mesmo a margear a própria morfologia urbana da cidade através da expansão dos perímetros irrigados.

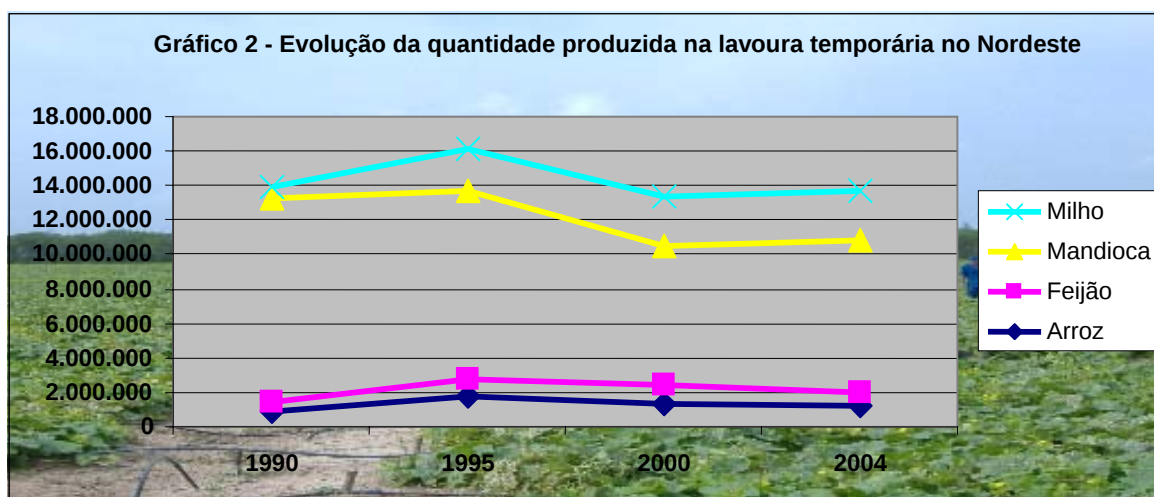


FIGURA 01 - Imagem de satélite mostrando a expansão da morfologia urbana de Petrolina avançando para os perímetros irrigados. Fonte: Google Earth

De acordo com os dados da produção agrícola municipal do IBGE é possível perceber que alguns produtos típicos da agricultura camponesa no Nordeste tais como o arroz, feijão, mandioca e milho apresentaram, no período analisado, números que indicam uma completa estagnação tanto no que diz respeito a evolução da área plantada como na quantidade produzida tal como mostram os gráficos a seguir.

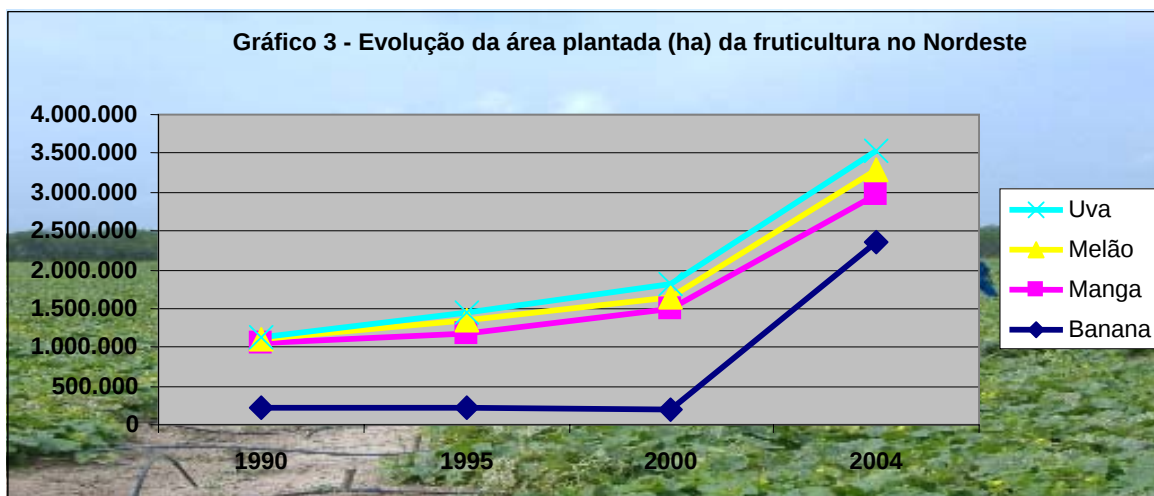


Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE

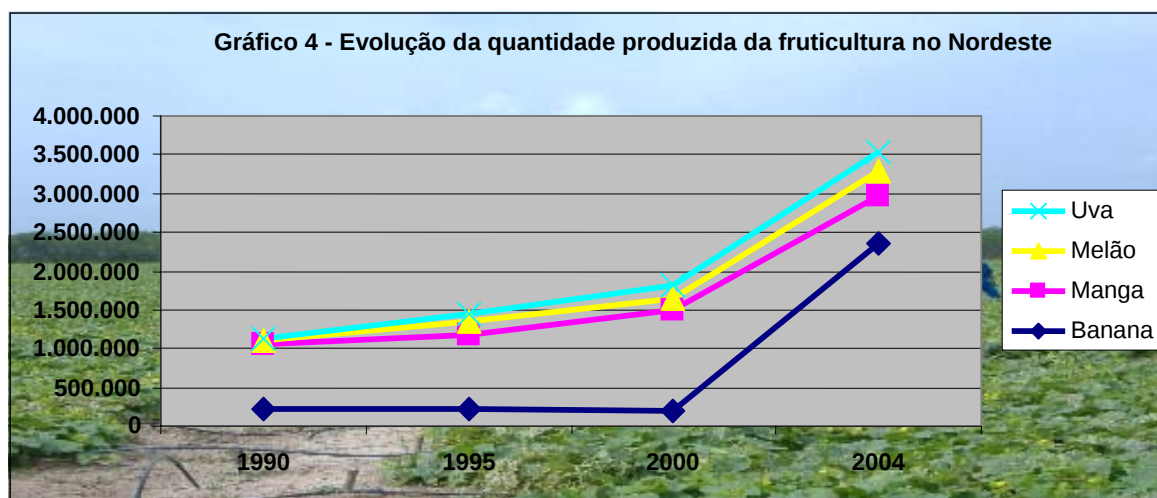


Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE

Vários são os fatores que poderiam nos ajudar a entender esta letargia quando analisamos os produtos representativos da agricultura de base camponesa produzida em grandes extensões de terra no Nordeste. Contudo, o que nos interessa evidenciar é que enquanto os dados das culturas tradicionais apontam queda na área plantada e um ritmo de crescimento pífio da quantidade produzida, a análise dos dados de alguns dos principais produtos do agronegócio da fruticultura mostra praticamente o inverso. Vejamos os gráficos da área plantada e da quantidade produzida da uva, melão, manga e banana na Região Nordeste.



Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE



Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE

Como vimos houve um importante crescimento na área plantada e na quantidade produzida das principais culturas associadas ao agronegócio da fruticultura no Nordeste. Esta dinâmica representa a materialização de todos os ideais das políticas públicas de valorização do agronegócio em detrimento da agricultura de base camponesa. Dessa forma, esta mudança no quadro da estrutura produtiva regional revela o sentido real da territorialização do capital no campo.

No que concerne à dinâmica das microrregiões analisadas podemos perceber que esse processo também ocorre de maneira generalizada sendo estas o

grande *locus* da produção do agronegócio globalizado no Nordeste. A análise dos dados da área plantada e da quantidade produzida da banana, melão, manga e uva nos permite afirmar que as microrregiões analisadas representam um importante papel na concentração destas atividades.

No conjunto da área plantada com os principais produtos da fruticultura no Nordeste podemos perceber a representatividade das microrregiões de expansão da fruticultura perante o total da área plantada no Nordeste. No caso da área plantada da banana é perceptível a evolução gradativa da participação percentual das microrregiões da fruticultura no total do Nordeste com um aumento de 6,09% no período de 1990 a 2004 com destaque para a microrregião do Vale do Açu. Dentre as culturas analisadas, a cultura da banana é a que menos se destaca no panorama regional. Todavia, é preciso ressaltar que a produção da banana está bastante dispersa no território nordestino sendo que muitas dessas áreas atendem apenas o comércio local e regional. Porém, se analisarmos a participação das microrregiões analisadas, em especial a do Vale do Açu, na participação da produção de banana voltada para a exportação¹³ esse número seria muito maior. Tal desempenho se deve em grande parte a participação da empresa multinacional Del Monte Fresh Produce que atua na produção e comercialização de banana.

TABELA 17 - Participação percentual da área plantada (ha) na fruticultura nas microrregiões no total da Região Nordeste

Microrregiões	1990		Banana 1995		2000		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	990	0,52	1.496	0,78	1.743	1,01	2.258	1,21
Mossoró	70	0,04	13	0,01	33	0,02	45	0,02
Vale do Açu	498	0,26	288	0,15	977	0,57	3.091	1,65
Petrolina	294	0,15	2.448	1,28	3.426	1,99	5.417	2,90
Juazeiro	191	0,10	830	0,43	1.841	1,07	2.585	1,38
Total microrregiões	2.043	1,08	5.075	2,65	8.020	4,65	13.396	7,17
Nordeste	189.698	100,00	191.606	100,00	172.543	100,00	186.789	100,00

Microrregiões	1990		Melão 1995		2000		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	385	7,17	1.201	10,73	1.212	13,84	3.308	26,00
Mossoró	330	6,15	3.370	30,11	2.950	33,68	4.870	38,28
Vale do Açu	1.246	23,21	1.191	10,64	376	4,29	151	1,19

¹³ Albano (2005) citando o caso da produção de banana destaca que apenas cinco empresas dominam mais de 70% do comércio internacional da banana. Sendo elas: Dole Food Company Inc, Chiquitita Brands International Inc, Del Monte Fresh Produce, Fyffes, Noboa.

Petrolina	1.402	26,12	1.165	10,41	102	1,16	460	3,62
Juazeiro	920	17,14	2.250	20,11	2.262	25,82	1.360	10,69
Total microrregiões	4283	79,79	9.177	82,00	6.902	78,79	10.149	79,78
Nordeste	5.368	100,00	11.191	100,00	8.760	100,00	12.722	100,00

Manga

Microrregiões	1990		1995		2000		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	39	0,23	123	0,50	111	0,32	278	0,60
Mossoró	5	0,03	260	1,05	100	0,28	260	0,57
Vale do Açu	429	2,51	979	3,95	981	2,79	1.080	2,35
Petrolina	53	0,31	988	3,99	4.082	11,60	6.400	13,92
Juazeiro	527	3,08	4.097	16,54	5.983	17,00	8.860	19,26
Total microrregiões	1.053	6,15	6.447	26,02	11.257	31,99	16.878	36,70
Nordeste	17.122	100,00	24.776	100,00	35.186	100,00	45.992	100,00

Uva

Microrregiões	1990		1995		2000		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	2	0,11	5	0,10	2	0,04	18	0,22
Mossoró	0	0,00	65	1,33	0	0,00	0	0,00
Vale do Açu	1	0,06	34	0,70	0	0,00	0	0,00
Petrolina	982	55,83	2.450	50,30	2.729	51,11	4.412	53,41
Juazeiro	467	26,55	1.859	38,16	2.053	38,45	3.260	39,46
Total microrregiões	1452	82,55	4.413	90,60	4.784	89,60	7.690	93,09
Nordeste	1.759	100,00	4.871	100,00	5.339	100,00	8.261	100,00

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE

Para o melão é possível notar a forte concentração da área plantada do fruto nas microrregiões de expansão da fruticultura. Esta concentração aparece em todos os anos da análise, com uma ligeira queda nos dois últimos anos. Contudo sua hierarquia não foi afetada no panorama da produção nordestina, já que as microrregiões tomadas em conjunto concentraram no ano de 2004, 79,78% do total da área plantada com melão na região Nordeste. O grande destaque da concentração da área plantada com melão foram às microrregiões de Mossoró e Baixo Jaguaribe que apresentaram a participação de importantes grupos nacionais e internacionais atuando na produção e comercialização do produto com destaque para a empresa multinacional Del Monte Fresh Produce que atua no Baixo Jaguaribe e a Nólem na microrregião de Mossoró.

A produção de manga nas microrregiões analisadas também se destaca em sua participação percentual no total da área plantada no Nordeste. Esta trajetória apresentou números fabulosos, pois no período de 1990 a 2004 houve um aumento de 30,55% na participação da área plantada no total da região Nordeste.

Este resultado foi bastante influenciado pela produção da manga nas microrregiões de Petrolina e Juazeiro sendo que nos últimos anos este produto tem sido um dos principais destaques na pauta de exportação com a participação significativa de empresas atuando principalmente na produção para consumo *in natura*. A cultura da manga beneficia-se pela posição importante do Brasil no suprimento da manga no comércio internacional devido ao seu calendário agrícola privilegiado que ocupa importantes janelas do mercado na exportação da fruta.

A evolução da área plantada da uva também não foi diferente na sua trajetória de ascensão com a diferença que a concentração de sua área plantada sempre teve como *locus* as microrregiões de Petrolina e Juazeiro. Assim, somente as microrregiões de Petrolina e Juazeiro concentraram, em todos os anos, mais de 80% da área plantada com uva no Nordeste culminando, justamente, no último ano da análise quando ambas concentraram 92,87%. Este resultado na expansão da área plantada da uva não pode ser dissociado da participação destas microrregiões no novo foco de produção de vinho no Brasil onde cada vez mais assistimos o potencial da região do Vale do Rio São Francisco na produção desta bebida. O processo de beneficiamento das uvas produzidas no pólo, com destaque também ao município de Lagoa Grande, deu origem a um importante crescimento da produção de vinho em pleno semi-árido nordestino passando a concorrer no mercado nacional com os vinhos produzidos na Região Sul.

Para a análise da evolução da quantidade produzida os números também apontaram uma evolução significativa da participação das microrregiões de expansão da fruticultura no total da produção da região Nordeste.

A quantidade produzida da banana nas microrregiões em questão obteve um importante aumento no período analisado passando de apenas 1,54% na participação referente ao total produzido no Nordeste em 1990 para 15,01%. O grande destaque ficou por conta das microrregiões do Vale do Açu, Petrolina e Baixo Jaguaribe.

Para o melão o aumento da participação na quantidade produzida total na região manteve os já elevados patamares ratificando a importância das microrregiões analisadas na concentração da produção de melão. O aumento das exportações tem apresentado números crescentes principalmente a partir da inserção de grandes empresas que produzem em grande escala visionando a exportação.

Na quantidade produzida da manga o resultado foi extremamente favorável devido o aumento exacerbado da participação das microrregiões analisadas referente ao Nordeste. Segundo os dados disponibilizados pelo IBGE, no ano de 1990 as microrregiões tomadas em conjunto representavam apenas 3,37% da quantidade produzida de melão no Nordeste. Contudo, no ano de 2004 as microrregiões passaram a concentrar mais da metade da quantidade produzida de manga no Nordeste confirmando a lógica enveredada pelo agronegócio da fruticultura. Segundo Ramos:

“A escolha predominante pelo cultivo de mangas e uvas justifica-se como resposta a demandas longínquas, o mercado internacional. Neste ponto, a flexibilidade do calendário agrícola, decorrente do controle científico da lavoura, vem favorecendo a inserção e o destaque da região no cenário internacional com frutas *in natura*.” (RAMOS, 2006, p.170)

As produções da manga e da uva representam hoje as culturas que mais agregam tecnologias inovadoras em sua produção. Tanto que a maior parte dos produtores são grandes empresários ao contrário dos colonos que produzem produtos voltados para os mercados local e regional como o arroz, milho, feijão goiaba e coco (RAMOS, 2006).

Seguindo a extrema concentração da área plantada da uva nas microrregiões de Petrolina e Juazeiro, estas também concentraram quase a totalidade da produção de uva no Nordeste. No ano de 2004 esse número chegou aos 96,04% do total da produção de uva no território nordestino. A vitivinicultura¹⁴, como já destacamos, foi responsável pelo incremento produtivo da produção de uva.

¹⁴ Este setor participa do processo de requalificação funcional dos núcleos urbanos que passam a atrair atividades vinculadas ao setor do turismo, principalmente, ao roteiro do enoturismo que tem elaborado pacotes onde o turista pode ter acesso às vitivinícolas, conhecendo todo o processo produtivo até sua comercialização que hoje desenha um importante circuito espacial da produção que atinge países como a Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Portugal, Suécia, Finlândia, Noruega, Uruguai, Japão e etc. A rentabilidade deste setor desperta curiosidade não só pelo ineditismo em produzir vinhos em pleno sertão, como também, das condições edafo-climáticas propiciarem a existência de duas safras, possibilitando as empresas do setor preencherem as janelas de mercado durante o período de não produtividade nas demais regiões.

TABELA 18 - Participação percentual da quantidade produzida na fruticultura nas microrregiões no total da Região Nordeste

Banana								
Microrregiões	1990		1995		2000		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	1.445	0,67	1.890	0,89	3.108	1,60	62.378	2,649
Mossoró	79	0,04	22	0,01	59	0,03	844	0,036
Vale do Açu	836	0,39	477	0,22	1.864	0,96	143.079	6,076
Petrolina	566	0,26	4.860	2,28	8.018	4,13	89.376	3,796
Juazeiro	396	0,18	1.737	0,82	5.001	2,58	57.695	2,450
Total microrregiões	3.322	1,54	8.986	4,22	18.050	9,29	353.372	15,01
Nordeste	216.309	100,00	212.705	100,00	194.196	100,00	2.354.759	100,000

Melão								
Microrregiões	1990		1995		2000		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	5.705	11,37	21.815	14,43	22.450	13,72	82.475	25,71
Mossoró	2.805	5,59	62.670	41,45	79.650	48,66	140.600	43,83
Vale do Açu	20.825	41,52	16.832	11,13	7.480	4,57	3.292	1,03
Petrolina	10.297	20,53	8.148	5,39	2.056	1,26	7.829	2,44
Juazeiro	4.784	9,54	18.241	12,06	19.240	11,75	24.695	7,70
Total microrregiões	44.416	88,55	127.706	84,46	130.876	79,95	258.891	80,70
Nordeste	50.162	100,00	151.194	100,00	163.688	100,00	320.819	100,00

Manga								
Microrregiões	1990		1995		2000		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	3.193	0,38	3.622	0,37	4.486	0,35	2.742	0,45
Mossoró	360	0,04	9.880	1,01	1.200	0,09	312	0,05
Vale do Açu	14.056	1,68	22.216	2,28	24.847	1,92	20.820	3,41
Petrolina	2.776	0,33	36.236	3,72	182.702	14,12	129.100	21,16
Juazeiro	7.760	0,93	58.304	5,99	201.483	15,57	163.582	26,81
Total microrregiões	28.145	3,37	130.258	13,38	414.718	32,04	316.556	51,88
Nordeste	834.966	100,00	973.719	100,00	1.294.325	100,00	610.177	100,00

Uva								
Microrregiões	1990		1995		2000		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	4	0,01	135	0,11	4	0,00	721	0,30
Mossoró	0	0,00	975	0,82	0	0,00	0	0,00
Vale do Açu	20	0,07	26	0,02	0	0,00	0	0,00
Petrolina	13.380	45,10	55.650	47,03	84.143	53,69	148.640	61,49
Juazeiro	14.010	47,22	55.770	47,13	63.911	40,78	82.790	34,25
Total microrregiões	27.414	92,40	112.556	95,13	148.058	94,47	232.151	96,04
Nordeste	29.670	100,00	118.321	100,00	156.732	100,00	241.734	100,00

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE

Como vimos, as microrregiões de expansão da fruticultura alcançaram um importante papel no desenvolvimento do agronegócio no Nordeste. Este retrato do panorama econômico e da dinâmica do capital através do agronegócio nos possibilita entender as bases do processo de mudança no mercado de trabalho como fruto do processo de divisão social e territorial do trabalho. A seguir daremos

início à discussão sobre os reflexos do desenvolvimento da fruticultura para a organização de um mercado de trabalho agropecuário formal.

A fruticultura é uma atividade que reflete os impactos das mudanças no processo produtivo bem como das exigências do padrão globalizado de consumo. Neste contexto, podemos identificar diferentes modelos produtivos que ora requerem alta inversão de tecnologia aplicada ao processo produtivo ora modelos de produção altamente demandantes de mão-de-obra. Dito de outra forma, essa duplicidade é expressa através da criação de um lado, de um mercado voltado para o processamento das frutas via beneficiamento industrial. Do outro lado, a produção de frutas frescas para o consumo *in natura*. A produção de frutas frescas *in natura* é o segmento que mais de perto impacta na dinâmica do mercado de trabalho nas áreas de expansão da fruticultura em questão, trazendo importantes redefinições para o mercado de trabalho agropecuário formal.

A produção de frutas frescas requer uma demanda de mão-de-obra expressiva devido ao fato de que alguns procedimentos adotados para a produção dos frutos necessitar única e exclusivamente do trabalho braçal. Tal fato torna-se emblemático na organização do mercado de trabalho agropecuário formal no Nordeste quando averiguamos que as principais culturas representativas do agronegócio da fruticultura são justamente aquelas que necessitam de uma maior demanda por trabalhadores agrícolas. É o caso da produção de uva, melão, manga e banana.

A título de exemplo podemos analisar a produção do melão. Este produto, como já vimos, é um dos grandes destaques da fruticultura nordestina. Uma breve análise da produção desta fruta nos revela que durante as variadas etapas do seu processo produtivo é grande o número de tratos culturais que dependem quase que exclusivamente do trabalho braçal.

É o caso, por exemplo, da viragem dos frutos onde os mesmos têm que ser movimentados periodicamente para que se possa evitar a existência de manchas no fruto, popularmente denominadas de “barriga branca”, formadas devido à carência de iluminação solar. Soma-se a isto, a necessidade de um contingente de trabalhadores para o recolhimento manual dos frutos na etapa da colheita e das atividades realizadas no *packing house* como a seleção, classificação, lavagem, pulverização, etiquetagem, embalagem e etc.



FOTO 1 – Trabalhadores na viragem do melão no município de Limoeiro do Norte na microrregião do Baixo Jaguaribe (CE). Fevereiro de 2007. Foto do autor.

Todos estes tratos¹⁵ são de extrema importância para a garantia da qualidade do fruto a ser exportado, pois como o consumo do produto é *in natura* o mesmo deve apresentar uma qualidade inquestionável ao gosto e paladar do consumidor final, sobretudo aquele dos países do centro capitalista que além de serem reconhecidamente bastante exigentes, são extensamente protegidos por rígidos mecanismos de regulação fitossanitária dos produtos agropecuários. Podemos evidenciar este controle da produção através dos famosos selos de qualidade. Um dos mais disseminados nas microrregiões da fruticultura é o selo Eurepgap.

O selo Eurepgap foi criado por uma associação varejista de supermercados europeus no ano de 1997. O Eurepgap se insere no receituário da busca de uma normatização que assegure a certificação global de boas práticas agrícolas garantindo ao consumidor final o acesso a produtos de qualidade e

¹⁵ Podemos estender os tratos culturais identificados na cultura do melão para as demais culturas, guardadas suas peculiares. Pois, para o caso da uva, da banana e da manga consumidos *in natura*, os tratos culturais nas etapas da colheita e da pós-colheita são de extrema importância para a garantia da qualidade final do produto. Estes cuidados vão desde o manuseio do fruto na etapa da colheita como no transporte dos produtos até o *packing house* onde as vias de acesso devem evitar a existência de buracos para que os frutos não sofram qualquer dano. Essa diversidade de tratos culturais que exigem manuseio tem sido a grande motivação para a contratação cada vez mais comum do trabalho feminino no setor da fruticultura tal como veremos adiante.

segurança. Sua certificação dada às empresas e aos produtores facilita o comércio internacional, pois garante a boa receptividade dos produtos em amplos mercados. Dentre as exigências para a obtenção do selo e que nos chama atenção para o aspecto do aumento da formalidade nas relações de trabalho, diz respeito à exigência por parte do eurepgap da garantia do bem-estar, saúde e segurança dos trabalhadores envolvidos na produção. Sendo assim, o selo exige que as empresas e produtores ofereçam boas condições de trabalho o que inclui, por extensão, a legalização do contrato de trabalho de acordo com as leis trabalhistas vigentes no país de origem.

Este dado é um importante indício que pode nos ajudar a compreender o aumento da formalização dos postos de trabalho nas microrregiões de expansão da fruticultura, pois, como vimos, a não existência da certificação dos produtos pode acarretar um importante bloqueio de uma ampla parcela do mercado. Pois, os selos de garantia, para além dos benefícios ao consumidor tal como é pregado, representa de fato uma proposital segmentação do mercado consumidor beneficiando via de regra as grandes e médias empresas, bem com os grandes produtores que detém alto poder de barganha na participação do portentoso mercado consumidor internacional.

Para o mercado de trabalho regional, esta medida trouxe um importante impacto para a contratação de trabalhadores visto se tratar em sua grande maioria, de ocupações que não exigem mão-de-obra especializada. Desse modo, apesar das importantes inovações implementadas no processo produtivo, a produção de frutas frescas para consumo *in natura* ainda necessita de um número elevado de mão-de-obra, pois a mesma não registra a prática da colheita mecanizada o que reduz drasticamente o impacto da mecanização da lavoura e conseqüentemente no número de trabalhadores desempregados.

Posto a característica marcante do mercado de trabalho das áreas de fruticultura, qual a seja a grande demanda por trabalhadores em atividades braçais com baixa exigência de qualificação, devemos, todavia, salientar que a demanda por trabalho especializado na fruticultura também apresentou um importante papel na redefinição qualitativa do mercado de trabalho agropecuário formal.

A produção de frutas frescas apesar de aparentar ser uma atividade tradicional de baixa utilização de recursos técnico-científicos, ela, também, está povoada de importantes mudanças no seu padrão produtivo. A fruta que hoje é

produzida em extensas porções de terras no sertão nordestino e comercializada para vários países não é mais a mesma de antigamente. Mudou o patamar de intervenção do homem na natureza a ponto de termos hoje setores como o da biotecnologia ditando uma diversidade de inovações cada vez mais presentes no nosso cotidiano.

Dito isto, é cada vez mais comum a utilização de sementes modificadas geneticamente em laboratórios de alta tecnologia. É o caso da produção do abacaxi que nos últimos anos apresenta uma nova tipologia do produto como o abacaxi sem espinhos na coroa, alteração no tamanho, textura e grau de doçura do fruto. Para a uva teríamos a uva sem caroço, a existência de duas safras anuais, a utilização de técnicas modernas na produção de vinho e etc. Para o melão temos uma maior diversidade de espécies com maior resistência às pragas, alteração no grau de doçura e no tamanho (melão para consumo individual) dentre outras.

Todas estas transformações foram gestadas pelo processo de reestruturação produtiva calcado no uso intensivo de ciência e tecnologia responsável pelo aumento da divisão técnica e social do trabalho. Dessa forma, nas áreas onde se expande a produção do agronegócio das frutas tropicais existe uma demanda crescente por trabalhadores especializados. E é justamente aí que o papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho torna-se mais evidente, pois mesmo com os avanços tecnológicos, do crescimento das patentes e da disseminação de modernos centros de pesquisa no território brasileiro, nosso país ainda não faz parte do seleto grupo de países produtores e disseminadores do conhecimento em larga escala.

O reflexo disso é que grande parte dos insumos químicos, fungicidas, sementes transgênicas e uma ampla e variada gama de produtos que compõem a demanda da agricultura científica é produzido em outros países. Não é a toa que as grandes empresas multinacionais alocadas no Nordeste brasileiro apresentam muitas vezes uma relação quase que inexistente com o território em que produz sendo que o grande interesse dessas empresas é a utilização dos recursos naturais disponíveis, assim como a mão-de-obra a baixo custo e pouco sindicalizada.

Dito de outra forma, quando falamos na difusão do trabalho especializado logo pensamos sobre as diferentes categorias sócio-ocupacionais criadas através das mudanças no processo produtivo a ponto de podermos falar em uma divisão técnica e social do trabalho que começa desde a aplicação da

biotecnologia na obtenção de frutos modificados geneticamente em laboratórios altamente modernos, até à atividade de pós-colheita da seleção e empacotamento dos frutos.

O quadro identificado nas microrregiões analisadas é o da hierarquização das funções nas atividades no campo onde de um lado temos o trabalhador braçal, maioria da mão-de-obra alocada, e na outra ponta temos os trabalhadores especializados dos cargos de gerência, bem como da pesquisa e técnica agrícola.

Ponderadas algumas questões referentes à complexidade da organização do mercado de trabalho e as influências dos modelos produtivos que interferem na dinâmica de contratação de trabalhadores especializados nas áreas de produção da fruticultura, devemos lembrar que o traço da produção para consumo *in natura* e seus rebatimentos para o mercado de trabalho regional é bastante elucidativo para que possamos entender a evolução do mercado de trabalho no setor da fruticultura especialmente no que diz respeito ao mercado formal de trabalho. A seguir trataremos da evolução do mercado de trabalho agropecuário formal nas áreas de expansão da fruticultura.

Durante entrevistas realizadas em algumas das microrregiões da fruticultura tais como a do Baixo Jaguaribe no Ceará, uma questão nos chamou bastante atenção, pois quando indagamos acerca da dinâmica do emprego agrícola na região todos afirmaram que a demanda por trabalhadores é muito maior do que a oferta de mão-de-obra, sobretudo no período de colheita dos produtos. Tal fato fez com que as empresas e os produtores locais afirmassem que “Falta trabalhadores no campo”. Esta afirmação é bastante elucidativa da formação de um mercado de trabalho agropecuário formal nas áreas de expansão da fruticultura.

O que explica este fato é a presença de um maior contingente de estabelecimentos que passam a contratar trabalhadores com vínculo formal no setor da agropecuária como indício do processo de desenvolvimento de uma agricultura empresarial. De acordo com o recorte temporal adotado na pesquisa foi possível observar como se deu este incremento do mercado de trabalho agropecuário formal.

Começamos pela análise da evolução dos estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nas áreas de expansão da fruticultura.

Em 1985, o número de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais nas microrregiões de expansão da fruticultura era bastante inexpressivo. Grande parte desses estabelecimentos, 48,15%, estava concentrado na microrregião do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará. As demais microrregiões apresentaram uma participação em ordem de importância de 17,59% para a microrregião de Juazeiro, 14,81% para a microrregião de Petrolina, 12,96% para a microrregião de Mossoró e por último a microrregião do Vale do Açu com 6,48%.

TABELA 19 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total de estabelecimentos das microrregiões de expansão da fruticultura

Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	52	48,15	29	6,56	81	5,83
Juazeiro	19	17,59	126	28,51	309	22,25
Mossoró	14	12,96	48	10,86	159	11,45
Petrolina	16	14,81	206	46,61	694	49,96
Vale do Açu	7	6,48	33	7,47	146	10,51
Total	108		442		1.389	
microrregiões		100,00		100,00		100,00

Fonte: MTE/RAIS

TABELA 20 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura

Microrregiões	Variação Absoluta			Variação Percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Baixo Jaguaribe	-23	52	29	-44,23	179,31	55,77
Juazeiro	107	183	290	563,16	145,24	1526,32
Mossoró	34	111	145	242,86	231,25	1035,71
Petrolina	190	488	678	1187,50	236,89	4237,50
Vale do Açu	26	113	139	371,43	342,42	1985,71
Total microrregiões	334	947	1.281	309,26	214,25	1186,11

Fonte: MTE/RAIS

No ano de 1995, com exceção da microrregião do Baixo Jaguaribe que no ano anterior ocupava a primeira colocação no ranking da participação percentual das microrregiões da fruticultura, houve um aumento no número de estabelecimentos em todas as microrregiões analisadas. O grande destaque desse período foi a microrregião de Petrolina que passou dos 16 estabelecimentos com empregos formais no setor da agropecuária em 1985 para 206 em 1995, ou seja, um crescimento percentual de 1187,50%. Este desempenho fez com que a microrregião Petrolina passasse a representar no ano em questão, 46,61% do total de

estabelecimentos com empregos formais nas microrregiões de expansão da fruticultura.

A microrregião de Juazeiro também apresentou um crescimento significativo com um aumento de 563,16% no número de estabelecimentos no intervalo de 1985 a 1995. Juntamente com Petrolina a microrregião de Juazeiro chegou a representar no ano de 1995, um terço do total de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas áreas de desenvolvimento da fruticultura.

Quanto aos dados relativos ao ano de 2004, observa-se que houve uma continuidade na concentração dos estabelecimentos com vínculos formais nas microrregiões de Petrolina e Juazeiro que chegaram a concentrar 72,21% do total de estabelecimentos. Em termos de variação absoluta, o crescimento das microrregiões da fruticultura no período de 1995 a 2004 foi de 947 novos estabelecimentos.

No cômputo final esta evolução foi ainda mais expressiva, pois no intervalo de 1985 a 2004 pudemos perceber que foram registrados 1.281 novos estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões da fruticultura. Neste caso, vale destacar a importância das microrregiões de Petrolina (52,92%) e Juazeiro (22,63%) que participaram com 75,56% do total de estabelecimentos criados nas microrregiões de expansão da fruticultura. As demais microrregiões e suas participações no total de estabelecimentos criados no intervalo de 1985 a 2004 foram as microrregiões de Mossoró com 11,31%, Vale do Açu 10,85% e por último a microrregião do Baixo Jaguaribe com 2,26%.

Continuando com a análise da evolução dos estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária, porém tendo como escala de referência a Região Nordeste, foi possível observar que as áreas de destaque da fruticultura apresentaram, nos intervalos analisados, uma participação percentual contínua sem muitas alterações. Assim, no ano de 1985, nenhuma das microrregiões tomadas isoladamente, com exceção da microrregião do Baixo Jaguaribe, chegou a representar sequer 1% no total da Região Nordeste.

No ano de 1995, foi registrada uma queda na participação percentual das microrregiões de desenvolvimento da fruticultura passando dos 5,22% em 1985 para 3,31% no ano de 1995. Este resultado teve influência da queda na participação da microrregião do Baixo Jaguaribe, conforme já abordamos.

No ano de 2004, em virtude do desempenho registrado pelas microrregiões de Petrolina e Juazeiro, houve um aumento na participação percentual das microrregiões de expansão da fruticultura relativo ao ano de 1995 chegando a representar no ano de 2004 5,45% do total de estabelecimentos com empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste.

TABELA 21 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total de estabelecimentos da Região Nordeste

Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	52	2,51	29	0,22	81	0,32
Juazeiro	19	0,92	126	0,94	309	1,21
Mossoró	14	0,68	48	0,36	159	0,62
Petrolina	16	0,77	206	1,54	694	2,72
Vale do Açu	7	0,34	33	0,25	146	0,57
Total microrregiões	108	5,22	442	3,31	1.389	5,45
Nordeste	2.068	100,00	13.345	100,00	25.473	100,00

Fonte: MTE/RAIS

Dando prosseguimento na análise da formação do mercado de trabalho agropecuário formal nas áreas de expansão da fruticultura, passamos agora para a análise da evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária. Sendo assim, faz-se necessário entendermos a evolução do estoque de empregos formais nas microrregiões de expansão da fruticultura na tentativa de entender como se esta evolução e qual sua representatividade no cenário do mercado de trabalho agropecuário formal na região Nordeste.

Ressaltando o caráter “juvenil” do mercado de trabalho agropecuário formal no Nordeste, as microrregiões de expansão da fruticultura também parecem partilhar desta denominação. Visto sob a ótica do recorte temporal analisado que abarca o período de 1985 a 2004, as microrregiões de expansão da fruticultura apresentaram uma trajetória bastante recente na evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária.

De acordo com os dados disponibilizados pelo MTE/RAIS foi possível perceber no ano de 1985, que o estoque de empregos formais nas microrregiões analisadas era muito inexpressivo. Apenas a microrregião de Mossoró no Rio Grande do Norte apresentava mais de mil empregos formais e a distribuição destes empregos dava-se de maneira bastante desigual. Mesmo aquelas microrregiões em

que já havia uma importante tradição nas culturas de vazante e a implantação de perímetros irrigados, estas apresentaram uma participação pouco representativa.

TABELA 22 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total das microrregiões de expansão da fruticultura

Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	52	2,14	956	4,42	4.458	11,95
Juazeiro	209	8,60	4.470	20,64	9.919	26,59
Mossoró	1.807	74,39	7.836	36,19	6.395	17,14
Petrolina	230	9,47	6.644	30,68	11.351	30,43
Vale do Açu	131	5,39	1.747	8,07	5.179	13,88
Total microrregiões	2.429	100,00	21.653	100,00	37.302	100,00

Fonte: MTE/ RAIS

TABELA 23 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura

Microrregiões	Variação Absoluta			Variação Percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Baixo Jaguaribe	904	3.502	4.406	1.738,46	366,32	8.473,08
Juazeiro	4.261	5.449	9.710	2.038,76	121,90	4.645,93
Mossoró	6.029	-1.441	4.588	333,65	-18,39	253,90
Petrolina	6.414	4.707	11.121	2.788,70	70,85	4.835,22
Vale do Açu	1.616	3.432	5.048	1.233,59	196,45	3.853,44
Total microrregiões	19.224	15.649	34.873	791,44	72,27	1.435,69

Fonte: MTE/ RAIS

Tal fato, para o ano de 1985, pode ser o reflexo do perfil tal como fora de início a marca dos perímetros irrigados, ou seja, uma maior participação dos pequenos colonos que tinham sua produção voltada para o consumo da família e para o mercado local utilizando-se da mão-de-obra familiar. No caso da microrregião de Mossoró que em 1985 concentrou 74,39%(1.807) do total de empregos formais nas microrregiões da fruticultura, já havia participação de importantes empresas privadas, como a MAISA, na produção de frutas o que possibilitou a criação de uma demanda por trabalhadores assalariados.

No ano de 1995, houve um aumento significativo do estoque total de empregos formais na agropecuária nas microrregiões da fruticultura onde todas as microrregiões tomadas isoladamente obtiveram crescimento. Segundo os dados da variação absoluta e percentual para o período de 1985 a 1995, este aumento em termos absolutos foi de 19.224 empregos formais o que representou um aumento percentual de 791,44%. Foi neste ano que também pudemos notar uma maior

repartição do número de empregos formais entre as microrregiões. Pois, se no ano de 1985 somente Mossoró concentrava aproximadamente um terço do total de empregos nas microrregiões da fruticultura, no ano de 1995 esta concentração foi minada com a maior participação das demais microrregiões. Desse modo, 87,51% do total de empregos formais estavam concentrados nas microrregiões de Mossoró (36,19%), Petrolina (30,68%) e Juazeiro (20,64%).

Na microrregião de Petrolina foi registrado o maior aumento percentual de todas as microrregiões (2.788,70%), fato este que corroborou para que esta microrregião se firmasse definitivamente na liderança do ranking das microrregiões da fruticultura com o maior estoque de empregos formais no setor da agropecuária. Esta posição está em consonância com a evolução da participação da área plantada e da quantidade produzida das principais culturas associadas à fruticultura tais como a manga e a uva.

Em 1995 a dinâmica empresarial aparece de maneira mais efetiva nas microrregiões evidenciando o que seria o perfil de uma atividade que por suas características peculiares de uso intensivo da mão-de-obra braçal exige, cada vez mais, uma quantidade significativa de trabalhadores. O perfil empresarial das microrregiões passa a interferir decisivamente para inaugurar uma nova etapa no processo de divisão social e territorial do trabalho com a implementação de novas estratégias de gestão da força de trabalho, da criação de uma diversidade de novas categorias sócio-ocupacionais e da dinâmica da mobilidade intra-regional dos trabalhadores desprovidos dos meios de produção.

No ano de 2004, a formação de um mercado de trabalho agropecuário formal se confirmou com a continuidade do crescimento dos postos formais de trabalho no setor da agropecuária em todas as microrregiões. Uma tendência apontada no ano de 1995 e que se consubstanciou em 2004, foi a desconcentração dos empregos formais nas microrregiões da fruticultura, onde todas as microrregiões apresentaram participação significativa, o que não necessariamente significou a inexistência da polarização destes empregos que continuou existindo nas microrregiões de Petrolina e Juazeiro que juntas participaram com 57,02%. O que de fato possibilitou esta desconcentração foi o desempenho negativo apresentado pela

microrregião de Mossoró. Um dos fatores que contribuiu para este quadro negativo foi a falência da empresa MAISA¹⁶ no ano de 2002.

A análise do período de 1995 a 2004 mostra que houve a proeminência das microrregiões de Juazeiro e Petrolina na geração de empregos formais de acordo com a variação absoluta. Com o declínio da microrregião de Mossoró, neste intervalo, as microrregiões do Baixo Jaguaribe e do Vale do Açu também passaram a apresentar números significativos na evolução do estoque de empregos formais com a geração de 3.502 e 3.432 novos empregos formais respectivamente.

Numa perspectiva conjunta considerando o recorte temporal analisado de 1985 a 2004, torna-se claro a importância da evolução do estoque de empregos formais na agropecuária nas microrregiões de expansão da agricultura. O quadro esboçado desde então foi o acréscimo de 34.873 novos empregos formais. Dito de outra forma houve um incremento de 1.435,69%. Avaliando a relação empregos formais/ano para o setor da agropecuária nas microrregiões da fruticultura no período de 1985 a 2004, a relação foi a criação, em média, de 1.835 empregos formais por ano.

Após esta breve análise do desenvolvimento do mercado de trabalho formal nas áreas de expansão da fruticultura, daremos prosseguimento tentando entender a representatividade das microrregiões da fruticultura na região Nordeste de forma a evidenciar que são justamente as microrregiões de consecução do agronegócio as que mais colaboram para o surgimento de uma nova etapa da divisão social e territorial do trabalho. Este dado nos serve como pista para se entender as complexas e contraditórias transformações socioespaciais engendradas no território nordestino.

¹⁶ A empresa fundada em 1968 tornou-se referência nacional a partir do pioneirismo no beneficiamento e fabricação de polpas de frutas. Contudo, após sucessivas crises aprofundadas pelos planos governamentais e da abertura comercial engendrada pelas políticas neoliberais, a empresa veio à falência no ano de 2002 e hoje sua extensa área de produção é motivo de disputa por parte dos ex-trabalhadores da empresa, sendo palco de negociações trabalhistas, bem como da formação de assentamentos rurais.

TABELA 24 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões da fruticultura no total da região Nordeste

Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	52	0,10	956	0,60	4.458	1,95
Juazeiro	209	0,40	4.470	2,82	9.919	4,33
Mossoró	1.807	3,48	7.836	4,95	6.395	2,79
Petrolina	230	0,44	6.644	4,20	11.351	4,96
Vale do Açu	131	0,25	1.747	1,10	5.179	2,26
Total microrregiões	2.429	4,67	21.653	13,68	37.302	16,29
Nordeste	51.962	100,00	158.231	100,00	228.965	100,00

Fonte: MTE/ RAIS

De acordo com a análise dos dados do MTE/RAIS a participação das microrregiões da fruticultura no total de empregos formais no setor da agropecuária da região Nordeste foi aos poucos galgando um maior destaque. Em 1985, com exceção da microrregião de Mossoró, nenhuma das microrregiões tomadas isoladamente chegou se requer a registrar 0,5% do total de empregos formais no setor da agropecuária na região Nordeste. As microrregiões da fruticultura reunidas participaram com apenas 4,67% do total de empregos formais no Nordeste.

No ano de 1995, o quadro de uma participação praticamente inexpressiva das microrregiões da fruticultura foi alterado, pois se comparado com o ano de 1985, a participação percentual das microrregiões em análise no total da região Nordeste quase triplicou passando de 4,67% para 13,68%.

O quadro apresentado no ano de 1995, embora em um ritmo muito mais tímido do que o período anterior se reiterou no ano de 2004 com o aumento da participação percentual das microrregiões da fruticultura no Nordeste que chegou a 16,29%.

Quando averiguamos a participação percentual das microrregiões da fruticultura não somente nos número absolutos, mas considerando a variação do estoque de empregos formais no período analisado, percebemos que esta participação é mais expressiva. Desse modo, de acordo com a análise dos dados pudemos perceber que no período de 1985 a 1995, as microrregiões de expansão da fruticultura participaram com 18,09% do total de empregos formais criados no setor da agropecuária na região Nordeste.

TABELA 25 - Participação percentual do total de empregos formais gerados no setor da agropecuária nas microrregiões da fruticultura no total de empregos gerados no total da região Nordeste

Microrregiões	1985 -1995		1995-2004		1985 -2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Baixo Jaguaribe	904	0,85	3.502	4,95	4.406	2,49
Juazeiro	4.261	4,01	5.449	7,70	9.710	5,49
Mossoró	6.029	5,67	-1.441	-2,04	4.588	2,59
Petrolina	6.414	6,04	4.707	6,65	11.121	6,28
Vale do Açu	1.616	1,52	3.432	4,85	5.048	2,85
Total microrregiões	19.224	18,09	15.649	22,12	34.873	19,70
Nordeste	106.269	100,00	70.734	100,00	177.003	100,00

Fonte: MTE/ RAIS

No intervalo subsequente, apesar do desempenho negativo apresentado pela microrregião de Mossoró, houve um aumento da participação percentual das microrregiões da fruticultura chegando a representar 22,12% do total de empregos formais criados na região Nordeste.

Para o período que abarca o intervalo de 1985 a 2004, percebemos que as microrregiões da fruticultura exerceram um importante papel na geração de empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste a ponto de se poder afirmar que a cada 10 empregos formais gerados anualmente no Nordeste no período analisado, aproximadamente 2 provinham das microrregiões de expansão da fruticultura. Este resultado somente expressa a velocidade do processo de mudança na estrutura produtiva do Nordeste e a capacidade que os vetores de desenvolvimento do agronegócio possuem de trazer mudanças na conformação do mercado de trabalho regional

Como vimos, as microrregiões de predominância do agronegócio da fruticultura foram as que concentraram os melhores desempenhos no que concerne a produção de produtos associados a lógica do agronegócio globalizado. O impacto desse crescimento para o mercado de trabalho agropecuário regional pode ser evidenciado não só na sua representatividade perante a região Nordeste, mas, sobretudo, na relevância destas microrregiões em seus respectivos Estados tendo como ano de referência o ano de 2004.

Sendo assim, na Bahia dentre as microrregiões que compõem o Estado, a microrregião de Juazeiro foi responsável por 12,48% (9.919) do total de empregos formais no setor da agropecuária ocupando a terceira posição no ranking das microrregiões com maior estoque de empregos formais no setor analisado perdendo apenas para as microrregiões de Ilhéus-Itabuna e de Porto Seguro. Tal

colocação se repete em Pernambuco, onde a microrregião de Petrolina alcançou, também, a terceira posição com 19,57% (11.351) dos empregos formais na agropecuária precedida pelas microrregiões onde prolifera o cultivo tradicional da cana de açúcar tais como as microrregiões da Mata setentrional e meridional pernambucanas.

No Rio Grande do Norte as microrregiões de Mossoró e Vale do Açu polarizaram a concentração dos empregos formais na agropecuária ocupando o primeiro e o segundo lugar com 27,85% (6.395) e 22,56% (5.179) respectivamente. Dessa forma, as microrregiões de desenvolvimento da fruticultura neste Estado são responsáveis por mais da metade do total de empregos formais no setor da agropecuária. Por último, no Ceará, a microrregião do Baixo Jaguaribe ocupou o segundo lugar no ranking com 23,67% (4.458) perdendo apenas para a Região Metropolitana de Fortaleza.

3.2 Desenvolvimento do mercado de trabalho agropecuário formal nas microrregiões de expansão da soja

Dando destaque a outro movimento de expansão da fronteira agrícola no Nordeste enfatiza-se a ocupação dos cerrados nordestinos como a nova área de reprodução do modelo do agronegócio da soja que avança rumo aos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia. O domínio dos cerrados ocupa cerca de 24% do território nacional. Localiza-se, como área core, no Planalto Central do Brasil se estendendo por diversas áreas caracterizadas por pontos de transição com os demais domínios morfoclimáticos. É o caso das áreas de cerrado no Nordeste que se encontram em pontos de transição com a caatinga.

De forma geral, o domínio dos cerrados oferece condições vantajosas à produção de grãos. Segundo Bernardes (2004), o cerrado oferece uma gama de possibilidades para a implantação de commodities como a soja. Ainda segundo a autora, as principais vantagens naturais são: temperatura favorável, regularidade na distribuição das chuvas, luminosidade e topografia plana (chapadões).

Segundo Giordano (1999), as condições naturais favoráveis aliadas à atuação do Estado na proposição de políticas públicas¹⁷ trouxeram várias

¹⁷ De acordo com GIORDANO (1999) diante dos programas governamentais para o cerrado destacam-se o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI) em 1972, o

modificações no uso do território, principalmente porque tinham como âmagos a ocupação racional dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial através do financiamento com recursos públicos.

Para Ab'Sáber (2003) a exploração de atividades econômicas nos cerrados têm trazido profundas mudanças no quadro natural do domínio dos chapadões tropicais do Brasil Central.

“Durante as três últimas décadas, algumas regiões do Centro-Sul do Brasil mudaram do ponto de vista da organização humana, dos espaços herdados da natureza, incorporando padrões modernos que abafaram, por substituição parcial, velhas e arcaicas estruturas sociais e econômicas. Essas mudanças ocorreram, principalmente, devido à implantação de novas infra-estruturas viárias e energéticas, além da descoberta de impensadas vocações dos solos regionais para atividades agrárias rentáveis.” (AB' SÁBER, 2003, p.35)

O avanço das atividades agrícolas no cerrado deve-se em grande parte a expansão da cultura da soja. De acordo com Bertrand (1987), a história da soja no Brasil se confunde com a primazia do governo militar durante o período do “milagre econômico”. Uma das apostas do então governo foi o investimento em culturas que pudessem propiciar uma maior elevação das taxas de exportação. Contudo, foi na década de oitenta do século XX que o Brasil entrou definitivamente no comércio mundial de soja, minando a hegemonia norteamericana na exportação do produto.

O ponto de partida da expansão da sojicultura se deu no Estado do Rio Grande do Sul devido a grande influência dos migrantes europeus e asiáticos. A partir daí, a cultura da soja à medida que aumentava sua demanda no mercado internacional, passaria a ocupar papel central na pauta de exportação na balança comercial brasileira. O resultado do “boom” da soja foi a conseqüente expansão territorial das áreas de cultivo por diversas áreas dos cerrados.

Um dos primeiros focos de extrapolação da sojicultura foram os Estados de Santa Catarina e Paraná. Contudo, o local onde a atividade encontrou condições vantajosas para sua alocação foi na Região Centro-Oeste pelo fato de ter sido esta, uma das maiores fronteiras agrícolas do Brasil. Porém, outras fronteiras agrícolas se firmaram na segunda metade da década de 1980. Neste ínterim, destacaram-se as áreas de cerrado do Nordeste.

A Região Nordeste tem sido uma das mais recentes fronteiras de expansão da sojicultura. Essa expansão da atividade está inserida num amplo processo de especialização produtiva do território como destaca Haesbaert:

“A ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do ‘eldorado da soja’) faz com que muitos denominam estas áreas como o ‘Novo’ Nordeste, e alguns políticos (inclusive com apoio sulista) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura.” (HAESBAERT, 2002, p.382)

De acordo com Giordano (1999), os principais motivos que atraíram produtores de soja para o Nordeste foram: preços crescentes da commodity nos mercados internacionais; preços acessíveis das terras; acúmulo de experiência na produção da soja por parte dos produtores sulistas¹⁸; presença de órgãos de pesquisa do Governo (EMBRAPA) dando suporte à produção e criando novas espécies de plantas adaptadas às condições naturais presentes no cerrado nordestino; demanda firme pela soja; subsídios repassados aos produtores na forma de crédito rural.

A seguir iremos enfatizar as principais áreas de desenvolvimento da produção da soja nos cerrados nordestinos através da análise das principais microrregiões de expansão do agronegócio no cerrado, quais sejam: Barreiras (BA), Gerais de Balsas (MA) e Alto Paranaíba Piauiense (PI).

Estas microrregiões formam o principal *locus* de expansão da produção da soja nos cerrados nordestinos. O ponto de união que nos permite nos orientar rumo à compreensão da organização espaço-temporal das áreas em destaque diz respeito, sobretudo a expansão da fronteira agrícola propiciada pelos capitais hegemônicos que buscam a todo custo garantir a oferta irrestrita da soja e de seus derivados no mercado mundial.

Desse modo, podemos perceber como a dinâmica geográfica do capitalismo e o comércio mundial criam e recriam novas dinâmicas socioespaciais para a sustentação da acumulação de capital. O que para os países que ocupam a posição de supridor de recursos naturais na divisão internacional do trabalho, faz do

¹⁸ A participação dos migrantes oriundos da Região Sul é de extrema importância na formação sócioespacial das áreas de expansão da soja no cerrado nordestino, como bem mostra Haesbaert (2002).

Brasil um grande celeiro para a produção de diversos produtos, sendo que a soja é hoje um dos maiores destaques fazendo nos lembrar dos tempos áureos da economia de *plantation*.

As microrregiões de destaque da sojicultura no Nordeste possuem algumas dinâmicas em comum. Sua história territorial esteve por bastante tempo condicionada ao isolamento dos grandes centros de produção e de consumo. O povoamento da região Nordeste desde tempos longínquos esteve associado à ocupação do litoral, fato que se confirma ainda hoje quando avaliamos a forte concentração populacional nas áreas litorâneas. Este modelo de ocupação que Moraes (1999) denominou de bacia de drenagem, ou seja, um povoamento orientado pelos cursos dos rios chegando até o mar influenciou sobremaneira a distribuição da população.

Este isolamento das áreas que formam o cerrado somente começou a ser alterado com a criação de importantes rodovias que passaram a fazer a ligação de importantes centros urbanos a recém criada capital do país, Brasília. Neste ínterim, podemos destacar que pela posição que hoje ocupa a capital do país, praticamente cercada pela formação natural do cerrado, ela acabou por forjar a criação de vias oriundas de todas as regiões do país. Como exemplo, não poderíamos pensar a microrregião de Barreiras na Bahia e toda dinâmica que esta microrregião passou a ter sem que seja necessário fazer referência a construção da BR-242 que liga Salvador à Brasília.

Antes da construção da BR-242, a história econômica da região era marcada por sua posição secundária no avanço das atividades econômicas do Estado da Bahia de tal modo que durante muitos anos de sua história territorial poderíamos caracterizar esta porção do território baiano como o um verdadeiro “quintal” no sentido de que a ocupação, o povoamento e o ritmo do desenvolvimento econômico do Estado, cresceu praticamente de “costas” para os cerrados. Tal distanciamento no plano político possibilitou a formação de grupos separatistas que visam a criação de um novo Estado conforme aponta Haesbaert (2002).

A economia da região evoluiu a passos curtos visto a lentidão do processo de ocupação que seguia o ritmo das navegações explorativas dos povoadores no Rio Grande e no Rio São Francisco que seguiam rumo a Goiás. No final do século XIX, a região de Barreiras obteve uma maior crescimento quando da

descoberta do valor econômico da extração da borracha da mangabeira e mais adiante, já no século XX, com a construção da segunda hidrelétrica do Estado.

Contudo, a crise enfrentada pela estagnação da extração da borracha aliada à desativação da hidrelétrica em 1964 contribuiu para que a região enfrentasse uma grave crise econômica. De fato, o que possibilitou a expectativa de uma volta do crescimento econômico foi justamente a construção na década de 1970, por parte do Governo Federal, da rodovia que passou a ligar Salvador à Brasília (BR-242).

Os fluxos proporcionados pela construção da BR-242 permitiram um grande salto da região, pois esta passa a servir como ponto de entroncamento fazendo a ligação rodoviária com o Norte e o Centro-Oeste. Neste contexto, a microrregião foi beneficiada pela movimentação de migrantes nordestinos que cruzavam a região em direção à recém criada capital brasileira. Acompanhando este movimento da rota dos migrantes e dos fluxos comerciais rumo à Brasília, os núcleos urbanos passaram a concentrar maiores contingentes populacionais promovendo uma circulação cada vez mais intensa de capital.

Todavia foi o desenvolvimento das atividades associadas ao agronegócio que ditou o sentido e a velocidade das transformações sócioespaciais na microrregião analisada. A microrregião de Barreiras é um dos exemplos mais expressivos da consolidação da fronteira agrícola que ganhou corpo nos cerrados nordestinos. Para isso contribuiu fortemente o fato de que as atividades econômicas e os atores sociais que regeram a dinâmica da formação da fronteira agrícola não terem encontrado a presença de rugosidades, entendendo rugosidade, conforme Santos (2002,2005), enquanto espaço construído e materializado, signo do estágio da divisão do trabalho pretérita presente no lugar. Dessa forma, o quadro encontrado oferecia as condições ideais para a mecanização do território instalando-se praticamente no vazio.

No plano da fronteira enquanto fronteira do humano, lugar onde reina o conflito social foi possível perceber o choque de temporalidades históricas vividas por distintos grupos sociais que passaram a agir na região impondo conflituosamente de um lado, o modelo desenfreado de acumulação via exploração do agronegócio onde o norte que orienta estas práticas é a busca pelo eldorado da soja (HAESBAERT, 2002). E do lado oposto temos a população nativa composta por camponeses que mantém sua temporalidade regida pela dinâmica da natureza e da

agricultura de subsistência contrariamente a temporalidade ditada pela busca incessante do lucro. Nesse sentido segundo Martins:

“o aparente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que as caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna.” (MARTINS, 1997, p.15)

O final da década de 1970 e início da década de 1980 pode ser considerado como o período que marca a incorporação dos cerrados nordestinos ao processo de expansão da fronteira agrícola subsidiada por inúmeros programas governamentais de apoio ao desenvolvimento da agricultura comercial tais como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados -PRODECER II (ALVES, 2006). O panorama fruto da descoberta da vocação agrícola da região e das possibilidades de exploração comercial da produção de grãos nos cerrados baianos, em especial a produção de soja, gerou uma busca frenética naqueles que visavam participar da grande onda de crescimento da exportação da soja, devido esta ser uma das principais e mais lucrativas commodities brasileiras.

A busca pela participação deste mercado lucrativo fortaleceu a consolidação de um significativo movimento migratório de produtores oriundos de regiões tradicionais no plantio da soja principalmente do sul do país. Esse movimento foi intensificado devido à oferta de terras baratas, realidade inversa aos Estados de origens dos migrantes, bem como das condições naturais favoráveis.

A migração de produtores oriundos das Regiões Sul e Sudeste também é regra nas microrregiões de Gerais de Balsas no Maranhão e do Alto Parnaíba Piauiense no Estado do Piauí. Foram estes os responsáveis por dinamizar a agricultura capitalista acelerando a formação de um amplo mercado para exploração da soja. O incentivo à migração partiu da possibilidade de enriquecimento rápido mediante a ampla oferta de terras a baixo custo e da garantia da produtividade já consolidada pelas experiências bem sucedidas idealizadas pela Embrapa. Esse processo deve ser interpretado para além da fatuidade do famoso espírito desbravador dos gaúchos (ALVES, 2006). Vale ressaltar que nesse processo a grilagem de terras e os falsos títulos de propriedade foram e continuam

sendo regra. As terras quando não obtidas de maneira ilegal são compradas a preços insignificantes impondo uma nova lógica de organização do território a despeito das populações que outrora já habitavam a microrregião.

Acompanhando a trajetória dos gaúchos rumo às áreas de expansão da produção da soja, grandes empresas passaram a atuar nas microrregiões em destaque tais como a Bunge Alimentos, Cargill e Multigrain (FERREIRA,2006b; ALVES,2006; MORAES,2006). Estas vieram ampliar as transformações sócioespaciais ao criar, mesmo que em números incipientes, postos de trabalho nas cidades e no campo e fomentar a continuidade da produção da soja através de empréstimos aos produtores, já que as mesmas não se ocupam da atividade de produção.

O resultado deste processo foi sem dúvida o movimento de mudança na estrutura produtiva das microrregiões associadas ao desenvolvimento do agronegócio da soja.

Quanto a área plantada de soja foi possível notar a forte concentração e evolução da área plantada nas microrregiões de expansão do agronegócio. Esta concentração aparece em todos os anos da análise, onde todos os anos as microrregiões em destaque participaram com mais de um terço da produção da soja contribuindo para manter sua hierarquia no panorama da produção nordestina.

Dentre as microrregiões analisadas, o grande destaque da concentração da área plantada foi a microrregião de Barreiras. Esta é a grande responsável pelo incremento crescente da área plantada com soja no cerrado nordestino. Se considerarmos sua importância perante a região Nordeste podemos notar que a microrregião de Barreiras de acordo com o recorte temporal adotado, sempre participou com mais da metade da área plantada com soja. Todavia, sua concentração vem paulatinamente sendo diminuída com a expansão para demais regiões como a de Gerais de Balsas e a de Alto Parnaíba Piauiense.

TABELA 26 - Participação percentual da área plantada (ha) de soja nas microrregiões no total da Região Nordeste

Microrregiões	1990	(%)	1995	(%)	2000	(%)	2004	(%)
Alto Parnaíba Piauiense	1.560	0,41	12.062	2,11	32.004	3,78	101.027	7,64
Barreiras	285.000	75,62	388.597	68,05	551.669	65,13	693.260	52,46
Gerais de Balsas	10.900	2,89	53.579	9,38	126.370	14,92	216.774	16,40
Total microrregiões	297.460	78,93	454.238	79,54	710.043	83,82	1.011.061	76,51
Nordeste	376.889	100,00	571.085	100,00	847.076	100,00	1.321.505	100,00

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE

Segundo os dados do IBGE, as microrregiões de Gerais de Balsas e do Alto Parnaíba Piauiense obtiveram um crescimento na participação percentual da área plantada correspondente a 13,51% e 7,23% respectivamente. O resultado apresentado pela análise dos dados está em consonância com o processo de incorporação das áreas do cerrado no panorama do desenvolvimento do agronegócio na soja mediante a participação de grupos nacionais e internacionais como a Bungue, Cargill, Multingrain atuando sobretudo na comercialização.

Neste caso, trata-se de um caso muito peculiar já que as grandes empresas não atuam no setor da produção. Dessa forma, estas empresas participam de maneira a induzir a produção por parte dos grandes e médios produtores. Estes repassam sua produção para as empresas que tem como objetivo realizar a comercialização do produto, muitas vezes sendo beneficiado industrialmente através das unidades industriais responsáveis por desenvolver uma cadeia produtiva do complexo agroindustrial da soja composta em sua proeminência pelas atividades de esmagamento para a obtenção de produtos como: óleo refinado envasado, óleo de soja degomado e farelo de soja peletizado.

Atentando para o processo de crescimento dos números relativos a produção da soja no Nordeste podemos notar que se trata de um verdadeiro “boom” de expansão da soja. No período analisado (1990-2004) a região Nordeste apresentou um acréscimo em números absolutos superior a três milhões de toneladas de soja (grão). Seguindo a extrema concentração da área plantada da soja nas microrregiões analisadas, estas também concentraram parte considerável da produção de soja no Nordeste. Para que possamos entender melhor esta representatividade podemos ilustrar através da relação estabelecida de acordo com os dados que mostram que para cada 10 toneladas de soja (grão) produzidas no Nordeste no período de 1990 a 2004, 7 provinham das microrregiões analisadas. No

ano de 2004, a microrregião de Alto Parnaíba Piauiense produziu mais que o total da região Nordeste em 1990.

TABELA 27 - Participação percentual da quantidade produzida de soja nas microrregiões no total da Região Nordeste

Microrregiões	1990	(%)	1995	(%)	2000	(%)	2004	(%)
Alto Parnaíba Piauiense	906	0,40	18.782	1,50	80.996	3,92	253.119	6,92
Barreiras	177.652	78,78	886.001	70,57	1.324.066	64,15	1.996.589	54,57
Gerais de Balsas	3.003	1,33	99.119	7,89	319.688	15,49	583.387	15,94
Total microrregiões	181.561	80,51	1.003.902	79,96	1.724.750	83,57	2.833.095	77,43
Nordeste	225.502	100,00	1.255.571	100,00	2.063.859	100,00	3.659.065	100,00

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE

Pontuado os principais processos que alteram a dinâmica econômica das áreas de expansão da soja no Nordeste daremos início ao estudo mais detalhado do mercado de trabalho agropecuário formal como tentativa de compreender a nova lógica de organização da divisão territorial do trabalho sob a égide do desenvolvimento do agronegócio no Nordeste.

O estudo do mercado de trabalho agropecuário formal nas áreas de produção da soja possui uma dinâmica diferenciada, já que se trata de uma cultura em que, diferentemente da fruticultura, há uma substituição massiva de trabalhadores através da utilização de modernas máquinas em distintas fases de produção. Dessa forma, o ramo da produção da soja se encaixa perfeitamente na era da modernização da agricultura que ganha acentuados níveis tecnológicos que corroboram para firmar a tendência geral de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto como traço irredutível do avanço das forças produtivas.

É nesse ramo da produção que podemos encontrar de maneira mais explícita a união dos fatores mais perversos da transformação da *terra de trabalho* em *terra de negócio*, quais sejam a expulsão massiva dos camponeses, a oligopolização do território pelas empresas e ou produtores individuais fortemente tecnificados, a disseminação de relações de trabalho capitalistas mediante o processo destacado por Alves (2006) nos cerrados nordestinos de monetarização da força de trabalho dos (des)terreados do campo. Dito isto, faz-se necessário perscrutar sobre o nível de tecnificação do processo produtivo na produção da soja.

Como vimos, o advento da produção da soja em regiões de clima tropical e subtropical como no caso dos Estados do Nordeste foi fruto das inúmeras pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Soja na criação de sementes adaptadas

para as condições edafo-climáticas do bioma cerrado antes consideradas inviáveis ao cultivo da soja. Esta ruptura ensejada pelo desenvolvimento da pesquisa aplicada à produção agropecuária é um exemplo bastante elucidativo na compreensão dos novos marcos da produção agropecuária sob a égide da biotecnologia, pois somente com os estudos das variabilidades genéticas desta cultura foi que pudemos assistir a trajetória espantosa da sojicultura no Brasil. Soma-se a isto, o fato da produção da soja ser também o grande núcleo difusor da utilização de sementes transgênicas que pouco a pouco e de forma sorrateira, vai se expandido sob uma ampla cortina de fumaça que impede a população de ter acesso minimamente a informações verídicas e fidedignas da presença ou não de sementes transgênicas nos produtos derivados da soja.

Dado o primeiro passo para a garantia da produção da soja em amplos mosaicos das paisagens naturais do Brasil, o que pudemos perceber foi o amplo processo de desenvolvimento das forças produtivas no campo. A atividade da soja é uma das culturas que mais demandam máquinas e inovações mecânicas de todo tipo ao seu processo produtivo. Colabora para este fato a necessidade que a produção desta cultura tem de se expandir para as áreas de topografia plana, daí o bioma do cerrado e seus amplos chapadões planos serem extremamente viáveis a este tipo de produção, fazendo com que haja uma significativa diminuição nos custos com o plantio e o preparo do solo, assim como no momento da colheita.

Os rebatimentos do maior uso da técnica no processo produtivo pode ser notado na baixa relação emprego/hectare que a atividade apresenta devido à mecanização da lavoura. Estimativas calculadas por economistas e engenheiros agrônomos afirmam que a relação emprego/hectare no cultivo da soja pode variar de 0,02 a 1 emprego para cada hectare, enquanto a fruticultura, dependendo de cada cultura, pode gerar até 15 empregos por hectare. O efeito da mecanização da lavoura no cultivo da soja pode ser evidenciado quando tratamos da substituição direta de trabalhadores por máquinas cada vez mais modernas. Segundo Arruda; Lovato; Tredezini:

“As colheitadeiras, juntamente com os pulverizadores motorizados, são as máquinas que mais excluem o trabalho humano. Fazendo uma analogia entre a colheitadeira e o trabalho humano, temos como exemplo, uma colheitadeira considerada de tamanho médio (Modelo TC57), que colhe em torno de 2.250 sacas de soja em uma área equivalente a 45 hectares. Para esse mesmo trabalho ser realizado

em área equivalente seria necessário cerca de 500 homens. Se considerarmos a comparação por um dia de trabalho, a colheitadeira colhe 55 sacas e um homem consegue colher no máximo 5 sacas diárias. A colheitadeira realiza muitos trabalhos ao mesmo tempo: corta a plantação, separa os grãos que caem no granel, tritura as folhas e caules da plantação e jogam novamente no solo. Quando o granel enche, a máquina despeja o grão limpo por um tubo diretamente na carreta. Isso pode ser feito por apenas um homem operando a máquina, bastando ser treinado para atender as funções que a máquina executa.” (ARRUDA;LOVATO;TREDEZINI,2004.p.60)

É preciso pontuar aqui para que não defendamos a manutenção destes postos de empregos em detrimento do avanço das máquinas de maneira ingênua, pois o aviltante esforço físico realizado pelos trabalhadores nestas atividades, como no caso dos cortadores de cana nos canaviais, deve ser de fato abolido ressaltando, assim, a importância de reconhecermos o papel da técnica subordinada ao controle social que só pode existir numa sociedade sem a divisão de classes.

Sendo assim, a combinação entre a destruição dos postos de trabalho provocados pelo desemprego estrutural aliado à falta de uma ampla reforma agrária pode potencializar os pesados danos sociais que assolam o campo, bem como as cidades para onde se deslocam esta grande massa de trabalhadores destituídos de seus meios de produção. Este momento deve ser visto por nós como uma oportunidade de desmascarar o agronegócio, que visa apenas a garantia da exploração da mais-valia, em favor de uma agricultura que seja voltada para os interesses da reprodução social dos homens e mulheres do campo.

Apesar de pontuada as características que demandam um baixo número de empregos, sua inserção em economias antes restritas a agricultura de sequeiro, bem como a pecuária de pequeno porte gerou novos delineamentos para a organização territorial do trabalho incrementando a área de atuação do capital empresarial nos cerrados nordestinos. A divisão técnica e social do trabalho extrapolaram as atividades desenvolvidas no campo e passaram a exercer uma influência significativa nos centros urbanos. Estes passam por um novo momento de realização de sua economia local, passando a fazer parte de uma ampla cadeia produtiva fomentada pela atuação de grandes empresas que influenciam diretamente na normatização do território, carregando consigo um mundo de possibilidades geradas pela circulação da commodity soja na economia global.

A análise dos números relativos ao mercado de trabalho formal no setor da agropecuária nas regiões de expansão da soja nos revelou a partir da

apreciação dos dados disponibilizados pelo RAIS/MTE o avanço paulatino da territorialização do capital no campo através da evolução do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária.

Desse modo, no ano de 1985 o número de estabelecimentos com vínculos formais nas microrregiões de expansão da soja era extremamente inexpressivo evidenciando a brevidade do processo de formação da fronteira agrícola sob moldes capitalistas. A microrregião de Balsas polarizava 55,56% do total de estabelecimentos nas microrregiões de expansão soja. As demais microrregiões apresentaram uma participação em ordem de importância de 27,78% para a microrregião de Alto Parnaíba Piauiense e de 16,67% para a microrregião de Gerais de Balsas no Maranhão.

TABELA 28 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total de estabelecimentos das microrregiões de expansão da soja

Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Alto Parnaíba Piauiense	5	27,78	13	4,69	99	9,69
Barreiras	10	55,56	220	79,42	693	67,81
Gerais de Balsas	3	16,67	44	15,88	230	22,50
Total microrregiões	18	100,00	277	100,00	1.022	100,00

Fonte: MTE/RAIS

TABELA 29 - Variação absoluta e percentual dos estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja

Microrregiões	Variação Absoluta			Variação Percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Alto Parnaíba Piauiense	8	86	94	160,00	661,54	1880,00
Barreiras	210	473	683	2100,00	215,00	6830,00
Gerais de Balsas	41	186	227	1366,67	422,73	7566,67
Total microrregiões	259	745	1.004	1438,89	268,95	5577,78

Fonte: MTE/RAIS

No ano de 1995, houve um acréscimo de 259 novos estabelecimentos com vínculos formais nas microrregiões de desenvolvimento da produção de soja. A microrregião de Barreiras passou a registrar não só o maior crescimento absoluto com a criação de 210 estabelecimentos, ou seja, 81,08% do total de estabelecimentos criados no intervalo de 1985 a 1995, como também passou a hierarquizar de uma maneira mais efetiva sua participação percentual no ano de 1995 representando 79,42% do total de estabelecimentos. As microrregiões de

Gerais de Balsas e a do Alto Parnaíba Piauiense participaram secundariamente representando no ano de 1995 15,88% e 4,69% respectivamente.

Nos dados relativos ao ano de 2004, observa-se que houve uma queda na participação percentual da microrregião de Barreiras que diferentemente dos 79,42% na participação do total no ano de 1995 passou, em 2004, a concentrar 67,81%. A microrregião que mais se beneficiou com essa tímida desconcentração espacial dos estabelecimentos com vínculos formais foi a microrregião de Gerais de Balsas (MA) que obteve um aumento na participação percentual de 6,62%. Seguida da Microrregião de Alto Parnaíba Piauiense (PI) com um aumento de 5%.

Numa perspectiva que abarca o período integral de 1985 a 2004, a evolução do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária apresentou um crescimento de maior monta com a criação de 1.004 novos estabelecimentos o que garantiu uma variação percentual superior a 5.000%. Neste caso, devemos enfatizar a importância da microrregião de Barreiras que sozinha foi responsável por 68,02% (683) do total de estabelecimentos com vínculos formais criados nas áreas de expansão da soja. As demais microrregiões e suas participações no total de estabelecimentos criados no intervalo de 1985 a 2004 foram às microrregiões de Gerais de Balsas com 22,60% (227) e por último a microrregião de Alto Parnaíba Piauiense com 9,36% (94)

Avaliando a representatividade do número de estabelecimentos com vínculo formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja em relação à Região Nordeste, pudemos perceber que as áreas em destaque apresentaram uma elevação em sua participação percentual de forma gradativa sendo que no ano de 1985, nenhuma das microrregiões tomadas isoladamente assim como em seu conjunto, chegaram a representar sequer 1% na participação relativa à Região Nordeste.

Este quadro somente começa a ser alterado, no ano de 1995 na medida em que a microrregião de Barreiras começa a se destacar em sua participação percentual saindo de 0,48% em 1985 para 1,65% no ano de 1995. Somado ao desempenho das demais microrregiões, as áreas de expansão da soja passaram a representar 2,08% no total de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária no Nordeste.

No ano de 2004 o crescimento da participação percentual das microrregiões da soja continuou a ser puxado pela performance da microrregião de

Barreiras que mais uma vez registrou um acréscimo passando agora a representar sozinha 2,72% no total do Nordeste. Fato esse que possibilitou que no ano em destaque as microrregiões da soja representassem 4,01% do total de estabelecimentos na Região Nordeste.

TABELA 30 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja no total de estabelecimentos da Região Nordeste

Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Alto Parnaíba Piauiense	5	0,24	13	0,10	99	0,39
Barreiras	10	0,48	220	1,65	693	2,72
Gerais de Balsas	3	0,15	44	0,33	230	0,90
Total microrregiões	18	0,87	277	2,08	1.022	4,01
Nordeste	2.068	100,00	13.345	100,00	25.473	100,00

Fonte: MTE/RAIS

Quanto à evolução do estoque de empregos formais nas áreas de consolidação do agronegócio da soja, esta aconteceu a passos curtos e de maneira gradativa com extremo destaque para a microrregião de Barreiras na Bahia. Dito isto, no ano de 1985 as microrregiões da soja apresentavam um irrisório estoque de apenas 266 empregos formais no setor da agropecuária. Estes se concentravam principalmente nas microrregiões de Barreiras e do Alto Parnaíba Piauiense apresentando uma participação percentual de 51,88 % (138) e 42,11% (112) respectivamente.

TABELA 31 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões no total das microrregiões de expansão da soja

Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Alto Parnaíba Piauiense	112	42,11	74	4,40	1.031	10,67
Barreiras	138	51,88	1.252	74,44	6.723	69,55
Gerais de Balsas	16	6,02	356	21,17	1.913	19,79
Total microrregiões	266	100,00	1.682	100,00	9.667	100,00

Fonte: MTE/ RAIS

Este quadro ilustra a forma de organização socioespacial das áreas de produção da soja que se localizam em locais onde a dinâmica populacional é marcada por uma baixa densidade demográfica e pela existência de uma rede urbana com fraca capacidade de atração populacional. Tal fato começa a mudar justamente com a expansão da fronteira agrícola alavancada pelo processo de

especialização produtiva do território a partir do desenvolvimento da produção de soja.

No ano de 1995 houve um aumento do estoque total de empregos formais na agropecuária nas microrregiões da soja. Segundo os dados da variação absoluta e percentual para o período de 1985 a 1995, o aumento em termos absolutos foi de 1.416 empregos formais o que representou uma variação percentual de 532,33%. Foi neste ano que também pudemos notar uma maior concentração dos empregos formais na microrregião de Barreiras. Esta microrregião passou a concentrar 74,44% (1.252) do número de empregos formais entre as microrregiões corroborando para que a microrregião em destaque consolidasse definitivamente sua primazia na hierarquia da distribuição espacial do número de empregos formais nas microrregiões da soja. Ainda no ano de 1995, vale destacar a queda em números absolutos e percentuais da microrregião de Alto Parnaíba Piauiense havendo uma perda de 38 empregos formais comparativamente ao ano de 1985.

TABELA 32 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja

Microrregiões	Variação Absoluta			Variação Percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Alto Parnaíba Piauiense	-38	957	919	-33,93	1293,24	820,54
Barreiras	1114	5.471	6.585	807,25	436,98	4771,74
Gerais de Balsas	340	1.557	1.897	2125,00	437,36	11856,25
Total microrregiões	1416	7.985	9.401	532,33	474,73	3534,21

Fonte: MTE/ RAIS

O ano de 2004, a formação de um mercado de trabalho agropecuário formal se confirmou com a continuidade do crescimento dos postos formais de trabalho no setor da agropecuária em todas as microrregiões. Foi neste ano que todas as microrregiões passaram a apresentar mais de 1000 empregos formais contribuindo para que houvesse uma leve queda da concentração espacial dos empregos, mas que não chegou a ameaçar a primazia da microrregião de Barreiras. A análise do período de 1995 a 2004 mostra que houve um importante crescimento na geração de empregos formais. Somente na microrregião de Barreiras foi registrado um acréscimo de 9.401 novos empregos formais nos setor na agropecuária.

Numa perspectiva conjunta considerando o recorte temporal analisado de 1985 a 2004, torna-se claro a importância da evolução do estoque de empregos

formais na agropecuária nas microrregiões de expansão do agronegócio da soja. A consolidação deste panorama pode ser evidenciada através da evolução do estoque de empregos formais que chegou aos 9.667 empregos. A relação empregos formais/ano para o setor da agropecuária nas microrregiões da soja no período de 1985 a 2004, foi, em média, de 508 empregos formais por ano sendo que destes 70% foram gerados na microrregião de Barreiras.

Partindo da análise da representatividade das microrregiões com o seu total, vamos agora averiguar a representatividade das microrregiões da soja na região Nordeste.

TABELA 33 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões da soja no total da região Nordeste						
Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Alto Parnaíba Piauiense	112	0,22	74	0,05	1.031	0,45
Barreiras	138	0,27	1.252	0,79	6.723	2,94
Gerais de Balsas	16	0,03	356	0,22	1.913	0,84
Total microrregiões	266	0,51	1.682	1,06	9.667	4,22
Nordeste	51.962	100,00	158.231	100,00	228.965	100,00

Fonte: MTE/ RAIS

De acordo com a análise dos dados da RAIS/MTE a participação das microrregiões da soja no total de empregos formais no setor da agropecuária da região Nordeste foi aos poucos galgando um maior destaque. Em 1985, as microrregiões do agronegócio da soja reunidas participaram com apenas 0,5% do total de empregos formais no Nordeste. No ano de 1995, a participação percentual apesar de ter apresentado um aumento chegou a registrar apenas 1,06% no total da região Nordeste, sendo que as microrregiões tomadas isoladamente não chegaram a representar se quer 1%. Em 2004, houve um melhora significativa com um aumento de 3,16% em sua participação percentual em relação ao total do Nordeste. O destaque ficou por conta da microrregião de Barreiras.

Quando averiguamos a participação percentual das microrregiões de consecução do agronegócio da soja segundo a participação percentual do número de empregos formais gerados no período analisado, percebemos que no período de 1985 a 1995, as microrregiões de expansão da soja participaram com 1,33% do total de empregos formais criados no setor da agropecuária na região Nordeste.

TABELA 34 - Participação percentual do total de empregos formais gerados no setor da agropecuária nas microrregiões da soja no total de empregos gerados no total da região Nordeste

Microrregiões	1985 -1995		1995-2004		1985 -2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Alto Parnaíba Piauiense	-38	-0,04	957	1,35	919	0,52
Barreiras	1114	1,05	5.471	7,73	6.585	3,72
Gerais de Balsas	340	0,32	1.557	2,20	1.897	1,07
Total microrregiões	1416	1,33	7.985	11,29	9.401	5,31
Nordeste	106.269	100,00	70.734	100,00	177.003	100,00

Fonte: MTE/ RAIS

No intervalo subsequente, houve um aumento bastante expressivo da participação percentual das microrregiões da soja chegando a registrar um acréscimo de aproximadamente 10% na participação percentual da geração de empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste. Este desempenho pode ser explicado pela importância do crescimento do estoque de empregos na microrregião de Barreiras no intervalo em destaque. Este desempenho foi na contramão tanto do Nordeste como também das microrregiões da fruticultura onde a geração de empregos no intervalo de 1995 a 2004 foi bastante inferior ao crescimento representado no primeiro intervalo, ou seja, de 1985 a 1995.

Para o período que congrega o intervalo de 1985 a 2004 percebemos que as microrregiões em destaque exerceram um importante papel na geração de empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste. Este crescimento apesar de sofrer um importante impacto devido a inexpressividade do primeiro intervalo foi muito importante, pois se consideramos a brevidade da inserção de uma agricultura comercial nas microrregiões da soja e da mecanização da lavoura que acompanha esta atividade, os números da evolução do estoque de empregos aparecem de uma maneira representativa.

Este traço também se confirma na análise da representatividade das microrregiões analisadas em seus respectivos Estados. Sendo assim, nas áreas de expansão mais recente da sojicultura como a região de Balsas e Alto Parnaíba Piauiense, nota-se que embora a dinâmica propiciada pela produção da soja tenha demandado um número diminuto de mão-de-obra, estas áreas possuem uma representatividade expressiva em seus respectivos Estados. No exemplo da microrregião de Gerais de Balsas, no ano de 2004, a microrregião ocupou a segunda posição no ranking estadual com 18,97% dos empregos formais no setor da agropecuária no Estado do Maranhão logo atrás da microrregião de Imperatriz. Já no Piauí, a região de Alto Parnaíba Piauiense ocupou a segunda posição com

22,25% perdendo apenas para a microrregião de Teresina. A microrregião de Barreiras ocupou o quarto lugar com 8,61%, logo atrás das microrregiões de Ilhéus-Itabuna, Porto Seguro e Juazeiro no ranking das microrregiões com maior estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Estado da Bahia.

Os dados supracitados revelam a expansão recente em áreas onde a expansão de relações tipicamente capitalistas ainda se desenvolve de maneira tênue, denotando que o capital age de forma seletiva, mas sempre atento às movimentações na fronteira de expansão agrícola.

A leitura da dinâmica do emprego formal no setor da agropecuária em uma perspectiva conjunta que reúne as microrregiões de expansão da fruticultura e da soja nos permite uma melhor compreensão do grau de representatividade das áreas de difusão do agronegócio na divisão territorial do trabalho no Nordeste. De acordo com os dados conjuntos das áreas da fruticultura e da soja percebe-se que estas regiões juntas foram responsáveis por um crescimento paulatino tanto no número de estabelecimentos com vínculos formais como no estoque de empregos.

De acordo com os dados do MTE/RAIS no ano de 1985 as microrregiões analisadas participaram com 6,09% no total de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária no Nordeste. A participação das microrregiões no ano de 1995 sofreu uma ligeira queda e passou a representar 5,39%. Contudo, no ano de 2004 houve um panorama positivo no quadro da participação das microrregiões com um aumento de 4,07% passando a representar 9,46% no total de estabelecimentos com vínculos formais no Nordeste.

TABELA 35 - Participação percentual do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões da fruticultura e da soja no total de estabelecimentos da Região Nordeste

Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Alto Parnaíba Piauiense	5	0,24	13	0,10	99	0,39
Baixo Jaguaribe	52	2,51	29	0,22	81	0,32
Barreiras	10	0,48	220	1,65	693	2,72
Gerais de Balsas	3	0,15	44	0,33	230	0,90
Juazeiro	19	0,92	126	0,94	309	1,21
Mossoró	14	0,68	48	0,36	159	0,62
Petrolina	16	0,77	206	1,54	694	2,72
Vale do Açu	7	0,34	33	0,25	146	0,57
Total microrregiões	126	6,09	719	5,39	2.411	9,46
Nordeste	2.068	100,00	13.345	100,00	25.473	100,00

Fonte: MTE/RAIS

TABELA 36 - Variação absoluta e percentual do total de estabelecimentos com vínculos empregatícios formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura e da soja

Microrregiões	Diferença Absoluta			Variação Percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Alto Parnaíba Piauiense	8	86	94	160,00	661,54	1880,00
Baixo Jaguaribe	-23	52	29	-44,23	179,31	55,77
Barreiras	210	473	683	2100,00	215,00	6830,00
Gerais de Balsas	41	186	227	1366,67	422,73	7566,67
Juazeiro	107	183	290	563,16	145,24	1526,32
Mossoró	34	111	145	242,86	231,25	1035,71
Petrolina	190	488	678	1187,50	236,89	4237,50
Vale do Açu	26	113	139	371,43	342,42	1985,71
Total microrregiões	593	1.692	2.285	470,63	235,33	1813,49
Nordeste	11.277	12.128	23.405	545,31	90,88	1131,77

Fonte: MTE/RAIS

Em termos de participação no total de estabelecimentos criados no Nordeste, as microrregiões representaram no primeiro intervalo, ou seja, no período de 1985 a 1995 5,25% (593) do total. A participação continuou em ritmo crescente no intervalo subsequente de 1995 a 2004 passando a representar 13,95 (1.692) % no total de estabelecimentos criados. Se tomarmos como referência o intervalo total de 1985 a 2004 a participação das microrregiões da fruticultura e da soja no total da Região Nordeste chegou a 9,76% (2.285).

A evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de desenvolvimento da fruticultura e da soja concernente ao total da Região Nordeste apresentou resultados expressivos. Quanto à participação percentual no estoque de empregos, as microrregiões em destaque compunham no ano de 1985 5,19% (2.695) do total de empregos formais no setor da agropecuária na Região Nordeste. No ano de 1995 este número passa dos 5,19% para 13,83% denotando a maior participação das microrregiões no aumento do estoque de empregos formais. Contudo, foi no ano de 2004, que o crescimento das microrregiões analisadas culminou com crescimento na participação percentual de 6,68% relativo ano de 1995 e de 15,32% relativo ao ano de 1985. Nesse ínterim, as microrregiões de desenvolvimento da fruticultura e da soja foram responsáveis no ano de 2004 por 20,51% do total de empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste.

TABELA 37 - Participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura e da soja no total da Região Nordeste

Microrregiões	1985		1995		2004	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Alto Parnaíba Piauiense	112	0,22	74	0,04	1.031	0,45
Baixo Jaguaribe	52	0,10	956	0,57	4.458	1,95
Barreiras	138	0,27	1.252	0,74	6.723	2,94
Gerais de Balsas	16	0,03	356	0,21	1.913	0,84
Juazeiro	209	0,40	4.470	2,65	9.919	4,33
Mossoró	1.807	3,48	7.836	4,64	6.395	2,79
Petrolina	230	0,44	6.644	3,94	11.351	4,96
Vale do Açu	131	0,25	1.747	1,04	5.179	2,26
Total microrregiões	2.695	5,19	23.335	13,83	46.969	20,51
Nordeste	51.962	100,00	168.715	100,00	228.965	100,00

Fonte: MTE/RAIS

TABELA 38 - Variação absoluta e percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura e da soja

Microrregiões	Diferença Absoluta			Variação Percentual		
	1985-1995	1995-2004	1985-2004	1985-1995	1995-2004	1985-2004
Alto Parnaíba Piauiense	-38	957	919	-33,93	1293,24	820,54
Baixo Jaguaribe	904	3.502	4.406	1738,46	366,32	8473,08
Barreiras	1.114	5.471	6.585	807,25	436,98	4771,74
Gerais de Balsas	340	1.557	1.897	2125,00	437,36	11856,25
Juazeiro	4.261	5.449	9.710	2038,76	121,90	4645,93
Mossoró	6.029	-1.441	4.588	333,65	-18,39	253,90
Petrolina	6.414	4.707	11.121	2788,70	70,85	4835,22
Vale do Açu	1.616	3.432	5.048	1233,59	196,45	3853,44
Total microrregiões	20.640	23.634	44.274	765,86	101,28	1642,82
Nordeste	116.753	60.250	177.003	224,69	35,71	340,64

Fonte: MTE/RAIS

Tomando como base a relação entre o total de empregos formais gerados no recorte temporal adotado pudemos observar uma participação significativa das microrregiões em destaque. No período de 1985 a 1995, as microrregiões da fruticultura e da soja participaram com 17,67% do total de empregos formais criados. No segundo intervalo (1995 -2004), as microrregiões alcançaram seu maior resultado com a participação de 39,22% no total de empregos formais gerados no Nordeste. Chama a atenção nesse período a importância das microrregiões de Barreiras¹⁹ com 9,08% (5.471), Juazeiro com 9,04% (5.449) e

¹⁹ Apesar do aumento registrado na maior parte das microrregiões, chamou a atenção, também, o fato de neste intervalo a microrregião onde mais foram registrados empregos formais ter sido a microrregião de Barreiras no Estado da Bahia, área de expansão da produção da soja que como vimos pelas suas peculiaridades não tem sido uma atividade que demanda um número significado de trabalhadores. Contudo, o que pode explicar este crescimento da microrregião de Barreiras é o fato de não só o município sede, caso do município de Barreiras, ter se destacado nos últimos anos na

Petrolina com 7,81% (4.707) referente à Região Nordeste. No último intervalo que congrega ao intervalo de 1985 a 2004, as microrregiões de destaque da fruticultura e da soja participaram com 25,01% no total de empregos formais criados no setor da agropecuária no Nordeste.

Outro indicativo que mostra a importância da formação de um mercado de trabalho capitalista nas microrregiões de expansão do agronegócio foi o que denota a relevância do setor da agropecuária na dinâmica das ocupações com vínculos empregatícios formais. Segundo dados do CAGED/MTE para os meses de Janeiro a Setembro de 2007 em todas as microrregiões analisadas, as ocupações que mais registraram o número de admissões em todos setores da economia, foram aquelas associadas ao setor da agropecuária. Mesmo naquelas microrregiões onde os demais setores da economia demonstram um importante vigor econômico como as microrregiões de Mossoró e Petrolina.

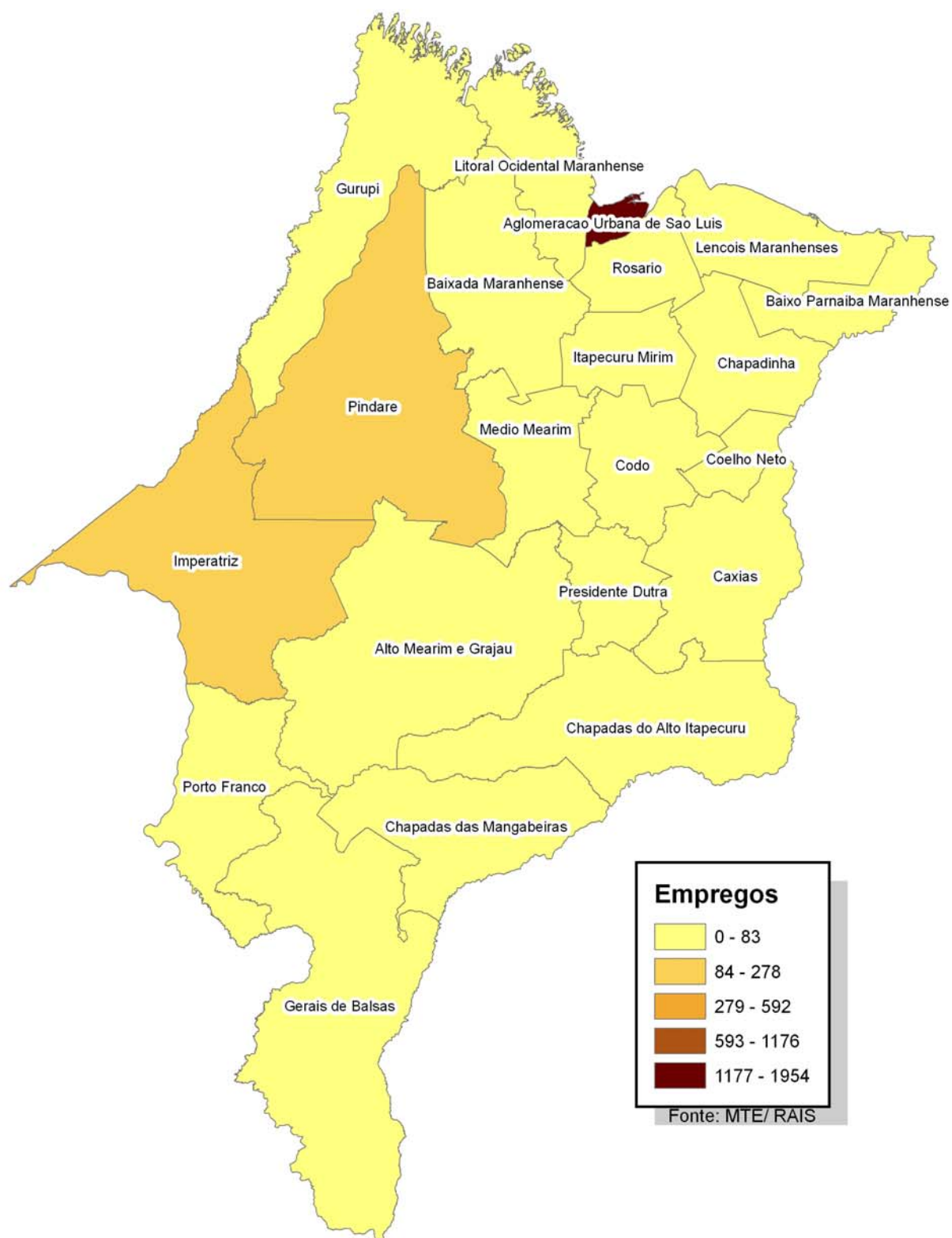
Os principais destaques das ocupações do setor da agropecuária que hierarquizaram a dinâmica do mercado de trabalho nas microrregiões analisadas estão as ocupações de: trabalhador agropecuário em geral; trabalhador no cultivo de trepadeiras frutíferas; trabalhador volante da agricultura; trabalhador no cultivo de árvores frutíferas; trabalhador no cultivo de soja; tratorista agrícola; operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas; trabalhador da pecuária (bovinos corte) dentre outras.

Imbuídos na tentativa de aprimorar nossa compreensão acerca da evolução e das mudanças na divisão territorial do trabalho agropecuário formal nas microrregiões de expansão do agronegócio no Nordeste, lançamos mão da apresentação dos cartogramas que mostram a distribuição espacial dos empregos formais na agropecuária segundo os anos que fazem parte de nosso recorte analítico, qual seja os anos de 1985, 1995 e 2004. A partir dos cartogramas podemos visualizar como cada microrregião em seus respectivos Estados foi paulatinamente concentrando o maior número de empregos formais no setor da agropecuária podendo atentar acerca das mudanças e das persistências da dinâmica espacial.

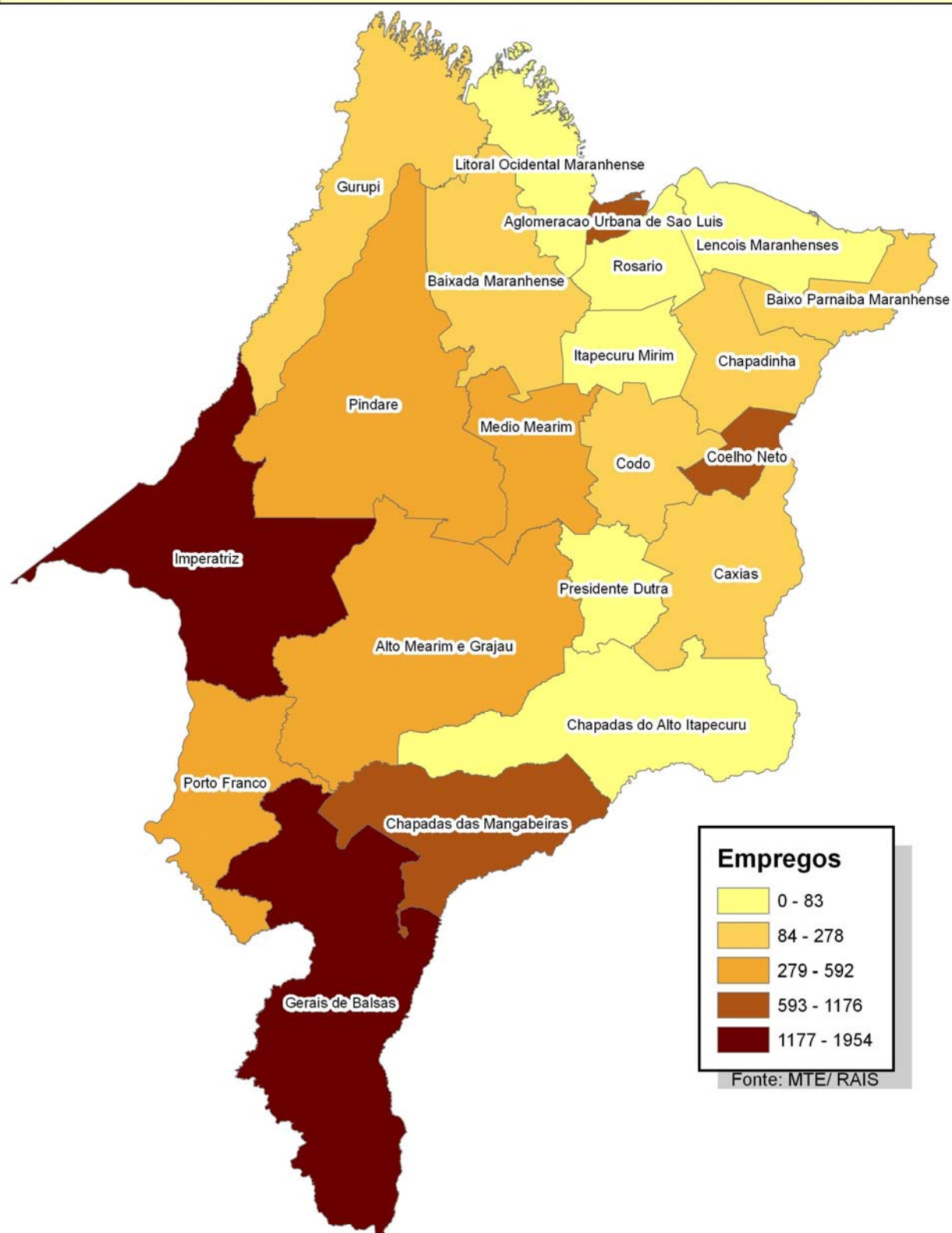
expansão da soja como também outros municípios a exemplo do município de Luiz Eduardo Magalhães que vem concentrando importantes números na produção de soja nos cerrados baianos e que conforme mostra Alves (2006) tende a superar o próprio município de Barreiras em termos do número de investimentos e da concentração das atividades associadas ao setor do agronegócio na região oeste da Bahia.

Vale ressaltar que devido ao ritmo de crescimento do estoque de empregos nas microrregiões analisadas e variação em cada ano do recorte temporal, optamos por escolher uma classe, para os cartogramas, baseada nos números absolutos para cada ano em cada microrregião.

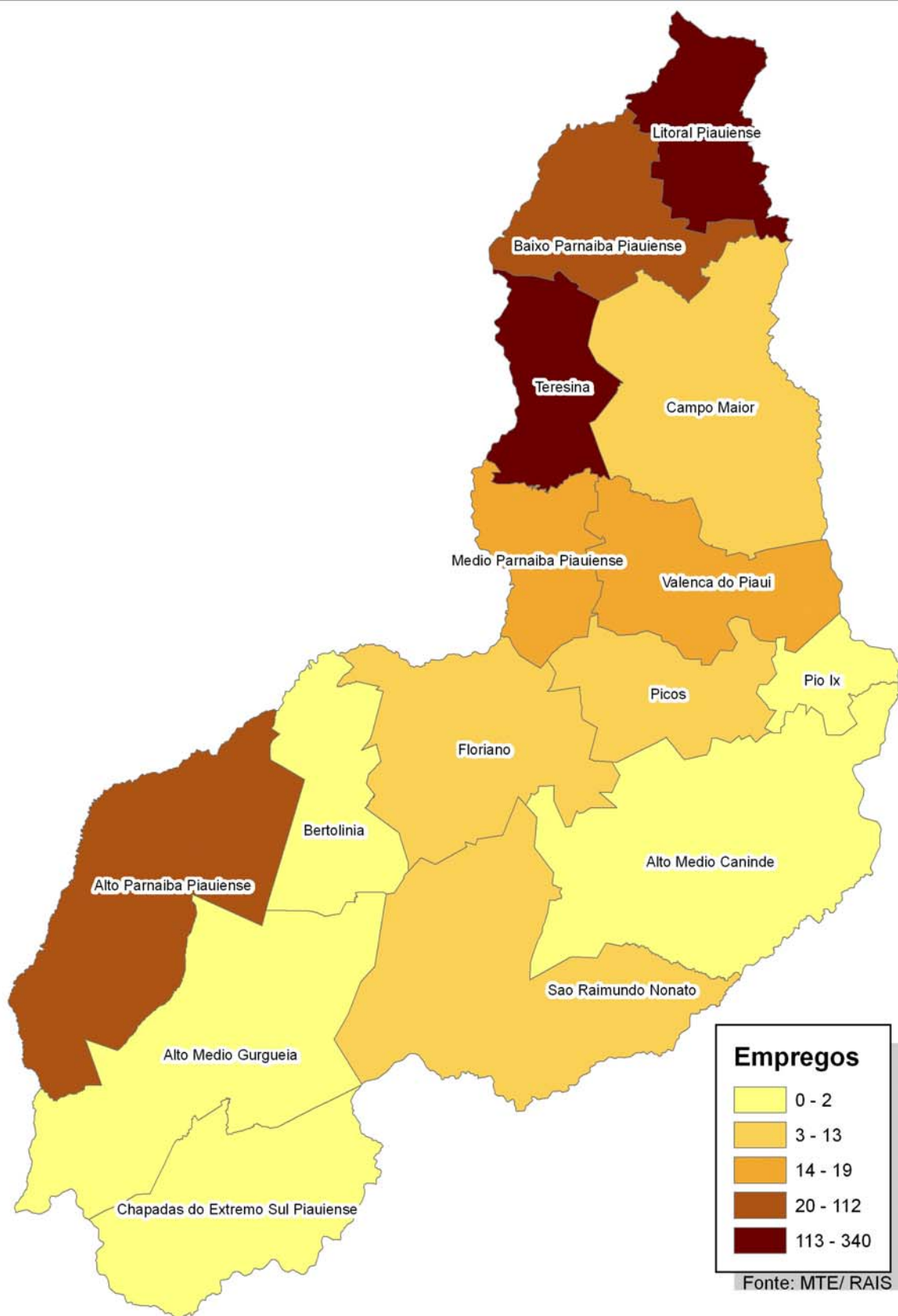
Cartograma 12 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Maranhão – Microrregiões - 1985



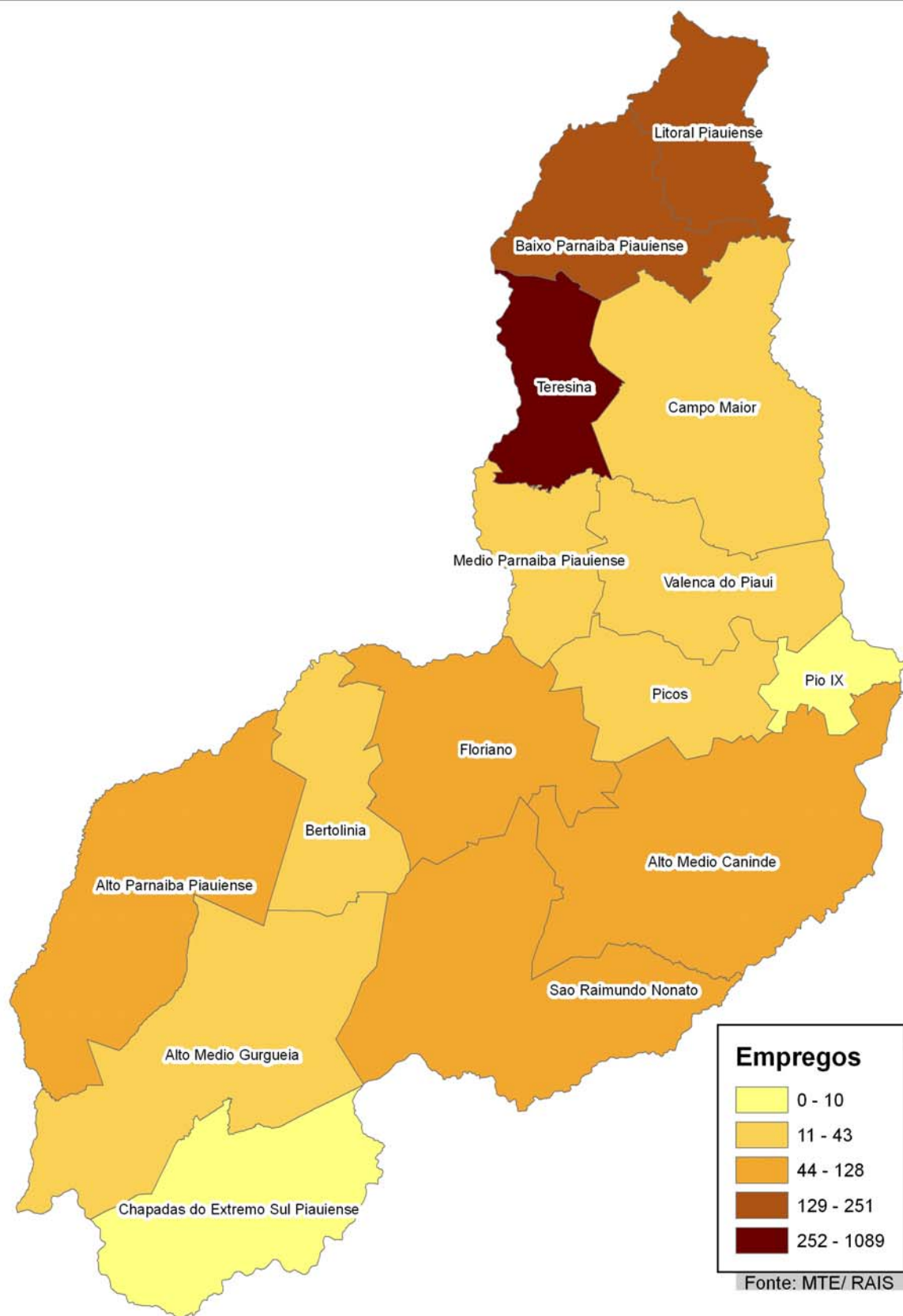
Cartograma 14 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Maranhão - Microrregiões - 2004



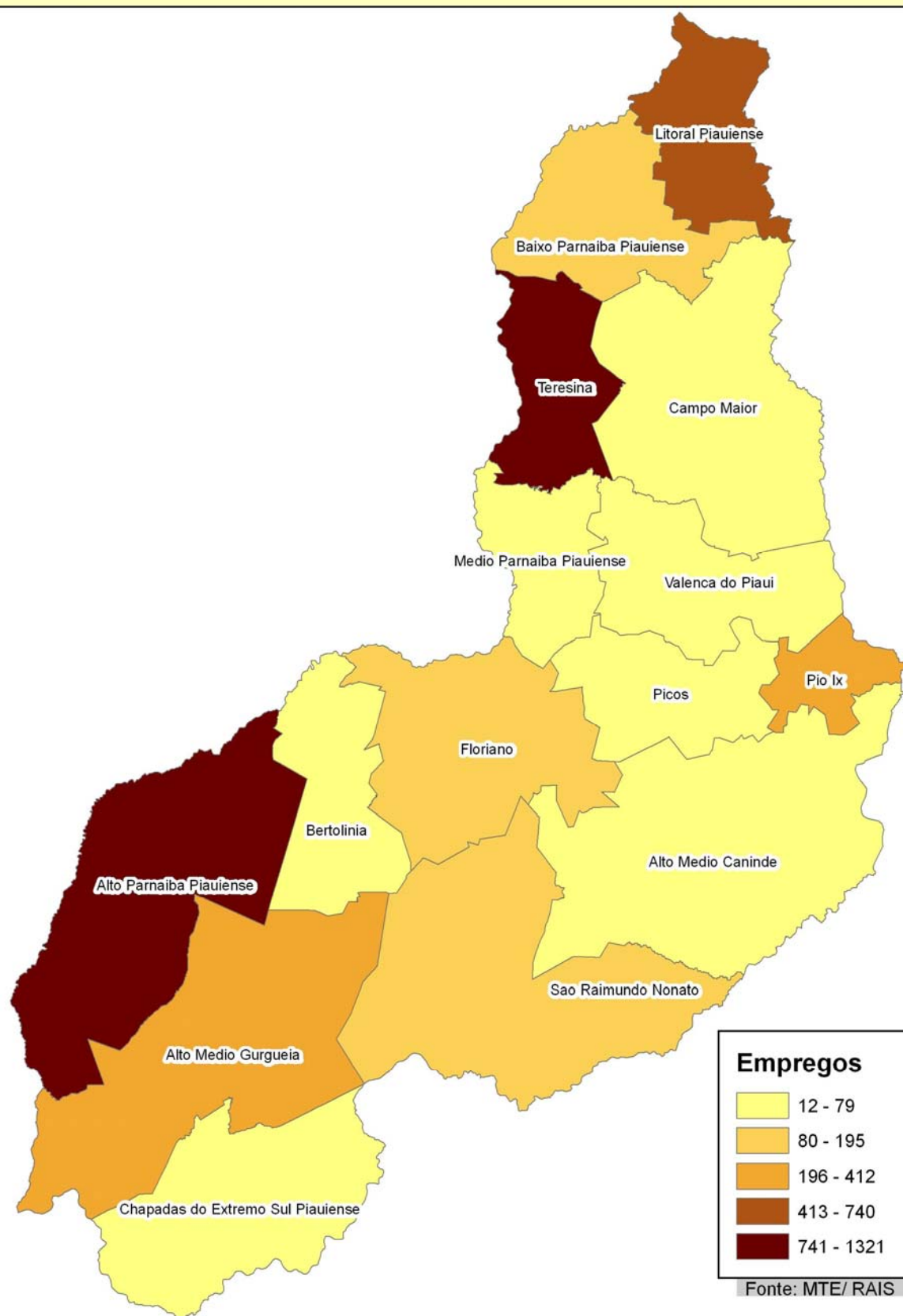
Cartograma 15 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Piauí – Microrregiões – 1985



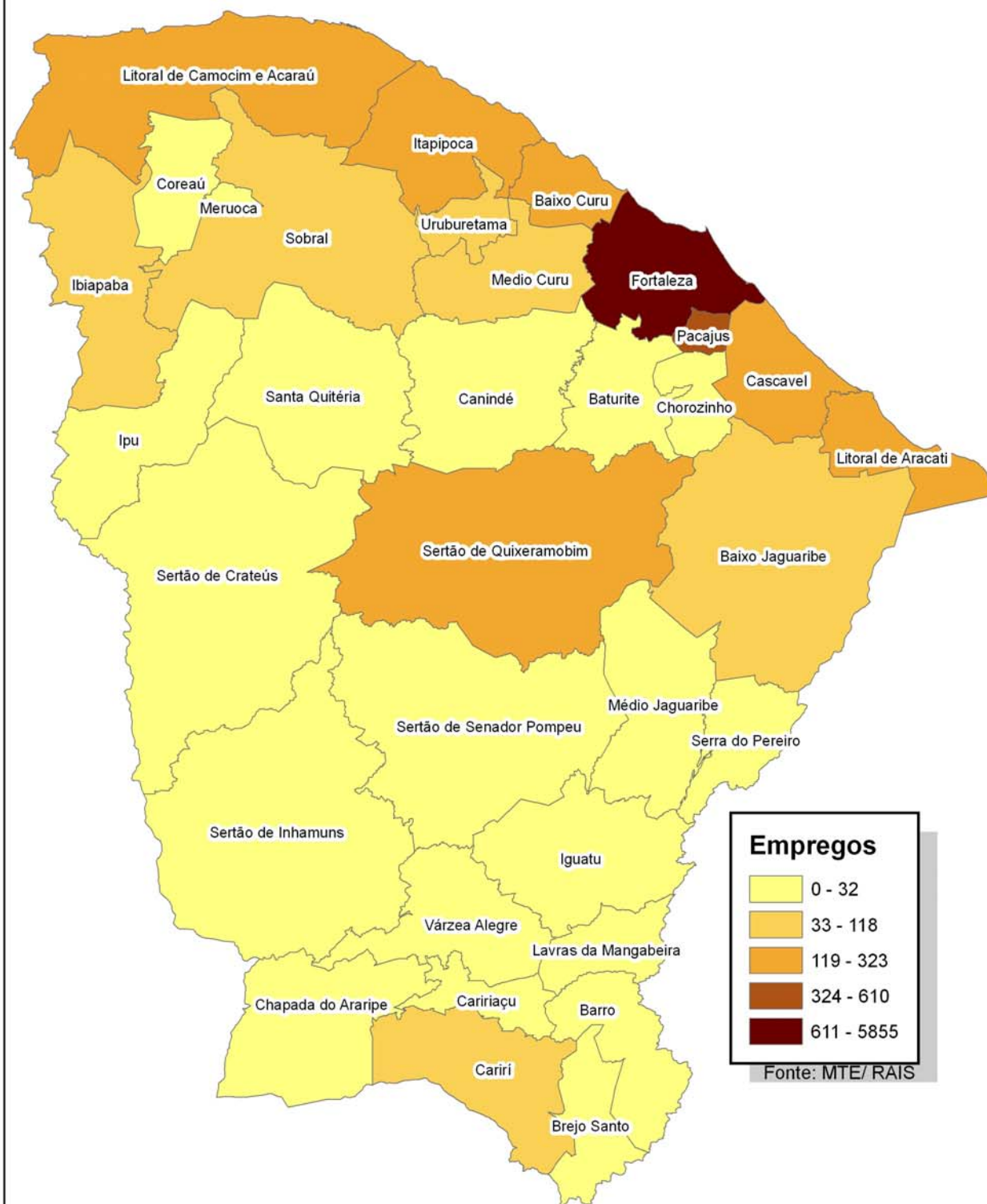
Cartograma 16 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Piauí – Microrregiões – 1995



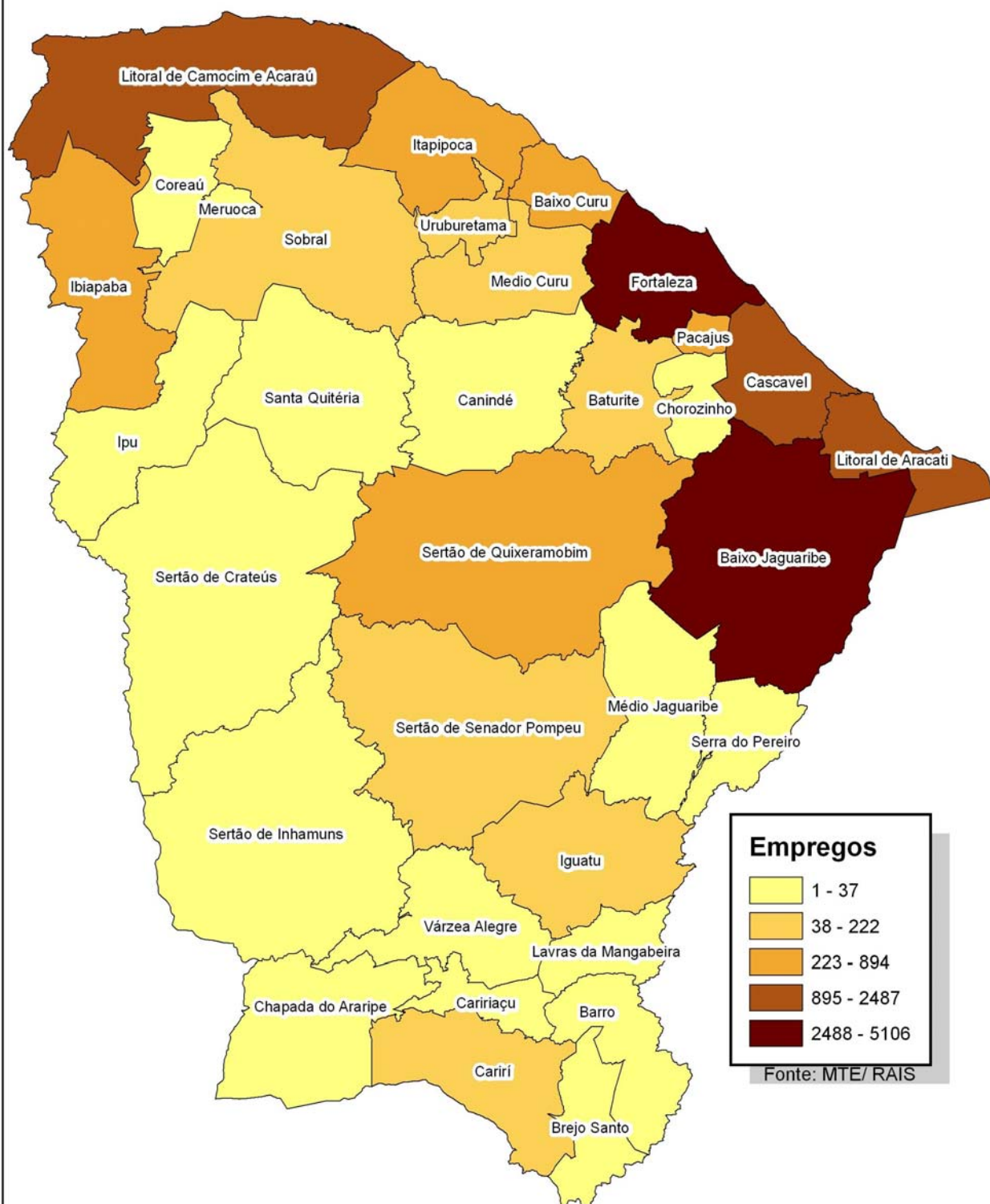
Cartograma 17 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Piauí - Microrregiões - 2004

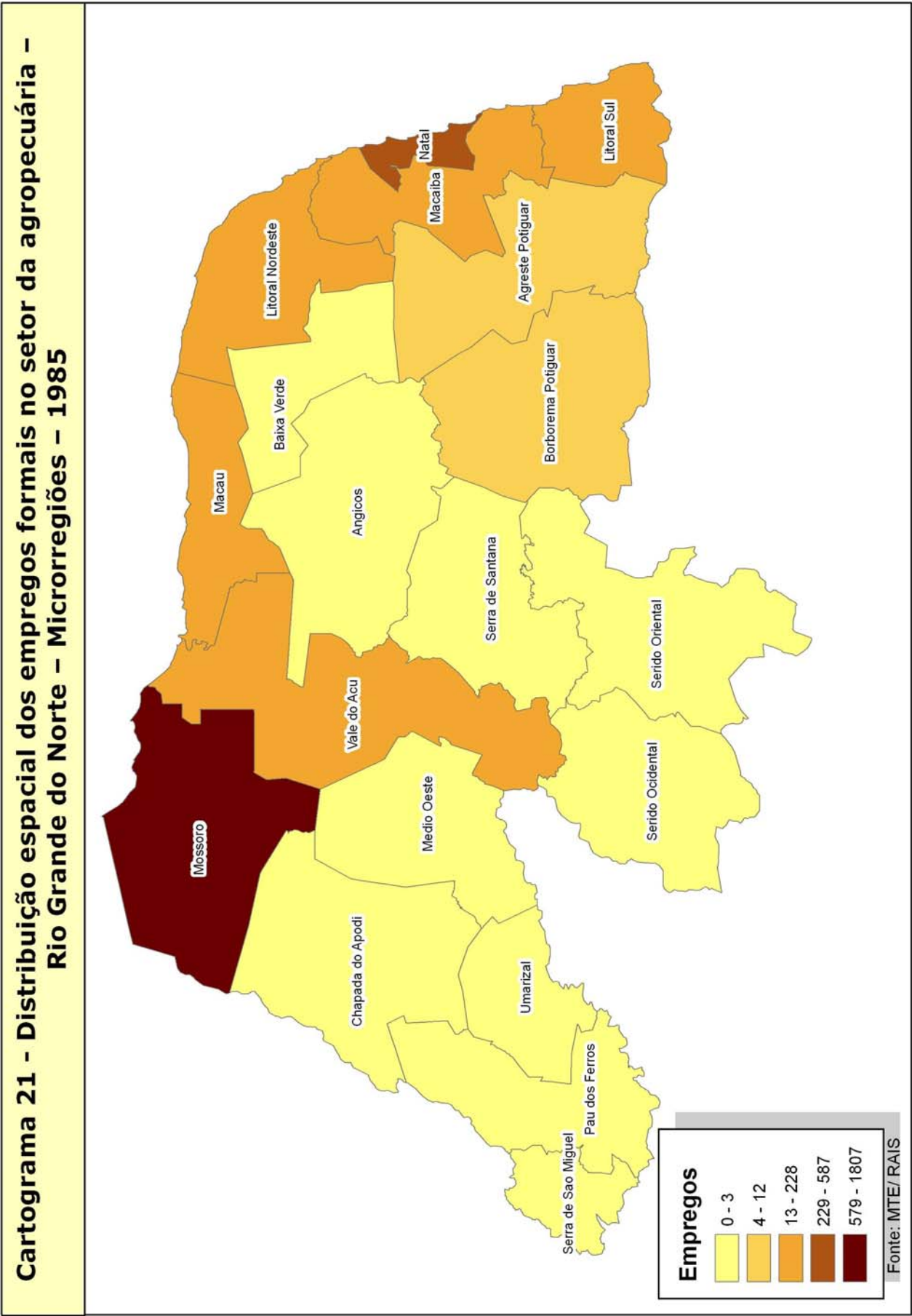


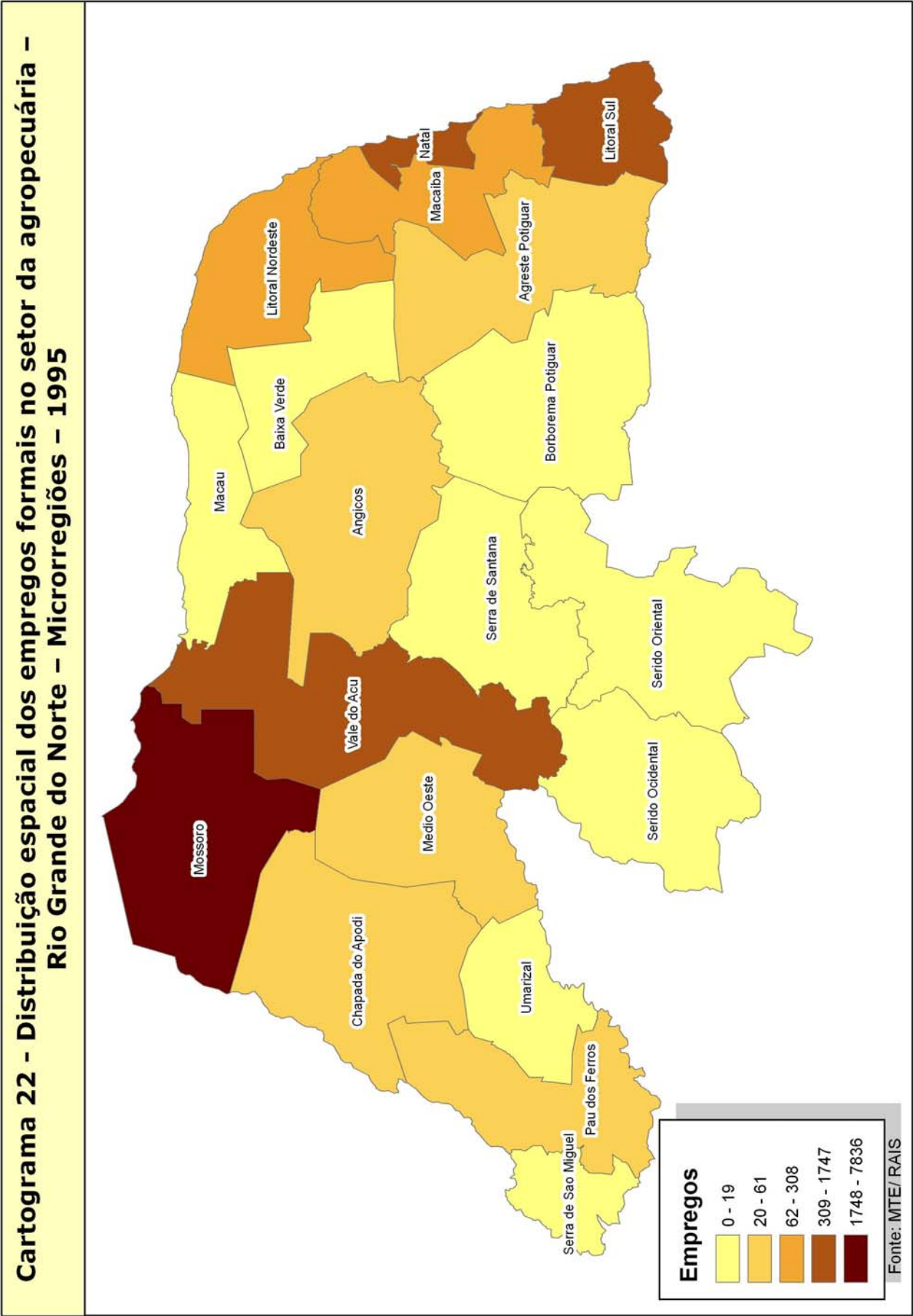
Cartograma 18 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Ceará – Microrregiões – 1985

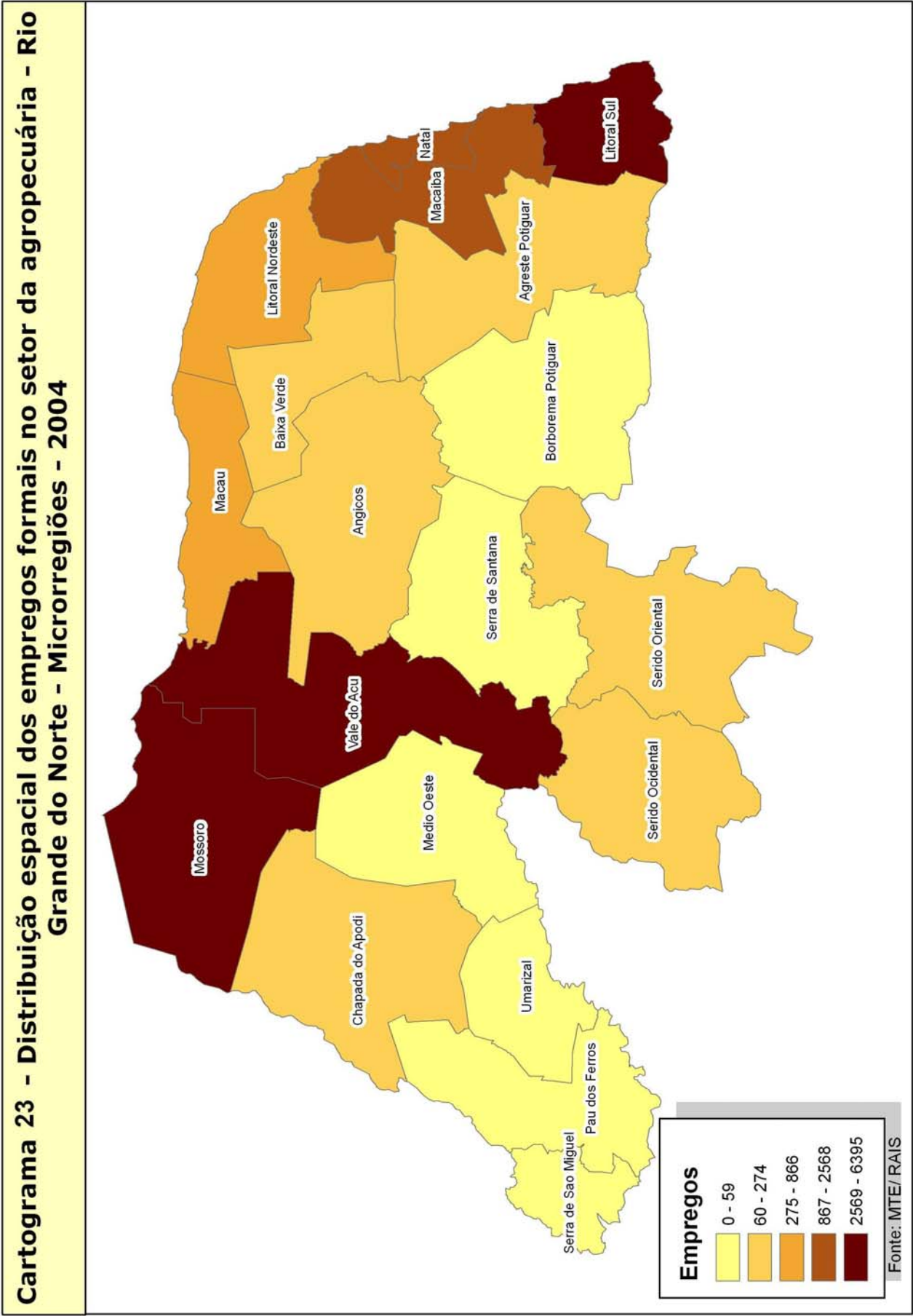


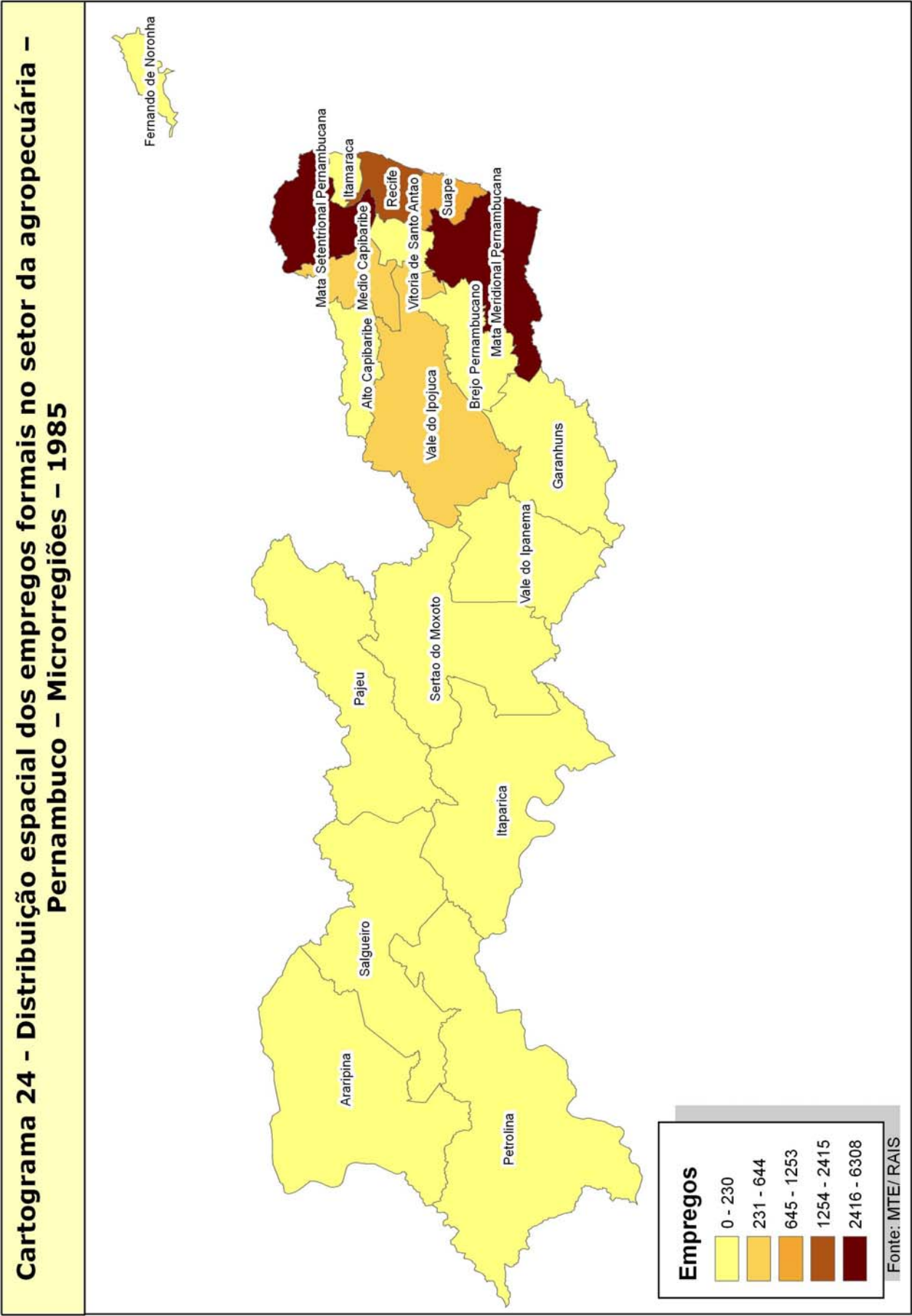
Cartograma 20 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Ceará - Microrregiões - 2004

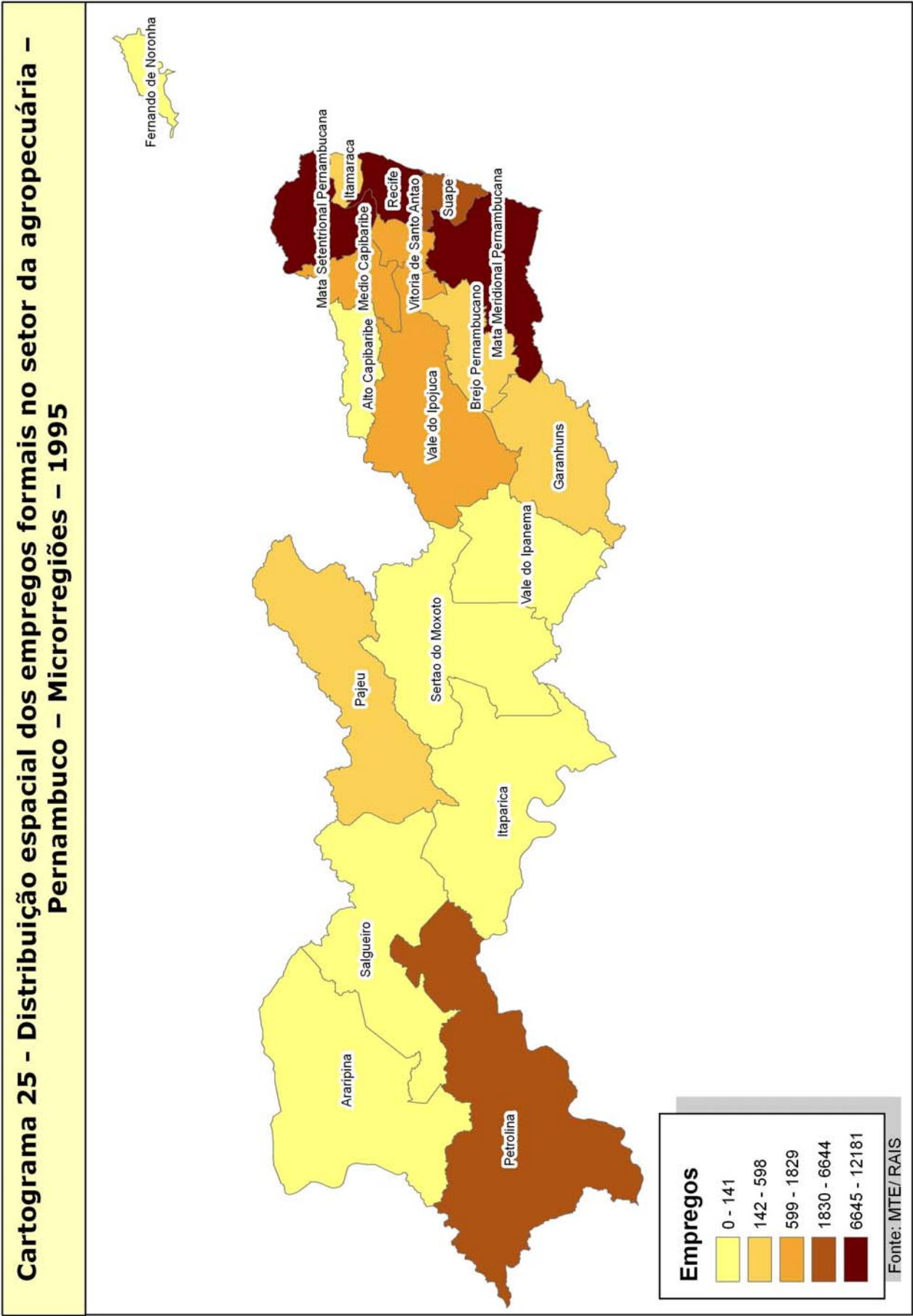




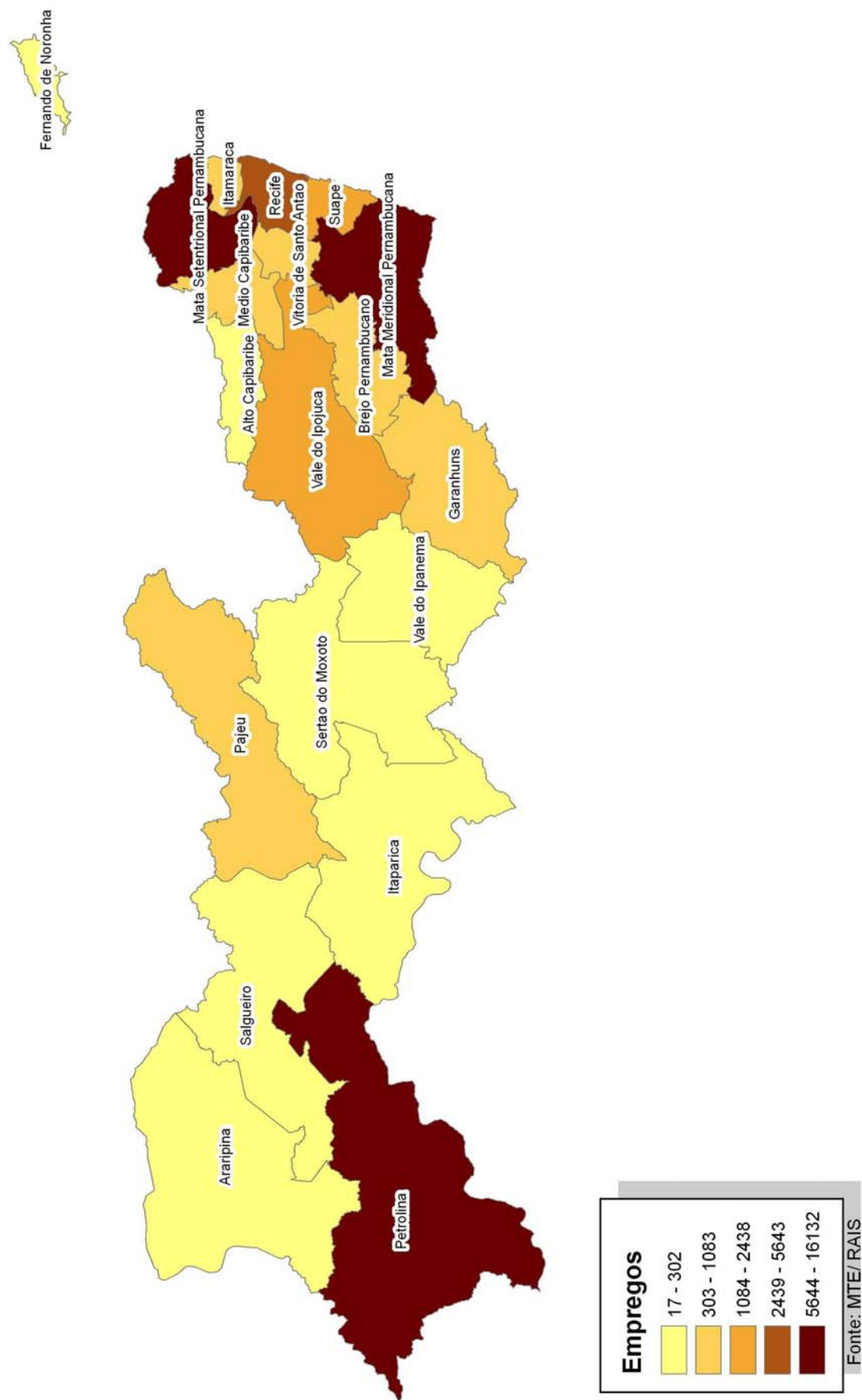




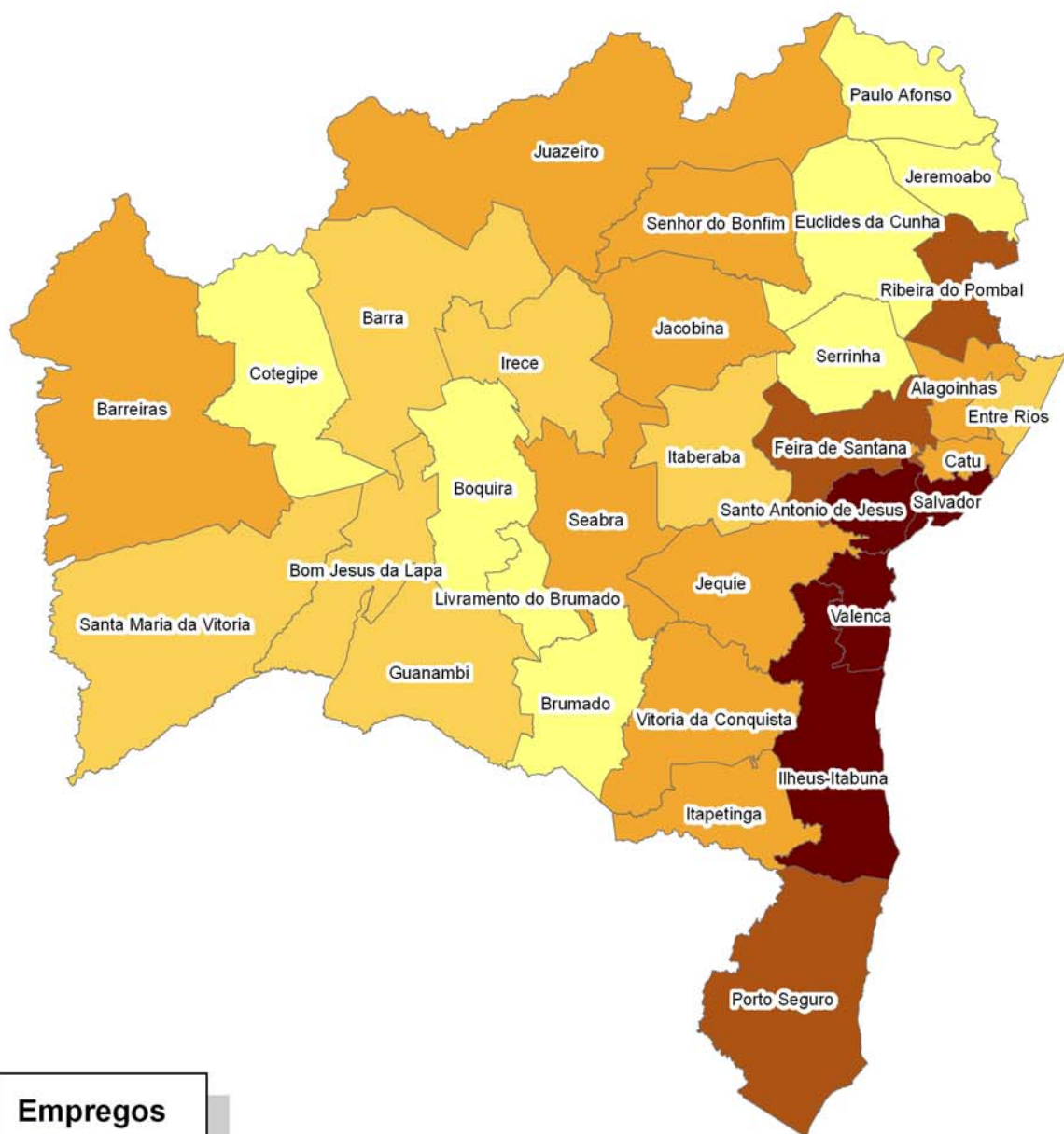




Cartograma 26 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Pernambuco - Microrregiões - 2004



Cartograma 27 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Bahia – Microrregiões - 1985

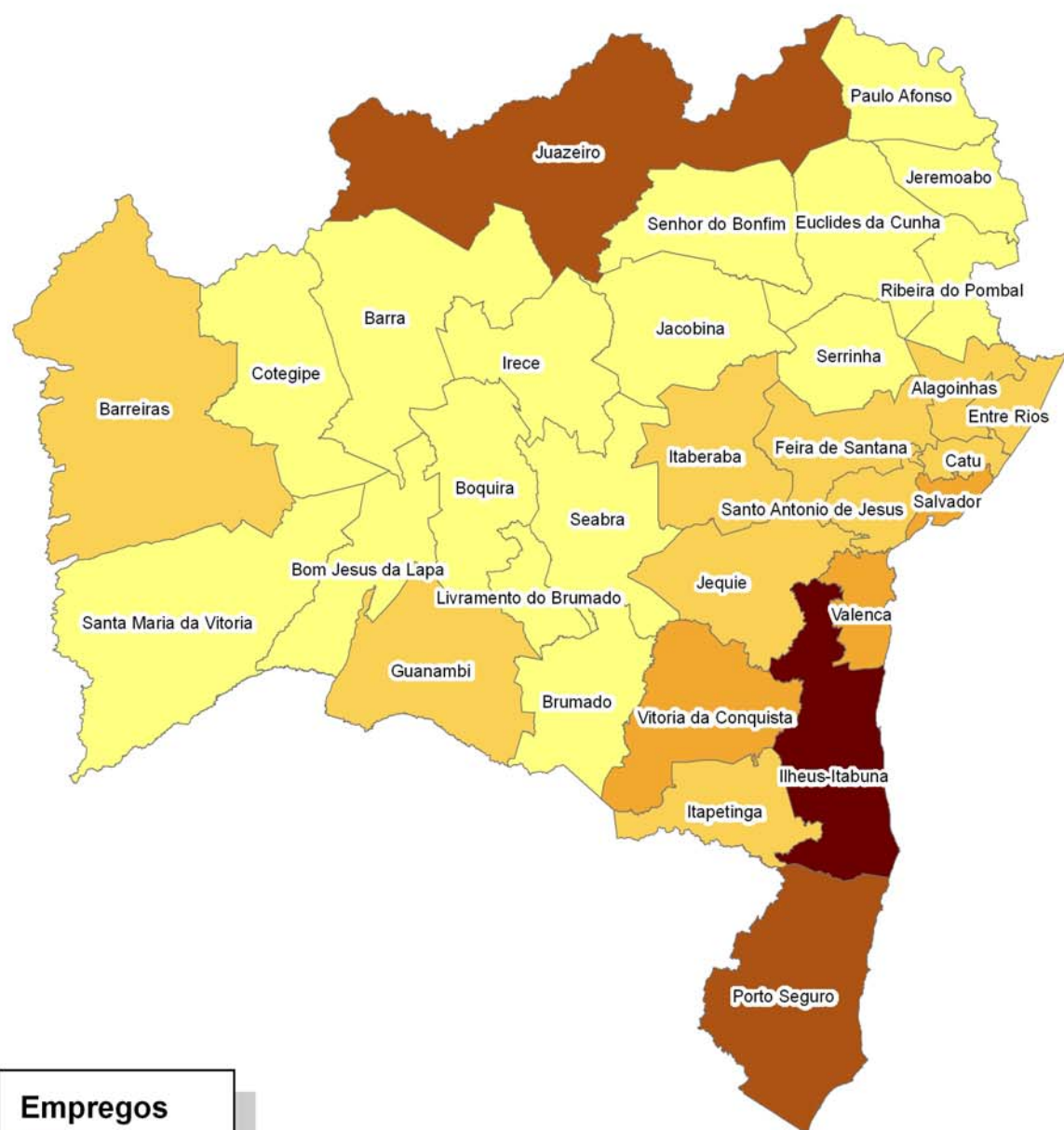


Empregos

0 - 15
16 - 58
59 - 246
247 - 508
509 - 2626

Fonte: MTE/ RAIS

Cartograma 28 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária – Bahia – Microrregiões - 1995

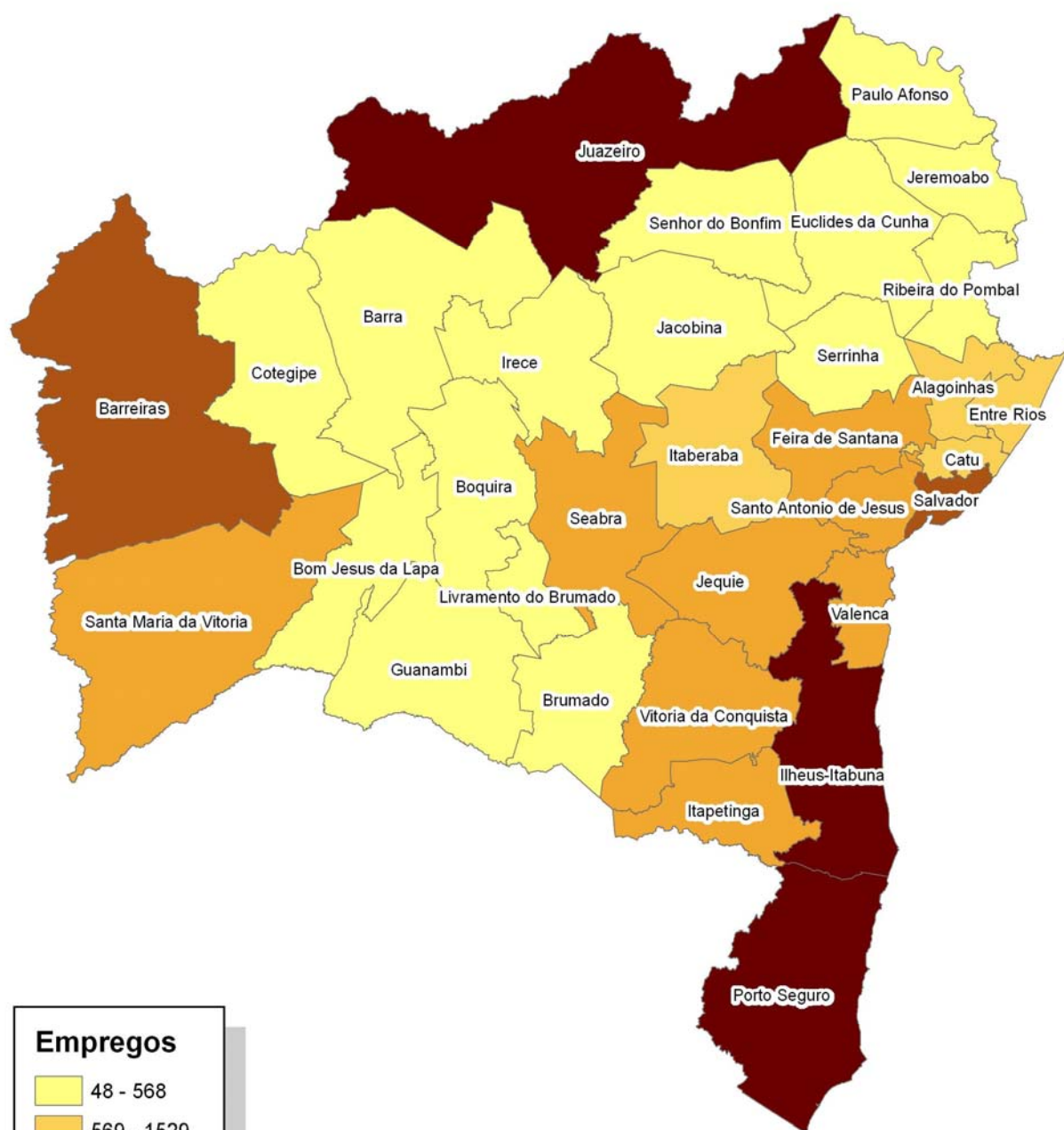


Empregos

5 - 413
414 - 1944
1945 - 3485
3486 - 6334
6335 - 15313

Fonte: MTE/ RAIS

Cartograma 29 - Distribuição espacial dos empregos formais no setor da agropecuária - Bahia - Microrregiões - 2004



Empregos

- 48 - 568
- 569 - 1529
- 1530 - 3338
- 3339 - 6723
- 6724 - 15239

Fonte: MTE/ RAIS

Capítulo 4

Os trabalhadores na encruzilhada do agronegócio: dilemas contemporâneos e as mudanças no perfil da classe trabalhadora

Diante dos dados expostos acerca da divisão territorial do trabalho nas áreas de difusão do agronegócio faz-se necessário nos enveredar para um exercício de reflexão sobre os modelos de desenvolvimento propostos para o território nordestino frente ao processo de globalização e que têm no crescimento do agronegócio a verdadeira panacéia para o problema da pobreza rural e a falta de oportunidades para os trabalhadores que ainda não desistiram do campo.

Tentando nos esquivar do ditado que diz que “contra fatos não há argumentos” entendemos que é justamente nesse momento, onde temos a confirmação concreta do avanço da dinâmica da venda da força de trabalho e conseqüentemente da conformação de um mercado de trabalho capitalista nas áreas analisadas, que temos que lançar mão da perspectiva crítica contrapondo os argumentos tendenciosos e apologéticos através de uma postura classista e ideológica que busca apontar como uma possível saída da estagnação econômica, a adoção de políticas públicas de emprego e renda a partir do incentivo a agricultura de mercado e da modernização do setor, sobretudo a partir das empresas agropecuárias.

O resultado desse jogo intrincado para as relações sociais de produção é o incremento do processo de expropriação e exploração da classe trabalhadora que tem avançado paulatinamente desde os mais remotos períodos coloniais até o advento da mundialização do capital. Dito isto, devemos atentar para as redefinições que acontecem no mundo do trabalho nas áreas de difusão do agronegócio indagando acerca do seu grau de complexidade e da riqueza de situações e casos que escapam das análises tradicionais no enfoque da questão agrária. Todavia, antes de dar início ao debate acerca da situação dos trabalhadores frente à expansão do agronegócio globalizado no Nordeste, torna-se importante colocar em pauta a vinculação entre agronegócio e ideologia, pois é justamente nesta relação

que se constroem cada vez mais os discursos baseados, sobretudo, na bandeira da geração de emprego e renda no campo.

4.1 Novas faces e discursos do capital: O agronegócio como produto ideológico

O agronegócio é indubitavelmente uma realidade mundial na contemporaneidade. Sua existência e expressão corroboram com o entendimento da complexidade do estudo da agricultura e do campo no século XXI, pois trata-se de um conceito que já nasce no bojo da superação das “amarras” que então prendiam este setor na simplicidade da relação agricultura e comércio ou mesmo na definição simplória que o enquadra como o setor primário da economia.

Todavia, não devemos esquecer que a existência deste novo ideário para o desenvolvimento do setor da agropecuária é marcada pela concretização de um projeto que visa, de uma vez por todas, extinguir do imaginário social a concepção da agricultura enquanto setor arcaico de práticas tradicionais dando lugar a um discurso que prega o agronegócio com uma das principais vocações econômicas para o país sendo o responsável pela modernização do campo brasileiro, pelo alardeado crescimento do PIB, assim como da geração de emprego e renda. Neste sentido, faz-se necessário destacar a importância de averiguarmos o construto discursivo-ideológico do agronegócio que impacta diretamente na dinâmica sócio-espacial brasileira.

Perscrutar o construto discursivo-ideológico do agronegócio nos remete, antes de tudo, ao aprofundamento da discussão sobre o papel da ideologia como discurso e como prática social. Nosso primeiro passo para o desvendar da ideologia como instrumento de concretização da reprodução do capital no campo brasileiro será exatamente o de pontuar as principais considerações sobre a ideologia. Desta forma, pretendemos elencar as contribuições mais significativas no estudo deste temário, destacando os principais autores, bem como as principais divergências conceituais procurando construir os vínculos que nos possibilitarão apreender a centralidade da ideologia na construção do modelo de expansão do agronegócio.

Começemos com a citação que demonstra bem o real desafio que nos é posto quando tratamos de discutir sobre o conceito de ideologia. Segundo Lowy:

“ É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambigüidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto.” (LOWY, 1998, p.11)

O livro do autor Terry Eagleton intitulado “Ideologia”²⁰ parece confirmar o que nos diz Lowy, pois no intuito de fazer o caminho de pensar “O que é a ideologia” temos uma plêiade de posicionamentos complexos e conflituosos. Nesse sentido, Eagleton afirma que:

“A palavra ‘ideologia’ é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linguagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.” (EAGLETON, 1997, p.15)

Posto o dilema que nos envolve o termo ideologia, passamos a um breve histórico deste conceito e de seus desdobramentos. O sentido etimológico da palavra ideologia deriva do estudo científico das idéias. O criador do termo e seu principal impulsionador foi o filósofo francês Destutt de Tracy no início do século XIX (EAGLETON, 1997). Desde então, a ideologia passou a designar uma preocupação fundamental no que diz respeito à importância das idéias na formação do pensamento através da busca de sua gênese. O estudo das idéias seria então um embate efetivo as concepções metafísicas se colocando como uma ciência capaz de proporcionar a sociedade o entendimento do mundo tendo como força motriz as idéias.

Todavia, mesmo tendo a proposta de ser uma ciência, a ideologia, conforme chamou atenção Eagleton (1997), é vista em nossa época como algo que

²⁰ Eagleton (1997) reúne em seu livro vários significados atualmente em voga para o conceito de ideologia sendo eles: a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social; c) idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para ação; m) a confusão entre realidade lingüística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

se contrapõe ao conhecimento científico assumindo características dogmáticas fundamentadas em um conjunto de crenças. Reforçando essa concepção e ressaltando o caráter da ideologia enquanto valorização do “senso comum” Gramsci apud Konder (2002) condenava a concepção fisiológica da ideologia na qual seria possível decompor as idéias até se chegar à sensação, à *percepção sensorial*.

Apesar desta crítica que parece pontual acerca da construção dos sentidos que rondam o termo ideologia, o caráter decisivo que marcou o debate sobre a ideologia e que sem sobra de dúvida perdurará por muitas décadas é o caráter político do termo. O principal acontecimento que ensejou uma série de debates foi justamente quando Napoleão Bonaparte cunhou a expressão “ideólogos” ao se referir ao grupo de filósofos do qual fazia parte Destutt de Tracy criador do termo ideologia. Para Napoleão este grupo era responsável por deformar a realidade através de suas idéias.

Aproveitando o termo e o sentido elaborado por Napoleão Bonaparte, Marx deu início a um profundo debate que tinha como objetivo mostrar a ideologia enquanto falsa consciência²¹. Porém, o pano de fundo que sustentava as críticas lançadas por Marx era o conflito filosófico entre a corrente idealista e materialista. Marx em seu livro intitulado “A Ideologia Alemã” dirigiu pesadas críticas aos idealistas alemães que acreditavam ser as idéias o motor da vida social. Para Marx os idealistas deixaram se embebedar por suas próprias idéias no sentido de que eles “inclinaram-se perante as suas próprias criações”, ou seja, renderam-se ao império das idéias.

Contrapondo radicalmente a corrente dos idealistas, Marx optou por se dedicar à compreensão materialista, porém destacando que de forma alguma optou por um materialismo vulgar²² já que atribui ser a realidade fruto da condição material da produção social ao longo da história humana. Ainda segundo Marx:

“Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem

²¹ De acordo com Eagleton (1997), Marx nunca cunhou a expressão falsa consciência, sendo esta uma designação formulada por Engels.

²² De acordo com Lefebvre (1975:66-67) ao discutir a diferença entre o materialismo metafísico e o materialismo moderno o que está em jogo é que enquanto o materialismo vulgar ou metafísico nega “o ‘eu’, a consciência, a atividade humana; levando ao absoluto constatações de detalhe”, o materialismo que ele atribui moderno “constata a existência – real, efetiva, eficaz- da consciência e do pensamento. Nega apenas que essa realidade possa ser definida isoladamente e destacar-se da história humana (social), do organismo humano e da natureza.”

daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital (...) serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência." (MARX, 2002, p.19-20)

Como podemos observar, Marx traz contribuições valiosas ao considerar ser a realidade fruto das relações materiais de produção e reprodução dos indivíduos. Tal fato indica uma retomada na valorização do processo histórico e, portanto, da filosofia da práxis. Todavia, o grande salto que possibilitou Marx de nos conduzir a uma compreensão material da realidade e romper com o idealismo dos filósofos alemães, também foi responsável por estabelecer uma visão pejorativa da ideologia (LOWY, 1998; EAGLETON, 1997). Pois, se foram as idéias e sua absolutização o fundamento de compreensão de uma pretensa realidade, o uso da ideologia, enquanto uma ciência das idéias, teria sempre uma função de iludir, de impossibilitar a compreensão da mesma.

Neste ínterim, a concepção de ideologia assume, de uma vez por todas, a função de conduzir à falsa compreensão da realidade. Trata-se mesmo de invertê-la através das idéias. Esta dimensão nefasta da ideologia só encontra êxito quando entendemos a sociedade a partir da sua divisão composta por classes e nesse contexto a ideologia teria como função exprimir uma posição de classe a partir de mecanismos ilusórios para com o seu oponente, ou mesmo, para aquele a quem se quer dominar.

É nesse momento que para Marx toda a ideologia cumpre um papel fundamental na manutenção dos interesses dos grupos sociais. Contudo, existem autores que, mesmo fazendo parte dos grandes nomes que compartilham com a teoria marxista, não aceitam a prerrogativa marxista da ideologia como invariavelmente uma falsa consciência ou como instrumento que serve unicamente para deturpar a realidade.

Konder (2002) ao tratar da ideologia no pensamento de Gramsci destaca a preocupação do filósofo italiano em não desqualificar os fenômenos ideológicos. Para o autor, a ideologia não necessariamente significava um embate entre uma falsa consciência e uma consciência verdadeira, pois todo o

conhecimento carrega consigo um conteúdo ideológico e toda concepção de mundo orienta a prática dos homens. Ainda segundo Gramsci apud Konder:

“...é preciso distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias a uma certa estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalizadas, desejadas (...) As ideologias ‘arbitrárias’ merecem ser submetidas a uma crítica que, de fato, as desqualifica. As ideologias ‘historicamente orgânicas’, porém, constituem o campo no qual se realizam os avanços da ciência, as conquistas da ‘objetividade’, quer dizer, as vitórias da representação ‘daquela realidade que é reconhecida por todos os homens, que é independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo’.” (KONDER, 2002, p.104-105)

Outro autor que também contribuiu para o debate acerca da ideologia foi Lênin que divergindo de Marx, acreditava na existência de uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. De acordo com Lowy:

“Para Lênin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. Aparece, então, a utilização do termo no movimento operário, na corrente leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica, de trabalho ideológico, de reforço ideológico, etc. Ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem Marx, e passa a designar simplesmente *qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe*.” (LOWY, 1998, p.12) (grifo nosso)

Este ponto de vista esboçado por Lênin está muito próximo da concepção de ideologia defendida pelo filósofo húngaro Lukács. Para nos acompanhar na leitura e entendimento de Lukács o autor Sérgio Lessa é uma das importantes referências quando o assunto é a análise e compreensão da teoria e da obra deste filósofo. Nesse sentido, tratando de explicitar a compreensão lukácsiana do termo ideologia Lessa (1996) nos mostra que:

“... para o filósofo húngaro, a ideologia é uma função social. O que faz de uma ideia uma ideologia é sua capacidade em conferir sentido às necessidades colocadas pela socialização, em dado momento da vida social, através da construção de uma interpretação global da vida, de uma visão de mundo.” (LESSA, 1996, p.54)

Vale ressaltar ainda o lembrete posto por Lessa (2003) quando mostra que Lukács adverte que só podemos considerar como ideologia uma opinião, uma hipótese ou uma teoria quando atentamos não apenas para sua assertividade ou falsidade, mas sim quando estas se tornam “veículos teóricos ou práticos” para combater conflitos sociais.

Depois das críticas dirigidas à noção da falsa consciência deve-se afirmar que nem só de falsa consciência vive a teoria marxista sobre a ideologia. Pelo menos é isso que Eagleton (1997) propõe. Segundo o autor existe uma perspectiva totalmente diferenciada nos escritos econômicos elaborados por Marx no qual a ideologia aparece relacionada com a teoria da alienação e o fetichismo da mercadoria. Nesse caminho analítico traçado por Marx, Eagleton observa uma transição de um caminho que prioriza a consideração do que antes era uma perspectiva distorcida dos seres humanos provocada pela inversão do real na consciência coletiva de um determinado grupo social para uma perspectiva que enfatiza o poder mistificador da mercadoria que controla a estrutura do capitalismo e que tem em seu âmago o poder de realizar uma inversão na própria realidade. Sendo assim, Eagleton observa que:

“A vantagem dessa nova teoria da ideologia diante do argumento defendido em *A Ideologia alemã* é certamente clara. Enquanto a ideologia na obra inicial surgia como especulação idealista, ela agora recebe uma fundamentação firme nas práticas materiais da sociedade burguesa. Não é mais inteiramente redutível à falsa consciência: a idéia da falsidade persiste na noção de aparências enganadoras, mas estas são menos ficções da mente do que efeitos estruturais do capitalismo. Se a realidade capitalista abrange sua própria falsidade, então essa falsidade deve, de certa maneira, ser real. E há efeitos ideológicos, como o fetichismo da mercadoria, que não são, de maneira nenhuma, irreais, por mais que possam envolver mistificação. Pode-se sentir, contudo, que, se *A Ideologia alemã* corre o risco de relegar as formas ideológicas ao domínio da irrealidade, a obra posterior de Marx coloca-as desconfortavelmente muito perto da realidade.”

A mensagem que podemos apreender das elocubrações dos autores supracitados e que divergem da concepção elaborada por Marx é a de que não devemos tomar a ideologia como somente um discurso unilateral prévio de determinada classe social com vistas à desautorizar o real mediante a falsa consciência. Contudo, isso também não deve nos levar a acreditar que possa existir ideologia numa sociedade sem classes, bem como de perceber que hoje existe mais um desafio que é o desafio de analisar a conflituosidade e a mistificação como parte do real. Dessa forma, coadunamos com Mészáros quando afirma que:

“Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente

reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independente), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.” (MÉSZÁROS, 2006, p.65) (grifo nosso)

Longe de almejarmos uma solução ou de encerrarmos o debate entre as diversas concepções de ideologia, podemos agora partir para o que acreditamos ser o elemento principal para construirmos o que seriam os vínculos entre o agronegócio e a ideologia, ou seja, enfatizar a ideologia enquanto uma *consciência prática inevitável da sociedade de classes* para, assim, apreendermos o tipo de racionalidade operante na ideologia dominante que hoje controla o agronegócio.

A agricultura no Brasil desde sua “descoberta” no século XVI até a atual configuração do século nascente é marcada pelo domínio expresso da classe dominante no espaço agrário. O quadro advindo desta constatação preliminar nos mostra quão complexo tem sido a compreensão da questão agrária no Brasil. Dando ênfase nas relações desenvolvidas pela burguesia agrária na sua histórica luta pela manutenção da posse da terra e a implementação de uma agricultura empresarial pretendemos analisar como o agronegócio tem sido utilizado como a grande bandeira dos empresários agrícolas para colocar o setor como um dos mais promissores da economia brasileira. No segundo momento, trataremos de propor alguns apontamentos que sirvam de contra – discurso ao agronegócio acentuando seu processo contraditório de desenvolvimento.

Segundo Fernandes (2005) podemos considerar o agronegócio como o novo nome do novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. O termo agronegócio surgiu da tradução do termo *agribusiness* que foi estruturado pelas contribuições dos professores Goldberg e Davis. De acordo com Araújo; Wedekin; Pinazza:

“Pela definição de Goldberg e Davis, o ‘agribusiness’ é ‘ a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles’. Dessa forma, o ‘agribusiness’ engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o

consumidor final. Participam também nesse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços.”(ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990, p.3)

A idéia de ser um setor que interliga diversos segmentos da economia leva o agronegócio a se considerar um “super setor”, pois dentro e fora da porteira desenvolvem-se uma série de dinâmicas que perpassam vários segmentos produtivos ligados a reprodução do setor. O resultado prático das estratégias do capital no setor agropecuário pode ser percebido, por exemplo, quando se analisa a constante presença na imprensa de notícias que abordam os recordes de produção e de exportação de produtos agropecuários no Brasil.

O ritmo das exportações e o crescimento do mercado externo configuram um clima de bastante euforia entre os empresários agrícolas. Apesar de o setor passar por constantes momentos de estagnação fruto de azares climáticos e das constantes flutuações dos preços nas bolsas de mercadorias das principais commodities, o panorama geral do agronegócio nos últimos anos tem sido de grande êxito. Para muitos falar em crescimento e êxito pode parecer um pouco precipitado. Contudo, é necessário ponderar que na verdade boa parte das lamúrias dos empresários agrícolas diz respeito mais às queixas da falta de um lucro suplementar acima do lucro médio.

O impulso ao setor do agronegócio tem sido efetivado via políticas creditícias onde o Estado tem repassado grandes somas de recursos públicos para as classes dominantes do setor agropecuário cumprindo a todo custo os ditames das políticas neoliberais.

O fortalecimento dos ideais do agronegócio possui grandes linhas discursivas para sua concretude no ideário político, econômico e cultural das quais destacamos: I) o agronegócio como carro chefe da economia brasileira; II) o agronegócio como vetor da modernidade e do progresso no campo.

A expressão “terra à vista” associada aos tripulantes da caravela de Pedro Álvares Cabral ao chegar nas terras tupiniquins no ano de 1500 ainda é bastante comum. Sua utilização na aurora do século XXI deve-se a expansão das fronteiras agrícolas pelo agronegócio brasileiro sedento por terra para o cultivo de commodities para exportação. Essa é a sensação que nos passa quando identificamos como um dos principais argumentos em defesa do crescimento do

setor a prerrogativa de que temos pelos menos 90 milhões de hectares esperando serem cultivados. Nesse sentido, a expressão “terra à vista” guarda seu sentido perverso desde sua utilização primeira corroborando para que haja uma celeuma atribuída àqueles que vêem o espaço geográfico como apenas um espaço geométrico. Sob a ótica perversa da busca pela lucratividade máxima do capital desprezam o fato de que nesses 90 milhões hectares existe uma diversidade sócioambiental, assim como uma riqueza de culturas e saberes historicamente produzidos pela dinâmica social.

Todavia, o que está em jogo é a análise da viabilidade econômica da expansão do agronegócio. É neste sentido, que muitos economistas, políticos, intelectuais e obviamente a burguesia agrária fazem questão de enfatizar a importância do agronegócio para a economia brasileira e sua participação como o grande reboque da economia que garante o equilíbrio da balança comercial. O veredicto desse discurso pode ser comprovado quando observamos as estatísticas macroeconômicas. Assim, de acordo com Jank; Nassar; Tachinardi (2004):

“A relevância desse complexo para a economia nacional pode ser medida por indicadores da magnitude de um Produto Interno Bruto (PIB) setorial de US\$ 165 bilhões, ou 31% do total das riquezas produzidas no país, mão-de-obra empregada correspondente a 35% da população economicamente ativa e uma participação de 42% nas exportações brasileiras.” (JANK;NASSAR;TACHINARDI, 2004,p.15)

O agronegócio tem apresentado taxas elevadas de crescimento a partir do ano de 1999 (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2004) quando da desvalorização do real frente ao dólar. O advento de uma política de câmbio flutuante voltou a trazer ânimo aos agricultores que motivados pela alta internacional dos preços aliado ao crescimento exponencial da demanda dos países asiáticos, em especial a China, fez com que houvesse uma verdadeira corrida dos agricultores para o plantio das principais commodities.

O resultado dos anos gloriosos para o setor da agropecuária empresarial trouxe expectativas animadoras. Em um artigo com o título no mínimo inusitado “Para um agronegócio sem exclusão”, os autores Leitão e Rosenbaum (2006) chegam a comparar o agronegócio brasileiro com a produção de petróleo no Golfo Pérsico com uma visão bastante otimista. Para os autores:

“Comumente nos espantamos com a riqueza do Golfo Pérsico, onde se concentram 63% das reservas conhecidas de petróleo que somam 1,2 trilhão de barris com um horizonte de 41 anos de exploração. Assim, o Golfo dispõe de 18,44 bilhões de barris por ano e, supondo um preço médio (para estes 41 anos) a valor presente, de US\$ 40 por barril, teríamos um faturamento médio anual para a produção de petróleo do Golfo Pérsico de US\$ 737,6 bilhões. (...)Este faturamento é quase o PIB do Brasil projetado para 2005, de R\$ 1.936 bilhões equivalentes a US\$ 775 bilhões. Conforme dados oficiais do Ministério da Agricultura, o agronegócio já é responsável por 33% do nosso PIB. Ao mesmo tempo nossa área ocupada por atividades do agronegócio *ainda pode ser triplicada*. (...)Matematicamente, portanto, não é impossível que em 18 anos com um crescimento médio de 6% ao ano, *o agronegócio esteja produzindo riqueza equivalente a um Golfo Pérsico e sem problemas de exaustão de reservas ou danos irreversíveis ao meio ambiente*.”(ROZENBAUM; LEITÃO, 2006, p.297-298) (Grifo nosso)

Abordando uma perspectiva totalmente diferente, porém aproveitando do mesmo artifício de comparação utilizado pelos autores supracitados, nossa percepção nos possibilita comparar não a riqueza do petróleo, mas sim a pobreza da população rural vitimada pelo modelo de expansão do capital no campo que apresenta níveis de degradação semelhantes à África subsahariana (SAMPAIO, 1997).

Diante do quadro exposto, torna-se extremamente necessário esclarecer alguns mitos que são erroneamente associados ao setor do agronegócio. Por exemplo, podemos citar que apesar da idéia que se tornou geral de que são as grandes propriedades que produzem a maioria dos produtos do campo, os dados analisados por Oliveira (2004) mostram o inverso, ou seja, devemos creditar às pequenas unidades a responsabilidade pela maior produção dos produtos no campo. Tal fato pôde ser evidenciado com análise da produção das lavouras permanentes e temporárias que, de acordo com Oliveira, mesmo entre as principais commodities brasileiras como a soja e o milho, sua maior produção foi realizada pelas pequenas unidades.

Como vimos, os defensores do agronegócio não têm dúvidas de como este setor é central para a estrutura econômica no país. Os dados supracitados servem apenas como amostra que revelam o ritmo frenético de territorialização do capital no campo. Dessa forma, como aponta Romão (2006, p.2)“O discurso do agronegócio constrói uma tessitura de sentidos de potência e riqueza como se eles

fossem partilhados igualmente por todos, distribuídos de maneira homogênea e geradores de um bem-estar coletivo.”

A dualidade entre modernidade e arcaísmo não é novidade nos debates acadêmicos que enfocam a dinâmica da sociedade. Todavia, é no campo e toda a esfera cultural que o cerca que podemos notar o encrustamento deste debate que perpassa a história da relação campo-cidade, bem como do caldeirão de conceitos e definições do que seja urbano e/ou rural no Brasil. É necessário atentar que nesta dualidade reside fortes conteúdos ideológicos que revelam a constante luta entre a modernidade do agronegócio contra o arcaísmo dos (des)terreiros do campo. Neste ínterim, cabe destacar o papel da mídia como elemento central do fortalecimento/ruptura dos estereótipos. Segundo Pereira; Queiroz:

“O cenário rural brasileiro retratado pela mídia revela-se hoje sob dupla face: a ‘modernidade’, representada pelo agronegócio – ou *agribusiness*, no pedante jargão dos economistas; e ‘arcaica’, cujo perfil se esboça nas ações do MST e na persistência do que se chama de ‘trabalho escravo’ no campo.”. (PEREIRA; QUEIROZ, 2004, p. 7)

De acordo com esta visão exposta e com a compreensão aqui defendida da ideologia enquanto *consciência prática das sociedades de classe* fica claro que neste debate estão presentes duas figuras centrais, quais sejam: o empresariado rural e o pequeno produtor com ou sem terra. O lado mais precarizado deste embate é, sem dúvida, o lado associado ao produtor hegemônico vitimado pela pobreza e pela busca da sobrevivência assim posta pela mídia.

Contudo, para além da visão entre um empresário abastado e um agricultor faminto esconde-se aí uma questão estrutural ao próprio setor, ou seja, a idéia que se tem da agricultura enquanto setor arcaico e ao campo como ambiente melancólico não encontra sintonia com a perspectiva do agronegócio como setor moderno, de utilização de tecnologias avançadas. Nesse ínterim, tornou-se necessário ao marketing do agronegócio amenizar a idéia da agricultura enquanto subsector arcaico.

Um exemplo majestoso da vinculação entre o agronegócio e o marketing midiático pode ser visto no trabalho de Romão (2006) que nos apresenta um importante estudo que trata da análise crítica da formulação ideologicamente articulada de uma imagem e, portanto, de um discurso em que setores da burguesia

agrária da região de Ribeirão Preto tentaram forjar a criação da “capital brasileira do agronegócio”. A autora elegeu como elemento de análise o material publicitário da “Campanha de valorização institucional do agronegócio da ABAG²³/RP”. A campanha adotou como slogan central o seguinte título “Agronegócio, sua vida depende dele” onde tinha como meta segundo Romão:

“ criar uma campanha que ‘(...) não tem a pretensão de convencer a população, mas sim de esclarecê-la. Já são 12 meses ininterruptos no ar, com projeto de permanecer por mais um bom período, afinal de contas conceitos errados sobre o agronegócio vêm sendo disseminados há décadas. A sociedade tem o direito de receber informações corretas sobre o maior e o mais importante setor da economia brasileira.’ ” (ROMÃO, 2006, p.2)

A partir do objetivo central da campanha foram convocadas diversas personalidades da política, do esporte e da música para anunciar mensagens que tinham como pano de fundo, vários temas em suas respectivas áreas de atuação que tivessem um vínculo expresso com o agronegócio. Assim, comparações das mais estapafúrdias relacionavam diretamente com o setor, criando um vínculo entre o agronegócio e o cidadão comum. Todavia, as mensagens publicitárias que mais chamaram atenção foram aquelas que suscitaram o caráter depreciativo da agricultura camponesa como mostra o depoimento do cantor Almir Sater extraído por Romão:

“Eu começo a perceber que os tempos mudaram que, aqueles negócios de boi que tinha na mesma mangueira, o comprador de boi que tinha não sei onde, aquela rocinha de milho pequena, antigamente o caboclo plantava para a família dele, hoje eu vejo que um produtor planta para muita gente. Então, hoje em dia não se compra mais boizinho, hoje em dia se faz agronegócios, acho que tá na hora da gente pensar desse jeito para poder enriquecer um pouco mais, agregar um pouco mais de valor porque eu acho que a riqueza é que conserva, é a riqueza que mantém as nossas florestas exuberantes, o maior perigo para a ecologia, para a conservação do nosso Brasil é a pobreza (...)’ ” (ROMÃO, 2006, p.4)

Como vimos nos depoimentos analisados, um dos grandes objetivos do agronegócio é romper definitivamente com o ideário social que o vincula a atividades arcaicas e distantes do cotidiano da população, sobretudo as que residem na cidade. Vejamos as palavras do ex-ministro da Agricultura que resume sinteticamente o imaginário que precisa ser rompido. Segundo Rodrigues (2004):

²³ Associação Brasileira de Agribusiness.

“As pessoas precisam compreender que agricultura não é uma atividade que faz apenas comida (...) A agricultura é responsável por muito mais do que isso. Não há papel sem árvore, e a árvore é produzida por agricultores, de modo que jornalistas, escritores, professores e alunos não teriam onde escrever seus apontamentos se não houvesse o agricultor plantando árvores. Que também fornece as madeiras para construções, que não existem sem a atividade agrícola. Sapatos, bolsas, cintos, estofamentos de veículos só existem porque há couro, que vem do boi, que por sinal só avança com pastagem cultivada. Assim como a lã dos casacos e dos cobertores, que só existe com ovelhas. Assim como o algodão, usado para confeccionar calças jeans, camisetas e toalhas de linho. Enfim, estes materiais porque temos agricultores produzindo a matéria-prima para eles. Uma fábrica de cerveja só tem empregos para operários que nela trabalham porque tem alguém plantando cevada. Esse mesmo setor também é responsável pela contratação de operários nas fábricas de garrafas, de copos, de refrigeradores, de caminhões para transportar cerveja e até de roupas para garçons, portanto, o conceito de que o setor produtivo rural está por trás do desenvolvimento agroindustrial, que gera emprego no setor de serviços, no comércio e na indústria, é que tem que ser compreendido e aceito pela sociedade.” (RODRIGUES, 2004, p.57)

Esta longa citação teve como objetivo demonstrar como as estratégias vinculadas pelos *gurus* do agronegócio têm como meta tornar o agronegócio uma dimensão do cotidiano, seja pra aquele que vive no campo ou na cidade. Sua lógica também é de relacionar o sucesso do agronegócio à criação de empregos, bem como a dinamização da economia em seus diversos segmentos. Tal fato corrobora para que possamos analisar o papel do agronegócio nas transformações das relações sociais de produção no campo.

Por fim, torna-se claro a vinculação entre o agronegócio e a ideologia no atual sistema temporal. É por meio desses mecanismos de manipulação prático-discursiva que podemos apreender a lógica de expansão do capital no campo via desenvolvimento do agronegócio.

No Nordeste esta relação é extremamente eficaz, pois aliado ao discurso da geração de emprego e renda temos ainda, como já mostramos, a inversão da natureza enquanto obstáculo para uma natureza que possibilita perfeitamente o desenvolvimento de atividades altamente lucrativas. A racionalidade trazida pelos ideais do agronegócio permite uma utilização racional e produtiva do território criando verdadeiros arranjos produtivos através da identificação das potencialidades de cada lugar. Foi este, também, o panorama para o desenvolvimento de extensas áreas nos cerrados e no sertão. Todavia, o cenário esboçado pela racionalidade do agronegócio se mostra cada vez mais perverso

deixando transparecer seu real objetivo que é o interesse pelo lucro. As consequências para a classe trabalhadora e sua extensa precarização somente evidenciam com todo vigor a irracionalidade do agronegócio.

4.2 Os trabalhadores na encruzilhada do agronegócio

Até aqui tratamos de expor com maior ênfase as tramas da territorialização das relações de trabalho capitalistas na agricultura acompanhando desde as transformações mais gerais no Brasil até a proposição de um entendimento do que poderíamos chamar de a nova divisão territorial do trabalho a partir da difusão do agronegócio no Nordeste brasileiro. Posto esse panorama, tratamos agora de entender, a partir do ponto de vista que enfatiza as consequências para a classe trabalhadora afetada pelo modelo de desenvolvimento econômico proposto como a redenção do campo nordestino e sua inserção nos rincões do semi-árido e dos cerrados no Nordeste.

Tal como expomos em momentos anteriores, o fato de estarmos tratando em específico da análise do mercado de trabalho agropecuário já deixa claro que tratamos de um mercado onde é possível comprar e vender a força de trabalho. Este momento da exploração do trabalhador só pode ser exeqüível quando o trabalhador está separado dos meios de produção e do próprio trabalho. Nesse estágio, Marx (2004, p.24) relata que “A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse a ele”. Este panorama tratado desde o século XIX expõe quanto o modelo capitalista necessita da exploração da mais-valia do mesmo modo que impõe ao trabalhador como única estratégia na busca da sua reprodução social, a venda de sua força de trabalho.

Os trabalhadores das áreas de expansão da agricultura moderna no Nordeste não escaparam a esta lógica sendo que a formação de um mercado de trabalho de cariz capitalista é um dos principais impactos sociais do avanço do agronegócio. Com ele pode-se notar uma extrema precarização disfarçada em forma de emprego. De modo que a recompensa pela perda da terra, muitas vezes forçada pela violência das milícias privadas e dos falsos títulos de propriedade, fosse a possibilidade do trabalhador por a venda sua força de trabalho sob marcos de

relações contratuais legais e com acesso garantido aos benefícios trabalhistas antes nunca imaginados.

Sem dúvida, o que chama atenção nas áreas de desenvolvimento do agronegócio é a representatividade do crescimento do emprego com carteira assinada tem nessas regiões historicamente marcadas por relações de trabalho que quando não vinculadas ao trabalho familiar e/ou do emprego público está associada à prestação de serviços a grandes proprietários de terras ou de relações de trabalho análogas ao trabalho escravo. Sendo assim, não podemos desconsiderar esta dimensão simbólica que o emprego com carteira assinada tem nestas localidades.

Para além da perspectiva dos signos que este processo denota, temos transformações radicais na estrutura da ocupação destes trabalhadores. Analisemos o caso do distrito de Lagoinha no município de Quixeré que faz parte da microrregião do Baixo Jaguaribe no Estado do Ceará como uma das áreas de expansão mais recentes do agronegócio da fruticultura e que apresenta uma dinâmica emblemática desse processo que também ocorre nas demais microrregiões analisadas onde temos a completa reformulação na dinâmica intra-regional e local a partir da chegada de importantes empresas do agronegócio.

O distrito de Lagoinha está localizado na Chapada do Apodi no município de Quixeré a poucos quilômetros das principais empresas agropecuárias da chapada tais como a Del Monte Fresh, Nólem, Frutacor. Lagoinha é um exemplo de como o desenvolvimento do processo de territorialização do capital no campo trouxe profundas modificações espaciais, visto que o distrito obteve um crescimento populacional significativo durante a última década do século XX fruto da migração de trabalhadores em busca da oferta de emprego disponibilizada pelas empresas recém chegadas à região.

Esta migração proporcionada pela dinâmica do mercado de trabalho regional possibilitou um crescimento das atividades do comércio e dos serviços. Uma das evidências que marcam a dinamicidade da demanda de mão-de-obra no distrito é a existência de casas que são postas em aluguel no período da produção de melão que tem como clientela específica os trabalhadores safristas que se deslocam para o distrito. O comércio também se reestrutura, ou mesmo surge, desde então com o aparecimento de pequenos mercados, “bodegas”, lojas de móveis e eletrodomésticos criando uma demanda de consumo que obedece ao período da safra das principais culturas produzidas na região.

Este quadro vivenciado pelo distrito de Lagoinha é produto de uma nova etapa na dinâmica territorial promovida pela imposição da lógica do agronegócio. Desse modo, é importante destacar o processo histórico de desenvolvimento da agricultura de mercado em contraposição ao modelo hegemônico na região, que ainda persiste, caracterizado pela agricultura camponesa de sequeiro.

O histórico da ocupação do distrito de Lagoinha pode ser dividido em dois momentos marcados pelo período anterior a chegada das empresas e em seguida pelo momento de predominância da agricultura empresarial responsável pela dinamização das relações de trabalho.

Durante entrevista realizada com moradores de Lagoinha colhemos informações preciosas que denotam como se deu o processo de concentração fundiária, bem como as transformações na dinâmica socioespacial engendradas pela chegada das empresas na Chapada do Apodi na região do Baixo Jaguaribe (CE). Segundo os moradores, parte das terras que hoje são ocupadas pelas grandes e médias empresas, pertencia, antigamente, aos grandes latifundiários locais que conseguiram angariar este imenso patrimônio ao longo de décadas através de mecanismos, no mínimo, inusitados lembrando mesmo figuras folclóricas como os cantadores de terra do sertão tal qual foi exposto no magnífico filme *Narradores de Javé*²⁴.

O mecanismo de obtenção das terras por parte dos latifundiários funcionava a base da violência da cerca, ou mesmo, até de pedras²⁵. Segundo os moradores, grandes extensões da Chapada do Apodi pertenciam basicamente a três pessoas como: Zé Mundola, Joaquim Janu e João Agostinho. No período de domínio dos grandes latifundiários locais, durante a primeira metade do século XX, o uso e ocupação da chapada seguia apenas pelo ritmo da agricultura de

²⁴ Filme brasileiro lançado no ano de 2003 e dirigido por Eliane Caffé que trata da história do povoado de Javé no interior do Nordeste que sofre o processo de desapropriação em virtude da construção de uma usina hidroelétrica que passará a inundar o vilarejo. Nessa ocasião a única salvação da comunidade está condicionada a elaboração de um documento que prove as autoridades que as terras onde habitam possui um patrimônio histórico. Desafio este que se torna a grande aventura da trama já que quase a totalidade do vilarejo é formada por pessoas analfabetas. Cabe então a Antônio Biá, interpretado por José Dumont, ser o responsável por tal empreitada que poderá garantir o futuro do vilarejo. Uma das histórias que marcam a fundação do vilarejo reside exatamente na prática dos cantadores de terra que proclamavam a posse das terras no canto.

²⁵ Segundo os moradores entrevistados é bastante comum na região a demarcação pelo ditos "proprietários" das chamadas terras soltas mediante o uso de pedras que demarcam sua extensão. Esta prática ocorre sem o menor controle sendo um dos instrumentos arcaicos de apropriação de terras por parte das oligarquias agrárias.

subsistência, da pecuária extensiva, bem como da existência de cerâmicas (olarias). Nesse período reinava quase que em absoluto as ocupações em atividades relacionadas ao arrendamento e parceria entre pequenos agricultores (des)terreados e os latifundiários. Aqueles que possuíam pequenos lotes de terra também se dedicavam à agricultura de subsistência e a extração de lenha e cera da carnaúba²⁶. As principais culturas produzidas eram o milho, feijão, arroz e algodão que pouco a pouco foram perdendo espaço para a produção de frutas.

Com a chegada das empresas a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990 várias transformações foram gestadas, pois a partir de então não só o mercado de terras se vê profundamente alterado como também o panorama das relações de trabalho passa a acompanhar a trajetória de expansão do trabalho assalariado.

A respeito da formação do mercado de terras e a evolução dos preços dos hectares no Baixo Jaguaribe e mais especificamente nas áreas ocupadas pelas empresas do agronegócio da fruticultura, pudemos notar que esta dinâmica alcançou índices alarmantes que denotam a velocidade do processo de territorialização do capital no campo e seu corolário, ou seja, a concentração fundiária. Esta dinâmica do mercado de terras associa-se em grande parte a chegada das empresas que pelo seu movimento de produção de produtos para exportação trouxe consigo não só o capital fixo empreendido através de obras de infra-estrutura garantida pela aplicação de recursos públicos, como também propiciou o aquecimento da especulação fundiária.

Os preços dos hectares de terras têm crescido gradativamente a ponto de serem registradas operações de compra de terra em que os preços por cada hectare multiplicam-se em até sete vezes e meia de um ano para outro. Segundo os moradores entrevistados no município de Quixeré no ano de 2007, uma moradora local vendeu no ano de 2006 quinhentos hectares de terra sendo cada hectare negociado por um valor de R\$ 200,00. No ano de 2007, a mesma proprietária vendeu mais duzentos hectares desta vez por um valor de R\$ 1.500,00 cada hectare.

²⁶ Planta da família das palmáceas que faz parte da vegetação típica de grandes extensões do território cearense caracterizando principalmente a vegetação de mata ciliar. A cera produzida a partir das carnaubeiras foi responsável por um importante ciclo econômico na economia cearense em virtude da sua utilização em diversos ramos como a indústria de ceras, bem como do artesanato local.

A formação do mercado de terras afeta diretamente na organização social das áreas de difusão do agronegócio tornando-as cada vez mais “cercadas” por grandes extensões de terras voltadas para produção de produtos para exportação. É a modernização do latifúndio e do neocolonialismo onde o modelo de *plantation* parece vigorar em pleno século XXI. O resultado para as populações camponesas, sobretudo os camponeses sem terra, tem sido a venda da sua força de trabalho ou a migração forçada pela expropriação que ganha o rumo dos espaços urbanos seja eles metropolitanos e/ou para as cidades médias e locais. Este é o cenário em que diversas estratégias são gestadas seja pela afirmação do modelo capitalista ou mesmo uma espécie de negação negociada do capital. Dito isto, surgem táticas como a produção associada que ganham corpo nas áreas de expansão do agronegócio entronizando novos tipos de exploração do trabalho em antigas formas de expropriação.

Neste contexto, podemos destacar a chegada da empresa Frutacor na região do Baixo Jaguaribe em 1994 trazendo a modalidade de produtor associado onde os médios e pequenos produtores de frutas, em especial da banana, cediam parte da sua produção para a empresa que ficaria responsável pela comercialização das frutas. Neste contrato, esses produtores teriam que se adequar ao padrão produtivo exigido pela empresa. A empresa também se encarregava de prestar a devida assistência técnica aos produtores.

No plano das relações de trabalho chama a atenção o fato de se tratar de uma modalidade onde é perceptível notar, nesta relação de parceira, formas de reprodução do capital baseada em relações não capitalistas. Pois, muitos desses produtores associados utilizavam mão de obra familiar na produção das frutas. Assim, dá-se a captura indireta da renda terra por parte das empresas e produtores capitalista.

Além da produção associada, a empresa também utilizava mão-de-obra assalariada na produção de frutas instaurando um novo tipo de contrato de trabalho baseado na contratação com carteira assinada. Sem dúvida, este era um dado novo na região, sobretudo no setor da agropecuária. Segundo os trabalhadores entrevistados, a chegada das empresas agrícolas na região modificou profundamente a dinâmica do emprego, no sentido de que possibilitou a oportunidade de trabalho com carteira assinada durante, pelo menos, seis meses.

Este período corresponde à safra do melão, cultura predominante na região e foco da produção da empresa multinacional Del Monte que é a empresa que mais emprega trabalhadores agrícolas na região. Quando finda o período da safra do melão, grande parte dos trabalhadores vive apenas do seguro desemprego e aqueles que cujas famílias possuem terra passam a trabalhar na agricultura de sequeiro durante a época da estação chuvosa. Os trabalhadores quando perguntados sobre a dinâmica da ocupação da mão-de-obra antes e depois da chegada da empresas afirmaram que, a maioria sobrevivia de pequenas tarefas prestadas para os latifundiários locais ou nas próprias lavouras. Outros também trabalhavam nas cerâmicas, bem como nas empresas de extração da cal, principalmente na Carbomil localizada no município de Limoeiro do Norte, Ceará.

Do caso dos trabalhadores (des)terreados vitimados pelo processo de territorialização do capital, passamos a análise de um caso muito particular demonstrativo da complexidade das relações de produção no campo e da *plasticidade do trabalho* (THOMAZ JÚNIOR, 2006) que é o caso dos acampados do acampamento Olga Benário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) situado nas margens da BR 304 no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Os acampados do acampamento Olga Benário lutam pelo assentamento de 52 famílias nas terras que hoje pertencem ao ex-presidente do Banco do Nordeste Byron Costa de Queiroz²⁷. A área da propriedade em questão é, segundo os acampados, de 1.760 ha. O que chama atenção nesse caso é que, os acampados chefes de família, na ocasião do nosso trabalho de campo, trabalhavam nas empresas agrícolas situadas próximas ao acampamento, principalmente a empresa de capital misto Nólem. Esta empresa é uma das principais do agronegócio da fruticultura e tem seu foco de produção na cultura do melão e está presente nas microrregiões do Baixo Jaguaribe no Ceará, como também, na microrregião de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte.

A trajetória dos acampados confunde-se com a própria realidade dos trabalhadores rurais no Nordeste, já que os mesmos estão ligados a uma extensa e

²⁷ Byron Costa Queiroz foi presidente do Banco do Nordeste (BNB) durante o período de 1995 a 2002. Após sucessivas denúncias de gestão fraudulenta e de formação de quadrilha foi condenado no mês de Novembro de 2007 a treze anos de reclusão e ao pagamento de multa de 300 dias-multa sendo cada dia-multa equivalente a dez vezes o salário mínimo vigente na época dos fatos (Jornal O Povo, 21/11/2007).

histórica trajetória ligada à luta pela terra e por melhores condições de vida “no campo” através da atuação em movimentos sociais de contestação ao latifúndio. As funções que exercem enquanto trabalhadores assalariados das empresas não estão em sintonia com o ideário camponês o qual perseguem, pois tem de se sujeitar ao trabalho nas empresas que durante o período da safra do melão oferecem um número significativo de vagas para trabalhadores safristas, na tentativa de atender a demanda da produção que nos momentos de pico chega a exigir o preenchimento dos três turnos de trabalho.

A longa espera pelo processo de assentamento nas condições extremamente precárias dos acampamentos exige, como forma de sobrevivência, a venda da sua força de trabalho contrastando com a perspectiva almejada da terra enquanto terra de trabalho, ou seja, enquanto meio da reprodução do ser social em laços que não sejam firmados pelo valor de troca. A existência de casos como este, corroboram para a conformação de um quadro de extrema complexidade da questão agrária no Brasil e em especial nas áreas de expansão do agronegócio ratificando que o modelo apontado pelo mesmo é, em si, gerador de conflitos sociais por excluir uma parcela significativa da população do acesso a terra.

Estes casos que acabamos de ver são apenas pequenos demonstrativos de uma nova realidade do trabalho nas áreas onde se expande o modelo do agronegócio calcada no processo de proletarização dos trabalhadores rurais e na fragmentação da práxis social do trabalho. As empresas agrícolas instaladas nas microrregiões são as principais responsáveis por esse novo quadro. O que podemos perceber é que os trabalhadores estão totalmente dependentes das empresas agropecuárias no que se refere ao acesso ao emprego e conseqüentemente grande parte da dinâmica econômica das localidades que circundam as empresas também passa a depender dos salários dos trabalhadores safristas.

Essa situação de encruzilhada que se encontram os trabalhadores e trabalhadoras agrícolas faz parte do processo contraditório de adequação ao agronegócio que começa pela rapina dos meios de produção e passa a condenar os trabalhadores a serem meros vendedores de sua força de trabalho empregando-se ao sabor das culturas voltadas para a exportação onde o ritmo de vida dos trabalhadores e suas possibilidades econômicas estão na dependência do ciclo da natureza. Todavia, não se trata mais da esfera do tempo da natureza que provém a

sobrevivência do ser social que trabalha, mas sim o tempo da natureza que interfere na própria dinâmica de reprodução do capital e conseqüentemente na oferta de postos de trabalho.

Dito isto, voltamos a uma das características mais marcantes do trabalho assalariado na agricultura que é o traço da sazonalidade do trabalho agrícola. Sobre essa questão Silva et al nos ajudar a compreender uma nuance muitas vezes esquecida ao se debater a questão do trabalho temporário. Segundo Silva et al:

“... o trabalho temporário na agricultura compõe uma teia complexa de determinações tributárias do modo como o capital industrial relacionou-se com a produção agrícola no país. Não só as dimensões econômicas do hiato entre tempos de trabalho e de produção, mas também conflitos de classe relativos às questões fundiárias e à determinação dos direitos trabalhistas no campo, estão envolvidos na construção social do ‘bóia-fria’ (...) Tratada como temporária, eventual, a categoria dos ‘bóias-frias’, desprovida então de direitos trabalhistas, tornou-se funcional ao movimento de acumulação na agricultura, posto que passou a representar uma alternativa menos onerosa (do ponto de vista econômico e de compromissos trabalhistas) de emprego da força de trabalho no empreendimento capitalista no campo.” (SILVA; MARTINS; OCADA; GODOI; MELO; VETTORASSI; BUENO; RIBEIRO, 2006, p.88)

A funcionalidade ao capital prestada pelos trabalhadores temporários é uma das principais evidências da exploração capitalista na agricultura. Nesse caso une-se uma característica essencial que é a de dispor naturalmente de um setor de atividade em que os momentos de utilização da força-de-trabalho são ditados pelo comando da natureza à utilidade da exploração sob níveis alarmantes da mais-valia do trabalhador somados a mecanização da lavoura que dispensa mão-de-obra.

A sazonalidade do emprego formal agrícola nas áreas de expansão do agronegócio obedece a cada tipo de cultura praticada nas microrregiões. De acordo com os dados da RAIS/MTE para o ano de 2004 vimos que o número de empregados formais segundo mês de admissão nas microrregiões da fruticultura apresenta diferenças variando entre aquelas microrregiões onde predomina a lavoura temporária e permanente. Dentre as microrregiões onde prepondera as culturas associadas à lavoura temporária destacamos as microrregiões do Baixo Jaguaribe e de Mossoró locus da produção do melão.

Assim para a microrregião do Baixo Jaguaribe pudemos observar que houve uma verdadeira escalada do início ao término do ano sendo que o ápice da admissão de trabalhadores aconteceu no segundo semestre com 62,30% (2.208) do total de trabalhadores formais admitidos no setor da agropecuária no Baixo Jaguaribe no ano de 2004. O mês em que mais foram contratados trabalhadores formais foi o de Agosto com 28,50% (1.010) seguido do mês de Setembro com 18,88% (669). Se considerarmos o ciclo produtivo do melão *in natura*, cultura de maior importância no agronegócio da microrregião, que se inicia após os meses da estação chuvosa no sertão (janeiro, fevereiro e março), podemos afirmar que a dinâmica do emprego formal agrícola segue o ciclo de produção do melão com destaque principalmente para o período de colheita que acontece, justamente, nos meses de Agosto e Setembro e que conforme constamos foram os meses de maior admissão de trabalhadores formais.

Como já dissemos em outro momento, a cultura do melão é inimiga da chuva de modo que sua produção está diretamente condicionada à ausência de índices pluviométricos significantes, fato que fez do nordeste brasileiro uma das regiões ideais para a expansão do melão visto ser o período chuvoso bastante curto e irregular abrindo possibilidades para que a produção de melão no nordeste brasileiro complementasse as janelas de mercado postas pelo período chuvoso no hemisfério norte.

TABELA 39 - Número de trabalhadores formais admitidos no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura segundo mês de admissão - 2004

Meses	Baixo Jaguaribe		Juazeiro		Mossoró		Petrolina		Vale do Açu	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Janeiro	62	1,75	170	3,31	43	0,90	264	4,50	134	5,33
Fevereiro	72	2,03	173	3,37	28	0,59	214	3,65	58	2,31
Março	101	2,85	99	1,93	70	1,47	197	3,36	256	10,17
Abril	84	2,37	146	2,84	35	0,73	205	3,49	241	9,58
Maio	145	4,09	194	3,77	114	2,39	268	4,56	142	5,64
Junho	350	9,88	428	8,33	446	9,35	493	8,40	299	11,88
Julho	522	14,73	616	11,98	815	17,08	603	10,27	219	8,70
Agosto	1.010	28,50	459	8,93	1.228	25,74	676	11,51	239	9,50
Setembro	669	18,88	469	9,12	913	19,14	687	11,70	295	11,72
Outubro	201	5,67	693	13,48	562	11,78	781	13,30	256	10,17
Novembro	166	4,68	819	15,93	324	6,79	833	14,19	179	7,11
Dezembro	162	4,57	874	17,00	193	4,05	650	11,07	198	7,87
Total	3.544	100,00	5.140	100,00	4.771	100,00	5.871	100,00	2.516	100,00

Fonte: MTE/RAIS

A exemplo da microrregião do Baixo Jaguaribe no Ceará a microrregião de Mossoró no Rio Grande do Norte também tem como carro chefe de seu agronegócio a produção do melão. Dito isto, o resultado no que diz respeito à dinâmica de contratação de trabalhadores formais apresenta configuração bastante similar. Do total de trabalhadores com carteira assinada contratados no ano de 2004 na microrregião de Mossoró, 67,38% (3.215) foram contratados no segundo semestre. Os meses de pico na contratação foram os meses de Agosto com 25,74% (1.228) e de Setembro com 19,14% (913).

Nas demais microrregiões de expansão da fruticultura onde a predominância foi marcada pela presença da lavoura permanente, foi possível observar que, apesar de também ter sido registrado uma maior concentração do número de trabalhadores formais contratados no segundo semestre, a admissão de trabalhadores se deu de maneira mais uniforme.

As microrregiões de Petrolina em Pernambuco e Juazeiro na Bahia apresentam como as principais culturas de destaque no agronegócio a produção de manga e uva ambas da lavoura permanente fato este que por si só já garante um fluxo de contratação mais contínuo. Os meses de maior participação percentual no total de trabalhadores admitidos nas microrregiões supracitadas foram os meses de Novembro (14,19%) e Outubro (13,30%) em Petrolina e Dezembro (17,00%) e Novembro (15,93%) em Juazeiro.

A produção de banana para exportação é o grande destaque do agronegócio na microrregião do Vale do Açu no Rio Grande do Norte sendo a cultura que mais impacta na dinâmica do mercado de trabalho agropecuário formal. De todas as microrregiões analisadas até aqui, a microrregião do Vale do Açu foi a que apresentou o maior equilíbrio no número de contratações durante o ano o que evidencia, por extensão, a presença de um fluxo de admissão-demissão tendencialmente favorável à formação de um “núcleo duro” de trabalhadores permanentes²⁸ contratados pelas empresas.

²⁸ Segundo entrevista realizada com gerente de produção da Del Monte Banana no município de Ipanguaçu na microrregião do Vale do Açu, existem trabalhadores braçais alocados na produção da banana que trabalham na empresa há mais de seis anos. Este é um caso bastante atípico nas relações de trabalho nas empresas do agronegócio, fato que somente se aplica àqueles trabalhadores especializados que atuam na área de pesquisa e gerência.



FOTO 2 - Fachada da empresa multinacional Del Monte Fresh no município de Ipanguaçu na microrregião do Vale do Açu - RN. Fevereiro de 2007. Foto do autor.

Para as microrregiões de expansão da soja, o quadro é o de forte sazonalidade na demanda por trabalhadores. Fato esse que agrava ainda mais a situação dos trabalhadores rurais das áreas do cerrado nordestino, pois além de sofrerem com a expulsão de suas terras e pela exploração de sua força de trabalho, também são vitimados pelo processo de mecanização da lavoura que substitui grande parte das atividades que outrora eram praticadas pelos trabalhadores.

De acordo com os dados da RAIS/MTE para o ano de 2004, as áreas de expansão da sojicultura no Nordeste também apresentam como traço peculiar a contratação de trabalhadores formais no segundo semestre. Período esse caracterizado pela etapa da colheita da soja nas microrregiões em questão. Todas as microrregiões da soja tiveram como o ápice da contratação de trabalhadores formais, os três últimos meses do ano. Sendo assim, na microrregião de Alto Parnaíba Piauiense 36,27% (235) admissões deram-se somente nos meses de Novembro e Dezembro. Na microrregião de Gerais de Balsas no Maranhão somente os meses de Outubro e Novembro representaram 33,3% (328) do total de trabalhadores formais admitidos no ano de 2004.

Para a microrregião de Barreiras na Bahia o quadro também foi o mesmo registrado nas demais microrregiões de expansão da soja. Os meses de Novembro (15,29%) e Dezembro (26,15%) juntos concentraram 41,44% (1.935) de todas as admissões no ano de 2004.

TABELA 40 - Número de trabalhadores formais admitidos no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da soja segundo mês de admissão - 2004

Meses	Alto Parnaíba Piauiense		Barreiras		Gerais de Balsas	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Janeiro	5	0,77	143	3,06	24	2,44
Fevereiro	12	1,85	192	4,11	31	3,15
Março	25	3,86	225	4,82	47	4,77
Abril	42	6,48	182	3,90	36	3,65
Maio	41	6,33	240	5,14	100	10,15
Junho	36	5,56	270	5,78	79	8,02
Julho	48	7,41	301	6,45	78	7,92
Agosto	64	9,88	306	6,55	84	8,53
Setembro	107	16,51	329	7,04	123	12,49
Outubro	78	12,04	547	11,71	175	17,77
Novembro	157	24,23	714	15,29	153	15,53
Dezembro	33	5,09	1.221	26,15	55	5,58
Total	648	100,00	4.670	100,00	985	100,00

Fonte: MTE/RAIS

Identificado o quadro da sazonalidade do mercado de trabalho que caracteriza as áreas de difusão do agronegócio torna-se patente o aprofundamento da condição de encruzilhada a que estão submetidos os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Sendo assim, voltamos à questão da venda da força de trabalho como uma condição ineliminável para quem perde seus meios de produção. Esse estágio do metabolismo societal do capital permite a produção/reprodução permanente de condições perversas de exploração dos trabalhadores onde as pessoas passam a brigar para serem mercadoria, deturpando a possibilidade de uma articulação da classe trabalhadora no sentido da busca de um outro projeto de sociedade onde o trabalho abstrato não esteja mais no centro da destruição das possibilidades de emancipação e do sofrimento tal qual prega a sociedade regida pelo capital.

Nos espaços agrários este panorama ganha vida a cada passo dado rumo à adequação ao modelo de desenvolvimento posto pelo comando do agronegócio que extrapola os níveis de exploração não só do meio-ambiente,

vitimado pela destruição²⁹ da biodiversidades das paisagens naturais, como também, do próprio sujeito social que trabalha.

Vários são os casos de denúncia de descumprimento das relações de trabalho nas áreas de difusão do agronegócio no Nordeste. Da produção da soja à fruticultura os trabalhadores são constantemente aviltados por extensas jornadas de trabalho combinando, tal como nos mostra Silva et al (2006), as três formas de violação dos direitos dos trabalhadores quais sejam; o atentado às condições de trabalho, o atentado a privacidade do trabalhador e por último o atentado a própria dignidade do trabalho. Uma importante fonte de informações onde podemos constatar tais violações aos direitos dos trabalhadores são os relatórios de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

É o caso, por exemplo, dos relatórios divulgados pelo Ministério do Trabalho na ocasião da visita realizada nas áreas de produção da soja nos cerrados piauienses analisados por Alves (2006). Após a análise dos relatórios, o autor encontrou casos em que os trabalhadores eram submetidos a jornadas de trabalho de 10 horas diárias inclusive aos sábados, domingos e feriados além de péssimas condições de alojamento em lonas de plástico, falta de local adequado para as refeições e a prática do desconto direto nos rendimentos dos trabalhadores em virtude da compra pelos trabalhadores dos equipamentos de proteção tais como botas e etc geralmente a preços superfaturados.

Nas áreas de fruticultura também é comum a denúncia acerca das condições de trabalho nas empresas agropecuárias. Várias são as situações de desrespeito às normas trabalhistas que pudemos verificar não só durante nossas visitas à campo, assim como, através das denúncias realizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais e dos movimentos sociais.

²⁹ Uma discussão mais apurada acerca dos impactos ambientais nas áreas de expansão do agronegócio nos exigiria a elaboração de outra dissertação tão importante quanto a que hora nos dedicamos a construir. A devastação empreendida pelo agronegócio nos biomas do cerrado e da caatinga chama atenção pela velocidade com que o faz e com a habilidade dos empresários em burlar, ou mesmo corromper, as leis de proteção ambiental. Vários são os problemas ambientais que assolam as áreas de expansão da fruticultura e da soja dos quais podemos destacar: a poluição dos rios e das águas subterrâneas pela utilização de agrotóxicos; a devastação da vegetação nativa dos biomas do cerrado e da caatinga a exemplo dos carnaubais nas áreas da fruticultura e dos babaçuais nas áreas da soja; escassez da fertilidade natural dos solos em virtude da prática da monocultura; diminuição das espécies animais dentre outros.

Dentre os casos mais encontrados estão: a não oferta por parte de algumas empresas das refeições aos trabalhadores, o que faz da denominação de bóias-frias ainda uma realidade, e que associado à parca existência de refeitórios contribui para que seja este um problema bastante recorrente nas reclamações trabalhistas; dificuldades relacionadas ao transporte que obriga a alguns trabalhadores realizar longos deslocamentos para o ponto de encontro dos ônibus, como também, a inflexibilidade dos horários devido às longas rotas realizadas e por fim, um dos problemas mais polêmicos que são os riscos de contaminação por agrotóxicos.



FOTO 3 – Trabalhadores da empresa Del Monte Fresh na hora do almoço no município de Quixeré – CE.Outubro de 2007.Trabalho de Campo LEA

A problemática do uso de agrotóxicos pelas empresas agropecuárias tem sido um assunto bastante recorrente nos últimos anos sendo reflexo do padrão produtivo que cada vez mais necessita de insumos químicos para a produção. Neste cenário, nem sempre as práticas adequadas de uso dos agrotóxicos são cumpridas não só por parte das empresas como também dos pequenos produtores que não receberam assistência técnica para o manuseio de produtos químicos antes, durante e depois da aplicação, pois mesmo depois de usado as embalagens dos agrotóxicos se mal remanejadas e colocadas em lixões não adequados podem causar danos ambientais.

Um dos casos mais alarmantes do uso de agrotóxicos pelas empresas do agronegócio na Região Nordeste envolve a multinacional Del Monte Fresh Produce. Esta empresa tem ocupado constantemente o centro das atenções do que diz respeito à contaminação por agrotóxicos não só por parte dos trabalhadores, bem como da contaminação das águas dos rios e reservas subterrâneas que são utilizadas na produção da empresa. Podemos destacar o caso que se tornou público e notável e que motivou a realização de uma audiência pública no dia 12 de Julho de 2007 no Estado do Ceará para debater a utilização de agrotóxicos no Vale do Rio Jaguaribe.

Na ocasião estava em debate as denúncias realizadas pelas comunidades de moradores que moravam próximos à fazenda na qual a empresa Del Monte Fresh Produce atua com a produção de abacaxi. Os moradores reclamaram da existência de pó de enxofre nas residências o que estaria acarretando o aparecimento de doenças relacionadas à intoxicação. Tal fato teria levado moradores a venderem suas casas temendo a contaminação por agrotóxicos. Sobre este caso, a empresa se posicionou, segundo a matéria do Jornal Diário do Nordeste³⁰, através de seu gerente jurídico Newton Menezes afirmando que a empresa adotou cuidados extremos com a produção instalando uma cortina de vegetação para evitar que o vento levasse o produto às residências próximas as empresas. Reagindo as críticas feitas à empresa, o gerente jurídico respondeu que:

“Fomos muito criticados, mas a empresa colocou Limoeiro do Norte e o Vale do Jaguaribe entre os maiores exportadores de frutas. É melão em Quixeré, abacaxi em Limoeiro do Norte. Isso tem gerado muito emprego na região. O índice de desemprego na zona rural é de 0%. Só não trabalha quem não quer” (Diário do Nordeste, 14/07/2007)

Como podemos perceber, o discurso proferido pelo gerente jurídico da empresa Del Monte confirma nossas reflexões ao colocar a questão do emprego numa posição de destaque mediante a forte vinculação entre agronegócio e ideologia.

Outro caso de contaminação por agrotóxico denunciado na região do Baixo Jaguaribe foi do trabalhador José Valderi Rodrigues. O trabalhador em questão foi empregado da empresa Banesa pertencente ao grupo Nólem no

³⁰ O Diário do Nordeste é o jornal cearense de maior circulação no Estado, bem como nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Pertence ao grupo Verdes Mares de Comunicação.

município de Limoeiro do Norte na qual tinha como função, aplicar veneno na plantação de banana. A atividade, segundo José Valderi, dava-se sem a utilização de qualquer equipamento de proteção. O contato com o agrotóxico causou ao trabalhador a ocorrência de fortes coceiras que evoluíram para a mutilação de um dos membros.

Passado três anos do acontecido, José Valderi Rodrigues ainda aguarda a decisão judicial na qual pede indenização por parte da empresa. Enquanto isso, o mesmo vive precariamente tendo que arcar com os custos dos remédios e com a impossibilidade de auferir renda para a família.



Foto 4 – José Valderi Rodrigues. Ex-trabalhador da empresa BANESA (Grupo Nólem). Abril de 2008. Foto do autor.

Cabe a sociedade buscar refletir sobre determinadas questões, tais como: Quais os custos sociais e ambientais a serem pagos para que se possa gerar um emprego temporário? Qual o papel dos movimentos sociais e da organização dos trabalhadores no enfrentamento destas questões?

Na tentativa de responder as indagações supracitadas é importante reconhecer que houve avanços no que diz respeito à participação dos sindicatos dos trabalhadores rurais na questão do enfrentamento aos casos de desrespeito as normas trabalhistas e de segurança do trabalho, marcando uma postura fundamental ante a paralisia e passividade de alguns sindicatos que parecem mais um escritório do INSS. Como exemplo da posição crítica da organização dos trabalhadores temos, a nota de repúdio à exploração de trabalhadores da fruticultura elaborada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN) contra a empresa Del Monte Fresh Produce. Dentre os pontos que a FETARN denunciou, podemos destacar a questão da substituição da tração animal por tração humana, diferenciamento dos salários de trabalhadores que exercem a mesma função, transporte inseguro para os trabalhadores e a não disponibilização por parte da empresa de equipamentos necessários para o trabalho.



FOTO 5 – Uso da tração animal na produção de banana na empresa Del Monte Fresh no município de Ipanguaçu –RN. 2005.Foto Trabalho de Campo LEA

A nota de repúdio elaborada pela FETARN recebeu apoio de vários setores que representam a classe trabalhadora e os movimentos sociais a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Central única dos Trabalhadores (CUT). Tal associação é muito importante para que haja uma união contra os grupos empresariais controladores do agronegócio tendo em vista que os mesmos dispõem de um forte aparato político e ideológico garantido por várias instâncias do poder.

Uma prova disso é que no caso em destaque, as denúncias da FETARN motivaram a visita da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) na empresa Del Monte na microrregião do Vale do Açu. Contudo, a visita dos auditores da DRT foi impedida pelo Juiz Federal da Sexta Vara do Trabalho, Exmo. Sr. Dr. Juiz Magno Kleiber Maia, alegando que a paralisação das atividades de uma empresa do porte da reclamada poderia trazer inúmeros prejuízos. Na decisão do juiz divulgada pela FETARN o mesmo também destacou a importância da empresa na garantia de centenas de empregos e dos benefícios econômicos e sociais para as cidades onde a empresa se instalou.

Como podemos perceber é notório que a questão do trabalho está na ordem do dia desde que o mesmo foi cooptado enquanto trabalho abstrato meio de exploração da mais-valia para o capital. Para que esse modelo não cesse torna-se indispensável o pacto da burguesia na garantia e manutenção deste cenário na organização do sistema político do Estado Capitalista. No caso que abordamos torna-se gritante o poder de mistificação da ideologia dominante tal como nos relata Mészáros quando diz que:

“Deve-se enfatizar que o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas, sim, porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à posição de supremacia da mistificação, através da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, ‘consensualmente’, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais.” (MÉSZÁROS,1993,p.10)

Os movimentos sociais que atuam na contramão do agronegócio no Nordeste também têm aumentado sua participação. Uma das grandes problemáticas enfrentadas pelos movimentos sociais é a questão da concentração fundiária existente nas microrregiões de expansão do agronegócio no território nordestino. Tal

fato advém de fatores históricos que fazem desta região a que mais concentra terras nas mãos de poucos proprietários e que nos últimos anos têm despertado o interesse do capital através da existência de novas áreas, verdadeiros fundos territoriais atrativos ao comando do agronegócio para a produção de commodities.

A tendência posta pela falta de uma reforma agrária no Brasil evidencia que além do já constatado quadro de violência nos conflitos de terra entre grandes latifundiários e camponeses temos também, o adensamento destes conflitos no que tange a contestação do modelo pregado pelo agronegócio que concentra a terra e a água e impede a realização de uma agricultura voltada para a vida. A linha de orientação dos movimentos sociais e da classe trabalhadora aponta para a execução da reforma agrária associada à questão da soberania alimentar. A esse respeito Thomaz Júnior afirma que:

“... Reforma Agrária e Soberania Alimentar podem sim catalisar as ações dos movimentos sociais e demais setores organizados em direção à construção de novos referenciais de sociedade, produto do embate de classes, das disputas ideológicas, partidárias e acadêmicas em torno do modelo de sociedade que se quer construir”.(THOMAZ JÚNIOR, 2006, p.121)

Guiados por estes preceitos os movimentos sociais têm atuado em diversas linhas de frente expondo principalmente através da ocupação de terras o quadro de pobreza e de expropriação dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil. Nas microrregiões por nós estudadas, a presença dos movimentos sociais, principalmente o MST, apresenta certa desproporção em virtude da existência de regiões onde o conflito de terras e o embate à territorialização do capital ocorre há mais tempo.

Todavia, a disseminação de processos de assentamento e da existência de acampamentos e ocupações realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra tem se tornado uma realidade cada vez mais comum na paisagem do campo no Nordeste evidenciando que os movimentos sociais são também agentes produtores do espaço. Espaço esse, sobretudo do conflito social, das injustiças sociais, da ganância e da violência do latifúndio, da prosperidade que gera a segregação e da usurpação capitalista da riqueza sustentada pelo Estado.



FOTO 6 - Acampamento Chico Mendes (MST) no município de Palhano na microrregião do Baixo Jaguaribe – CE. Janeiro de 2008. Foto do autor

Na análise do relatório preliminar do ano de 2004 do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATAUTA) organizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista /Presidente Prudente, a microrregião de Petrolina aparece no ranking das vinte microrregiões com maior número de ocupações de terra no Brasil no período de 1988 a 2004, ocupando a décima colocação com 64 ocupações. Quanto ao ranking do maior número de famílias em ocupações, a microrregião de Petrolina aparece na sexta colocação com 14.023 famílias. Outra microrregião que obteve posição de destaque na geografia das ocupações de terra no Brasil foi o município de Barreiras localizado na microrregião de mesmo nome que apareceu na décima primeira colocação no ranking dos vinte municípios que apresentaram maior número de famílias em ocupações no Brasil no período de 1988 a 2004.

Ainda na perspectiva de entender os principais impactos sociais para a classe trabalhadora no campo podemos apontar algumas características que dizem respeito ao perfil da classe trabalhadora inserida no mercado de trabalho agropecuário formal nas microrregiões analisadas. Nesse ínterim, destacamos o

aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, as mudanças e/ou permanências no grau de instrução dos trabalhadores, bem como sua faixa etária.

Um dos reflexos das metamorfoses do mundo do trabalho é a intensificação da divisão sexual do trabalho com a expansão do trabalho feminino no campo. Este novo quadro permite uma maior relevância no estudo da categoria gênero nas discussões a respeito do trabalho agrícola. A participação das mulheres no mercado de trabalho reflete fidedignamente o fenômeno da precarização do trabalho. Segundo Antunes:

“É evidente que a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas é parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto as inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Mas – e isso tem sido central - o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho”.(ANTUNES, 2003:109).

As mulheres possuem papel central no desenvolvimento da agricultura, pelo fato de serem mais um braço na mão-de-obra baseada no trabalho familiar. Entretanto, quando verificamos sua participação nas relações tipicamente capitalistas, no caso o trabalho assalariado, podemos notar que sua inserção é ainda pouco representativa.

A presença das mulheres no mercado de trabalho é uma realidade que paulatinamente vem se impondo no mundo do trabalho a ponto de ser uma das principais características do novo momento da composição da classe trabalhadora. De acordo com os dados da participação das mulheres no mercado de trabalho agropecuário formal, podemos perceber que apesar do aumento significativo destas no quadro da mão-de-obra do setor, os trabalhadores do sexo masculino ainda dominam fortemente o mercado de trabalho.



FOTO 7 – Mulheres Trabalhadoras no *packing house* da empresa Del Monte Fresh no município de Ipanguaçu – RN.2005.Fonte:LEA

Na região Nordeste, conforme os dados da RAIS, no ano de 1985 as mulheres compunham apenas 14,67% dos empregos formais. No ano de 1995 sua participação obteve um aumento considerável com a presença de 17.143 novos postos de trabalho ocupados por mulheres. O crescimento que aparentemente apontava para uma rápida mudança no mercado de trabalho não foi identificado no ano seguinte. Em 2004 houve uma queda da participação percentual de 4.48% em relação ao ano de 1995 no mercado de trabalho agropecuário formal. Podemos comprovar o baixo desempenho através da geração de postos de empregos ocupados por mulheres no período de 1995 a 2004 que foi de apenas 815 novos empregos formais.

TABELA 41 - Estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste segundo gênero, grau de e instrução e faixa etária

		1985	1995	2004
Gênero	MASCULINO	44.334	143.944	203.379
	FEMININO	7.628	24.771	25.586
	IGNORADO	0	0	0
Grau de Instrução	ANALFABETO	17.125	56.541	36.478
	4.SER INCOMP	20.100	61.137	91.305
	4.SER COMP	4.678	13.585	29.408
	8.SER INCOMP	2.232	7.395	25.001
	8.SER COMP	1.435	4.695	16.402
	2.GR INCOMP	837	3.243	7.482
	2.GR COMP	2.622	11.087	17.545
	SUP. INCOMP	428	1.008	1.123
	SUP. COMP	1.031	5.739	4.221
	IGNORADO	1.474	4.285	0
	ATE 17	2.183	5.505	988
	18 A 24	12.334	33.052	50.212
Faixa Etária	25 A 29	9.071	26.541	43.641
	30 A 39	13.864	47.374	66.386
	40 A 49	8.145	32.834	43.081
	50 A 64	5.169	20.197	23.700
	65 OU MAIS	622	1.546	955
	IGNORADO	574	1.666	2

Fonte: MTE/RAIS

Outro aspecto do mercado de trabalho que vem sofrendo alterações a partir do desenvolvimento de novas formas de gestão e controle da mão-de-obra é a questão do perfil de escolaridade dos trabalhadores formais. Neste ponto podemos destacar situações novas que em muito nos ajuda a compreender o perfil da mão-de-obra formal alocada no setor da agropecuária.

No contexto do Nordeste é bastante pertinente a existência de um número elevado de trabalhadores com baixo nível de escolaridade. No ano de 1985, aproximadamente 38,68% (20.100) do total de trabalhadores formais no setor da agropecuária tinham apenas a 4^o série incompleta seguido dos trabalhadores analfabetos que compunham 32,95% (17.125). O número de empregados com apenas a 4^a série incompleta continuou predominando nos demais anos. Desse modo, pudemos verificar que no ano seguinte, 1995, 38,63% (61.137) dos empregados tinham a 4^a série incompleta. Em 2004 ratificou-se a tendência da dominância do grupo de vínculos com a 4^a incompleta, com um aumento de 1,24% no número de empregados com a escolaridade supracitada.

As conclusões que podemos tirar da análise da escolaridade dos empregados formais no setor da agropecuária no Nordeste é que se trata de um índice de escolaridade muito baixo o que reflete a inserção precária da mão-de-obra formal no setor, incidindo diretamente no baixo rendimento salarial destes trabalhadores. Contudo, na outra ponta do grau de instrução, pudemos notar o aumento no número de trabalhadores com o curso superior completo. Assim, no período de 1985 a 2004 foram registrados 3.190 novos empregados com nível superior completo. Esse aumento também pôde ser notado no número de empregados com nível superior incompleto (695), bem como o segundo grau ou ensino médio completo (14.923). Esse aumento está diretamente relacionado à presença de trabalhadores especializados no setor agropecuário fruto da maior introdução de ciência, tecnologia e informação na atividade da agricultura.

O mercado de trabalho agropecuário na região Nordeste pode ser considerado adulto visto que a maioria dos trabalhadores está disposta na faixa etária que vai dos 30 a 49. Tal fato pôde ser comprovado em todos os anos da pesquisa. Em 1985 cerca de 26,68% dos trabalhadores concentravam-se na faixa dos 30 a 39 anos. No ano seguinte, ou seja, 1995 esta predominância se repete e ainda mais forte com aproximadamente 30%. Em 2004 os trabalhadores entre e 30 a 39 anos representaram 28,99% do total de empregados com carteira assinada segundo faixa etária. Outra faixa de idade dos trabalhadores com significativa importância foi a faixa de 18 a 24 anos, seguido da faixa que vai dos 25 aos 29 anos.

Nas microrregiões analisadas houve uma consonância com os dados apresentados no quadro regional no que diz respeito aos indicadores relacionados à participação das mulheres no mercado de trabalho, assim como, da escolaridade dos trabalhadores. Desse modo, pudemos perceber que a participação das mulheres também cresceu no período analisado. Tal fato deve-se, sobretudo, pela inserção do trabalho feminino na atividade da fruticultura principalmente nas funções que requerem trabalhos mais “delicados” como a colheita, seleção e empacotamento dos frutos. Um grande exemplo dá-se tanto na produção de melão com na produção de uva onde as mulheres se inserem de forma mais efetiva.

A esse respeito, um dado importante é que as microrregiões de expansão do agronegócio foram responsáveis por mais de 30% (7.861) das mulheres com e carteira assinada do Nordeste no ano de 2004.

A escolaridade dos trabalhadores do setor da agropecuária também reflete o mesmo padrão identificado no Nordeste no que tange a predominância dos trabalhadores com a 4^a série incompleta. No ano de 1985, os trabalhadores dessa faixa de escolaridade representavam 54,47% (1.468) continuando nesse patamar no ano seguinte, 1995, com 54,79% (12.787). Somente no ano de 2004 houve uma queda importante na participação de trabalhadores com a 4^a série incompleta com 45,50% (21.375). Este panorama apenas confirma que a grande maioria dos trabalhadores no mercado de trabalho agropecuário formal não possui mais do que quatro anos de estudo sendo alvos fáceis para a ocupação em atividades precárias.

Houve, também, um aumento no número de trabalhadores com nível superior completo e incompleto. As microrregiões que mais concentraram trabalhadores nas faixas supracitadas foram às microrregiões de Petrolina, Barreiras e Juazeiro. Este aumento foi alavancado, sobretudo pela demanda que passa a existir nestas áreas de técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, veterinários, administradores e trabalhadores da mecanização agrícola. Este último tem destaque principalmente nas áreas de produção da soja, com destaque para a microrregião de Barreiras, que demandam o maior número de profissionais como os tratoristas e os trabalhadores que trabalham no controle das colheitadeiras.

A idade dos trabalhadores nas microrregiões estudadas teve um comportamento diferente do que o registrado no Nordeste. A novidade foi a maior presença de trabalhadores na faixa etária de 18 a 24 anos em todos os anos da análise.

TABELA 42 - Estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões segundo gênero, grau de instrução e faixa etária

		1985	1995	2004
Gênero	MASCULINO	2.494	18.246	39.108
	FEMININO	201	5.069	7.861
	IGNORADO	0	20	0
	ANALFABETO	367	3.856	3.022
Grau de Instrução	4.SER INCOMP	1.468	12.787	21.375
	4.SER COMP	444	2.903	6.752
	8.SER INCOMP	108	1.123	5.542
	8.SER COMP	83	502	3.810
	2.GR INCOMP	43	332	2.069
	2.GR COMP	100	991	3.503
	SUP. INCOMP	29	96	217
	SUP. COMP	44	278	679
	IGNORADO	53	745	679
	ATE 17	185	1.431	339
Faixa Etária	18 A 24	806	7.009	14.036
	25 A 29	542	4.532	10.209
	30 A 39	614	5.992	13.408
	40 A 49	309	2.837	6.592
	50 A 64	197	1.397	2.329
	65 OU MAIS	28	53	56
	IGNORADO	14	84	0

Fonte: MTE/RAIS

Diante do quadro apresentado torna-se claro que a região Nordeste passa por um momento crucial na definição de seu papel frente à economia capitalista nacional e internacional, onde os interesses exógenos ao lugar tendem a criar novas áreas de expansão do capital. Em consequência desse movimento do capital no território nordestino estende-se uma plêiade de relações que apontam para a maior extração da mais-valia no campo, impondo novas formas de acumulação de capital baseada em modelos de utilização da mão-de-obra onde a questão do assalariamento torna-se evidente.

Dessa forma, a compreensão do processo de transformação das relações de produção no campo torna-se assunto bastante denso devido à existência de quadros completamente distintos e contraditórios onde temos uma agricultura fortemente atrelada às relações tradicionais de trabalho, mas que também se torna palco, lócus da reprodução do agronegócio de exportação onde encontramos de um lado uma atividade que requer uma ampla gama de trabalhadores, como a fruticultura. Do outro lado, temos a produção da soja que ocorre com um grau de modernização do processo produtivo muito mais acentuado. Como ponto em comum existe a exploração por qual passa a sociedade local

historicamente castigada pela concentração dos meios de produção. É neste cenário onde podemos notar um aumento significativo de um contingente de trabalhadores assalariados sazonalmente imersos na esteira da precarização não só das condições de trabalho, como também, precarizados territorialmente através da concentração da terra.

5. Considerações finais

Tal como havíamos dito no início e depois de termos elencado questões para o debate acerca do desenvolvimento do agronegócio no território nordestino é praticamente impossível não continuar sentindo uma sensação de *de já vu* quando pudemos constatar a forma devastadora pela qual a reprodução da lógica do agronegócio no Nordeste vem galgando espaços que são incorporados à racionalidade da produção voltada para o mercado e conseqüentemente para a geração de lucro.

Nesse sentido todas as dinâmicas que pudemos observar na construção do presente trabalho nos fizeram refletir sobre uma série de desdobramentos para o entendimento do metabolismo societal do capital e sua expressão espacial. As repercussões dos processos anteriormente discutidos para o território podem ser evidenciadas, com o aprofundamento da divisão territorial do trabalho que está diretamente vinculada à ação do capital apoiado pelo Estado no desenvolvimento de atividades altamente lucrativas. Estas ocupam uma gama cada vez mais ampla de subespaços econômicos anteriormente considerados hostis ao desenvolvimento econômico como o caso do semi-árido e cerrado nordestinos.

Dessa forma, torna-se extremamente necessário o entendimento de uma nova geografia do trabalho que esteja atenta ao caráter heterogêneo das relações de trabalho no campo, bem como ao quadro de aguçamento da precarização do trabalho fruto da complexização da divisão social e territorial do trabalho movido pelo processo histórico e autoritário de rapina dos meios de produção. Sendo assim, tivemos como reflexo para a divisão territorial do trabalho nas áreas de expansão do agronegócio no Nordeste:

- ✓ Aprofundamento da difusão do agronegócio no Nordeste fruto do processo de fragmentação do espaço agrícola onde a existência de uma agricultura moderna resultado da adequação ao padrão balizado pela agricultura científica, teve sua expressão espacial em forma de pontos no território nordestino. Estas áreas serviram de modelo ao processo de transformação da estrutura produtiva de caráter regional baseada na agricultura de subsistência, da pecuária e do extrativismo vegetal para dar lugar também a produção de produtos de maior composição orgânica do capital tais como a

produção de frutas tropicais e da soja. As áreas que destacamos na análise foram as que mais sofreram com a expansão do modelo do agronegócio, pois foram afetadas por políticas de valorização do caráter redentor da atividade do agronegócio onde em uma breve análise dos documentos públicos das instituições de planejamento e gestão da agricultura é possível perceber uma política de empreendedorismo rural onde os Estados parecem mesmo participar de uma feira mundial de anúncio das potencialidades da região destacando as possibilidades de oferta de recursos naturais, da existência de um clima favorável e da ampla e irrestrita oferta de mão-de-obra a preços irrisórios. Sendo que muitas destas microrregiões estão encravadas em áreas de extrema pobreza, mesmo assim seus respectivos Estados ainda se prestam a oferecer incentivos fiscais durante décadas denotando o forte apego às políticas neoliberais de desenvolvimento econômico;

- ✓ O avanço do agronegócio através da expansão de grandes e médias empresas contribuiu para acirrar a dinâmica da divisão social e territorial do trabalho no campo e na cidade alterando e sobrepujando, em algumas cidades médias e locais, toda a estrutura social da dinâmica de emprego da região onde as atividades do agronegócio se implantaram. É o caso das cidades que foram enquadradas como sendo *cidades do agronegócio* onde as funções de atendimento às demandas do agronegócio são hegemônicas as demais funções, ou seja, a cidade e seu sistema urbano passa a ser comandada em termos econômicos e sociais pelo campo, mas não o campo tão somente como locus do “atraso” e das relações sociais gestadas pelo tempo da natureza e sim pelo campo que se abre (ou foi aberto?) para a difusão da agricultura científica que incorpora cada vez mais intensos conteúdos de ciência, tecnologia e informação;
- ✓ De acordo com dados disponibilizados pela RAIS houve um crescimento percentual de 291,53% no estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil no período de 1985 a 2004. Dito de outra forma, o crescimento absoluto de empregos formais no setor foi de 972.171 novos empregos. A Região Nordeste juntamente com a Região Centro-Oeste foram responsáveis pelo incremento do número de empregos formais na agropecuária no Brasil denotando uma tímida, porém significativa,

desconcentração regional na participação percentual do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil. Este crescimento é reflexo do avanço das fronteiras agrícolas e da consolidação do modelo do agronegócio em áreas antes hostis ao desenvolvimento econômico tais como os cerrados (em toda sua extensão) e do sertão nordestino provando que a marcha das fronteiras agrícolas controladas pelo capital está a pleno vapor;

- ✓ Nos Estados que compõem o Nordeste, o grande destaque tanto na concentração como no crescimento dos postos de empregos formais no setor da agropecuária foram os Estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Somente os Estados da Bahia e Pernambuco concentravam no ano de 2004 60,03% (137.440) do total de empregos formais na agropecuária no Nordeste;
- ✓ As microrregiões analisadas foram responsáveis por 25% (44.274) do número de empregos formais gerados no Nordeste no período de 1985 a 2004. Aquelas microrregiões que mais se destacaram foram as regiões mais tradicionais de desenvolvimento e expansão do agronegócio como as microrregiões de Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Mossoró (RN) e Barreiras (BA). Esta disposição diz respeito ao perfil das atividades da fruticultura e da soja. Esta última é uma das atividades em que a relação emprego/hectare apresenta o menor número. Portanto, é a atividade que menos emprega trabalhadores no campo em virtude da ampla mecanização das lavouras. Já a fruticultura apresenta uma relação emprego/hectare muito mais intensa o que é explicado pela dependência de atividades braçais na produção dos frutos para consumo *in natura*;
- ✓ Segundo dados do CAGED/MTE para os meses de Janeiro a Setembro de 2007 nas microrregiões de expansão do agronegócio analisadas, as ocupações que mais admitiram trabalhadores com vínculo empregatício formal em todos os setores da economia, foram aquelas associadas ao setor da agropecuária. Mesmo naquelas microrregiões em que os demais setores da economia demonstram um importante vigor econômico como nas microrregiões de Mossoró e Petrolina. Como destaque destas ocupações que ajudaram a hierarquizar o mercado de trabalho nas regiões analisadas destacaram-se: Trabalhador agropecuário em geral; Trabalhador no cultivo de

trepadeiras frutíferas; Trabalhador volante da agricultura; Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas; Trabalhador no cultivo de soja; Tratorista agrícola; Operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas; Trabalhador da pecuária (bovinos corte) dentre outras.

Quanto aos trabalhadores, a pobreza gerada pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio demonstrou ser avassaladora. Todavia, tal fato é retoricamente negado pelo poder público no sentido de que, tal como vimos, há de fato uma expansão dos empregos formais o que tem acarretado um aquecimento significativo dos comércios e serviços locais beneficiados pela injeção dos recursos advindos dos salários dos trabalhadores. Pois se pensarmos em municípios que sobrevivem há muito tempo apenas com os recursos do fundo de participação municipal e das aposentadorias, a chegada de uma empresa que cria mais de 2000 postos de trabalho com o rendimento mínimo de um salário mínimo passa a injetar na economia local mais de meio milhão de reais. Isso sem contar com os demais trabalhadores associados a cargos, em geral fixos, que exigem o trabalho mais especializado, ou mesmo, aquelas ocupações que são geradas em outros setores da economia que são influenciados pelo desenvolvimento e regulação da agricultura científica. Mas, o que pode ser entendido a priori como a grande salvação para milhares de trabalhadores pode representar uma grande armadilha posta pelos processos de reestruturação produtiva e das ingerências dos governos neoliberais.

É justamente nesse momento que temos que lançar mão da perspectiva crítica contrapondo os argumentos tendenciosos e apologéticos através de uma postura classista e ideológica que busca apontar como uma possível saída da estagnação econômica, a adoção de políticas públicas de emprego e renda a partir do incentivo a agricultura de mercado e da modernização do setor, sobretudo a partir das empresas agropecuárias. O resultado do jogo intrincado das relações sociais de produção é que o processo de expropriação e exploração da classe trabalhadora tem avançado paulatinamente desde os mais remotos períodos coloniais até o advento da mundialização do capital. Dito isto, devemos atentar para as redefinições que acontecem no mundo do trabalho nas áreas de difusão do agronegócio indagando acerca do seu grau de complexidade e da riqueza de situações e casos que escapam das análises tradicionais no enfoque da questão

agrária. Dito isto, dentre as principais conseqüências para os trabalhadores e trabalhadoras das áreas de difusão do agronegócio no Nordeste podemos destacar:

- ✓ A conformação de uma nova divisão territorial do trabalho foi marcada pela existência de uma nova faceta nas relações de trabalho no campo que é a conformação de um mercado de trabalho capitalista, onde pudemos notar um aumento significativo de um contingente de trabalhadores assalariados sazonais, imersos na esteira da precarização não só das condições de trabalho, como também, precarizados territorialmente através da concentração da terra.
- ✓ .A demanda por mão-de-obra temporária é ditada pelo período de produção dos principais produtos voltados para exportação em áreas de expansão da fruticultura, bem como da soja. Durante o período de entressafra os trabalhadores destituídos dos seus meios de produção sobrevivem, em grande parte, do seguro desemprego e do trabalho, no período de chuva, nas pequenas lavouras entre aqueles que ainda possuem um “pedaço de chão”. No geral, os trabalhadores expropriados passam a ser alvos fáceis para a ocupação em atividades precárias.
- ✓ Reprodução de relações não capitalistas de produção através da parceria com grupos empresariais privados. No caso da fruticultura esta relação aparece de maneira mais expressiva na relação de parceria existente entre pequenos produtores irrigantes que se associam as grandes empresas vendendo seu produto que foi produzido baseado em relações não capitalistas já que os mesmos produzem a partir da mão-de-obra familiar. No caso das áreas da soja, este modelo é muito mais sofisticado no sentido que as grandes empresas que controlam a comercialização, circulação e beneficiamento da soja não atuam na produção em si. Ou seja, as empresas como a Bunge e Cargill e ADM compram a produção de grandes produtores. Estes repassam sua produção para os grandes grupos que são responsáveis pela circulação da mercadoria para amplos circuitos espaciais da produção.
- ✓ Em todas as microrregiões analisadas houve um aumento no número de trabalhadores especializados. Porém, a grande marca do mercado de trabalho formal nas áreas analisadas é a presença de trabalhadores com até a quarta-série do ensino fundamental;

- ✓ Foi registrado um aumento da participação da mulher no mercado de trabalho formal. Contudo este aumento não chegou a ameaçar a hegemonia masculina no mercado de trabalho agropecuário formal. As atividades que obtiveram o maior incremento da participação da mulher foram aquelas associadas a produção de frutas para consumo in natura tais como a produção de uva e manga. As mulheres são solicitadas principalmente para as atividades ditas “delicadas” em que há o contato direto com fruto como no caso na colheita, seleção e empacotamento das frutas.
- ✓ A Sindicalização dos trabalhadores formais ainda é inexpressiva em virtude do não acompanhamento dos sindicatos na incorporação de trabalhadores que trabalham nas empresas agropecuárias. Este contexto ajuda a compor o cenário em que parte significativa dos sindicatos rurais tornaram-se quase que escritórios do INSS;
- ✓ Acompanhando a lógica de produção do agronegócio tivemos registros de inúmeras denúncias por parte de órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como de representantes oficiais da classe trabalhadora no campo acerca da precarização do trabalho nas áreas de expansão do agronegócio no território nordestino. Tanto os grandes produtores como as empresas nacionais e multinacionais foram acusadas pela prática de irregularidades aos preceitos das normas trabalhistas tais como: Extensas jornadas de trabalho, não garantia de transporte seguro aos trabalhadores; Não garantia de condições adequadas de higiene; acesso à água potável em abundância e regularidade; locais para a refeição dos trabalhadores; Contaminação dos trabalhadores com agrotóxicos; Garantia gratuita de equipamentos de segurança do trabalho;
- ✓ A atuação dos movimentos sociais nas áreas de expansão do agronegócio tem priorizado a prática das ocupações de terra como medida de protesto a concentração dos meios de produção e a ameaça a possibilidade de implantação da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar. Algumas microrregiões tais como Petrolina (PE) e Barreiras (BA) participaram de maneira expressiva na geografia das ocupações de terra no Brasil estando

listadas no ranking nacional das microrregiões em que houve o maior número de ocupações de terras e de famílias envolvidas no processo ocupação.

Diante do quadro apresentado torna-se claro que a região Nordeste passa por um momento crucial na definição de seu papel frente à economia capitalista nacional e internacional, onde os interesses exógenos ao lugar tendem a criar novas áreas de expansão do capital provando mais uma vez a importância do espaço no processo de reprodução do capital, onde o fomento aos processos de ordenamento espaço-temporal (ajuste espacial) é tido como um aspecto ineliminável na dinâmica do capitalismo mundial.

Capitalismo este que continua a se reproduzir baseado na lei de desenvolvimento desigual e combinado partindo do pressuposto apresentado por Lefebvre apud Martins (1996, p.18) no qual “ela (lei de desenvolvimento desigual) significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultâneas, no mesmo ritmo histórico” E foi desta maneira que partimos da perspectiva de entender o desenvolvimento do capitalismo nas terras tupiniquins como um fenômeno desigual e combinado que apresenta características peculiares formadas a partir de sua herança colonial tão bem exposta por Chasin (1986) na proposição da via colonial de entificação do capitalismo onde o novo continua a pagar alto tributo ao velho dando margem para que possamos ratificar o que propôs Harvey (2004, p.114) ao tratar da acumulação por espoliação como forma de compreender a maneira como o capitalismo consegue combinar lógicas distintas e primitivas de acumulação no tempo e no espaço de maneira contínua onde um *capitalismo de rapina* “tem tanto de práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global e harmonioso.”

Esta procura pela acumulação constante e irrestrita é que move o capitalismo. Nesse sentido, esta busca requer a fragmentação de todo e qualquer obstáculo a sua realização seja ele a existência de lógicas capengas de organização do espaço, de uso das técnicas e da possibilidade de inserção do conhecimento propulsor de novas mediações homem e natureza ou mesmo a continuidade de uma sociedade baseada no trabalho criador de valores de uso, do trabalho como elemento que dá sentido ao ser social.

Apesar de constatada esta força destruidora que o metabolismo societal do capital tem, o destino da sociedade nunca foi e nunca será impassível de ser transformado. Se a busca pelo lucro é o combustível do capital nosso combustível deve ser a esperança da transformação e da emancipação social na luta por uma agricultura voltada para a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.

AGUIAR, G. M. **Agriculturas no Nordeste**. apreciação e sugestão de políticas. Petrópolis: Vozes, 1985. 208 p.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. 2005.219p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

ALVES, G. A. P. **Dimensões da globalização - o capital e suas contradições**. Londrina: Praxis, 2001.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital** : a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, V.E.L. **Mobilização e modernização dos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 320p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.

ALVES, V. E. L. Os Cerrados Piauienses e sua Nova Lógica de Reprodução Capitalista. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b, v. 1, p. 211-235.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTUNES, Ricardo. De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. **Pegada** (UNESP), v. 7, p. 83-89, 2006.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, N.B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L. **Complexo agroindustrial: o "agribusiness brasileiro"**. São Paulo: s.n, 1990.

ARAÚJO, T.B.de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação.**Estudos avançados**, n. 29, p. 7-36, 1997.

ARAÚJO, T. B de. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: Rumo à desintegração competitiva". In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999, p. 73-92.

ARRUDA, E. E.; LOVATO, D. C.; TREDEZINI, C. A. O.A organização do trabalho no campo: Estudo de três municípios em Mato Grosso do Sul.**Desafio**, Campo Grande /MS, v. 5, n. 9, p. 53-68, 2004.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho: da escravidão ao assalariamento**.2003.390p.Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BELIK, Walter; PELILLO, Luiz Fernando. **Mudanças no financiamento da produção agrícola brasileira**.Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/Belik.pdf>> .Acesso em: 26 fev 2008.

BERTRAND, Jean-Pierre; LAURENT, C.; LECLERQ, V. **O mundo da soja**. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1987.

BERNARDES, J. A. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 21, p. 157-167, 2004.

BRITO, Thiago Macedo Alves de. A natureza do conceito de região em Milton Santos. In: Encontro nacional da ANPEGE,v. 6., 2005, Fortaleza. **Anais do VI Encontro nacional da ANPEGE**, Fortaleza, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 5ª ed. Petrópolis: Vozes. 2005.

CASTRO I. E. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2 ed. Rio de Janeiro,Bertrand, 2002, p. 283-324.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva Maria da;SILVA,Pedro Carlos Gama da Silva.Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do agronegócio e**

novas dinâmicas socioespaciais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, v.1, p.117-151.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado:** forma de regressividade no capitalismo hipertardio, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

EAGLETON, Terry. **Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 1997.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 200. Coleção Geografia em Movimento.

_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, M. Encarnação B.; SOBARZO, Oscar. (Org.). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006a, v. 1, p. 279-303.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b, v.1, p. 25-83.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA** (UNESP), Presidente Prudente (SP), v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006c.

_____. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: José Borzacchiello da Silva; Tércia Cavalcante; Eustógio Dantas. (Org.). **Ceará:** um novo olhar geográfico. 1 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, v. , p. 429-461.

_____. **Globalização e agricultura.** SP: Edusp, 2003a.

_____. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. Adélia A. de. **O território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Edições territoriais. 2003b. p. 315-340.

_____. (Org.). **O novo espaço da produção globalizada:** o Baixo Jaguaribe (Ce). Fortaleza: Funece, 2002.

FERNANDES, B. M. Agronegócio na América Latina: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo: Anais do **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, EGAL, 2005.

FERNANDES, José Ivan Caetano. **A soja na Bahia:** desafios e estratégias competitivas no agribusiness. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. (Re) organização do espaço a partir da produção de soja: Balsas – MA. **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente, v.27, p. 149-164, 2006a.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. Expansão da soja e logística dos transportes no sul do Estado do Maranhão. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 14, 2006, Rio Branco. **Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos**, ENG, 2006b.

FRANCESCONI, Lea. Trabalho, tema da pesquisa geográfica. In: Congresso brasileiro de Geógrafos, 6, 2004, São Paulo. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**, CBG, 2004.

GALVÃO, Antonio Carlos Filgueira. **Política de desenvolvimento regional e inovação**: lições para o Brasil da experiência européia. 223p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GEORGE, P. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

GIORDANO, SAMUEL RIBEIRO. **Competitividade regional e globalização**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. In: CASTRO, Iná Elias de.; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar. (Orgs.). **Brasil**: Questões atuais da reorganização do território. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002, p. 367-415.

HARVEY, David. **Condições pós-modernas**. São Paulo: SP: Loyola, 2006.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de cultura económica/Textos de Economía, 1990.

HUERTA, D.M. Fronteira agrícola ou fronteira da civilização técnica? In: Encontro nacional da ANPEGE, 6, 2005, Fortaleza. **Anais do VI Encontro nacional da ANPEGE**, 2005.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate da esquerda - 1960-1980. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JANK, Marcos Sawaya; NASSAR, A M; TACHINARDI, M H. Agronegócio e Comércio Exterior Brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, v.64.p.14-28, dez./fev.2004.

KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?**. São Paulo: Xamã, 1996.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899),1986.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KRISIS. "Manifesto contra o trabalho". **Cadernos do Labor**. São Paulo, n. 2, 1999.

LEFEBVRE.H. **Lógica formal, Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEITAO, S. P; ROSENBAUM, S. Para um agronegócio sem exclusão. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 289-312, 2006.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

LESSA, Sérgio. **Ontologia de Lukács**.Maceió: UFAL, 1996.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Györg. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Tradução de Ivo Tonet.Roma: Editori Riuniti, 1981.v.2.cap.1

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**.São Paulo: Hucitec,2002.

_____. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. As Temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In:MARTINS, José de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. 1 ed. SÃO PAULO: HUCITEC, p. 13-23, v.1,1996

_____. **Expropriação e violência**:a questão política no Campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo,2005.

_____. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
 _____. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 20ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.), **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano**. 458p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2006.
 _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
 _____. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 01, p. 7-15, 2000.
 _____. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

Ministério da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Nordeste**: desafios e possibilidades para o Nordeste do Século XXI. Recife: s.n., 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 1999.
 MORAES, Antonio Carlos Robert. **A gênese da geografia moderna**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, v. 1, p. 173-211.

MOREIRA, Ruy. Teses para uma geografia do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, n.22, maio./ago., 2002. p.19-23.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989 (Estudos Rurais; 10).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 21, p. 113-156, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997 (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Hipólita Siqueira de. **A divisão Inter-regional do trabalho brasileira nos Anos 90**. 2003.168p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PEREIRA, J. B. B; QUEIROZ, Renato da Silva. Por Onde Anda Jeca Tatu?. **Revista USP**, São Paulo, v. 64, n. Dez/Fev., p. 06-13, 2004.

PEREIRA, Laurindo Mekie. A SUDENE e a Questão Regional: história e historiografia. In: Encontro Regional de História, 17.,2004.Anais do XVII **Encontro Regional de História**,Campinas, 2004

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo,2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMOS, Carlos Alberto. Macroeconomia e geração de empregos formais: as rupturas dos anos 90 e o balanço para o Nordeste. In: MACAMBIRA,Júnior;SANTOS,Sandra Maria dos. (Org.). **Brasil e Nordeste**: ocupação,desemprego e desigualdade.Fortaleza: IDT, Banco do Nordeste, 2007.

RAMOS, S.F. Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura irrigada no semi-árido brasileiro. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, v. 01, p.151-172.
_____. Sistemas Técnicos Agrícolas e Meio Técnico Científico Informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L.(Org.). **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001a, p. 375-387.
_____. **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas**: a fruticultura irrigada em Petrolina (Pe) / Juazeiro (Ba). 2002.168p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo Campinas, 2001

REVOL, R. Perspectivas para o trabalho.**Revista O Olho da História**, Salvador, v.1,n.4,p. 28-37, 1997.

RODRIGUES, Roberto. Terra, gente e tecnologia impulsionam crescimento do agronegócio brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, v.64. Dez/Fev,p.50-57,2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único. **Revista Nera**, Presidente Prudente/SP, p. 1-13, 2006.

SAMPAIO, Plínio Arruda. Duas lógicas paralelas na análise da agricultura brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.31, p.117-122,1997.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005a.

_____. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005b.

_____. **A natureza do Espaço**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Por uma outra globalização**. SP/RJ: Record, 2000.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, José. Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. SP: Hucitec, 1981.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, M. Et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista Nera**, UNESP/Presidente Prudente, v. 8, n. 1, p. 74-108, 2006.

SZMRECSÁNYI, T. J. M. K. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Se camponês, se operário: limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

_____. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Pegada** (UNESP), v. 7, p. 103-122, 2006.

_____. A (de)sordem societária do trabalho (os limites para a unificação orgânica). In: MARQUES, M. I. M. Marques; A.U. Oliveira. (Org.). **O campo no início do século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

_____. Por uma geografia do trabalho. **Pegada** (UNESP), Presidente Prudente, v. esp, n. Especial, p. 6-19, 2002.

TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ANEXO

ANEXO A - Microrregiões de expansão do agronegócio no Nordeste segundo município

Microrregião	Município
Gerais de Balsas (MA)	Alto Parnaíba
	Balsas
	Feira Nova do Maranhão
	Riachão
	Tasso Fragosso
Alto Parnaíba Piauiense (PI)	Baixa Grande do Ribeiro
	Ribeiro Gonçalves
	Santa Filomena
	Uruçui
	Alto Santo
	Ibicuitinga
	Jaguaruana
Baixo Jaguaribe (CE)	Limoeiro do Norte
	Morada Nova
	Palhano
	Quixeré
	Russas
	São João do Jaguaribe
	Tabuleiro do Norte
	Areia Branca
	Baraúna
	Grossos
Mossoró (RN)	Mossoró
	Serra do Mel
	Tibau
	Açu
	Alto do Rodrigues
	Carnaubais
	Ipanguaçu
	Itajá
	Jucurutu
	Pendências
Vale do Açu (RN)	Porto do Mangue
	São Rafael
	Afrânio
	Cabrobó
	Dormentes
	Lagoa Grande
	Orocó
	Petrolina
	Santa Maria da Boa Vista
	Terra Nova
Petrolina (PE)	Campo Alegre de Lourdes
	Casa Nova
	Curaça
	Juazeiro
	Pilão Arcado
	Remanso
	Sento Sé
	Sobradinho
	Baianópolis
	Barreiras
Juazeiro (BA)	Catolândia
	Formosa do Rio Preto
	Luiz Eduardo Magalhães
	Riachão das Neves
	São Desidério
Barreiras (BA)	